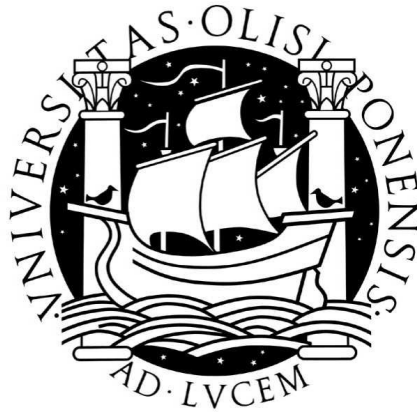


Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



GUERRA NA EUROPA E INTERESSES DE PORTUGAL

AS COLÓNIAS E O COMÉRCIO ULTRAMARINO

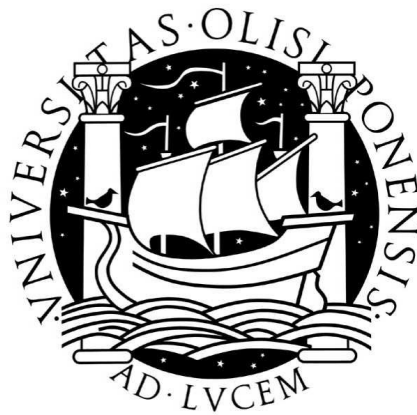
A Acção Política e Diplomática de D. João de Melo e Castro,
V. Conde das Galveias
(1792 -18114)

Madalena Serrão Franco Schedel

Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa

2010

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



GUERRA NA EUROPA E INTERESSES DE PORTUGAL

AS COLÓNIAS E O COMÉRCIO ULTRAMARINO

A Acção Política e Diplomática de D. João de Melo e Castro,
Conde das Galveias
(1792 -18114)

Dissertação de Mestrado orientada pela Prof. Doutora Ana Maria Leal de Faria

ÍNDICE

PARTE I – A CASA GALVEIAS

Capítulo I – A Restauração e a Nova Aristocracia de Corte

- | | |
|---------------------------------|---|
| 1. A Restauração | 3 |
| 2. A Nova Aristocracia de Corte | 7 |
| 3. Opções Políticas | 9 |

Capítulo II – A Casa Galveias

- | | |
|---------------------------|----|
| 1. Entre a Guerra e a Paz | 12 |
| 2. Ao Serviço da Coroa | 18 |

PARTE II – MISSÃO EM LONDRES (1792-1801)

Capítulo I – A Revolução Francesa e os Interesses Coloniais Portugueses

- | | |
|--------------------------------------------------------|----|
| 1. A Posição da Grã-Bretanha face à Revolução Francesa | 25 |
| 2. A Intervenção de Portugal | 32 |
| 3. A República Triunfante | 37 |
| 4. O Furacão Italiano | 39 |
| 5. Correntes de Opinião na Corte Portuguesa | 43 |

Capítulo II – A Guerra no Mar

- | | |
|-------------------------------------------------------|----|
| 1. Os navios e os Homens | 50 |
| 2. A Irlanda – Uma Porta para a Invasão da Inglaterra | 58 |
| 3. Cabo de São Vicente | 60 |
| 4. O Motim da Esquadra Britânica | 62 |
| 5. A Campanha do Egipto | 65 |
| 6. A Esquadra Portuguesa no Mediterrâneo | 71 |
| 7. Fim do Sonho Asiático Francês | 76 |

Capítulo III – A Guerra na Europa (1798-1801)

- | | |
|--------------------------|----|
| 1. O “18 de Brumário” | 83 |
| 2. A Guerra das Laranjas | 89 |

PARTE III – ACÇÃO POLÍCA DE D. JOÃO DE MELO E CASTRO

Capítulo I – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1801-1803)

Capítulo II – O “Partido” Francês no Governo

- | | |
|---------------------------------------|-----|
| 1. Trafalgar | 110 |
| 2. As Vitórias da <i>Grande Armée</i> | 115 |
| 3. O Bloqueio Continental | 119 |

Capítulo III – A Crise de 1807 e a Viagem para o Brasil

1. A crise de 1807	124
2. A Viagem	130

Capítulo IV – A Corte Portuguesa no Brasil

1. A Abertura dos Portos	139
2. O Primeiro Governo do Rio de Janeiro	144
3. A Política Imperial do Brasil – As “Intrigas Platinas”	147
4. Os Tratados de 1810	156
5. O Conde de Galveias no Centro da Tensão Crescente entre Portugal e Inglaterra	162
6. Uma Hegemonia Marítima sobre o Continente	169

Conclusão	174
------------------	-----

Bibliografia	179
---------------------	-----

SIGLAS E ABREVIATURAS

Principais Siglas utilizadas

ANN/TT – Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

RGM – Registo Geral de Mercês

Abreviaturas mais frequentes

Cód. – Códice

Coord. – Coordenação

Cx. – Caixa

Dir. – Direcção

Doc. – Documento

Ed. – Edição

Fasc. – Fascículo

Liv., Livs. – Livro, Livros

M.º - Maço

Of. - Ofício

Qualquer trabalho não consegue ser feito sem esforço e dedicação. Porém, a elaboração desta dissertação não teria sido possível sem a orientação e sugestões da Prof. Doutora Ana Maria Leal de Faria, a quem a mesma e a sua autora muito devem.

Também não quero deixar de agradecer ao coordenador do Mestrado de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, Professor Doutor António Dias Farinha, agradecimento que torno extensível aos outros docentes que me auxiliaram nos Seminários que foram grande ajuda para o resultado final.

Madalena Schedel



CONDE DE GALVEAS

INTRODUÇÃO

Três séculos depois do início da sua expansão marítima, no século XV, o pequeno reino da extremidade oeste da península ibérica perdera grande parte da sua importância internacional. No entanto, Portugal mantinha-se como cabeça de uma enorme monarquia pluricontinental, animada, pelo menos no Atlântico, por grande dinamismo.

Se a conjuntura internacional favorecia o comércio externo português, ia também apertando o cerco à monarquia portuguesa. Entre 1793 e 1795, tropas lusas participaram na campanha do Rossilhão, na qual o exército português foi vencido pelas forças da França revolucionária. Em breve (1796) a Espanha viria a alterar a sua posição no xadrez internacional, entrando para a esfera de influência francesa. Na corte de Lisboa acentuava-se a clivagem entre os que defendiam cedências à França (que teria Napoleão à frente desde 1799) como forma de evitar a guerra, e os que sustentavam como única defesa possível para uma guerra inevitável o reforço da aliança inglesa.

Até 1807, a monarquia portuguesa conseguiu geralmente manter a neutralidade, o que lhe valeu uma enorme prosperidade comercial. No entanto, os anos anteriores à crise de 1807 pautaram-se por uma constante disputa diplomática destinada a travar o inevitável. O gabinete português viveu então um enorme pesadelo estratégico, apanhado no choque entre uma grande potência terrestre, a França, cujos exércitos dominavam o continente europeu, e uma grande potência marítima, a Inglaterra, cujas esquadras dominavam os mares. Se optasse pela Inglaterra, corria o risco de perder Portugal; se optasse pela França, o Brasil. A natureza pluricontinental da monarquia gerava um dilema e, como remédio, a ambiguidade da política externa portuguesa.

O papel dos diplomatas lusos nestes anos de crise era gerir, com a maior habilidade possível, esta “ambiguidade” junto dos governos das potências que tinham ligação com o gabinete português. Um deles, acreditado junto da corte britânica, foi D. João de Almeida de Melo e Castro, Conde das Galveias.

Na Parte I deste trabalho procurou-se fazer uma pequena “história” da Casa Galveias, isto é, das pessoas pertencentes à dita Casa que mais se destacaram ao serviço da Coroa no Reino e no Império nos ofícios superiores da monarquia como exército, diplomacia, governo das colónias e cargos nas secretarias de estado.

A acção de um dos diplomatas da Casa Galveias no período conturbado das guerras revolucionárias e napoleónicas, mais precisamente de D. João de Almeida de Melo e Castro, 5º Conde de Galveias, embaixador de Sua Majestade Fidelíssima em Londres (1792-1801) será analisada na Parte II e a Parte III incide sobre a actuação do mesmo como secretário de estado na corte de Lisboa e, mais tarde, no Rio de Janeiro.

PARTE I – A CASA GALVEIAS

Capítulo I – A Restauração e a Nova Aristocracia de Corte

1. A Restauração

1 Dezembro de 1640 - em Lisboa, um golpe palaciano derruba a dinastia Habsburgo para aclamar como Rei de Portugal D. João, Duque de Bragança. Os fidalgos implicados no golpe possuíam todos linhagens antigas embora, com ressalva de três,¹ não integrassem a nobreza titular. Com efeito, a esmagadora maioria provinha de Casas que se tinham mantido apartadas das grandes regalias concedidas pelos Habsburgo ou eram filhos segundos. A marginalidade ou a exclusão face à monarquia parece ter constituído o maior traço de união entre eles, pois nenhum fez parte das estruturas superiores do Império durante o período filipino. No entanto, embora não tivessem integrado o núcleo inicial, vários fidalgos, designadamente titulares, vindos de Madrid ou de outras partes, se lhes juntariam mais tarde²

O rei Filipe II (I de Portugal), político muito hábil, convocara Cortes em Tomar (1581) e aí definira o estatuto da integração de Portugal na monarquia dos Habsburgo espanhóis. O chamado “Estatuto de Tomar” reconhecia as instituições próprias do reino de Portugal e preservava a sua autonomia. Se o rei se afastasse fisicamente do reino (o que aconteceu em 1583), seria nomeado um vice-rei de sangue real ou um conselho de governo constituído por portugueses. Onde quer que estivesse, o rei seria permanentemente assistido por um Conselho de Portugal, igualmente constituído por naturais do reino. A monarquia tornara-se dual mas, em geral, todos os principais ofícios e mercês da coroa portuguesa ficavam reservados para os nascidos em Portugal.

¹ Condes de Vimioso, Castanheira e Atouguia, e o Marquês de Ferreira, quase todos aparentados com a Casa de Bragança

² Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: A restauração e a Monarquia absoluta (1640-1750)*, Volume V, 2ª edição (revista), Lisboa, Editorial Verbo, 1982

O mais recorrente motivo de queixa dos portugueses seria a ausência física do rei que teria feito o Reino perder o seu estatuto de “reino por si”, sendo relegado para o de “província”³.

Parece inegável ter havido, a partir de 1621, uma viragem marcante. A situação internacional da monarquia hispânica complicou-se de forma visível: nesse ano faleceu Filipe III e terminou a trégua com os Países Baixos, o que provocou a consequente retomada da ofensiva holandesa em todas as frentes contra os domínios dos Habsburgo⁴. Agravou-se a Guerra dos Trinta Anos, começada em 1618 na Boémia. Procuraram-se novos equilíbrios de poder, com novos actores: os reinos nórdicos da Dinamarca e Suécia, que se pretendiam contrapor à Liga Católica (uma associação dos estados católicos germânicos). A França declarou guerra a Espanha em 1635, abrindo nova frente contra a monarquia peninsular, confrontada agora com pressões militares na fronteira da Catalunha, investimentos dos holandeses ao Brasil e pressões destes e ingleses nos domínios do Oriente.

O golpe de 1640 foi antecedido por crescentes tensões que principiaram com a subida ao poder, vinte anos antes, do valido de Filipe IV, o conde-duque de Olivares. Em 1624, Olivares anunciava os objectivos no *Grande Memorial a Filipe IV* “ *O importante é que Vossa Majestade se torne efectivamente rei de Espanha. Que não se contente em ser rei de Portugal, de Aragão, de Valença, Conde de Barcelona, mas que projecte secretamente e que se esforce para reduzir esses reinos, dos quais a Espanha se compõe, ao estilo e às leis de Castela, sem a mais pequena diferença*”⁵.

As instituições tradicionais do reino de Portugal estavam a ser atacadas pelo reformismo centralista de Olivares que punha em causa o estatuto do reino, reconhecido em 1581 em Tomar. Houve motins contra novos impostos no sul do reino (Évora) em 1637. Foram convocados para Madrid muitos fidalgos portugueses e suprimido o Conselho de Portugal (1639), substituído por Juntas e tentou-se obrigar a nobreza portuguesa, incluindo o Duque de Bragança, a participar na guerra da Catalunha. Suscitou-se assim o descontentamento necessário para uma ruptura⁶.

³ Fernando Bouza Alvarez, *Portugal no tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações: 1580 – 1668*, Lisboa, Cosmos, 2000

⁴ A ofensiva holandesa foi a mais relevante e a que teve, a curto e a médio prazo, mais consequências nefastas para o Império português

⁵ Rui Ramos (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009

⁶ Bouza Alvarez, *op. cit.*

O peso do contexto externo foi, sem dúvida, decisivo no golpe restauracionista e em toda a evolução posterior, porque limitou drasticamente a capacidade de manobra da monarquia dos Habsburgo: à guerra que esta sustentava com os holandeses, juntou-se, na Primavera de 1640, a rebelião da Catalunha. A guerra com a França começara em 1635. Em 1646 rebentaram sublevações em Nápoles e na Sicília. Realmente, o que se passava era uma luta pela hegemonia na Europa entre a França dos Bourbon e o império Habsburgo, personalizadas por Richelieu e Olivares. Não admira pois que o golpe em Lisboa fosse apoiado, se não de facto, pelo menos com simpatia, pela França.

Filipe IV definiu sempre a repressão na Catalunha como prioritária em relação a Portugal, o que até se compreende, dado a proximidade com a fronteira francesa e as infiltrações da França serem constantes, uma vez que as duas potências estavam em guerra.

A nova dinastia portuguesa deparava-se com enormes dificuldades. Para sustentar uma guerra com a sua poderosa vizinha faltava-lhe o essencial: oficiais e soldados. Note-se que a chefia dos exércitos estava tradicionalmente reservado à primeira nobreza do reino. Uma parte muito considerável desta continuava ao serviço da monarquia hispânica⁷. Mesmo dentro da primeira nobreza residente no reino, houve, logo em Fevereiro de 1641, a fuga para Madrid de várias personalidades.⁸ No mesmo ano foi esmagada uma conspiração contra o novo rei, da qual faziam parte o Marquês de Vila Real, o seu filho, duque de Caminha, os condes de Castanheira e Vale de Reis, o inquisidor-geral D. Francisco de Castro entre outros nobres e religiosos⁹. Portanto, havia que organizar exércitos e chefias para o que se procurou ajuda externa junto das potências inimigas da monarquia Habsburgo. Se, militarmente, durante os primeiros dez anos, o conflito se reduziu a escaramuças na zona fronteiriça¹⁰, já outra arma, usada com muito êxito pelos espanhóis contra a nova dinastia teve efeitos bastante dramáticos. Foi ela o isolamento diplomático.

⁷ Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Património da Aristocracia em Portugal: 1750 – 1832*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, refere, como exemplo, o 1º Conde de Assumar que continuou ao serviço de Espanha e era feroz inimigo da causa portuguesa. Filipe IV concedeu-lhe o título de marquês de Vellescos e de Laguna. Ao serviço de Espanha, foi capitão-general da Sicília, de Aragão, governador da Flandres e comandante do exército espanhol na guerra contra França, sendo derrotado em Rocroy por Condé.

⁸ O conde de Tarouca, os filhos do vice-rei do Brasil, marquês de Montalvão.

⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*

¹⁰ Só após a pacificação da Catalunha em 1656 é que as ofensivas espanholas se tornaram mais organizadas, mas então também o exército português era outro, pelo que houve respostas vitoriosas para Portugal. Mesmo assim, os espaços de território nacional abrangidos pela contenda estiveram sempre bem confinados (Alentejo e, por vezes, Minho), veja-se Gabriel Espírito Santo, *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração (1640-1668)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009

Ao ascender ao trono, D. João IV teve de enfrentar agudos problemas: por um lado, obter o reconhecimento da independência de Portugal e com ele o da sua realeza; por outro, arranjar alianças suficientemente fortes para oferecerem garantias efectivas contra as arremetidas de Espanha, o que não constituiu tarefa fácil para os diplomatas portugueses, quase todos eles improvisados. Foram entabuladas negociações diplomáticas com as potências em luta com o Império Habsburgo, nomeadamente a França, Países Baixos (Holanda), a Grã-Bretanha e a Suécia, alcançando, não imediatamente, é verdade, e à custa de concessões económicas importantes, o seu principal objectivo, ou seja, o reconhecimento internacional da autonomia portuguesa¹¹.

A primeira e mais aflitiva dificuldade com que se defrontavam os restauradores era a virtual inexistência de um exército, quer no que se referia a comandantes, quer a soldados. Apesar da vitória final do exército português, nenhuma das dificuldades seria completamente ultrapassada até ao fim do conflito.

Entre os oficiais portugueses que se distinguiram nas campanhas da guerra, especialmente na de 1663, a mais decisiva de todo o conflito, destacam-se o conde de Vimioso, o conde de Cantanhede, depois marquês de Marialva, o conde de Alegrete, Francisco de Melo Torres, futuro conde da Ponte e marquês de Sande e Dinis de Melo e Castro, primeiro conde das Galveias.

Enquanto Portugal melhorava o seu exército, chamando técnicos estrangeiros mas sobretudo aproveitando alguns portugueses formados em campanhas castelhanas na Flandres e na América, a Espanha só empregou contra o reino português tropas de qualidade inferior, enquadradas, já tardiamente, por corpos profissionais. A 8 de Junho de 1663 foi travada perto de Estremoz a batalha do Ameixial, cuja vitória teria um enorme impacto político tanto em Portugal como na Espanha. Na campanha de 1664, as tropas portuguesas tomaram a ofensiva e a 17 de Junho os dois exércitos encontraram-se em Montes Claros, naquela que foi a última grande batalha da guerra de Aclamação. A monarquia dos Habsburgo, para além de se encontrar esgotada, não fora, ao que tudo indica, capaz de prosseguir com as inovações militares que no século XVI lhe tinham dado tantos êxitos¹². A paz foi assinada em Lisboa em 13 de Fevereiro de 1668.

¹¹ A maior resistência ao reconhecimento de D. João IV foi a oferecida pela Santa Sé. Apesar de insistentes, os esforços diplomáticos portugueses não obtiveram qualquer resposta positiva, devido à influência exercida pela Coroa espanhola junto do Papa. Só em 1669, depois de firmada a paz com Espanha em 1668, o Papa recebeu finalmente o embaixador de Portugal em Roma.

¹² Os famosos “tércios” do século XVI, Gabriel Espírito Santo, *op.cit.*

2. A Nova Aristocracia de Corte

O estatuto de Grandeza (conde, marquês e duque) foi verdadeiramente criado em Portugal no período de integração do reino na monarquia hispânica. Quando se deu o golpe de 1640, quase metade dos titulares encontrava-se ao serviço da monarquia Habsburgo. Algumas Casas seriam extintas, entretanto substituídas pela elevação de outras, maioritariamente recrutadas entre os “restauradores”. Se alguns títulos foram concedidos a filhos segundos, a maior parte dos novos adquiriram-se por serviços militares, o que era natural, pois vivia-se num contexto de guerra. A nobreza titular que apoiou a nova dinastia durante a guerra, quer no Império, quer na Península, manter-se-á com este estatuto e com grande estabilidade. Constituía um grupo fechado, que se casava entre si e de acesso muito difícil.

A estabilização da dinastia, alcançada durante a regência e reinado de D. Pedro II, irá apoiar-se num governo “aristocrático”. O rei era assistido em todos os assuntos pelo Conselho de Estado, cujos membros provinham da primeira nobreza do reino. Já os Secretários de Estado, que passavam pela universidade, não tinham nascido em casas de Grandes. Note-se que os secretários não tinham, no reinado de D. Pedro II e D. João V, a relevância política directa que a aristocracia monopolizava. Era esta a *“façanhosa Aristocracia que durou todo o Reynado do Senhor Dom Pedro 2º e ainda por muitos anos do Governo do Senhor Dom João 5º com outros estragos dos cabedais e da Reputação desta Coroa, e dos Vassallos dela, que ainda se estão fazendo presentes aos olhos de que hoje vivemos”*.¹³ Ou seja, no pombalismo, que iria mudar estas regras de jogo, criticava-se a importância dos Grandes nos dois reinados precedentes.

Cabe fazer uma referência à diferença entre *Linhagem* e *Casa* dos Grandes. Segundo Severim de Faria¹⁴, a linhagem seria *“ordem de descendência, que trazendo o seu princípio de huma pessoa se vay continuando & estendendo de filhos a netos, de maneira que faz uma parentela ou linhagem; a qual da antiguidade e clareza das cousas feitas he chamada nobre”*. A pertença a uma família decorria, usualmente, da varonia, isto é, da ascendência por linha masculina, mas o direito português (*Ordenações Filipinas*, liv. 5, tit. 92), consagrava o princípio de que a nobreza e fidalguia se transmitiam tanto por via paterna como materna *“Das quais Ordenações se colhe, que assi pela via das mãys, como pela dos pays, se communica a nobreza aos*

¹³ Consulta do Desembargo do Paço de 1768, veja-se Rui Ramos, *ob.cit.*

¹⁴ Manuel Severim de Faria, *Famílias Nobres de Portugal*, 2 volumes, 1649

*filhos e podem usar dos apelidos e armas de huma, e outra parte livremente*¹⁵ Por isso, acontecia que a forma de sucessão nos morgados consagrava o direito de representação (isto é, dava preferência às netas filhas de primogénitos sobre os tios secundogénitos). Apesar da importância dada à varonia, a “qualidade” e também os “defeitos” de sangue transmitiam-se tanto pelo pai como pela mãe, o que tinha enorme relevância nas alianças matrimoniais.

No entanto, a Linhagem, de origem remota, deixara de constituir a referência essencial para se tornar apenas num elemento de capital simbólico perante a relevância adquirida pela Casa. E porquê a importância da Casa? Porque, com a solidificação da monarquia bragantina, o próprio sistema de remuneração de serviços pela mesma tendia a beneficiar pelos feitos passados os sucessores das Casas que herdavam também o direito de reivindicar as mercês correspondentes. Portanto, é a Casa, como valor a preservar que se irá manter até aos finais do século XVIII.

A principal fonte de acumulação de rendas e tenças passaram a ser os serviços prestados à Coroa pelos titulares das Casas e seus colaterais. Seriam as posições adquiridas dentro da sociedade de corte da nova dinastia que asseguravam as condições materiais das casas. A elite cortesã monopolizava os principais cargos e ofícios do paço, do exército e das colónias e os cargos políticos na administração central. Ou seja, concentrava os serviços prestados à Coroa. Eram remunerados os serviços “feitos na Guerra, Embaixadas, Secretarias de Letras, e nos Tribunais e Serviços do Paço”¹⁶.

Quanto à educação destes grandes senhores, quando comparada à da alta nobreza europeia francesa e inglesa¹⁷, mostrava uma diferença notória. Os primogénitos eram educados em casa por preceptores particulares com resultados pouco brilhantes. Pelos colégios reais e pela Universidade de Coimbra passaram sim os filhos secundogénitos, destinados à carreira eclesiástica. Claro que alguns destes, por morte do primogénito, viriam a suceder como titulares das casas. Ou seja, enquanto os secundogénitos tinham uma instrução mais cuidada e conforme à cultura europeia, os primogénitos recebiam

¹⁵ António de Vilas Boas e Sampaio, *Nobiliarchia Portuguesa, Tratado da Nobreza Hereditária e Política*, (1ª ed., 1676), 3ªed., Lisboa, 1725.

¹⁶ Nuno Monteiro, *op. cit.* Eram também serviços relevantes para as grandes casas aristocráticas os de vice-rei das colónias (primeiro, Índia mas depois Brasil), bem como, para as mulheres, os de dama do paço. Estes serviços podiam figurar como dote das camareiras, revertendo para as casas dos respectivos maridos ou, quando não casavam, serem doados à casa de onde tinham nascido, administrada agora pelos seus irmãos ou sobrinhos.

¹⁷ Idem, *ibidem*. Sobre os ingleses, que frequentavam as Universidades de Oxford e Cambridge... “to the claims of blue blood, they could add superior education: it was, in the eighteenth century, a formidable combination”.

educação doméstica e ingressavam muito cedo em instituições militares na maior parte dos casos, ou ofícios palatinos.

Como já referido, estes serviços à monarquia eram bem remunerados em tenças e mercês. Os governos coloniais, especialmente os vice-reinados da Índia foram quase sempre identificados com a Grandeza. No entanto, a partir do século XVIII, o governo do Brasil passou a ser o mais apetecido. Desde 1714 até 1808 todos os governadores nomeados tinham, ou se não tinham, passavam a ter, Grandeza. Portanto, este exclusivo grupo social conseguia acesso aos cargos superiores da monarquia, além de grandes ofícios eclesiásticos para os segundogénitos, bem como cargos palatinos, incluindo a colocação das filhas no paço.

Segundo Veríssimo Serrão, exceptuando algumas Casas¹⁸, a maior parte da nobreza portuguesa não possuía bens excepcionais. Os viajantes estrangeiros eram quase todos unânimes em reconhecer que o nível de vida da nobreza portuguesa não era sumptuoso, embora alguns fizessem esforços para aparentar uma riqueza que não correspondia ao seu real património.

3. Opções Políticas

No reinado de D. Pedro II alcançou-se a paz com a Espanha (1668), a estabilidade da dinastia bragançina e o seu reconhecimento. A participação de Portugal na guerra de Sucessão de Espanha saldou-se pela consolidação da opção atlântica e da aliança com a Inglaterra, a potência marítima dominante. A grande prioridade lusa era o Brasil, a defesa das suas rotas e a definição e protecção das suas fronteiras.

A escolha apoiou-se numa política de neutralidade face aos grandes conflitos europeus, orientação que deve aliás ser encarada como complementar da aliança inglesa, uma vez que a Inglaterra também se esquivava a qualquer envolvimento directo nas questões continentais. Portanto, à excepção das relações com a Santa Sé e a Espanha, tudo o mais que dissesse respeito ao continente europeu se poderia considerar relativamente secundário para a diplomacia portuguesa do reinado de D. João V. Em relação ao Vaticano, alcançou-se no reinado joanino a igualdade de tratamento prestada pela Santa Sé às outras grandes potências católicas. Quanto à Espanha, era necessário

¹⁸Como a Casa do Duque de Aveiro e dos Marqueses de Távora, antes do julgamento e condenação pelo crime de lesa-majestade, veja-se Veríssimo Serrão, *op. cit.*

manter relações cuidadosas, não só devido à vizinhança europeia das duas potências, mas também à contiguidade territorial das colónias de ambas na América do Sul¹⁹.

No século XVIII, o maior parceiro comercial e intermediário de Portugal era a Grã-Bretanha, embora a França tentasse disputar a primazia. Além do trigo – desde séculos escasso no reino e essencial para alimentar Lisboa e outros centros urbanos – o reino importava produtos manufacturados (especialmente têxteis) da Inglaterra. Exportava vinho, a mais procurada e importante produção do reino, e produtos coloniais, quase todos de origem brasileira (açúcar, tabaco, couro, mais tarde café e algodão). O Brasil integrava-se, portanto, no equilíbrio social, económico e político da monarquia pluricontinental portuguesa. Desde há muito tempo que as elites de Lisboa tinham a plena consciência desse facto incontornável, ou seja, consideravam as colónias como base da riqueza da metrópole. Em 1772, Martinho de Melo e Castro, secretário de estado da Marinha e Ultramar, declarava: *“Todo o mundo sabe que as colónias ultramarinas, sendo sempre estabelecidas com preciso objecto de utilidade da Metrópole, ou da cidade capital do reino, ou estado a que são pertencentes, resultaram dessa essencial certeza máximas tão infalíveis, e tão universalmente observadas na prática de todas as nações”*²⁰. Desta forma, havia uma contínua e efectiva transferência da riqueza do Brasil para Portugal que assentava no estatuto colonial do território e pressupunha a colaboração das elites locais de prestígio e poder na colónia e a negociação com as mesmas. As conexões directas entre Brasil e África, associadas ao tráfico de escravos eram, na sua grande maioria, feitas por negociantes radicados na Baía.

Para seguir com esta política de protecção do seu comércio pluricontinental, Portugal precisava da ajuda da maior potência naval de então: a Grã-Bretanha. Por isso, era a Inglaterra o destino principal da diplomacia portuguesa. No entanto, a partir do reinado de D. Maria I, a Coroa portuguesa tinha inaugurado uma série de novas embaixadas em países até então pouco ou nada visitados por diplomatas portugueses. A esse respeito, o caso russo merece uma atenção especial, pois é nessa altura que se regista um aumento notório das missões para a corte de Moscovo. Importa notar que o relacionamento foi recíproco pois a czarina Catarina II esteve muito empenhada na

¹⁹ Pedro Soares Martinez, *Histórica Diplomática de Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1992

²⁰ K. Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, 2001

abertura ao Ocidente. Para além da Rússia, estabeleceram-se relações diplomáticas com a Dinamarca, Sardenha, Estados Unidos, reino de Nápoles e Prússia.²¹

No período que se seguiu à Revolução Francesa, ou seja, entre 1792 e 1808, toda a actividade diplomática europeia foi marcada pela agitação decorrente das guerras revolucionárias primeiro, e napoleónicas depois. Criaram-se novas representações diplomáticas e suspenderam-se outras, que tinham por destino Estados que deixaram pura e simplesmente de existir.

Em 1796, a Itália foi invadida pelo exército francês dirigido pelo general Napoleão Bonaparte. A França vitoriosa neutralizou a Toscânia, os estados do Papa, o reino de Nápoles. Pelo tratado de Campo Formio (1797), assinado pela república francesa e o império austro-húngaro, foram criadas novas repúblicas na península itálica, como as repúblicas Cispadana e Lombarda. A república de Veneza foi desmembrada e dividida entre a república francesa e a Coroa da Áustria. Em 1799, após a vitória de Marengo, Napoleão, já então 1º cônsul, obrigou os austríacos a reconhecer as Repúblicas Batava (Holanda), Helvética, Cisalpina, e Ligúria. De 1805 a 1807, devido às brilhantes vitórias militares de Austerlitz, Iena-Auerstatd e Friedland, Napoleão, que se coroara a si próprio imperador, redesenhou o mapa europeu. O Sacro Império Romano-Germânico foi extinto e vários estados alemães formaram a Confederação do Reno, sob a protecção de Bonaparte. O imperador dos franceses formara uma série de estados-clientes que entrega a seus irmãos: Nápoles é oferecido a José Bonaparte, a Holanda, a Luís e Jerónimo torna-se rei da Vestefália, um estado na Alemanha Ocidental criado com territórios pertencentes à Prússia e ao Eleitorado de Hesse. Os exércitos franceses, conduzidos por Napoleão, aniquilaram vários estados europeus e criaram outros²².

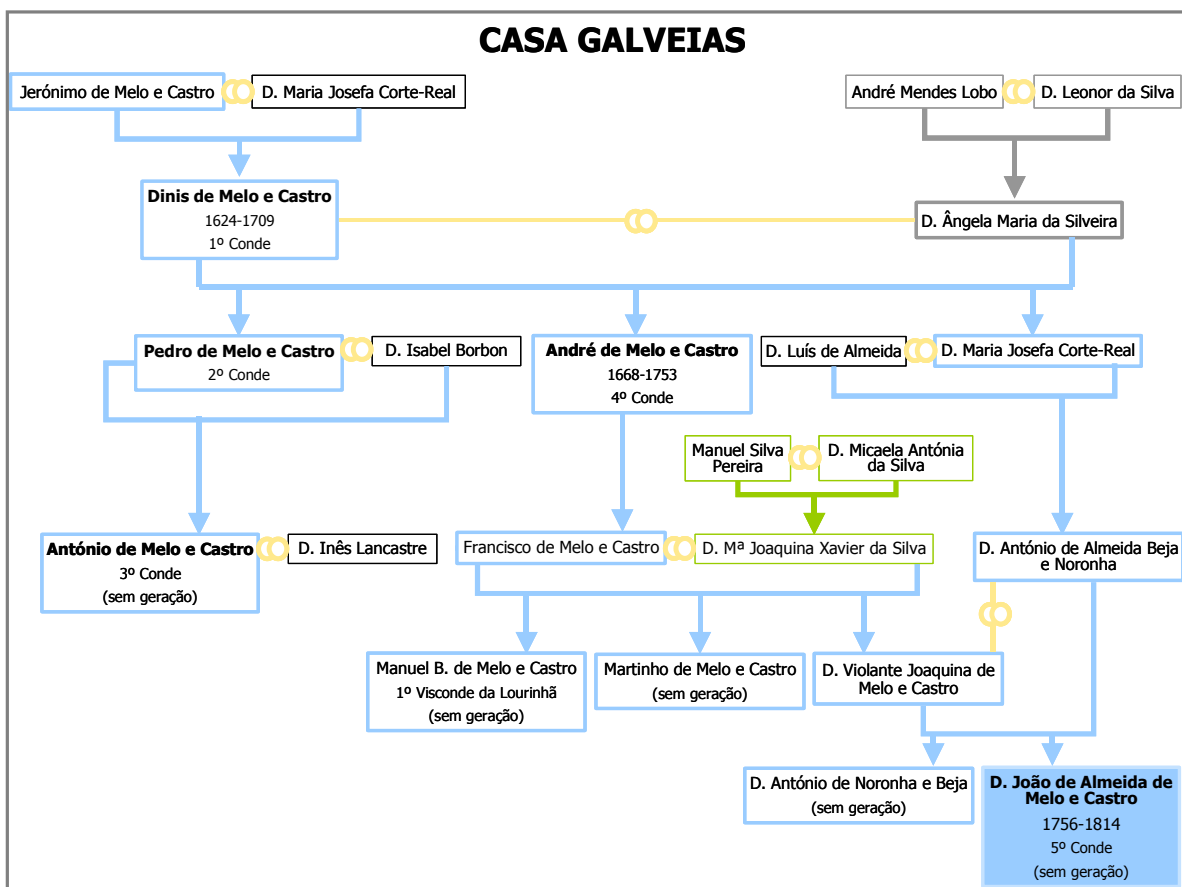
Portugal e os outros pequenos reinos neutrais, Suécia e Dinamarca²³, encontravam-se encurralados nesta guerra de titãs. O gabinete português procurava manter a neutralidade e, para a conservar, seguia uma política sinuosa, transigindo com as exigências da França revolucionária, sem perder o indispensável apoio britânico. Os diplomatas portugueses que exerciam na época funções junto das potências em guerra, tinham pela frente missões espinhosas, tentando actuar como podiam, mas sem grande espaço de manobra.

²¹ Pedro Soares Martinez, *op.cit.* A partir de 1789 Portugal passou a ter relações diplomáticas permanentes com a Prússia.

²² Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime, Português*, Porto, edições Afrontamento – Biblioteca das Ciências do Homem, 1993.

²³ A Suécia foi atacada pela França e os ingleses aniquilaram os dinamarqueses uns meses antes da invasão de Portugal pelos franceses.

CASA GALVEIAS



Capítulo II – A Casa Galveias

1. Entre a Guerra e a Paz

Foi fundador da Casa Galveias D. Dinis de Melo e Castro, 1º conde das Galveias, fidalgo de geração, filho terceiro de Jerónimo de Melo e Castro e de sua mulher, D. Maria Josefa Corte-Real. Distinto general da Guerra da Aclamação, ganhou o título pela sua brilhante carreira militar.²⁴ Entre os fidalgos que ascenderam à Grandeza entre 1640e 1670, a maioria era grandes chefes militares da guerra subsequente à Restauração. Se houve títulos concedidos a casas que já tinham senhorios jurisdicionais, muitos foram atribuídos a casas sem senhorio que os adquiriram simultaneamente, como neste caso.

Com apenas 16 anos, juntou-se D. Dinis às forças do Conde de Vimioso para guarnecer as fronteiras do Alentejo. Na guerra que se seguiu e que se prolongou por quase vinte e oito anos, combateu sempre. Na batalha das Linhas de Elvas, sob o comando geral do conde de Cantanhede²⁵, dirigiu a cavalaria da ala esquerda da vanguarda, no posto de tenente-general. Comandou a cavalaria portuguesa na batalha de Montes-Claros (1665), a última vitória contra os espanhóis. Já era então general.

Governador de Armas da Província do Alentejo em 1667, foram os seus serviços reconhecidos por D. Pedro II que o nomeou Conselheiro de Estado e lhe deu o título de 1º conde das Galveias²⁶. Já avançado em anos, participou na Guerra da Sucessão de Espanha. Graças à acção do conde de Galveias, que reuniu tropas em Estremoz e Arronches, foi cercada a praça de Valência de Alcântara, que ao fim de uma semana de assédio se rendeu (8 de Março de 1705) ; marchou em seguida sobre a grande praça de Albuquerque que não tardou em capitular ... *o Conde das Galveas Diniz de Mello de Castro com seu filho o Conde Pedro de Mello e seu neto António de Mello...No dia em que foi ganhada a Praça, despedio logo o Governador das Armas a seu filho o Tenente General da Cavallaria Pedro de Mello de Castro, para participar a Sua Majestade esta estimável notícia, e Sua Majestade em atenção do bom serviço do Conde das Galveas, e remuneração do trabalho de seu filho Pedro de Mello lhe fez mercê de o mandar*

²⁴Título criado por D. Pedro II por carta de 10 de Dezembro de 1691, a favor de Diniz de Melo e Castro, veja-se, Domingos de Araújo Afonso, Rui Dique Travassos Valdez, José de Sousa Machado, *Livro de Oiro da Nobreza: Apostilas à Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, Lisboa, 1988

²⁵ Feito depois da batalha marquês de Marialva

²⁶ Júlio de Melo e Castro, *História Panegyrica da vida de Diniz de Mello de Castro, primeyro conde das Galveas, do conselho de estado & guerra dos sereníssimos reis dom Pedro II & dom João V., escrita por Júlio de Castro, seu sobrinho*, Lisboa Occidental, J. Manescal, 1721

cobrir Conde, para que logo lograsse as honras da grandeza em vida de seu pay”²⁷ Galveias prosseguiu a invasão mas, reconhecendo a falta de meios para conquistar Alcântara, tentou ainda tomar Badajoz que era defendida por um exército francês. No entanto, devido ao calor sufocante, o comandante francês não quis dar combate²⁸

Casou D. Dinis com D. Ângela Maria da Silveira, filha de André Mendes Lobo²⁹ e de sua mulher D. Leonor da Silveira. Tiveram filhos, sendo o primogénito Pedro de Melo e Castro, 2º conde das Galveias, que herdou as comendas concedidas pela Coroa ao 1º conde e foi couteiro-mor da Casa de Bragança. Também, como seu pai, seguiu a carreira das armas. Distinguiu-se sobretudo na guerra da Sucessão de Espanha, atingindo os postos de tenente-general e de general de batalha.

Do seu casamento com D. Isabel de Borbon, filha dos 2º condes de Avintes, D. António de Almeida Portugal e D. Maria Antónia de Borbon, nasceu o 3º conde, António de Melo e Castro, casado com D. Inês de Lancastre, dama da rainha³⁰. O 3º conde morreu sem descendência³¹.

²⁷ D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 4ª edição (1ª de 1748) Tomo VII, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1954

²⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op.cit.*

²⁹ Conhecido por “vilão do Alentejo” mas imensamente rico. Teria sido “enobrecido” pelo seu casamento com D. Leonor da Silveira, veja-se <http://wordpress.com/tag/guerra-da-restauração>, Jorge P. de Freitas, *O capitão de Cavalos André Mendes Lobo – breve retrato de um fiel servidor da Casa de Bragança* e Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol.IV, tomo XI, 3ª edição, Braga, Carvalhos de Basto, 1989

³⁰ O cargo de dama do paço era muito desejado, por ser bem remunerado, pelas mulheres das Casas dos Grandes.

³¹ Felgueiras Gayo, *op. cit.*



**D. Dinis de Melo e Castro, 1º Conde das
Galveias
(1624 – 1709)**

O segundo filho dos 1º condes das Galveias, André, frequentou a Universidade de Coimbra onde se graduou, seguindo a vida eclesiástica como deão da capela ducal de Vila Viçosa. Tendo abandonado a carreira canónica, foi nomeado por D. João V para Roma como Enviado Extraordinário (1711) e Embaixador (1718).

“Assistia então naquela Corte [Roma] por Enviado Extraordinário André de Mello e Castro, que depois do anno de 1718 se declarou Embaixador, que ElRey depois honrou com a grandeza no título de Conde das Galveas ainda em vida de seu tio: nella residio muitos annos com muito luzimento, e estimação em diversos Pontificados,

conseguindo em aplauso universal dos romanos e de todas as Nações, que se achão naquella grande Corte, onde fez uma tão magnifica e pomposa entrada, que a não vio maior Roma....”³².

Em 1732, foi André de Melo e Castro nomeado governador de Minas e em 1736 elevado a vice-rei do Brasil³³. A maior parte das grandes casas aristocráticas portuguesas teve algum dos seus membros num governo do Império entre 1640 e 1810. Note-se que a maioria não eram sucessores das casas titulares mas segundogénitos das mesmas. Se durante o século XVIII muitos filhos segundos de casas de primeira grandeza ainda partiram do reino para fazer carreira na Índia, o Brasil e a defesa das suas rotas e protecção das suas fronteiras tornou-se muito mais importante para a monarquia. Consolidou-se assim, no reinado de D. João V, a opção atlântica de Portugal e a aliança com a Inglaterra, a potência marítima dominante.³⁴

A partir do reinado de D. João V retomou-se a tradição da vice-realeza, instituída na época da monarquia dual. Foi na vice-realeza de André de Melo e Castro que se encarou a sério o povoamento do Brasil. A partida em massa de gente para Minas Gerais tinha provocado o despovoamento de certas áreas do reino. A coroa viu-se obrigada a proibir a saída de gente para aquela capitania, com excepção dos que exerciam cargos oficiais e religiosos. Ao mesmo tempo, impedia-se que os moradores do Brasil voltassem ao reino e permitiu-se a fixação no Brasil de 400 casais oriundos da Madeira e Açores, determinando a coroa que se estabelecessem em Santa Catarina para colonizarem o sul do Estado.

André de Melo e Castro reorganizou o sistema militar, o que permitiu socorrer a colónia do Sacramento que tinha sido atacada pelos espanhóis em 1736. No seu vice-reinado criaram-se povoações no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Goiás e Minas Gerais, o que lhe valeu o elogio de ter governado o Brasil com “*grande prudência, justiça e zelo do serviço da Coroa*”³⁵.

³² D. António Caetano de Sousa, *op. cit.* acrescenta” [O Rey] em alguns transversaes multiplicou os Títulos das suas Casas...como a André de Mello Conde das Galveas...

³³ Idem, *ibidem*, “O conde das Galveias, André de Mello, passando do governo das Minas Geraes para Vice-Rey do Estado do Brasil, acreditando em toda a parte aquelles acertos que conseguiu com aplauso na Corte de Roma....”, e Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa – Rio de Janeiro, 1960 – 1989 “Conta-se que, em virtude da Câmara Municipal da Baía se ter oposto a uma ordem dimanada do governo de Lisboa, encarcerou, sem contemplações a vereação inteira e determinou que os seus componentes nunca mais exercessem qualquer cargo oficial”

³⁴ Nuno Monteiro, *op.cit.*

³⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op.cit.*

André não casou mas deixou um filho, Francisco de Melo e Castro, nascido em Estremoz em 1702. Foi brilhante militar, serviu na Índia e como comissário da cavalaria do Alentejo. Depois nomeado governador de Mazagão e de Moçambique, desempenhou este governo até 1752.

Era reduzido o número de filhas ou filhos de Grandes que casavam fora do grupo, mas alguns houve. Foi este o caso de Francisco de Melo e Castro que casou com D. Maria Joaquina Xavier da Silva, filha de Manuel da Silva Pereira e de sua mulher, D. Micaela Antónia da Silva. Manuel da Silva Pereira serviu como secretário o Dr. Duarte Ribeiro de Macedo³⁶ a quem acompanhou em missões diplomáticas até à morte deste, que ocorreu em Espanha em 1680.

Em Junho de 1693, ou seja, treze anos depois da morte do diplomata, Manuel da Silva Pereira, já então casado com D. Micaela Antónia da Silva e Guarda-mor da Casa da Índia em Lisboa, requereu ao Tribunal do Santo Ofício que se fizessem diligências sobre a sua “limpeza de sangue e geração” e também da de sua mulher, uma vez que se queria candidatar ao cargo de Familiar do Santo Ofício³⁷.

Desde cedo o Familiar se impôs ao bom funcionamento da actividade inquisitorial, como cooperante leigo dos eclesiásticos e oficiais da Inquisição, sendo fundamental que existissem Familiares nas localidades de maior população. Havia no entanto a preocupação de nomear Familiares em número escasso, isto é, apenas os necessários para o exercício das funções que lhes eram atribuídas. Teriam de ser, como seus pais e avós, cristãos-velhos, “limpos de sangue”, sem nenhuma “infâmia pública”, nem ter sido presos ou penitenciados pela Inquisição. Se quisessem casar, a futura esposa teria de provar a sua própria limpeza de sangue e da respectiva família. Deveriam ter capacidades económicas que lhes permitissem viver abastadamente (seria, em princípio, para não aceitar subornos). Era fundamental a “boa vida e costumes” para se responsabilizarem por qualquer “negócio de importância e segredo” do Santo Ofício. A boa conduta era indispensável para não fazer “agravo a pessoa alguma com o poder do seu ofício, ou com os privilégios de que gozavam, não contrair dívidas, nem pedir emprestado “à gente da nação”³⁸

³⁶ Ana Maria Homem Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um Diplomata Moderno (1618 – 1680)*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005

³⁷ AN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Habilitações do Santo Ofício, Manuel, Maço 46, Doc.1031, fl.3

³⁸ Isaias da Rocha Pereira, *O Regimento dos Familiares do Santo Ofício*, in Documentos para a História da Inquisição em Portugal, Arquivo Histórico Dominicano Português, Porto, 1984

Os privilégios conferidos aos portadores da *Carta de Familiar* faziam desta uma espécie de *Carta de Nobilitação*, aproximando-os da nobreza das localidades, sem que fossem nobres. Era uma promoção social³⁹. Ser Familiar constituía ainda uma garantia de pureza de sangue, pois os processos de habilitação eram muito exigentes, implicando um mínimo de doze testemunhas, entre as pessoas mais velhas e prestigiadas dos lugares onde tinham residido os antepassados do candidato, com exclusão dos seus amigos ou parentes, num inquérito feito até à terceira geração.

O processo de habilitação de Manuel da Silva Pereira é nitidamente um exemplo em que se verifica funcionar a Inquisição como instância legitimadora de promoção social. Este filho de mercador e feirante irá ser sogro de Francisco de Melo e Castro, filho bastardo de André.

A historiografia tem sublinhado o rigor das habilitações do Santo Ofício, de forma que era praticamente impossível passar nas suas malhas com sangue impuro. E quando já se era Familiar, tal facto era argumento de peso no Tribunal das Ordens Militares. Não é de espantar pois que Manuel da Silva Pereira fosse também cavaleiro professo na Ordem de Santiago. No entanto, para Francisco de Melo e Castro, embora bastardo de Grande, o casamento com a filha de Manuel da Silva Pereira foi um enlace muito abaixo do seu grupo social.

Francisco de Melo e Castro e D. Maria Joaquina Xavier da Silva Pereira tiveram, entre outros filhos: Manuel Bernardo de Melo e Castro, 1º Visconde da Lourinhã, Martinho de Melo e Castro e D. Violante Joaquina de Melo e Castro. O 1º Visconde da Lourinhã, destacado militar, casou com D. Domingas Isabel de Noronha mas não deixou geração. Martinho, filho segundo de um bastardo de Grande, seguiu a carreira usual dos segundogénitos pois a maioria destes era encaminhada para o clero. Destinado à vida eclesiástica, estudou Filosofia na Universidade dos jesuítas de Évora, obtendo o grau de bacharel. Formou-se em Direito Canónico na Universidade de Coimbra, sendo nomeado em 1739 cónego da Sé patriarcal. Em 1751 iniciou a sua carreira diplomática, representando Portugal junto dos Estados Gerais das Províncias Unidas onde permaneceu até à sua ida para Londres. Participou na assinatura do tratado de Paris em 1763⁴⁰.

³⁹ José Veiga Torres, *Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como Instância Legitimadora da Promoção Social da Burguesia Mercantil*, Coimbra, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº40, 1994.

⁴⁰ Conferência para a paz entre Portugal, França, Inglaterra e Espanha

Segundo Nuno Monteiro, chegava-se à diplomacia servindo em qualquer um dos corpos principais da monarquia (exército, magistratura, burocracia, Igreja). Para fidalgos não titulares as carreiras diplomáticas eram claramente uma via de promoção social. Está neste grupo Martinho de Melo e Castro, neto por linha bastarda do 4º Conde, André, ele próprio filho segundo do 1º Conde.

Por alvará de 28 de Julho de 1736 foi criada por D. João V a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁴¹. A esta Secretaria de Estado ficaram a caber *“todas as negociações com qualquer outra Corte; as nomeações dos Ministros, que houverem de servi-me nas ditas Cortes; as instruções, aviso, ordens, avisos, ordens e repostas dos mesmos Ministros, os Tratados de paz, de guerra, casamentos, alianças, comércio e quaisquer outros que se celebrarem; as cartas para os Reis, Príncipes e quaisquer outras pessoas de fora dos meus Domínios; e as conferências com os ministros estrangeiros”*⁴²

2. Ao Serviço da Coroa

A partir do período pombalino, quando as diversas secretarias de estado se tornaram o centro da decisão política, a diplomacia foi o principal campo de recrutamento dos secretários de estado do governo que emergiu nos meados do século XVIII. No reinado de D. José, começou em Portugal a acção reformadora e autoritária do Estado e do governo em múltiplos campos da sociedade. Ou seja, houve a constituição do que hoje chamamos “Governo” (as secretarias de estado, antecessoras dos posteriores ministérios). Este Governo e os seus ministros em breve adquiriram maior importância e poder que os anteriores conselhos, nomeadamente o Conselho de Estado, onde os Grandes do reino tinham assento e que constituía até então o núcleo central do processo de decisão política.

Desde Pombal, portanto, que as nomeações para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros incidiram esmagadoramente sobre indivíduos com duas ou mais missões diplomáticas. No contexto de relativo isolamento das elites da dinastia de Bragança, a diplomacia e o contacto forçado com o exterior forneciam aos diplomatas um saber político e um conhecimento da política internacional que poucos no interior do reino poderiam alcançar.

⁴¹ Foram criadas mais duas Secretarias de Estado além desta: do Reino, e da Marinha e Ultramar

⁴² Pedro Soares Martinez, *op.cit.*

Marinho de Melo e Castro foi um deles. Contemporâneo de Pombal, permaneceu como secretário da Marinha e do Ultramar desde 1770 até ao dia da sua morte, em Março de 1795, já no período da regência do príncipe D. João. Como ministro de D. Maria I, empreendeu Melo e Castro notáveis reformas na organização da Armada, procedendo à sua modernização. Era vital para Portugal a protecção do seu comércio marítimo, livrando as costas metropolitanas da crescente ousadia dos corsários berberes e franceses. Martinho de Melo e Castro destacou-se na administração dos negócios da Marinha, reestruturando a Armada portuguesa. Graças aos seus esforços primeiro, e aos do seu sucessor⁴³ depois, será possível Portugal ter navios em estado de combater juntamente com a possante *Royal Navy* no enorme conflito que irá assolar a Europa de 1792 a 1814



**Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar
(1770-1796)**

D. Violante Joaquina era irmã de Martinho de Melo e Castro e de Manuel Bernardo de Melo e Castro, 1º visconde da Lourinhã e herdou a casa de seu irmão, o 1º Visconde da Lourinhã por este não ter geração. Casou esta senhora com seu primo D. António José de Almeida Beja e Noronha. Houve fusão de duas Casas⁴⁴. De um lado, os Almeida Beja e Noronha. Têm estes origem em D. João Teotónio de Almeida, filho de um irmão segundo do 1º Conde de Assumar (vice-rei da Índia). O irmão do conde de Assumar

⁴³ O sucessor será D. Rodrigo de Sousa Coutinho

⁴⁴ Nuno Monteiro, *op. cit.*

casara-se com D. Josefa de Melo Corte Real, filha de Dinis de Melo e Castro, 1º conde das Galveias e irmã dos 2º e 4º condes. O filho de ambos, D. João Teotónio de Almeida casou com Isabel de Castro, filha herdeira de António de Beja e Noronha, capitão de cavalos, filho, neto e bisneto de magistrados mas *senhor de muitos bens no Alentejo e do prazo de Arroios*⁴⁵. Houve assim na Casa Galveias outro casamento socialmente abaixo para acumular património. O filho deste casamento, D. António José de Almeida Beja e Noronha, fidalgo da Casa Real, coronel de cavalaria e governador da praça de Elvas, comendador, casou com D. Violante Joaquina de Melo e Castro, sua prima e irmã de Martinho de Melo e Castro e do 1º visconde da Lourinhã. Com este casamento, uniram-se os Almeida Beja Noronha com os Melo e Castro. Passou a Casa Galveias a ter a ter a varonia dos Almeidas da Casa de Alorna⁴⁶.

D. João de Almeida de Melo e Castro foi o segundo filho de D. António de Almeida Beja e Noronha e de D. Violante Joaquina de Melo e Castro. Nasceu em Lisboa a 23 de Outubro de 1756 e morreu no Rio de Janeiro, a 18 de Janeiro de 1814. O seu irmão primogénito, D. António de Noronha e Beja, foi marechal de campo. Como morreu solteiro sem geração, sucedeu-lhe D. João na representação da Casa Galveias.

Oficial-mor da Casa Real, Couteiro-mor da Real Tapada de Vila Viçosa e outras coutadas da Casa de Bragança, formou D. João de Almeida com seu bisavô, o 4º conde e o seu tio Martinho de Melo e Castro uma autêntica dinastia de fidalgos-diplomatas. Nomeado como Ministro Plenipotenciário em Haia (1782-1788), seguiu-se a missão em Roma (1788-1790). Pelos seus serviços como “*enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas recebeu...hábito de Cristo com 1200.000 de tença...*”⁴⁷. Em 1791, foi-lhe concedida a comenda de Portancho pela sua actuação nas *Cortes da Haya e de Roma*⁴⁸. Como se pode ver no Registo Geral das Mercês⁴⁹ de D. Maria I, converte-se, no mesmo ano, em membro do Conselho da Fazenda e presidente da Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército

O principal foco de actividade diplomática lusitana era, sem dúvida, a Grã-Bretanha, sobretudo durante o período conturbado da Revolução Francesa e das posteriores

⁴⁵ Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Carvalhos de Basto, 1992

⁴⁶ D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, 4ª edição (1ª de 1755, Lisboa, 1933) “*El-Rei D. João V creou Marquez, de Alorna, por carta de 9-XI-1748, a D. Pedro de Almeida Portugal, 3ª Conde de Assumar e 1º Marquez de Castelo Novo pelos distintos serviços que lhe fizera na Índia, onde tinha tomado ao inimigo a Praça de Alorna...*”

⁴⁷ AN/TT, *Ministério do Reino*, Decretos (Ajuda, 27 de Junho de 1781)

⁴⁸ Idem, *ibidem*, (Queluz, 24 de Setembro de 1791).

⁴⁹ AN/TT, *RGM*, liv.11, flo.620

guerras revolucionárias e napoleónicas. Nomeado pela corte de Lisboa (1792) como Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário junto da corte de St. James, D. João de Melo e Castro manteve-se em Inglaterra até 1801, levando a cabo a sua espinhosa missão (Portugal oscilava entre a França e a Inglaterra, tentando desesperadamente manter a sua neutralidade). Melo e Castro exerceu com firmeza e dignidade a sua missão, o que não foi sempre fácil.

Veríssimo Serrão⁵⁰ destaca a actuação dos diplomatas portugueses nestes anos de crise. Se não fosse a diligência de alguns deles, entre eles a de D. João de Melo e Castro em Londres, talvez não tivesse sido possível a Portugal manter o equilíbrio político até ao primeiro consulado de Napoleão Bonaparte. Como no período da Restauração, os diplomatas esforçaram-se por todos os meios para vencer as ameaças que pairavam sobre o reino.

Pelos seus serviços na corte de Londres, foi-lhe concedido (1797) *...o título de Visconde da Lourinhã, com o senhorio da mesma Villa e Alcadaria-Mor de Cernancelhe...e a comenda de S. Pedro das Alhadas...em verificação da vida que nella tinha seu tio, Martinho de Mello e Castro*⁵¹.

De 1736 em diante, a Coroa Portuguesa passou a contar com um novo dispositivo de secretarias de Estado, contando-se, entre elas, uma secretaria especializada dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Muitos dos representantes da Coroa portuguesa no estrangeiro foram reintegrados na administração central através de cargos nas secretarias de Estado, nomeadamente na dos Negócios Estrangeiros. Os diplomatas com duas ou mais missões diplomáticas ao serviço da Coroa viriam a ocupar lugares politicamente destacados, como o de ministro ou secretário de estado⁵². Ou seja, as carreiras diplomáticas eram, sem sombra de dúvida, uma porta aberta para a mobilidade numa sociedade na qual o topo da hierarquia social se mostrava difícil de alcançar. Muitos destes diplomatas não pertenciam á primeira nobreza do Reino, nem às principais instituições (Igreja, exército, magistraturas) e nem sequer tinham formação académica.

Note-se que a esmagadora maioria dos diplomatas com formação universitária não pertencia à primeira nobreza da corte. Por sua vez, o número de licenciados diminuía

⁵⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *Historia de Portugal: O Despotismo Iluminado*, Vol. VI, Lisboa, editorial Verbo, 1982

⁵¹ AN/TT, *Ministério do Reino*, Decretos, (Queluz, 10 Fevereiro de 1797)

⁵² Por exemplo, Sebastião José de Carvalho e Melo, Cipriano Ribeiro Freire, D. João de Melo e Castro, António de Araújo de Azevedo

claramente nos escalões superiores da nobreza. Poder-se-ia pensar que a formação universitária era um recurso alternativo ao elevado nascimento. Mas não era um requisito alternativo, porque mesmo muitos dos não fidalgos não tinham tais atributos, o que leva a concluir que não existia uma via dominante de acesso à diplomacia, isto é, os indivíduos escolhidos podiam pertencer (ou não) a grandes Casas, podiam ter ou não qualificações académicas. Ter fortuna, influência, conexões também era importante. Porém, para aceder a cargos importantes na administração central, era muito valorizada a experiência e a competência demonstradas no desempenho de missões diplomáticas exercidas anteriormente. São exemplos, entre outros, de Sebastião José de Carvalho e Melo e António de Araújo de Azevedo. Eram fidalgos mas não tinham nascido em Casas que pertencessem à primeira nobreza da corte. No entanto, ambos foram, depois de um percurso na diplomacia, secretários de estado e receberam títulos que legaram às suas Casas.

Depois de representar a Coroa portuguesa junto de três cortes (Roma, Haia e Londres), D. João de Melo e Castro assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra.⁵³

Portugal fora invadido pela Espanha em Maio de 1801. A curta campanha, conhecida por Guerra das Laranjas, destruiu o que restava do exército português, já muito castigado pela campanha do Rossilhão, sendo tarefa do novo secretário de Estado da Guerra tentar reconstruir o exército, pois o conflito na Europa fazia prever nova invasão do reino.

No entanto, a Europa além-Pirinéus, extenuada por anos de guerra, depôs as armas. A França e a Inglaterra negociaram a paz pelo Tratado de Amiens (27 de Março de 1802). Note-se que Amiens não foi mais que uma trégua, uma vez que as hostilidades recomeçaram em Maio de 1803. Contudo, restabeleceram-se neste período os laços diplomáticos entre a França e Portugal. Em 1802, chegou à corte de Lisboa o General Lannes como Ministro plenipotenciário da República francesa. Lannes entrou rapidamente em desacordo com Melo e Castro. Em Agosto de 1803, o Príncipe Regente viu-se obrigado a demitir este devido às exigências de Lannes que acusava o secretário de Estado de ser “homem dos Ingleses”.

⁵³<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1799.html>., D. João de Almeida foi nomeado em Janeiro mas permaneceu mais uns meses em Londres. Só viria exercer o cargo a 23 de Julho. – consultado 07-03-2008

O poder de Napoleão, auto-proclamado Imperador dos franceses, alastrava pela Europa. Só resistia a Inglaterra. Portugal, ameaçado pelas tropas francesas caso não fechasse os portos aos ingleses, seus aliados e senhores das rotas marítimas de que dependia o comércio ultramarino luso, encontrava-se numa situação aflitiva. Apesar de demitido do seu cargo de secretário de estado, D. João de Almeida continuava membro do Conselho de Estado. A 29 de Novembro de 1807, depois de reuniões do mesmo Conselho, a Corte Portuguesa embarca para o Brasil, sob a protecção da *Royal Navy*, chegando ao Rio de Janeiro em Março de 1808.

Por decreto de 17 de Dezembro de 1808, foi D. João de Almeida de Melo e Castro agraciado pelo Príncipe Regente com o título de Conde das Galveias pelos seus reconhecidos serviços à Coroa que acompanhara até ao Brasil.

Formara-se o primeiro governo no Rio de Janeiro. A partir de então, Portugal e o seu ainda vasto Império irão ser governados pelas elites sediadas na sua principal colónia, o Brasil.

O 5º Conde das Galveias exercerá funções como secretário de estado da Marinha e Ultramar por pouco tempo mas irá ter uma postura notável como Ministro dos Negócios e da Guerra, de 1812 a 1814 (ano da sua morte), tentando limitar o crescente poderio britânico sobre a Coroa portuguesa.

D. João de Almeida de Melo e Castro casou com D. Isabel José de Meneses, filha dos 1º condes de Cavaleiros mas não teve descendência, pelo que a continuidade da casa Galveias acabou por cair no irmão, D. Francisco de Almeida de Melo e Castro.

Nota-se nesta família uma enorme concentração de ofícios superiores da monarquia, como exército (Dinis e Pedro, 1º e 2º condes), cargos diplomáticos importantes (André, 4º conde, Martinho e João, 5º conde), governos das colónias (André), e cargos nas secretarias de estado: Martinho foi secretário de estado da Marinha e Ultramar até à sua morte. João, 5º conde, secretário de estado dos Negócios Estrangeiros na Metrópole e no Brasil, bem como secretário de estado da Marinha, se bem que por pouco tempo, no Rio de Janeiro.

Ao serviço da Monarquia portuguesa distinguiu-se, de facto, a Casa Galveias, no governo do Reino, nas cortes da Europa e no Império português.



**D. João de Almeida de Melo e Castro, 5º Conde das Galveias
(1756 – 1814)**

PARTE II – MISSÃO EM LONDRES

(1792 – 1801)

Capítulo I – A Revolução Francesa e os Interesses Coloniais Portugueses

1.A Posição da Grã-Bretanha face à Revolução Francesa

D. João de Melo e Castro ingressou no serviço diplomático, tal como seu avô e tio. Depois de Haia e Roma, foi destacado para Londres. Sabe-se, por ofício escrito pelo próprio⁵⁴, que o novo embaixador português à Corte de St. James chegou a Falmouth (12 de Julho 1792) e a 8 de Agosto apresentou credenciais a Sua Majestade Britânica. O seu predecessor no cargo, Cipriano Ribeiro Freire, regressou em Outubro a Lisboa.⁵⁵

O contexto europeu complicava-se cada vez mais. Tudo tinha começado em 1789 – Ano da Revolução Francesa, acontecimento que iria alterar radicalmente a história europeia e desencadear conflitos durante os 25 anos seguintes – A nação francesa proclama a liberdade e igualdade de todos os homens. Primeiro, a Europa olha estas transformações com curiosidade e até com alguma simpatia. As convulsões internas da França podiam provocar o enfraquecimento deste país e facilitar as ambições das outras potências. A Inglaterra é uma delas. Está ocupada com a renovação do seu Império marítimo e da sua economia, portanto os problemas da França deixam-na indiferente e são até desejáveis, pelo menos até 1793, quando surgirem acontecimentos que originarão a sua entrada na guerra que começara em 1792 entre a jovem República francesa e as Monarquias absolutas do continente europeu. No entanto, não deixa de olhar com atenção para as chamadas Potências Continentais, pois são elas que podem fazer perigar o equilíbrio europeu.

O século XVIII tinha visto desenvolver-se um novo Império: a Rússia, que pretendia ter influência nas rotas europeias e asiáticas em dois pontos cruciais – o Báltico e os Balcãs. No Báltico, a Imperatriz Catarina II tenta monopolizar o poder em detrimento da Suécia, aproveitando-se dos reduzidos recursos do pequeno reino báltico. Intervém nos Balcãs com o apoio da Áustria contra o Império Otomano, o que não agrada nada aos ingleses, pois as vias caucasianas e persas conduzem ao Oriente que se tinha tornado, desde a independência dos Estados Unidos, o centro do comércio ultramarino inglês.

⁵⁴ AN/TT, *MNE*, cx. 711, of. 3, Londres, 8 de Agosto de 1792

⁵⁵ Idem, *ibidem*, of. 19, Londres, 19 de Outubro de 1792

Preocupadas como estavam com estas questões, a Inglaterra e as outras potências só pouco a pouco se aperceberam do que realmente acontecia em França. A ideologia da liberdade dos povos havia passado além-fronteiras: a Alsácia (1789), até então sob alçada de príncipes alemães, e Avignon (1790), pertencente ao Papado, proclamaram a sua união à França. A tomada de consciência deste facto fez surgir por toda a parte o desejo de reprimir as novas teorias e os seus excessos, que levavam a afirmar o governo do Povo contra o dos Reis. Iniciavam-se os ataques e as prevenções contra a ideologia revolucionária francesa.

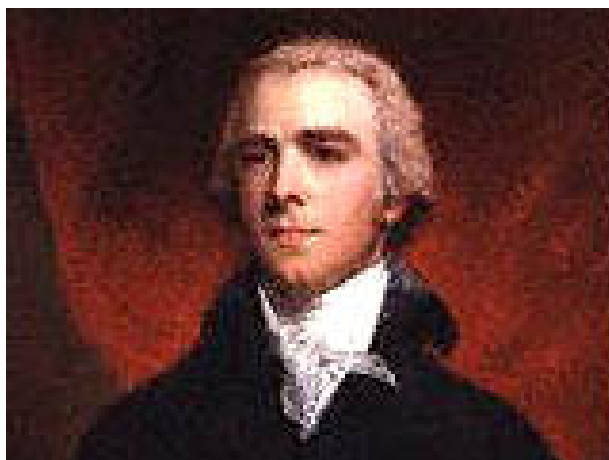
Desde o nascimento do movimento revolucionário que emigrantes monárquicos procuravam apoio fora de França, afluindo em massa a países como Inglaterra, Suíça e Império Germânico para preparar a contra-revolução com a cumplicidade mais ou menos dissimulada dos governos respectivos. A Europa iria tentar combater as novas doutrinas. Na Assembleia Francesa respirava-se um ambiente hostil aos Monarcas que queriam opor-se violentamente ao processo transformador do Antigo Regime. Brissot, membro do partido girondino, proclamava que se impunha “*uma guerra dos patriotas contra os reis*”.⁵⁶

Combater ideologicamente a França era uma coisa, combatê-la pelas armas, outra. Acabou por ser a própria França a declarar guerra à Áustria em Abril de 1792. A Prússia aderiu ao lado da Áustria, pois tinham interesses comuns, nomeadamente a segurança do Império Germânico. Embora não interviesse militarmente, também a Rússia de Catarina II se juntou aos dois aliados, rompendo o Tratado de Comércio que tinha com a França.



William Pitt, 1º Ministro da Grã-Bretanha

⁵⁶ Maria Gabriela Gouveia de Freitas, *Portugal e a Intervenção da Inglaterra no continente europeu: 1789-1796: estudo de história diplomática*. Tese de licenciatura em História apresentada à FLUL, 1969



Lord Grenville, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Enquanto se passavam os acontecimentos acima referidos, a Inglaterra mantinha-se à parte. Em vão tentaram os aliados fazer que intervisse na contenda. Na Grã-Bretanha, o Parlamento tinha um enorme poder⁵⁷. Quando rebentou a Revolução Francesa, era Primeiro-ministro William Pitt. Os olhos de toda a Europa estavam fixos em Paris mas Pitt desviava ostensivamente os seus. Para ele, desde que iniciara o seu ministério seis anos antes, a principal tarefa era restaurar as finanças do país, rudemente abaladas pela Guerra Americana, e tomar medidas reformadoras, tais como a emancipação dos católicos na Irlanda. Pitt e Grenville, seu primo e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, queriam manter a neutralidade, evitando envolver-se nas guerras no Continente e consideravam poder continuar nessa situação, através duma habilidosa política de alianças e subsídios.

Na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra tinha passado por uma gigantesca revolução social, económica e demográfica. O comércio aumentara de forma espectacular devido às matérias-primas, capital e mercados seguros, conseguidos devido ao crescente Império marítimo. No entanto, esta monarquia constitucional, baseada num sistema oligárquico e aristocrático, com um brilhante e combativo sistema parlamentar, uma opinião pública que se expressava livremente na imprensa, sentia-se ameaçada

⁵⁷ A Revolução Gloriosa (1688) limitara o poder do Rei e aumentara o do Parlamento, o que fez desenvolver uma burguesia essencialmente preocupada com o comércio.

pelas vozes que, do outro lado do Canal da Mancha, proclamavam que os Povos tinham o direito de se revoltar contra os tiranos⁵⁸.

O primeiro sinal de pânico tinha sido dado pela obra de Burke “*Reflexões sobre a Revolução em França*”, denunciando as acções dos revolucionários e os seus crimes. Provocou um enorme choque na Grã-Bretanha, pois Burke era conhecido como sendo um reformista e amante da liberdade. O Gabinete inglês reagiu, adoptando uma política repressiva, proibindo propaganda revolucionária dentro de Inglaterra e reuniões não autorizadas de mais de cinquenta pessoas. Interessava portanto à Grã – Bretanha que a sua velha inimiga se mantivesse no estado caótico em que se encontrava, enquanto o Governo inglês vigiaria as suas fronteiras para evitar a propagação de ideias perniciosas continuando, no entanto, a manter-se distante dos conflitos militares, tanto mais que nos primeiros combates a França, com tropas desordenadas e equipamento deficiente, fora derrotada.

Num dos seus primeiros ofícios para Portugal, D. João de Almeida insistia na situação de neutralidade inglesa, desmentindo as notícias de grande apresto naval porque “...o estado de decadência da esquadra francesa, o haver cessado as preparações navais da Rússia, a nulidade da situação de Espanha que não é ignorada, leva Pitt a fomentar o comercio, a industria, a administração da Dívida, de forma que estas prioridades não levam a aplicar o Rendimento Público em mais aprestos navais, athe porque a França não oferece perigo...”⁵⁹

No entanto, este cenário iria mudar. Primeiro, porque as três potências continentais, Rússia, Prússia e Áustria, que mantinham a luta contra os revolucionários, desviaram as suas atenções para a Polónia, que queriam partilhar. Segundo, porque a situação política e militar em França se modificou. Em Setembro de 1792 a França passou a ser uma República. Com o novo governo, fizeram-se grandes recrutamentos (*levée en masse*), que obrigavam todos os homens aptos a servir militarmente a República. No Antigo Regime, nenhuma sociedade considerava o serviço das armas como um dever universal mas sim de uma minoria militar. A guerra era uma tarefa demasiadamente brutal para quem não estivesse preparado para a vida militar pela sua posição social – o estatuto do guerreiro da aristocracia – ou a quem a falta de posição social tivesse levado ao alistamento: mercenários, homens pobres, desempregados, por vezes até criminosos,

⁵⁸ Robert Harvey, *The War of Wars- The epic struggle between Britain and France: 1789-1815*, London, Constable & Robinson Ltd, 2007

⁵⁹ AN/TT, MNE, Cx. 711, of. 13, Londres, 5 Setembro 1792



General Dumouriez

Este foi organizado e aperfeiçoado por brilhantes oficiais, como os Generais Carnot, Dumouriez, Custine e Kellerman, promovidos por mérito e não pela sua origem ou nascimento. Desenvolveu-se e modernizou-se o armamento, sobretudo a artilharia que já era considerada a melhor de Europa.

Além disso, havia o fervor pela vitória em nome de um novo ideal – o patriotismo – por uma Nação que agora era do Povo e para o Povo, pois ele próprio formava o seu governo através dos seus representantes e criava uma força que passaria a levar adiante dos seus exércitos as tropas inimigas destroçadas. Estes homens estavam unidos ao serviço de uma nova França mas também gananciosamente conscientes das recompensas que uma carreira militar de sucesso podia trazer: a promoção era uma, o saque, outra. E a pouco e pouco as populações dos territórios confinantes com a França aceitaram os novos ideais com entusiasmo, franqueando-lhe as portas, o que aconteceu após a vitória de Valmy (1792), quando a Sabóia e Nice declararam a sua anexação à França. A Sardenha, a quem pertenciam estes territórios, abandonou a neutralidade e aderiu à causa aliada.

A Inglaterra começou a inquietar-se com o avanço francês, principalmente depois das derrotas da Áustria em Setembro e Outubro, que obrigaram os austríacos a recuar para proteger Bruxelas, como consta do ofício de Melo e Castro, escrito para Lisboa a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros⁶⁰.



**General Kellerman,
vencedor de Valmy**

⁶⁰ AN/TT, MNE, Cx.711, ofício 33, Londres, 13 de Novembro 1792

Com a vitória de Jemappes, as portas da Bélgica estavam abertas aos franceses. Mais uma vez, as populações saudaram entusiasticamente os invasores. Em Novembro de 1792, foi declarada aberta a navegação do Escalda e do Mosa⁶¹. A França exigiu da Holanda direito de passagem para os seus navios.

O Escalda e o Mosa eram para os Estados Gerais pontos básicos da sua economia e segurança. Os seus portos escoavam não só o comércio europeu para a Mancha e o Mar do Norte mas também as mercadorias provenientes das colónias holandesas das Índias Orientais. Desde a paz de Vestefália (1648) que o direito exclusivo de navegação destes rios tinha sido atribuído às Províncias Unidas⁶². Daí que este ataque às disposições estabelecidas alarmasse Haia e também Londres pois não se pode esquecer como o comércio com o Oriente se tinha tornado vital para a Grã-Bretanha. Além disso, se a Holanda fosse ocupada pela França, esta passaria a ter importantes bases portuárias que, não só pela sua amplitude, mas também pela sua proximidade, poderiam abrigar uma esquadra poderosa que possibilitaria uma investida aos navios e costas britânicas. Portanto, a Inglaterra viu-se forçada a entrar na guerra em defesa das Províncias Unidas, e, indirectamente, no seu próprio interesse “*A Grã-Bretanha não sofreria jamais que a França se erigisse em arbitra e decisora dos Direitos das Potências, nem mesmo que pretendesse arrogar-se a autoridade de rescindir e anullar os Tratados subsistentes que as Potências da Europa havião entendido contrair para firmar e garantir os seus Direitos respectivos*”⁶³. D. João de Melo e Castro informava ainda: “...*pelo que tenho observado e me conste com a maior certeza, este Ministério, depois dos rápidos progressos que têm acompanhado as armas francesas, deseja que se offereça hum motivo plauzível que o obrigue a romper com a França, e que lhe prometa a conveniência da Nação*”. Realmente, toda a Nação britânica, incluindo a Oposição⁶⁴, apoiou o Governo nesta ocasião, pelo que “*não fica a menor apreensão de que o Ministério possa ser contrariado em qualquer medida*”⁶⁵.

Iniciaram-se em Dezembro de 1792 os preparativos para a guerra. Fez-se o armamento, expedindo-se ordens para a formação de milícias nos condados. Equiparam-se navios de guerra e ordenou-se que se formassem forças de infantaria e cavalaria. Foi

⁶¹ Idem, *ibidem*, of. 37, Londres, 27 de Novembro 1792

⁶² A paz de Vestefália pôs termo à Guerra dos 30 anos. A paz marcou o início da hegemonia francesa na Europa e do declínio do poder dos Habsburgo.

⁶³ AN/TT, MNE, cx.711 of.36, Londres, 23 Novembro 1792

⁶⁴ Apenas Fox, apoiado por uma pequena maioria, propôs uma negociação com a França sobre o Escalda.

⁶⁵ AN/TT, MNE, Cx.711, of.44, Londres, 17 Dezembro 1792

proibida igualmente a exportação de munições de guerra durante seis meses e de “*todo o transporte dentro do Reino que não fosse para o Serviço Real*”⁶⁶.

Apesar da sua rápida recuperação depois da perda sofrida com a independência dos Estados Unidos, a Inglaterra não confiava ainda plenamente nas suas forças, pelo que procurava aliados e apoios. De acordo com esta tática, dirigiu-se às potências europeias, quer continentais, quer marítimas, já em luta, ou prestes a entrar nela, como Portugal e Espanha. A Rússia, Prússia e Áustria estavam de acordo em entrar neste “congresso europeu” em volta da Grã-Bretanha. Já a atitude da Espanha era mais dúbia. Acérrima inimiga dos ideais republicanos, chegara no entanto a afirmar que reconheceria a República se a vida do rei de França, que também era Bourbon, fosse poupada⁶⁷.

Grenville desenvolveu uma rede diplomática com que procurou rodear a República revolucionária por potências monárquicas hostis. Além da Áustria, Prússia e Rússia, as grandes Potências já envoltas no conflito, foi assinada uma Convenção com o rei de Sabóia, que tinha perdido para os franceses Nice e estava em risco de perder o Piemonte. A Inglaterra ofereceu auxílio monetário para a contratação de tropas e ajuda naval para reconquistar os territórios perdidos. A promessa do envio de uma esquadra inglesa para o Mediterrâneo conseguiu uma aliança com o rei das Duas Sicílias, que controlava Nápoles no sul da Itália. Os ingleses também entraram em negociações com a sua velha inimiga, a Espanha. Os espanhóis começaram por recusar mas quando a Grã-Bretanha prometeu protecção aos seus navios provenientes da América, concordaram em ajudar a esquadra inglesa no Mediterrâneo. Portugal, o velho aliado, estava pronto a juntar-se à Inglaterra, lembrando, no entanto, D. João de Almeida, que Portugal também precisava de ajuda para defender o Brasil porque “*não pode deixar de nos cauzar susto e inquietação o acréscimo de forças navaes da França na América*”⁶⁸.

A Turquia preferiu a neutralidade, embora não fosse hostil à política dos Aliados. Génova e a Toscânia tinham fortes ligações com a França. Até alguns principados do Império Alemão prometeram fornecer mercenários para combater juntamente com as tropas inglesas, especialmente o Hanover, devido às fortes relações dinásticas existentes com a Casa Real britânica.

⁶⁶ Idem, *ibidem*

⁶⁷ Idem, *ibidem*, of. 46, Londres, 19 Dezembro 1792

⁶⁸ AN/TT. MNE. Cx. 713, of.258, Londres, 1794

De Dezembro a Janeiro de 1793, a tensão entre França e Inglaterra aumentou de tal forma que o seu desfecho foi inevitável. Os discursos da Convenção francesa, o tom arrogante assumido pelos governantes da República para com o Gabinete inglês, exasperaram-no por “*tam manifesta e tam pronunciada provocação*”, comentava o embaixador português para a corte de Lisboa.

No entanto, dentro da própria França, havia lutas entre as várias facções republicanas. No vale do Loire, na região da Vendée, os republicanos defrontavam-se com revoltas monárquicas que alastraram à Bretanha. As cidades de Lyon, Marselha e Toulon, porto importante no Mediterrâneo, também foram palco de insurreições⁶⁹. Porém, a República revolucionária possuía uma nova arma: um imenso exército popular. Este exército podia derrotar facilmente os exércitos tradicionais aristocráticos que mantinham as suas táticas militares antiquadas.

A condenação e execução de Sua Majestade Cristianíssima em Janeiro de 1793 deram o golpe mortal nas relações franco-britânicas. O marquês de Chauvelin, ministro francês em Inglaterra, foi convidado a abandonar a corte de Londres, o que provocou a maior indignação em Paris. Nos portos franceses aprisionaram-se todos os navios ingleses, holandeses, prussianos e russos⁷⁰. Os ingleses procederam de igual forma com os navios franceses. A 1 de Fevereiro de 1793, a França declarou guerra à Inglaterra e à Holanda.

2. A Intervenção de Portugal

As relações que Portugal mantinha com a Grã-Bretanha não permitiam à Corte de Lisboa ficar indiferente aos acontecimentos dos últimos meses de 1792. Tal como o resto da Europa, Portugal tinha-se dado conta do que realmente se passava em França, ou seja, da queda progressiva da velha monarquia e das suas estruturas. Através de Pina Manique, Intendente da Polícia no reinado de D. Maria I, a acção repressiva às “funestas doutrinas” francesas iniciara-se. Portugal, embora debruçado sobre o seu desenvolvimento interno, não deixava de se manter a par das reacções europeias, essencialmente das duas Nações com quem mais directamente se ligava – a Espanha e a Grã-Bretanha.

⁶⁹ A revolta de Toulon foi abafada, dando ao jovem Napoleão Bonaparte o seu primeiro triunfo militar.

⁷⁰ IAN/TT, *MNE*, cx. 711, of. 60, Londres, 6 Fevereiro 1793



A Rainha D. Maria I e o Rei D. Pedro III

No entanto, Lisboa queria afastar-se dos problemas continentais. Por isso cultivava a sua ligação com a Inglaterra que lhe assegurava o bem-estar comercial. Não obstante essa euforia do comércio com o exterior – que estaria em perigo com a sua entrada na contenda – não se pode esquecer que desde o século XVII Portugal tinha uma forte carência de moeda, provocada por uma deficiente técnica de produção agrícola. Escoavam-se assim para o mercado estrangeiro a moeda portuguesa na compra de cereais e outros géneros agrícolas de primeira necessidade. Era pois imperativo para Portugal manter a todo o custo a única fonte de rendimento nacional – o comércio. O reino tinha uma situação militar fraca, aliada a uma Marinha precária que tornava insuficiente a manutenção simultânea do comércio e da defesa do Continente e

Ultramar. Sendo a Grã-Bretanha o país com quem melhor coordenava os seus interesses, procurava Portugal seguir uma política que caminhasse a par da política inglesa. Os ofícios de D. João de Melo e Castro são um claro testemunho dessa preocupação.

A diplomacia portuguesa no século XVIII tivera por base o desejo de neutralidade perante as questões europeias. Esta política, já praticada por D. Pedro II, foi continuada por D. João V. Portugal voltava as costas ao Continente para poder dirigir a sua atenção para o Atlântico, fonte principal da sua riqueza. Se o ouro do Brasil se tornara escasso na segunda metade do século XVIII, fora substituído por outro produto: o algodão. Por volta de 1770 começou a grande procura deste graças ao desenvolvimento da Revolução Industrial em Inglaterra e pela primeira vez na história económica portuguesa, a balança comercial entre Portugal e a Inglaterra, pelo menos de 1789 a 1805, foi muitas vezes favorável a Portugal⁷¹. Não foi só o algodão que contribuiu para o ressurgimento económico – financeiro. A Inglaterra intensificou as suas compras de lã, azeite, vinho. Também a própria França, os países nórdicos, e mesmo a Rússia compravam produtos portugueses que alcançaram assim projecção em toda a Europa. Note-se que a condução da maioria destes produtos era efectuada através do Oceano e a segurança do transporte dependia de uma forte Marinha de guerra que Portugal não possuía. Graças à antiga aliança com os ingleses, a protecção dos navios mercantes portugueses era assegurada pela potente *Royal Navy*.

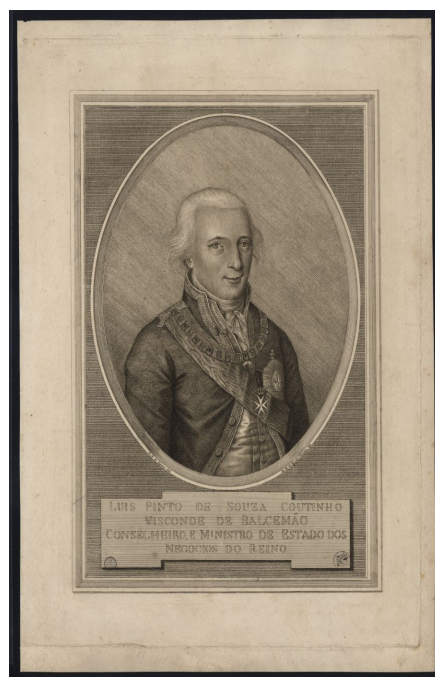
Por outro lado, o reino sabia que tinha que ter o maior cuidado nas relações com a sua perigosa vizinha – a Espanha. Durante o vice-reinado do Brasil de André de Melo e Castro tinha havido querelas com o governo espanhol, originadas pelas possessões ultramarinas⁷². Atendendo a esta situação, João de Melo e Castro insistia sobre o perigo da situação portuguesa, reclamando apoios que pudessem beneficiar Portugal, agora que a Inglaterra declarara guerra à república francesa. Porque tal como anteriormente o fizera, ao defender a neutralidade, o gabinete londrino pedia agora, com a guerra eminente, a colaboração dos seus aliados, sendo Portugal também incluído nos seus planos por ser uma potência marítima de imensa importância para a segurança e hegemonia britânica dos mares⁷³.

⁷¹ Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*, 2ª edição revista, Lisboa, Gradiva Publicações, 1990.

⁷² Durante o séc. XVIII, disputou-se na América do Sul a posse da colónia do Sacramento, a sul do Brasil.

⁷³ AN/TT, MNE, Cx.711, of.55, Londres, 23 Janeiro 1793.

No entanto, perante a nova política britânica, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, aconselhava D. João de Melo e Castro a ganhar todo o tempo que fosse possível e a não se comprometer enquanto “*não formos formal e directamente requeridos*”⁷⁴ Portugal manteria a neutralidade perante o conflito, ficando oficialmente como nação auxiliar dos seus aliados, com quem tinha contraído obrigações através de tratados anteriores. A diplomacia portuguesa tentava escolher o caminho menos perigoso, ou seja, fazer uma Tripla Aliança com a Espanha e Inglaterra, para evitar uma eventual coligação franco-espanhola.



Luís Pinto de Sousa Coutinho

A Inglaterra pretendia criar com o auxílio dos seus aliados uma cadeia à volta das forças navais francesas para bloquear as suas actividades marítimas. Grenville pediu a D. João de Melo e Castro informações sobre o armamento naval e de terra, “*como também de meios de defeza do Brasil e se serão suficientes para reter qualquer agressão que pudessem tentar os franceses. Igual interroga [Grenville] sobre o intervalo de tempo que levaria Portugal a preparar uma esquadra e se sua Alteza Real teria a intenção de a unir a alguma das esquadras inglesas*”⁷⁵ Devido a várias circunstâncias, o projecto da Tripla Aliança foi abandonado. No entanto, a 15 de Julho e

⁷⁴ Idem, *ibidem*, of. 67, Londres, 28 Fevereiro 1793

⁷⁵ Idem, *ibidem*, of. 62, Londres, 12 Fevereiro 1793

a 26 de Setembro de 1793, Portugal assinou convenções de ajuda mútua com os governos de Madrid e de Londres, respectivamente⁷⁶.

A acção da Inglaterra tinha por fim tirar partido de todas as forças e impedir a sua dispersão. O seu primeiro local de actuação foi o Ultramar, onde pretendia dismantelar o Império Francês na América e no Oriente, o que levou a Grã-Bretanha a entrar em conflito com os interesses de outros países como foi o caso da Espanha. O crescente poderio marítimo inglês tornava-se, sobretudo na América, um perigoso concorrente do poder colonial espanhol e do seu comércio que a Inglaterra sempre havia cobiçado e do qual se apoderava muitas vezes graças ao contrabando.

A ocupação das colónias francesas visava o engrandecimento da Inglaterra em detrimento da França. O comércio com o Oriente era uma das linhas mestras da política britânica. Os elevados dividendos que a Companhia das Índias Orientais fornecia anualmente tornavam evidentes as imensas riquezas que tais possessões produziam e que davam um poderoso apoio à economia britânica. Toda a actuação da Inglaterra no Ultramar tinha consequências na posição de Portugal. Daí a insistência do embaixador em Londres junto de Grenville, referindo os perigos das ambições francesas no Brasil e da urgente necessidade de ajuda britânica para qualquer ataque inimigo às colónias portuguesas. Outro ponto estratégico a defender seria o porto de Moçambique que constituía “*a chave do Comércio e Navegação das Índias Orientais*”. Segundo a argumentação do embaixador, se fosse tomado pelos franceses, seria não só desvantajoso para portugueses mas também para ingleses⁷⁷.

Portugal estava disposto a mandar forças navais para se unirem à Esquadra inglesa no Mediterrâneo. De acordo com a sua política de potência neutral, iria agir apenas como auxiliar em defesa dos seus aliados. Fora ordenado ao comandante da esquadra portuguesa que actuasse somente em operações defensivas. Para proteger a costa portuguesa, navios nacionais e ingleses cruzariam da Biscaia a Lisboa, da Madeira e Açores a Cabo Verde⁷⁸. No Brasil, o objectivo principal seria a defesa da Baía e do Rio “*que os franceses teriam em vista na presente guerra*”. Melo e Castro pressionava a corte de Lisboa no sentido de aceitar este plano e colaborar nele, porque pensava que sem a conservação da segurança do oceano o Império português não sobreviveria.

⁷⁶ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz-A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008. Em Madrid, as negociações iniciaram-se com Diogo de Noronha e Manuel Godoy; em Londres, estiveram a cargo de D. João de Melo e Castro e Grenville, Devido ao tratado com a Espanha, Portugal irá enviar contingentes militares para combater na campanha da Catalunha e no Rossilhão.

⁷⁷ AN/TT, MNE, Cx.711, of.91, Londres, 14 Abril 1793

⁷⁸ Idem, *ibidem*, of. 96, Londres, 23 Abril 1793

3. A Republica Triunfante

O que Portugal iria aproveitar do plano britânico nesta altura (1794) seria praticamente nulo, tanto no Brasil como no Oriente. 1794 foi, também no Continente, um ano de revezes para os inimigos da República. Uma das causas dos progressos franceses poderá ser atribuída às divergências que surgiram entre as diversas potências coligadas. Era contra essa dispersão que a Inglaterra queria lutar, porque lhe interessava derrotar a França quer militar, quer ideologicamente.

Como referido, a partir de Setembro de 1792, os exércitos franceses chegaram às Províncias Unidas e entraram na Alemanha. As potências aliadas esforçaram-se por reconquistar os territórios perdidos e, um ano depois, tinham conseguido quase completamente o retrocesso dos franceses para os limites anteriores à guerra. Era agora a altura de passar à ofensiva e manter vantagens sobre o inimigo. As potências coligadas planeavam atacar a Flandres, e a Áustria, em particular, lançava as suas vistas sobre a Alsácia e a Lorena que há muito cobiçava.⁷⁹

Este plano falhou durante as campanhas de 1794, pois não só a ofensiva austríaca na Alsácia foi um completo desastre, como também os franceses conseguiram anular todos os esforços obtidos, em 1793, pelas forças aliadas.⁸⁰ O exército austríaco do general Clairfait retirou-se da Flandres, bem como o exército britânico, comandado pelo Duque de York, que tentara defender o Escalda e os Países Baixos. A 26 de Junho de 1794, os franceses alcançaram a vitória em Fleurus que lhes abriu o caminho para a Bélgica, fazendo recuar os coligados até à fronteira das Províncias Unidas. Estes não conseguirão impedir os franceses de, em Setembro, bloquearem a navegação no Escalda. A região de Ecluse foi cedida à República francesa pelos próprios holandeses, de forma que Clairfait e York se viram obrigados a retirar para além do Mosa. Na Alemanha, verificou-se também o recuo dos aliados. No sul da Europa, as tropas republicanas tinham empreendido ataques a partir dos finais de 1793. Em Dezembro, conseguiram expulsar os ingleses e espanhóis de Toulon, cuja posse se vinha exercendo desde Agosto por cedência dos habitantes do porto, por serem estes contrários à Revolução⁸¹. À perda deste importante entreposto comercial mediterrânico, sucederam-se sérios revezes no Piemonte, o que tornou inquietante e precária a situação de toda a

⁷⁹ Idem, *ibidem*, of.110, Londres, 15 de Maio de 1793

⁸⁰ Idem, *ibidem*, Cx.712, of, 309, Londres, 11 Setembro 1794

⁸¹ Idem, *ibidem*, Cx.711, of. 137, Londres, 13 Junho 1793

Itália. As campanhas de 1794, além de não trazerem quaisquer vantagens à Coligação, colocaram, pelo contrário, em perigo a sua posição.

D. João de Almeida não escondia a Lisboa que a situação em Inglaterra era deveras penosa. Os interesses daquela potência nas Províncias Unidas e no Mediterrâneo estavam seriamente ameaçados. Na verdade, a intervenção militar britânica no Continente tinha sido desastrosa. No exército inglês ainda se praticava o sistema da compra de postos. Não eram assim os mais talentosos e experientes oficiais que chegavam por mérito aos lugares de topo mas sim jovens aristocratas sem qualquer aptidão ou prática militar. A situação de total incompetência do governo coincidiu com a péssima chefia dos exércitos. O governo de Pitt foi tão responsável como os generais ingleses pelos maus resultados do início da guerra. Pitt tinha sido um esplêndido ministro em tempo de paz, mas só no fim da sua carreira a sua reputação como ministro em tempo de guerra melhorou.

No fim de 1794, os franceses tinham conquistado a Flandres, transformado a Holanda num estado-satélite, atravessado o Reno, submetido a Vendée e reconquistado Toulon. Além disso, a Esquadra Holandesa, conhecida pela qualidade excepcional da sua tripulação, ficava em mãos francesas, engrossando assim a armada republicana. Na verdade, para a Inglaterra e as outras potências coligadas, a derrota no continente tinha sido muito pesada: os franceses repeliram por duas vezes enormes exércitos aliados que os tinham atacado no norte da França. As forças revolucionárias esmagaram a Holanda e forçaram a Inglaterra a evacuar o Continente depois de uma das piores derrotas da sua história militar. A França republicana tinha resistido magnificamente à pluralidade da Europa coligada.

Em meados de 1795, os Aliados encontravam-se numa situação desesperada em relação à República. O governo francês proclamara a anexação das Províncias da Bélgica, bem como de todos os territórios adquiridos⁸². A Prússia e a Espanha tinham assinado acordos com a França⁸³, sendo que a última voltava à antiga aliança com os franceses. A Toscana e a Sardenha não escondiam as suas simpatias pela República, a Áustria tentava recuperar as suas forças. A Inglaterra espreitava uma ocasião propícia para negociar uma paz geral, mas as sondagens feitas nesse sentido com a França não tiveram sucesso. O governo inglês estava convencido que o novo governo francês, o

⁸² AN/TT, *MNE* – Cx. 715, of.452, Londres, 7 Novembro 1795

⁸³ Tratados de Basileia de 1795. Restabeleceu-se a aliança franco-espanhola. Manuel Godoy, 1º Ministro de Sua Majestade Católica e Duque de Alcudia, recebeu o título de Príncipe da Paz.

Directório, mais moderado⁸⁴, iria aceitar as aberturas de paz. Mas o Directório recusou terminantemente a restituição dos países conquistados⁸⁵, embora a França sofresse um completo descalabro económico interno, o governo francês mostrava mais desejo de continuar a guerra do que chegar a um acordo. A França esperava restabelecer o seu Império Ultramarino e anular as vitórias aí obtidas pelos britânicos e, desejando conseguir as fronteiras naturais do Reno, dos Alpes e dos Pirenéus, prosseguiu a luta.

Em Fevereiro de 1796, Melo e Castro informava Lisboa que o Directório não desejava a paz,” *pois quer reduzir ao extremo as Potências Beligerantes Aliadas da Inglaterra*”.

4. O Furacão Italiano

Nos primeiros anos do conflito, de 1792 a 1796, os objectivos da Grã-Bretanha e das outras potências europeias tinham sido primeiro o controlo da Revolução francesa, depois, devido às vitórias da Republica, o controlo da sua expansão territorial. Tanto o primeiro como o segundo objectivos mostravam a preocupação da conservação do equilíbrio europeu, mantendo-se assim no quadro normal da diplomacia do século XVII e de parte do século XVIII⁸⁶. Tudo começou a mudar a partir de 1796, com o início da campanha militar italiana conduzida pelo jovem general Napoleão Bonaparte. Nos anos de 1795-1796, enquanto Jourdan e Moreau mantinham pouco gloriosamente as campanhas do Reno, Bonaparte iria conduzir os seus soldados através de toda a Itália do Norte, dos arredores de Nice até quase às portas de Viena.

Nenhuma das potências em luta contava com o extraordinário talento militar do novo comandante do exército francês de Itália. Em Março de 1796, as suas tropas estendiam-se ao longo da costa genovesa, enquanto os seus adversários austríacos e sardo-piemonteses ocupavam os desfiladeiros montanhosos que davam acesso às planícies. Em três semanas, o exército francês tinha atravessado a barreira supostamente impenetrável dos Alpes e capturado metade da região mais rica da Itália. O sucesso de Napoleão deveu-se a uma energia feroz, dominando e manobrando as suas forças com máxima precisão através de montes e vales, enganando e emboscando os seus inimigos com uma impressionante rapidez. A sua estratégia parecia mais de um chefe de

⁸⁴ A 27 de Julho de 1794, deu-se a queda de Robespierre. Com ele acabava o período revolucionário francês mais agitado e sangrento, que ficou conhecido por *Terror*

⁸⁵ AN/TT, MNE, Cx. 715, of.469, Londres, Dezembro 1795

⁸⁶ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Tribuna da História, 2006

guerrilha do que de um general convencional. Desta forma, conseguiu derrotar os exércitos austríacos, ainda de tácticas tradicionais, devido a manobras inesperadas, como atacar imediatamente e colocar assim um exército inimigo, se bem que superior em força, na defensiva. A facilidade destas primeiras vitórias deve ser atribuída também à má qualidade das forças que se lhe opunham. Os piemonteses não tinham um bom exército nesta altura, enquanto as tropas austríacas no norte de Itália estavam habituadas, como referido acima, às tácticas convencionais. Não esperavam rápidos e inesperados ataques de um general novo e enérgico, comandando tropas republicanas que desprezavam a delicadeza aristocrática das práticas bélicas do século XVIII⁸⁷.

Devido à *levée en masse*, instituída logo no início da revolução por Carnot, este exército era o maior, mais moderno e eficiente da Europa, comandado por oficiais que chegavam aos lugares de topo graças ao seu mérito e não às suas origens.

Napoleão, se bem que não fosse o autor deste sistema⁸⁸, tinha o poder de inspirar nos soldados uma profunda adesão. Ser soldado no exército de Bonaparte significava não ser carne para canhão mas sim ser-se bem alimentado e vestido e pertencer a um exército quase sempre vitorioso, ao serviço da França e do ideal revolucionário. Os soldados sabiam que estavam a lutar pela sua pátria e não para os seus senhores feudais, como sentiam os austríacos.

Nesta campanha, o génio militar de Napoleão revelou-se na sua energia, rapidez e estratégia: primeiro, insistiu na unidade de comando. Os seus generais eram comandados somente por ele. Evitava-se assim a competição entre generais e exércitos que tanto prejudicavam as batalhas do século XVIII – como, de resto, se tinha notado nas campanhas recentes no norte da França e nos Países Baixos, onde se verificara a maior descoordenação entre os exércitos dos diferentes países; em segundo lugar, dispunha as suas forças em frente dos exércitos inimigos, que faziam o mesmo, esperando o embate directo da guerra convencional. Escolhia então um local de ataque e reunia as suas forças rapidamente para aniquilar o ponto mais fraco do inimigo. Rapidez e concentração de força eram usadas com a máxima eficácia: muitas vitórias foram obtidas por homens que tinham marchado toda a noite e que apareciam de repente, surpreendendo e desmoralizando as tropas que se lhes opunham⁸⁹.

⁸⁷ Robert Harvey, *op.cit.*

⁸⁸ Tinham sido os generais Carnot, Hoche e Dumouriez os primeiros organizadores deste novo exército.

⁸⁹ Conta-se que um camponês italiano perguntou a um soldado austríaco que encontrou como estava a decorrer a campanha. Ao que o austríaco respondeu: Mandaram um jovem louco que ataca à esquerda e à direita, à frente e pela retaguarda. Isto não é maneira de fazer a guerra! in Robert Harvey, *op. cit*

Os Estados Sardos concluíram a paz em Maio, com a cedência de Nice e Sabóia⁹⁰. O Papa firmou a paz de Tolentino, cedendo Bolonha, Ferrara e Ancona. Génova acedeu em apreender os navios britânicos que estavam nos seus portos⁹¹.

Quando terminou a campanha de Itália de 1796 e, sobretudo, com a criação das novas repúblicas italianas – a Republica Cispadana e a República Lombarda com territórios retirados aos Estados da Igreja e à Casa de Áustria (mais tarde unidas na Republica Cisalpina) – a Europa entendeu que a República Francesa tinha como objectivo o domínio da península itálica. A guerra deixava de ter como fim unir o povo francês em redor do seu novo governo e de defender a Constituição. Sobretudo, não era necessário assegurar as fronteiras naturais, pois o Reno e os Alpes já tinham sido reconhecidos como tais anteriormente.

A 17 de Outubro de 1797 foi assinado entre a República Francesa e a Áustria o Tratado de Campo Formio. Bonaparte exigiu, à revelia do Directório, as ilhas Jónicas, ilhas gregas situadas entre a Itália e a Grécia continental, antigas possessões da República de Veneza que foi igualmente desmembrada. A Grã-Bretanha, obrigada a retirar-se do Mediterrâneo devido à perda dos portos do sul de Itália, com a neutralização da Toscana, dos Estados do Papa e do reino de Nápoles, via agora a França tornar-se numa potência mediterrânica. Era uma mudança muito importante para a política francesa, pois implicava o controlo político da Itália e maior número de forças navais no Mediterrâneo, o que fazia temer à Inglaterra ataques ao seu comércio no Levante e na Índia⁹².

Os gastos desta guerra generalizada, terrestre e marítima, impunham contínuos esforços de armamento do exército e da marinha à Grã-Bretanha, que era, até certo ponto, e principalmente no plano financeiro, o suporte das potências coligadas contra a França. D. João de Melo e Castro informava Lisboa “*da grande dificuldade que este Ministério deverá encontrar em haver as forças que precisa para a Execução dos planos existentes*”⁹³. Portugal tinha pedido forças de terra e de mar, bem como subsídios pecuniários. No entanto, à medida que a situação se ia agravando, tornou-se compreensível a impossibilidade da Grã-Bretanha de despender as forças militares e numerário que o governo português requeria.

⁹⁰ AN/TT, MNE, Cx.716, of.526, Londres, 24 Maio 1796

⁹¹ Idem, *ibidem*, of.606, Londres, 8 Outubro 1796

⁹² Manuel Amaral, *Napoleão em guerra com Portugal*, in Kenneth Light, *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil, 1807-1808*, Lisboa, Tribuna da História, 2007

⁹³ AN/TT, MNE, Cx.715, of.434, Londres, 10 Setembro 1795

Em lugar das vitórias esperadas, a Europa sofrera, pelo contrário, revezes militares, o que levava os coligados a recorrer à paz. A Holanda fora a primeira a ceder, seguindo-se a Prússia e a Espanha, que assinaram os Tratados de Basileia (1795). Depois da paz de Basileia, reatou-se a aliança franco-espanhola. Madrid, conforme constava em Londres, queria seguir fielmente o tratado com a França e, por isso, começara a aumentar o armamento nos seus portos.⁹⁴ Em 1796, a Espanha cortou relações diplomáticas com Londres, dando ordem de embargo, nos seus portos, a qualquer navio de proveniência inglesa⁹⁵. Em Novembro, Melo e Castro comunicou para Lisboa a declaração de guerra da Espanha à Grã-Bretanha, sob o pretexto de não ter a Inglaterra restituído Gibraltar à Espanha. A importância deste porto, que ligava o Atlântico e o Mediterrâneo era de ordem a não permitir a sua cedência, de modo que a Inglaterra entrou em guerra com a Espanha, pois não lhe restava outra solução. Realmente, em 1796, a guerra entre a França e a Grã – Bretanha passou a ser o fulcro das guerras começadas em 1792. Uma guerra pela supremacia na Europa e no comércio mundial.



Napoleão Bonaparte, pintado por Jean-Jacques David

⁹⁴ Idem, *ibidem*, of.452, Londres, 7 Novembro 1795

⁹⁵ Idem, *ibidem*, Cx.716, of.587, Londres, 17 Setembro 1796

5. Correntes de Opinião na Corte Portuguesa

Portugal encontrava-se numa situação extremamente difícil. Os seus diplomatas esforçavam-se por demonstrar que o país não estava em guerra com a França, que tinha sempre mantido a sua neutralidade, sendo a sua acção na campanha do Rossilhão apenas a de uma potência auxiliar. Era esta a posição defendida por D. João de Melo e Castro e pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Por seu lado, o legado português em Paris, Santos Branco, era de opinião que se devia concordar com uma paz imediata com a França e mais, fazer um tratado de aliança com os Estados Unidos em substituição da Grã – Bretanha. Residindo em Paris e seguindo de perto o evoluir da guerra, parecia-lhe que a vitória estaria do lado dos franceses. Segundo ele, “*A França tem a República mais enraizada com a guerra*”⁹⁶ Pensava ser o melhor apoio marítimo para Portugal o auxílio dos Estados Unidos para suprir o da Inglaterra, cuja vitória sobre a França ainda não se vislumbrava. A aliança com os Estados Unidos substituiria a Inglaterra na defesa do Atlântico e garantiria a Portugal a paz com a França. A estrada entre a Europa e a América era o Atlântico que os ingleses dominavam. Porém, desde 1777, os navios ingleses cruzavam-se com os americanos, aliados dos franceses. Na Corte portuguesa defrontavam-se duas correntes distintas: a francófila, defendida pelo Duque de Lafões (Comandante supremo do exército português), José Seabra da Silva, (Secretário de Estado do Reino até 1799), Santos Branco e António de Araújo de Azevedo, e a anglófila, apoiada por D. João de Almeida de Melo e Castro, (ministro em Londres), D. Rodrigo de Sousa Coutinho e pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Note-se que a nível político não existia conflito entre os estadistas dos finais do Antigo Regime. Valentim Alexandre⁹⁷ fez notar que a margem que separava as duas facções era ténue, diferindo apenas pelas posições que defendiam em política externa – ambas procuravam obter para Portugal um estatuto de neutralidade mas, enquanto o “partido francês” pretendia fazer concessões à França para que esta reconhecesse esse estatuto, o “partido inglês” defendia tenazmente a aliança britânica. Esta luta de bastidores da Corte de Lisboa, aparentemente sem coerência, respondia de facto às variações da situação internacional, ou seja, sendo mais rigidamente pró-inglesa quando a França

⁹⁶ AN/TT, MNE, Cx.577, of.30 Paris, 7 de Novembro de 1794 – de António dos Santos Branco a Luís Pinto de Sousa Coutinho

⁹⁷ Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império, Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Edições Afrontamento – Biblioteca das Ciências do Homem – 1993

tinha mais dificuldades militares na Europa central e, pelo contrário, mais flexível, se os franceses saíam vitoriosos das suas campanhas. Perante as notícias cada vez mais alarmistas de Santos Branco, Luís Pinto de Sousa decidiu enviar a Paris como embaixador extraordinário António de Araújo de Azevedo, representante de Portugal em Haia e figura de grande prestígio. Francófilo, defensor da paz luso-francesa, já tinha enviado para Lisboa ofícios dizendo que a França considerava Portugal potência beligerante, primeiro porque tinha participado na campanha do Rossilhão e depois porque proibia exportações para França e fechara os portos aos navios desta Nação. O governo português não pretendia de forma alguma abandonar a política de ligação com Londres, mas, de momento, parecia ser melhor solução efectuar a paz com a República. Porque só havia duas alternativas: a guerra ou uma paz demasiadamente dispendiosa exigida pela França (uma indemnização de milhões de cruzados, a abertura do Amazonas à navegação franco-espanhola, e a cedência do Pará e do Maranhão). Notava-se em todas as negociações o desejo francês de obter colónias no Ultramar. António de Araújo enviou para o Ministério português a cópia do discurso de um deputado francês” *une nation qui aura négligé la conservation et l’acroissement de ses colonies será malgré son génie une puissance de second rang limitée dans sa force...*”⁹⁸

O ministro português apercebeu-se disso. A documentação proveniente de Paris nem sempre seguia as directrizes que regiam a política do gabinete de Lisboa, o que significava que havia várias circunstâncias que alteravam as mesmas. António de Araújo transmitia com minúcia os passos dados na negociação para a paz, as dificuldades que encontrava e mesmo o que considerava perigoso ou errado nas ordens recebidas⁹⁹.

O diplomata conseguiu importantes vitórias nas negociações com o Directório, apesar da controvérsia suscitada na Corte portuguesa pelo elevado montante da indemnização e a cedência a certas pretensões francesas no norte do Brasil. Firmou-se um acordo a 10 de Agosto de 1797, que foi no fundo um tratado de paz entre Portugal e a França. Joaquim Pintassilgo¹⁰⁰ considera que a preocupação principal de Araújo foi a de defender uma paz particular para Portugal, directamente negociada com a França, em

⁹⁸ AN/TT, *M.N.E.*, Cx.577., of. 164, Paris, Outubro 1797 – Cópia de discurso de Barbois- de António de Araújo de Azevedo a Luís Pinto de Sousa Coutinho

⁹⁹ Isabel Maria Soares da Fonseca, *Relações entre Portugal e a França: 1789-1799: estudo de história diplomática*, Lisboa, 1969

¹⁰⁰ Joaquim António de Sousa Pintassilgo, *Diplomacia, Política e Economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e a acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Lisboa, 1987

vez de prosseguir com a política de Luís Pinto de Sousa, com “*a emaranhada e contraditória mediação da Inglaterra e da Espanha*”

O resultado não foi o esperado por António de Araújo. O tratado teria que ser ratificado pelo Príncipe Regente no prazo máximo de dois meses. O gabinete de Lisboa tinha medo da reacção inglesa. E com razão, pois logo no dia 18 de Agosto, Melo e Castro foi abordado por Grenville que mostrou o maior assombro pela negociação em curso “... *atribuía este acontecimento ao facto do Ministro de Sua Majestade Fidelíssima [António de Araújo] que por uma ouzadia de que não havia exemplos se determinara a ajustar e concluir do seu moto próprio um tratado sem participação alguma feita a esta Corte em manifesta transgressão das Ordens e Instruções que prescrevião a obrigação de concertar e obrar de acordo com os Plenipotenciários britânicos...* Em relação às clausulas do Tratado, a indignação inglesa ainda era maior”...*a respeito do artigo em que se estipulava a faculdade da entrada dos Navios de Guerra Ingleses em Portos de Portugal, pois pelo Tratado concluído por Antonio de Araújo se estipulava que S.M.F. não admitiria mais que seis Navios de Guerra Ingleses ... ao mesmo tempo que concedia igual faculdade às mais Potencias maritimas....o que corresponderia a uma clauzura dos Portos de Portugal à Grande-Bretanha, visto que não poderiam entrar em hum porto com seus Navios podendo encontrar nelle 18 dos Inimigos...que esta clausula era contraria ao Tratado de 1703 que constituía a Base da Aliança entre Portugal e Inglaterra...que em caso de Guerra era obrigação de defender a Grande Bretanha as Costa e Portos de Portugal, o seu Commercio e as suas Coloneas, sendo assim impraticavel o restringir o numero dos Navios Ingleses...*¹⁰¹

Luís Pinto de Sousa encontrava-se em sérios embaraços e tentava uma saída perante a reprovação inglesa. Se o tratado não fosse ratificado, Portugal continuaria em estado de guerra com a França. Se fosse ratificado, haveria que enfrentar as represálias da Inglaterra “... *que seriam mandadas instruções para que fosse representado à Corte Portuguesa que caso fosse tal artigo ratificado, deixava Portugal de ser uma Potência Amiga para passar a Inimiga...*”¹⁰²

Entre dois fogos, Lisboa tentava a política de conciliação. De facto, Portugal necessitava de efectuar paz com a França. A guerra não lhe dizia respeito directamente. O seu interesse principal eram as colónias e o comércio ultramarino que não poderiam resistir sem o apoio inglês. Devido à oposição britânica, foi enviada para Paris uma

¹⁰¹ AN/TT, MNE, cx. 717, of. 787, Londres, 18 Agosto 1797

¹⁰² Idem, *ibidem*.

ratificação parcial, o que levou António de Araújo a comentar amargamente que esta atitude poderia fazer continuar a guerra e dificultar a paz geral: *“Não será este um dos menores erros da política ambiciosa do Ministério Britânico”*.

A ratificação parcial (24 de Outubro 1797) não satisfez o Directório, que exigiu a ratificação pura e simples, a qual acabou por chegar em Dezembro. Não foi porém aceite, porque o Directório já tinha considerado como nula a paz efectuada em Agosto. António de Araújo foi preso, se bem que tivesse sido libertado em Março do ano seguinte. Enviou-se a Paris uma nova missão para assinar a paz, chefiada por D. Diogo de Noronha que teve um resultado desastroso, sendo o enviado obrigado a abandonar precipitadamente a França.



**António de Araújo de Azevedo,
1º Conde da Barca**

Apesar de atravessar um momento difícil e não lhe interessar despender homens e dinheiro num local que não era ainda teatro directo das operações de guerra, a Inglaterra sabia que Portugal estava ameaçado pela França e pela Espanha. Enviou portanto algumas tropas de regimentos franceses de emigrantes, bem como irlandeses e alemães. Quanto a forças navais para proteger as costas portuguesas, foi destacado um esquadrão. O Almirante Jervis veio a Lisboa combinar a acção das suas forças com a Armada da Coroa portuguesa. Porém, até finais de 1796 as instâncias de Portugal não conseguiram

mais que uma “*amostra de socorros*”¹⁰³ segundo as palavras de D. João de Melo e Castro.

Perante as ameaças francesa e espanhola sobre Lisboa, na progressiva afirmação de uma política anti-britânica, Portugal tinha de escolher entre a sua velha aliança e a sua união à França. A aliança luso-britânica era, sem dúvida, a que mais convinha às necessidades nacionais, acrescentando ainda que, se Portugal se desligasse dela certamente sofreria o reino ataques da Inglaterra às frotas mercantes e às possessões ultramarinas¹⁰⁴.

D. João de Melo e Castro instava com o gabinete inglês para conseguir ajuda militar para Portugal e prevenia o gabinete de Lisboa para ter o maior cuidado com os comentários que eram feitos por personalidades de grande prestígio do reino, pois o enviado britânico em Lisboa, Walpole, informara o gabinete de St. James ...”*As circunstâncias em que se encontra a Corte de Lisboa em relação à Corte britânica eram melindrosas porque...o general Stuart tinha passado a visitar com a permissão da Corte portuguesa as suas Fronteiras. No seu regresso o Duque Marechal General [Lafões] entrara numa discussão política em que formulara queixas assaz ásperas contra a Grande Bretanha por haver envolvido Portugal numa guerra com a França*¹⁰⁵...*O General Stuart não replicou; referiu ao Duque a visita que fizera às Fronteiras. Foi-lhe replicado que tal Licença não lhe devia ter sido concedida, porque hoje Portugal era Amigo de Inglaterra e amanhã poderia ser seu Inimigo...por isso S.M.B não podia deixar de representar pelo seu enviado em Lisboa a incomodidade de ver expressos tais sentimentos.*”¹⁰⁶

Infelizmente, Portugal não conseguirá manter a colaboração militar com a Grã-Bretanha durante muito tempo, devido à posição do Duque de Lafões, que conseguiu afastar as forças britânicas estacionadas em território português desde 1796/97. Só permanecerão no reino os regimentos de emigrados franceses. A política do duque de recusar um comando britânico das forças conjuntas, que o subalternizavam; a sua oposição à guarnição de praças costeiras por tropas britânicas, não só as de Lisboa mas também as do Algarve; a sua resistência à mobilização e preparação do exército, impediu uma preparação conjunta para o conflito, com consequências desastrosas para

¹⁰³ AN/TT, MNE, Cx.716, of.572, Londres, 8 Setembro 1796

¹⁰⁴ Não se deve esquecer que a Holanda, quando esteve subjugada pela França, sofreu a perda do Cabo da Boa Esperança e de Ceilão, principais pontos do seu Império colonial que foram conquistados pelos ingleses.

¹⁰⁵ A Campanha do Rossilhão

¹⁰⁶ AN/TT, MNE, Cx. 717, of. 718, Londres, 10 Abril 1797

as forças portuguesas em 1801 (Guerra das Laranjas). Da actuação de Lafões era informado o gabinete de Londres regularmente pelo General Charles Stuart e pelo seu agente diplomático em Lisboa, Lord Walpole.

Capítulo II – A Guerra no Mar

Se o Exército britânico se encontrava em más condições no início da guerra, o mesmo não acontecia com a Marinha. Sendo a vida da Grã-Bretanha dependente do comércio ultramarino, do transporte de matérias – primas para transformação pela sua indústria cada vez mais desenvolvida, era necessária uma grande Marinha Mercante protegida por uma potente e poderosíssima Marinha de Guerra.

A Esquadra principal, a Esquadra do Canal (também conhecida como Esquadra do Atlântico), tinha como principal tarefa bloquear as esquadras francesas nos portos de Brest, Rochefort, L'Orient e no porto espanhol de Ferrol. O Esquadrão Irlandês, mais pequeno, protegia a Irlanda de qualquer eventual invasão marítima. O Esquadrão das Ilhas do Canal navegava perto da costa francesa, vigiando e espiando quaisquer movimentos suspeitos. A Esquadra do Báltico, de tamanho substancial, patrulhava o Báltico e o Mar do Norte, enquanto a Esquadra do Mediterrâneo, a segunda em tamanho e importância na Marinha britânica, cruzava o Mediterrâneo. As Ilhas Ocidentais eram vigiadas pelo Esquadrão da Jamaica, enquanto o Esquadrão das Ilhas Orientais supervisionava as importantes possessões inglesas no Continente Asiático.

Em 1793, quando começou a guerra com a França, a Marinha de Guerra inglesa tinha seis tarefas importantes. A primeira era bloquear os portos inimigos para vigiar quaisquer movimentos dos seus navios, persegui-los e atacá-los se saíssem para o mar. A segunda, deter qualquer tentativa de invasão da Inglaterra, a terceira conseguir o embargo económico do Império Francês, a quarta proteger as mercadorias embarcadas nos navios da Marinha Mercante, vitais para a sobrevivência do comércio e, portanto, de toda a subsistência britânica, a quinta atacar o comércio marítimo inimigo e a sexta transportar forças militares britânicas para campanhas fora do Continente¹⁰⁷. Estas formidáveis esquadras e os 120.000 homens que as manobravam tinham pela frente uma frota francesa de 241 navios, tripulada por cerca de 60.000 homens.

D. João de Melo e Castro, embaixador junto da potência marítima mais forte e aliada de Portugal, mandava constantemente informações para o gabinete de Lisboa sobre as movimentações da *Royal Navy*. Era o reino de Portugal também uma potência marítima cuja existência dependia, em larga escala, do comércio ultramarino. Melo e

¹⁰⁷ Robert Harvey, *op. cit.*

Castro estava bem ciente disso. Para ele, “a guerra no mar” revestia-se da maior importância.

1. Os Navios e os Homens

A historiografia tradicional pretendia que os navios franceses do final do século XVIII e princípios do século XIX eram melhores que os ingleses mas mal tripulados. No entanto, as técnicas de construção naval eram conhecidas em ambos os países. Os navios franceses, mais leves, mais rápidos em águas pouco agitadas, tornavam-se mais difíceis de manobrar e mais frágeis, fugindo ao combate sempre que possível. Os ingleses preferiam navios mais fortes, mais pesados, mais lentos mas mais fáceis de manobrar, mais resistentes ao mau tempo e à artilharia. Rondavam os portos inimigos e procuravam combate, em que, na maior parte das vezes, alcançavam vantagem. Se os navios franceses eram mais rápidos, não quer dizer que fossem melhores. A diferença existia na forma como ambos os países encaravam a guerra no mar. Para os franceses, ela não era vital, enquanto para os ingleses não existia outra alternativa desde o princípio da contenda que opunha as duas potências. Para isso, era preciso, cada vez mais, reforçar a sua Marinha.

Os homens que comandavam a Marinha tinham grande competência, adquirida pela prática e não, como no Exército, devido à sua riqueza ou origem aristocrática. Eram eles Lord Howe, comandante da prestigiada esquadra do Canal, Lord Gardner, do esquadrão Irlandês, Sir John Saumarez, do esquadrão das Ilhas do Canal, Lord Duncan, comandante da Esquadra do Mar do Norte. A importantíssima esquadra do Mediterrâneo foi comandada por Hood, St. Vincent, Keith e, em 1803, por Nelson. Depois da sua morte, outro brilhante oficial comandou a esquadra, Collingwood. Não se deve esquecer Sir Sidney Smith que, em 1807, será o comandante do esquadrão que escoltará a Corte Portuguesa para o Brasil.

Eram estes homens a vanguarda da guerra marítima britânica contra a França Revolucionária.

O mundo flutuante era composto por várias espécies de embarcações, sendo a maior o navio de linha. Dispondo vários destes navios numa coluna contínua (daí a designação de navio “de linha”), oferecendo os seus costados ao inimigo, construía-se uma cerrada bateria de artilharia, verdadeira muralha de fogo com formidável poder de destruição. Foi nesta altura que surgiu a preocupação de uniformizar a construção destes navios, de forma que tivessem características semelhantes, nomeadamente no que respeitava a

comprimento e distancia das bocas de fogo à linha de água pois era indispensável que as manobras fossem executadas em simultâneo, como um gigantesco todo. Embora nos finais do século XVIII navios mais ligeiros, como as fragatas, demonstrassem já um elevado valor militar devido à sua grande mobilidade, era o navio de linha o principal interveniente nas grandes batalhas navais.

Os navios de linha eram classificados conforme o número de canhões a bordo. Na prática, os navios de terceira classe (64 a 80) eram os mais pequenos que integravam uma linha de combate mas eram também construídos em maior número, donde se deduz serem os preferidos na Marinha britânica. Entre estes navios de terceira classe, os mais numerosos eram os de 74 canhões. Em 1807, a Marinha britânica era composta por 850 navios de guerra e 120 mil homens, o que fazia dela de facto Rainha dos Mares¹⁰⁸

A localização dos canhões era muito importante num navio de guerra. Se estivessem situados muito em baixo, próximo da linha de água, as portinholas que os protegiam não poderiam ser abertas com facilidade numa tempestade. Se, pelo contrário, estavam localizados muito alto, tornava-se imprescindível reforçar os conveses, o que, além de ser mais caro, prejudicava a estabilidade dos navios num mar agitado e com ventos fortes. O espaço dentro destes navios era extremamente limitado. Além dos canhões, tinha de carregar munições, alimentos e bebida para vários meses, velas de substituição, várias âncoras e cabos, além de embarcações de recurso, sem falar da tripulação e dos militares. As provisões, a bebida e a pólvora guardavam-se no porão, sendo a pólvora e a bebida mantidas sobre vigilância constante. O convés de coberta tinha camarotes para o cirurgião e os oficiais. Era neste espaço que se improvisava um hospital durante as batalhas. A tripulação alojava-se nos conveses de bateria, onde o espaço para cada um era exíguo. No entanto, há que lembrar que os marinheiros não dormiam todos ao mesmo tempo, visto que havia sempre turnos que estavam de serviço.

O capitão ocupava uma câmara na popa, espaço relativamente grande, que servia para dormir, comer e trabalhar.

A dieta a bordo era composta de biscoitos, lentilhas, azeite, carne salgada e seca. No calor sufocante das zonas tropicais, a água apodrecia logo, contaminada por bactérias e fungos. Vermes e ratos infestavam os depósitos de mantimentos. Por esta razão, a bebida regular nos navios britânicos era a cerveja, enquanto nos portugueses se bebia vinho de má qualidade. Por falta de frutas e alimentos frescos, uma das maiores

¹⁰⁸ Kenneth Light, *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*, Lisboa, Tribuna da História Lda., 2007

ameaças nas longas travessias era o escorbuto, doença provocada pela deficiência de vitamina C. Nos finais do século XVIII, no entanto, já se consumiam citrinos e legumes que eram embarcados nas escalas dos navios. Para evitar doenças e proliferação de pragas, exigia-se que as roupas e os navios estivessem sempre limpas, o que explica a disciplina rigorosa que os oficiais mantinham a bordo. Nesse aspecto, a Marinha inglesa servia de exemplo.

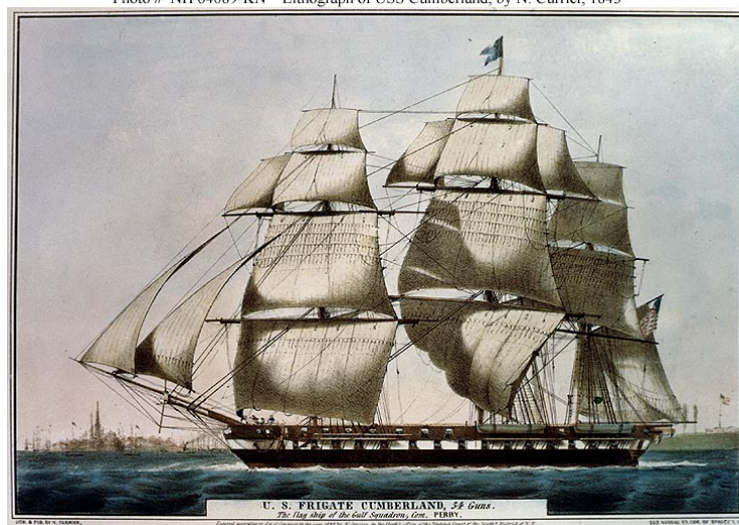
Para os marinheiros, a vida no mar começava cedo, quando ainda eram crianças. Aos 16 anos, eram quase profissionais formados. A alimentação deficiente e o trabalho extenuante, sem folga ou conforto de espécie alguma, encurtavam a carreira para pouco mais de quinze anos. A bordo dos navios britânicos, consideravam-se faltas graves dormir em serviço, desrespeitar um oficial ou fazer necessidades fisiológicas dentro do navio, em vez de usar as latrinas. As punições eram severas para quem colocasse a tripulação em perigo, o que incluía não respeitar as regras de higiene e limpeza. Nestes casos, os marinheiros podiam ser chicoteados. Em casos mais graves, o capitão tinha poder para os mandar enforcar. As punições, sempre em público, serviam de exemplo a toda a tripulação.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Niall Ferguson, *Empire: How Britain made the Modern World*, London,- Penguin Books, 2004



Navio de Linha (H.M.S. Victory)

Photo # NH 64089-KN Lithograph of USS Cumberland, by N. Currier, 1843



Fragata

Portugal dependia, tal como a Inglaterra, do comércio ultramarino, e a segurança dos transportes através do Oceano necessitava da protecção de uma forte Marinha de guerra. Graças à antiga aliança com os ingleses, essa protecção dos navios mercantes portugueses era assegurada pela Marinha inglesa. No entanto, a necessidade desta aliança não era só sentida por Portugal. Havia uma reciprocidade que excluía a “dependência unilateral” da corte de Lisboa. Porque, para a política de hegemonia que a Inglaterra procurava conseguir, Portugal era para esta um precioso aliado, pois dispunha de excelentes portos situados em todas as principais rotas marítimas comerciais, não só no Continente como nos arquipélagos da Madeira, Açores, ou Cabo Verde que forneciam não só abrigo mas também o abastecimento para as longas viagens dos navios ingleses.

O gabinete inglês tentava informar-se sobre as forças portuguesas disponíveis. Grenville pediu a Melo e Castro informações sobre o armamento naval e de terra “...como também de meios de defesa do Brasil e se serão suficientes para reter qualquer agressão que pudessem tomar os franceses. Igualmente interroga sobre o intervalo de tempo que levaria Portugal a prepara uma esquadra e se S.A.R teria a intenção de a unir a qualquer das esquadras inglesas”¹¹⁰ A posição dessas esquadras tinha sido cuidadosamente estudada e o ministério britânico esclareceu sobre o plano que pretendia executar. A Grã-Bretanha iria tentar criar em volta das forças navais francesas uma cadeia que as bloquearia, asfixiando assim as suas actividades marítimas. Para isso, os esquadrões ingleses iriam situar-se em três pontos estratégicos principais: o Mediterrâneo, a Mancha, e o Atlântico, até à zona das Índias Ocidentais. Qualquer das forças organizadas seria superior às francesas. E se alguma esquadra inimiga conseguisse passar para o Continente Americano, outra mais potente sairia dos portos ingleses.¹¹¹

O governo português, no entanto, pediu confirmação de que o auxílio que iria prestar seria recíproco. A situação atingira já proporções de certa gravidade, precisando pois o reino de se precaver. O mais pequeno sinal de desentendimento com a França alarmava o governo português. Portugal tinha-se mostrado um apoiante das monarquias da velha Europa contra a França. Fora mesmo enviado um corpo de 6.000 homens para

¹¹⁰AN/TT, MNE, Cx.711,of.62, Londres, 12 Fevereiro 1793

¹¹¹Niall Ferguson, *op. cit.*

a Catalunha afim de combater ao lado da Espanha na Campanha do Rossilhão. Mas a Espanha, depois de vários desaires militares contra a França, retomara a velha aliança. Portugal não podia resistir sozinho às ameaças militares francesas e aos ataques dos seus corsários que ameaçavam arruinar o comércio marítimo português. O exército, depois da campanha da Catalunha, encontrava-se em tal estado que não poderia nunca resistir a uma agressão franco-espanhola. Já o mesmo não acontecia com a Marinha Real que estava em melhor situação, devido a uma profunda reorganização administrativa sob a direcção de Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar do governo de D. Maria I¹¹².

A França lançara ao mar uma quantidade de navios corsários que tornavam inseguro todo comércio marítimo. Os ataques obrigaram a aumentar os esforços para garantir minimamente as linhas de comunicação marítima, sobretudo com o Brasil. Apesar das enormes perdas, o comércio nacional mantinha-se mas Portugal sabia que tinha de entabular conversações com Inglaterra, propondo o seu próprio projecto de defesa e colaboração¹¹³, cujos pontos essenciais eram:

1. Um pedido de oficiais de Marinha, hábeis em artilharia para exercitarem tropas e marinheiros.
2. Um conjunto de operações que exercesse “*a defesa das coloneas do Brasil e segurança das costas portuguesas...*”

No entanto, em resposta ao pedido da velha aliada, em Julho de 1793 largou de Portugal uma frota de 7 navios, denominada *Esquadra do Canal*. A missão dessa frota era juntar-se à esquadra do almirante Howe para vigiar os portos franceses, impedindo os navios de sair para o mar afim de não prejudicar o comércio e prevenir qualquer tentativa de ataque ou desembarque em Inglaterra. Permaneceram os navios portugueses no Canal até 1795, colaborando com os ingleses. A *Royal Navy* gabou os navios portugueses, a sua excelente construção e a qualidade dos seus oficiais que era tão boa como a dos ingleses. Melo e Castro comunicou a Lisboa¹¹⁴ “...segundo algumas cartas escritas por officiaes da esquadra ingleza aos seus parentes e amigos, o governo portuguez devia-se lisongear muito com os elogios, que os navios da sua Esquadra mereceram aos referidos officiais pela sua excelente construcção, não sendo menos

¹¹² http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2007/pag_10html José António Rodrigues, *Os Navios da Armada Real Portuguesa – O Poder Naval Português nos Finais do Século XVIII*, Revista da Armada, nr.413 – consultado 13/07/2008

¹¹³ AN/TT, *M.N.E.*, cx. 711, of. 70, Londres, Julho 1793

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, cx.713, ofício de 3 de Março de 1794

elogiada a intelligencia, regularidade e presteza das manobras feitas pelos comandantes, qualidades iguaes ou superiores às dos próprios officiaes inglezes”.

É importante recordar que nestes primeiros anos de guerra a Inglaterra não teve êxitos espectaculares nas suas operações navais. A primeira grande batalha naval em que obteve uma vitória mais ou menos evidente foi a 1 de Junho de 1794 (*The Glourious First of June*) num combate em que as perdas humanas francesas foram significativas mas no qual o principal objectivo da esquadra de Lord Howe, que era impedir a chegada a França de 170 navios mercantes carregados de milho e de trigo, não se concretizou



The Glorious 1st of June

No entanto, esta vitória animou extraordinariamente a Grã-Bretanha. Era um sopro de esperança para continuar a luta, depois dos revezes sofridos no continente, porque o plano de vigiar os movimentos dos navios franceses não teve o êxito esperado. Melo e Castro informava Lisboa que “ *mais de uma vez entraram e saíram navios dos portos inimigos, não só mercantes como de guerra apesar do pretendido bloqueio, se tem refeito os arsenaes de Brest das Munições Navaes que precisava, que lhes tem sido conduzidos nos navios Suecos e Dinamarqueses* ¹¹⁵”.

No mesmo ano fizeram-se mais duas operações combinadas executadas por forças navais e terrestres inglesas. Os britânicos conquistaram à nova Republica Batava, antigo Estado holandês, agora dominado pela republica francesa, o Cabo da Boa Esperança,

¹¹⁵ AN/TT, MNE, Cx.713, of.258, Londres, Abril 1794

ponto de passagem vital para a Índia, e também a ilha de Ceilão. Portugal foi, mais uma vez, instigado a unir a sua força à britânica para o bloqueio aos portos franceses na Mancha e no Mediterrâneo, isto é, impedir não só a entrada de socorros e provisões, como a saída de forças navais dos portos franceses, pedido a que governo de Lisboa acedeu.

A Inglaterra iria agir tentando impedir o aprovisionamento francês como era o seu plano, e para isso apresava todos os navios mercantes ao seu alcance, desde que suspeitasse que eles tinham probabilidades de se dirigir aos portos inimigos. Os comandantes ingleses receberam ordens para prenderem e conduzirem para os portos britânicos todos os navios neutros que transportassem não só munições de guerra mas também provimentos de boca. Segundo D. João de Melo e Castro, estas medidas foram finalmente eficazes, pois se capturaram num mês 32 navios dinamarqueses e 14 suecos¹¹⁶. A acção da Grã-Bretanha não incidiu exclusivamente sobre as potências nórdicas, pois também para com os Estados Unidos o comportamento foi semelhante. Como represália, o governo americano decidiu embargar por 30 dias todos os navios mercantes destinados a portos estrangeiros.

A situação tornava-se difícil para Portugal, porque os grandes fornecedores de cereais para o Reino eram os países nórdicos e os Estados Unidos. D. João de Almeida teve assim que negociar com o gabinete de Londres para que fosse permitida a passagem de navios neutros, mesmo que comboiados por navios britânicos, para abastecer Portugal. No entanto, as dificuldades subsistiam. As Nações do Norte não estavam dispostas à navegação sob comboio duma potência em guerra com a França¹¹⁷. Isso poderia ter como consequência represálias da mesma, suspendendo o comércio, o que não lhes convinha, pois a França tinha grandes interesses no mercado do Norte. Também os Estados Unidos prolongaram o embargo e estenderam-no às ilhas coloniais britânicas, o que fez perigar a sobrevivência das mesmas devido à distância entre estas e a sua metrópole. O perigo de um rompimento fez o gabinete britânico eliminar os obstáculos à navegação neutra. Portanto, pelo menos momentaneamente, desvaneceu-se para Portugal o perigo da falta de provisões.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, of. 240, Março 1794

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, of. 275, Maio 1794

2. A Irlanda – Uma Porta para a Invasão da Inglaterra

A Revolução Francesa ocorreu numa época em que a Irlanda se debatia com sérios problemas internos. Na verdade, a Irlanda poderia ser permeável às ideias revolucionárias, uma vez que se sentia, e com razão, oprimida por uma minoria protestante, sendo que a maioria da população era católica. Os católicos não podiam ser eleitos para o Parlamento irlandês e tinham direitos muito limitados. Não admira portanto que, enquanto a maioria dos governantes republicanos franceses sonhava com uma invasão directa da Grã-Bretanha, outros ponderassem em fomentar uma insurreição na Irlanda, o que teria como resultado a deslocação de tropas inglesas para a ilha e, no caso de a revolta ter sucesso, fazer uma invasão da Inglaterra pelo oeste, assim como estabelecer uma base a partir da qual seria fácil destruir a supremacia naval britânica e interceptar o comércio entre a Inglaterra, a América e as colónias. Por isso, dos fins de 1796 a 1798, foram feitas nada menos do que seis tentativas francesas para invadir a Irlanda.

A primeira expedição de invasão da Irlanda realizou-se em Dezembro de 1796. Uma frota comandada por Hoche e Morard de Galles, a bordo da fragata *Fraternité*, partiu em direcção à Irlanda¹¹⁸. Violentos temporais dispersaram a frota que não conseguiu sequer chegar perto de terra voltando, dividida em dois corpos, para Brest. Segundo Melo e Castro, ainda poderia ter sido pior para os franceses do que foi, pois a maioria dos navios ingleses estava presa nos portos pelas tempestades e não puderam ir em socorro da Irlanda. Desta forma, conseguiram chegar os franceses a Brest sem serem atacados pelas frotas inglesas. O Directório decidiu espalhar o terror na própria costa de Inglaterra. Um bando de “*facinorosos, muitos tirados das prisões e ferrados com ferrete...*”¹¹⁹ desembarcou no País de Gales, incendiando casas e destruindo o que podiam. Foram derrotados pelas milícias locais, mas permaneceu o receio de que esta pequena expedição fosse preliminar de uma grande invasão.

Nos princípios de 1798, o Ulster revoltou-se. Foi enviado para a Irlanda o General Cornwallis, veterano da Guerra Americana. Um dos cabecilhas da revolta, Tone, persuadiu os franceses que aquela era a melhor ocasião para ajudar os irlandeses. Segundo Tone, logo que os navios e as forças da República chegassem, a população

¹¹⁸ AN/TT, MNE, Cx.717, of.677, Londres, 2 Janeiro 1797

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, of.693, Londres, 28 Fevereiro 1797

erguer-se-ia para os apoiar. Uma força comandada por Humbert e escoltada por uma frota chegou à Baía de Kilala a 22 de Agosto. Os profissionais franceses derrotaram com facilidade as milícias locais. A pouca população que acudiu estava mal armada. Dez dias depois, Humbert viu-se perseguido por grande número de tropas regulares inglesas. Os franceses renderam-se. Dois motivos foram a causa da derrota de Humbert: os irlandeses acorreram em pequeno número, não tinham treino e estavam mal armados; e os ingleses, já habituados a abafar as rebeliões irlandesas, vinham preparados.¹²⁰

Em Setembro foi tentada outra invasão francesa, desta vez com forças navais consideráveis. Os franceses foram derrotados na batalha naval que se seguiu.¹²¹

Das três principais invasões enviadas pela República Francesa contra a Irlanda, uma tinha sido derrotada pelas tempestades, outra em terra e a terceira num combate naval. Pitt convenceu-se que o perigo duma invasão da Irlanda se desvanecera. Mas também sabia que era necessária uma união com aquele reino: tinha que ser dado à Irlanda o mesmo governo, liberdade, e os privilégios de comércio que a Inglaterra possuía. Esta medida requeria a emancipação total dos católicos, à qual o rei George III se opunha tenazmente.

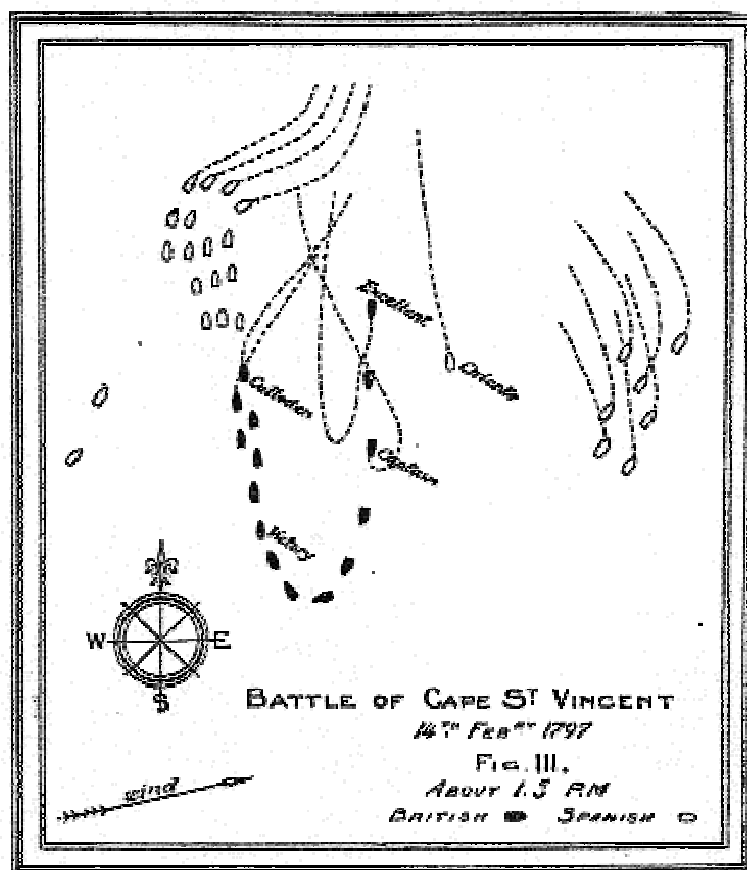


Georges III

¹²⁰ Idem, *ibidem*, Cx. 718, of.865, Londres, 20 Março 1798

¹²¹ Idem, *ibidem*, *ibidem*, of. 919, Londres, 18 Setembro 1798

3. Cabo de S. Vicente



Em 1797, o Directório desenvolvera um plano muito mais ambicioso que o ataque à Irlanda. Com as poderosas esquadras holandesa e espanhola agora suas aliadas, decidiu o governo da Republica francesa reunir as três esquadras para formar uma imponente Armada com o objectivo de aniquilar o poder naval britânico no Canal e invadir finalmente a Inglaterra. Para isso, as três esquadras tinham que fugir ao bloqueio inglês e evitar qualquer combate antes de estarem reunidas. Na verdade, a Inglaterra encontrava-se numa situação desesperada. Bonaparte terminava a Campanha de Itália e preparava-se para derrotar o último adversário: A Áustria. O único aliado que restava à

Inglaterra no Continente era o pequeno Portugal. O destino da Grã-Bretanha estava nas mãos de dois homens: o Almirante Jervis¹²², comandante da Esquadra do Mediterrâneo e do seu subordinado, o comodoro Nelson, que comandava o esquadrão da retaguarda da esquadra de quinze navios de Jervis.

A Esquadra espanhola, comandada pelo Almirante Córdova, contava com vinte sete navios, um dos quais, o *Santíssima Trinidad*, era considerado o maior navio construído até então. Navegava esta esquadra ao largo do Cabo de S. Vicente, na extremidade da costa portuguesa, para se reunir à Esquadra francesa, ancorada em Brest, quando foi avistada pelos ingleses que tinham vindo reabastecer a Lisboa. Os espanhóis, tendo recebido ordens de evitar combate, fizeram manobras para tentar seguir adiante, deixando Jervis para trás. Nelson, que seguia na retaguarda da esquadra inglesa, sem receber qualquer ordem do Almirante, virou em roda com o seu esquadrão e foi atacar a vanguarda dos espanhóis afim de os fazer parar e dar tempo a que o resto da esquadra inglesa manobrasse para se colocar em posição de combate. Foi uma manobra arriscadíssima que podia falhar no combate que ia travar com navios muito mais poderosos, mas resultou



Almirante Jervis, Earl St.Vincent

completamente. Foram capturados quatro navios espanhóis e os restantes regressaram a Cádiz, desistindo de navegar para o porto francês de Brest. A Inglaterra respirou de alívio.

Melo e Castro relatou o entusiasmo nas ruas de Londres e enviou para Lisboa uma cópia da relação que Jervis (agora Earl St.Vincent), mandara para o Almirantado britânico, datada de 17 de Fevereiro de 1797 e escrita em Lagos¹²³. “...os Navios de Linha estavam formados em duas linhas e numa ordem de marcha compacta. Tive a sorte de alcançar a frota inimiga às 11.30 antes que esta tivesse tempo de formar em ordem de batalha.....achei justificado abandonar o sistema de ataque que estava estabelecido e passei através da frota inimiga, numa linha formada e a grande

¹²² O Almirante Jervis era detestado na Marinha, pois era extremamente duro e não perdoava qualquer erro ou indisciplina. Mas era também respeitado por ser um dos melhores estrategas navais da Inglaterra, Robert Harvey, *op. cit.*

¹²³ AN/TT, MNE, Cx. 717, of.696, Londres, 7 Março 1797

velocidade. Virei de bordo e por esta forma separei um terço da Esquadra (deles) do Corpo de Batalha e depois de “une cannonade”¹²⁴ que impediu a sua reunião. Pela actividade dos comandantes marítimos dos navios britânicos que conseguiram chegar aos navios do Inimigo....às cinco da tarde estavam aprezados o Salvador do Mundo, de 112 [canhões] o San Joseph, de 112, o St. Nicholas de 80 e o San Isidro de 74”.

4.O Motim da Esquadra Britânica

Mal tinham terminado os festejos da vitória da Batalha de S. Vicente, quando a Grã-Bretanha foi atingida por um golpe que abalou o País até aos seus alicerces. Nunca, em nenhum período das guerras revolucionárias e napoleónicas, esteve a Inglaterra tão próximo de poder ser derrotada pela França. O mais extraordinário é que a França nada teve a ver com isso e julga-se mesmo que o ignorou.

Durante um mês a Inglaterra perdeu a capacidade de combater no único palco de operações bélicas onde tinha mostrado a sua superioridade – no Mar. A Grã-Bretanha esteve quase indefesa à mercê dos seus inimigos. Pior, parecia que as ideias revolucionárias tinham finalmente triunfado no país. Porque o que aconteceu foi uma revolta do grupo que protegia a Grã-Bretanha de invasões estrangeiras: a Marinha, cujos magníficos navios eram o escudo que se entrepunha entre França e Inglaterra.

A 15 de Abril de 1797, a mais importante Esquadra inglesa, a Esquadra do Canal, sob o comando de Lord Bridport, preparava-se para partir para Brest, quando rebentou a bordo da nau capitania o motim que em breve se propagou aos outros navios. “Rompeu a sedição repentinamente em todas as Equipagens da sobredita Esquadra na resolução de não obedecerem às ordens dos seus comandantes e de não largarem do Porto enquanto o Governo não satisfizesse a huma serie de pretensões que articularão e exigirão por hum modo o mais altivo e peremptório...”¹²⁵ A Esquadra do Canal entrava em greve. Os amotinados estavam bem organizados. As equipagens tinham sido divididas em comités de dois homens por cada navio que se juntavam e faziam as suas sessões diárias a bordo de um dos navios da Esquadra, com o cuidado de procederem todos os dias a uma nova eleição de representantes para evitar que pudessem ser subornados ou considerados chefes da revolta. O Almirantado destacou Lord Howe, o herói do *Glorious First of June*, imensamente estimado por todos os marinheiros, para negociar e evitar as consequências perigosíssimas do prolongamento da crise. Foram

¹²⁴ Em francês no texto

¹²⁵ AN/TT, MNE, C.x.717, of.725, Londres, 22 Abril, 1797

atendidas as exigências dos revoltosos que eram de melhor tratamento e aumento de salários e principalmente, um Perdão Geral para os amotinados, pois estes sabiam que motins a bordo eram geralmente castigados com a pena de morte. Uma vez concedido tudo que pediam, inclusive o Perdão Real, restabeleceu-se imediatamente a ordem, e a Esquadra do Canal partiu para bloquear Brest. O embaixador português comentou para Lisboa que este infeliz acontecimento incomodara muito o governo de Pitt. Não se tinha dissipado ainda a preocupação que um tal exemplo pudesse causar mas ...”*teria sido maior o receio se se não tivesse observado que este acto de insubordinação não foi excitado por motivo algum de jacobinismo, nem por motivo de desafeição por este Governo...*”.

Todavia, a crise ainda não tinha passado. Pouco tempo depois, a Esquadra do Mar do Norte bloqueou a entrada do Tamisa. Os revoltosos eram dirigidos por um tal Parker. Ficou interrompido o comércio de Londres. Desta vez o governo de Pitt foi mais severo. Tomaram-se medidas para não fornecer provisões frescas nem água aos amotinados. Destacaram-se tropas regulares para proteger Londres, devido ao medo existente de que desembarcassem os revoltosos e provocassem distúrbios¹²⁶. Para evitar que fugissem para a Irlanda, mandaram-se retirar as balsas e bóias que marcavam os baixios e bancos de areia da entrada do Tamisa e do prolongamento do Canal. As penas a serem aplicadas eram severas: não só prisão e multas, mas deportação e pena de morte,



Admiral Lord Howe

segundo a gravidade dos delitos. Pitt, sabendo que a Inglaterra já não estava desprotegida, resolveu, para evitar que os motins se tornassem endêmicos, aplicar um castigo exemplar à Esquadra do Mar do Norte, que era menos importante que a Esquadra do Canal. Quando finalmente os insurgentes se renderam, Parker foi condenado à morte e enforcado a bordo de um dos navios, o mesmo acontecendo aos demais cabecilhas da revolta¹²⁷. Realmente, foi uma sorte imensa para a Grã-Bretanha

¹²⁶ Idem, *ibidem*, of. 750, Londres, 6 de Junho 1797

¹²⁷ Idem, *ibidem*, of. 761, Londres, 27 de Junho 1797

que a França não se tivesse apercebido do que se passava. Ou, se soube, não conseguiu aproveitar o colapso momentâneo da defesa inglesa.

O motim da Esquadra do Mar do Norte esteve na origem da terceira vitória naval inglesa, talvez a menos conhecida de todas mas não menos importante que as outras. O seu protagonista foi o Almirante escocês Lord Duncan. Quando começou a revolta na sua Esquadra, Lord Duncan viu-se com apenas dois navios, pois os outros sublevaram-se e desertaram. Lord Duncan, que se encontrava em frente da foz do Texel, na Holanda, viu que a Esquadra Holandesa se preparava para sair do porto. Duncan “...persistiu contudo em cruzar na mesma passagem do Texel e continuou neste serviço athe receber os reforços que lhe mandarão”¹²⁸.



Admiral Lord Duncan

O bloqueio continuou por mais quatro meses, até que o Almirante holandês, de Winter, resolveu sair com a Esquadra, aproveitando estar Duncan a reabastecer parte dos navios em Yarmouth. Uma pequena embarcação partiu a toda a velocidade para prevenir Duncan, que imediatamente se fez ao mar para interceptar a esquadra holandesa, o que conseguiu a 11 de Outubro. A batalha teve lugar perto da costa holandesa, em Camperdown (Kamperduin). A vitória dos britânicos foi esmagadora. Só escaparam sete navios de uma esquadra de vinte e um. Esta esquadra, se bem que mais pequena que a espanhola, era temida pelos ingleses pela qualidade da sua tripulação, pois os holandeses eram considerados dos melhores marinheiros do mundo. D. João descreveu a alegria sentida em Inglaterra “pela certeza que, com a destruição da Esquadra holandesa, serão quase impossíveis as excursos marítimas contra estes Reinos e invasão pelas Costas do Norte que são as mais vulneráveis”¹²⁹

¹²⁸ Idem, *ibidem*, of. 755, Londres, 13 de Junho 1797

¹²⁹ Idem, *ibidem*, of. 805, Londres, 19 de Outubro 1797

5. A Campanha do Egipto

Em Dezembro de 1797, quando Napoleão Bonaparte regressou de Itália, foi recebido em Paris como herói nacional. O Directório incumbiu-o de planear a invasão da Inglaterra¹³⁰. Napoleão foi confrontado com a falta de domínio no mar, o que tornava a operação, senão impossível, pelo menos muito difícil. Charles Maurice de Talleyrand, o novo e astuto Ministro dos Negócios Estrangeiros da Republica Francesa, aconselhava uma acção indirecta: combater a fonte do comércio inglês através da ocupação de Malta e Egipto, com o propósito de chegar à Índia. Criar-se-iam também ameaças nas Caraíbas com o intuito de atrair meios navais ingleses para longe do Canal da Mancha.

Com a conquista aos holandeses da colónia do Cabo, o Império inglês na Índia parecia seguro mas, invadindo e conquistando o Egipto, a França daria um duro golpe na linha de comunicação entre a Inglaterra e a suas colónias indianas. Napoleão julgava ser fácil conquistar o Egipto, uma província do decadente Império Otomano, mas de facto quase independente e governado por uma raça guerreira, os mamelucos, de origem caucasiana, conhecidos por ser os melhores cavaleiros do mundo, soberbos guerreiros e muito cruéis para os povos que oprimiam.



Bernadotte

Foi preparado um enorme corpo expedicionário que seria transportado para o Egipto pela Esquadra de Toulon, à qual se juntaram navios de Génova, Ajaccio e Civitavecchia. No total eram mais de 400 navios, levando cerca de 40.000 homens e 10.000 marinheiros, que partiram de Toulon para atravessar o Mediterrâneo a 19 de Maio de 1798. Esta operação passou completamente despercebida aos britânicos que não tinham, então, presença no Mediterrâneo. Pensaram que “o Armamento que se fazia em Toulon se destinava a *accometer o Reino de Napoles*”¹³¹. No entanto, a expedição esteve para não se realizar, devido a um grave incidente diplomático, protagonizado por Bernadotte,

¹³⁰ Idem, *ibidem*, of.869, Londres, 10 de Abril 1797

¹³¹ IAN/TT, MNE, Cx.718, of. 873, Londres, 24 de Abril 1798

então embaixador em Viena. Este resolveu içar a bandeira tricolor na sua residência, que foi atacada por populares e tropas em fúria. Napoleão conseguiu dissuadir o Directório de declarar guerra à Áustria.¹³²

O primeiro objectivo de Bonaparte, a ilha de Malta, era governada pela Ordem dos Cavaleiros Hospitalares de S. João de Jerusalém.¹³³ Os cavaleiros, apesar de maioritariamente franceses, sentiam uma profunda hostilidade pelas ideias revolucionárias.

Em 1797, o governo francês soube que a Rússia e a Áustria disputavam a posse de Malta, cuja posição estratégica ambas cobiçavam. Melo e Castro informou a Corte portuguesa da entrada da esquadra francesa na ilha (9 de Junho de 1798)¹³⁴. A ilha ter-se-ia rendido após dois dias de luta. Na sua opinião, os ingleses estavam convencidos que Napoleão não se atreveria a sair de Malta nem a arriscar “*hum combate com a Esquadra Inglesa se a souber naquellas paragens*”. No entanto, os britânicos continuavam a ignorar o destino das forças navais partidas de Toulon. Pensava-se que o destino seria Portugal, depois de se reunirem os franceses com a esquadra espanhola, o que inquietava o embaixador, apesar das garantias do gabinete inglês de que Portugal nada teria a temer: estando os franceses em Malta, poderiam ser bloqueados por Nelson, que se encontrava na Sicília donde partiria a qualquer momento se fosse necessário proteger a costa portuguesa.¹³⁵

Ignorando que uma esquadra inglesa sob o comando de Nelson o procurava, Napoleão já abandonara Malta rumo ao Egipto. O general francês sabia que um esquadrão de poucos navios se encontrava no Mediterrâneo, mas não se inquietava demasiado, pois as suas forças imensamente superiores poderiam resistir sem qualquer problema. Nelson, por sua vez, não tinha qualquer noção do paradeiro da imensa esquadra francesa. O que se seguiu foi um jogo de gato e rato, em que cada adversário sabia vagamente da existência do outro mas não o conseguia encontrar.

Em Londres ignorava-se o paradeiro de Nelson mas soube-se, de Constantinopla, que o capitão de Alexandria havia comunicado à Porta Otomana terem desembarcado grande número de tropas francesas. No entanto, uns dias antes, os Ingleses chegaram a

¹³² Robert Harvey, *op.cit.* e D. João de Melo e Castro, of.875, (Londres, 27 Abril 1798), que acrescenta “os franceses têm derrubado e insultado muitos governos de Europa...pelo que a Europa não resta outro recurso como um Prodígio como o que preservou Israel do Domínio e Captiveiro dos Assírios!”

¹³³ Os Cavaleiros da Ordem de Malta, como eram conhecidos, tinham-se fixado na Ilha em 1530. Em 1565, resistiram ao cerco de Suleimão, o Magnífico, sultão do Império Otomano. Com o decorrer dos tempos, a Ordem tornou-se no centro de uma rede comercial, que actuava no Mediterrâneo pacificado.

¹³⁴ AN/TT, MNE, Cx. 718, of.891, Londres, 4 Julho 1798

¹³⁵ Idem, *ibidem*, of. 894, Londres, 10 de Julho 1798

Alexandria. Porém, não encontrando aí a esquadra francesa que já supunham naquele porto,”*retrocederam em busca della e que fora neste intervallo que entrara a dos franceses... a Porta estava extremamente irritada com esta provocação dos franceses e não se duvida que ella occasione huma declaração de guerra contra a França*”¹³⁶ Estas informações, enviadas pelo embaixador para Lisboa, provinham de Lord Elgin, enviado da Grã-Bretanha junto da Sublime Porta.

Nelson atravessara o estreito de Messina em perseguição da esquadra francesa. Chegou no dia 28 de Junho a Alexandria, onde permaneceu dois dias, esperando o inimigo. Como este não aparecesse, prosseguira as buscas que se mostraram infrutíferas. Em Londres, fora grande a surpresa por não se terem encontrado as duas esquadras, navegando ambas para o mesmo ponto, especialmente devendo a esquadra francesa, devido ao seu tamanho, ocupar “*huma grande extensão de mar*”. As duas Esquadras não estavam distantes uma da outra, pois as primeiras tropas francesas tinham desembarcado a 1 de Julho, dois dias depois de Nelson ter saído de Alexandria. Apesar de terem enfrentado resistência de forças locais, o desembarque das tropas de Napoleão efectuou-se¹³⁷.

A Porta, perante a invasão francesa, aliou-se com a Rússia, sua inimiga tradicional e colaborou com os ingleses, o que levou D. João de Melo e Castro a comentar: ...”*he huma nova Cruzada em que os Catholicos e os Infiéis se reúnem contra o Atheismo*”¹³⁸. Depois do desembarque no Egipto a 1 de Julho de 1798, Napoleão avançou para Alexandria, conquistando-a com facilidade. Fez então uma Proclamação aos Egípcios que, quando foi conhecida, escandalizou a Europa... ”*V.Exa. verá que Buonaparte, para facilitar a Revolução naquelle país, não hesitou em professar Dogmas de Mahomet e declarar-se Sectário deste falso Propheta*”¹³⁹

As forças francesas partiram em direcção ao Cairo e, no dia 21 de Julho, encontraram os mamelucos que os esperavam. Eram comandados por Murad Bey e tinham uma poderosa cavalaria, que Napoleão logo percebeu ser a única tropa de valor do exército egípcio. Todavia, os mamelucos não dispunham de artilharia comparável à francesa. A Batalha das Pirâmides foi, na verdade, um massacre. Depois de saber da derrota da sua lendária cavalaria, o exército mameluco do Cairo dispersou-se pela Síria para se reorganizar.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, supra, of. 910, Londres, 22 Agosto 1798

¹³⁷ Idem, *ibidem*, of. 916, Londres, 11 Setembro 1798

¹³⁸ Idem, *ibidem*, of. 921, Londres, 19 Setembro 1798

¹³⁹ Idem, *ibidem*, of. 924, Londres, 26 Setembro 1798



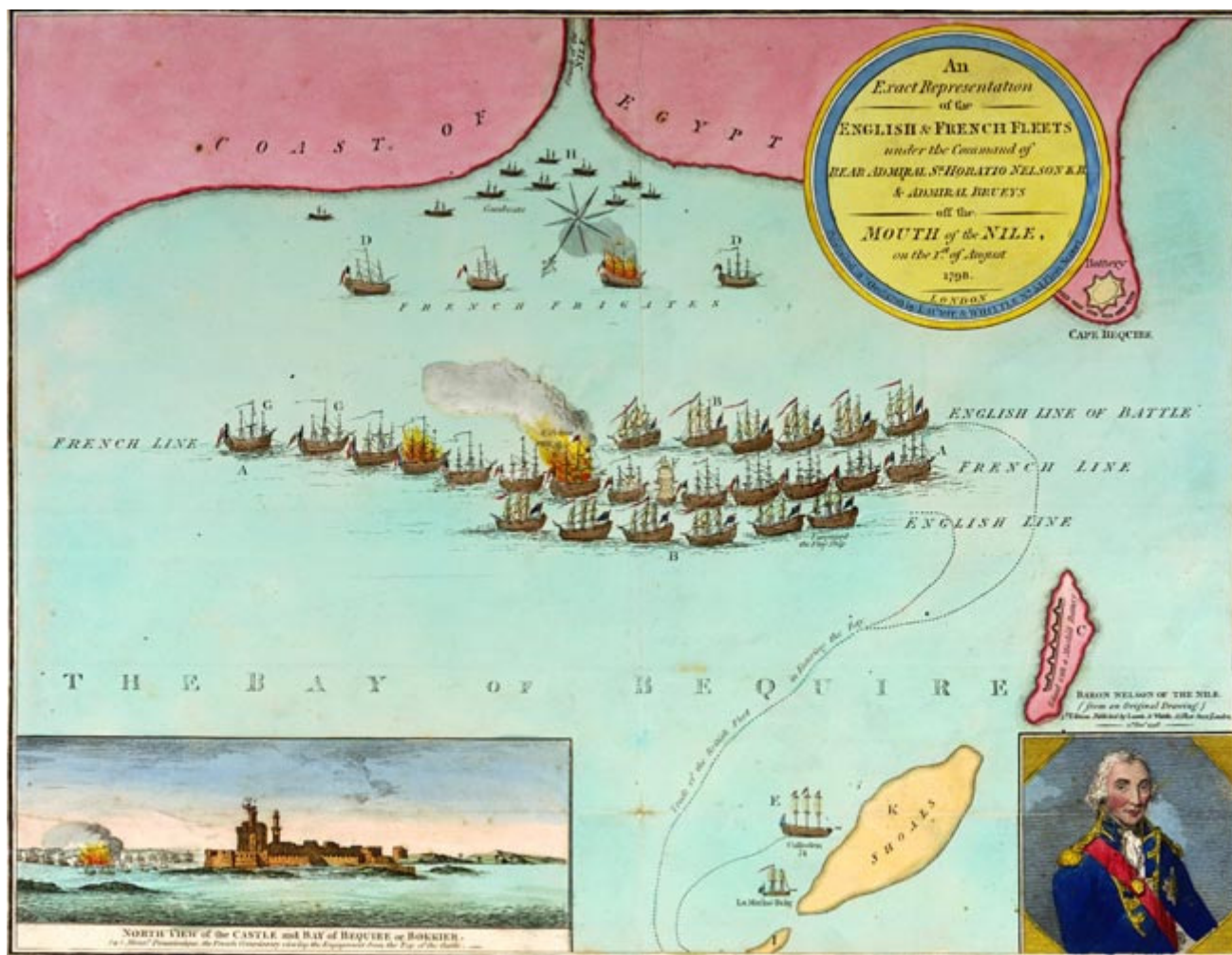
Batalha das Pirâmides, óleo de François Watteau

Após a batalha, a França ficou senhora do Egito. O que Napoleão não esperava era não ter este auspicioso começo o seguimento desejado e que, mais uma vez, a superioridade britânica no mar não permitiria a França a conquista do Médio Oriente.

O esquadrão comandado por Nelson tinha atravessado todo o mar interior, tentando encontrar a esquadra francesa. Os seus navios estiveram perto de Alexandria nos finais de Junho, mas como nada tivessem avistado, voltaram para oeste, procurando perto da Sicília. Entretanto, a enorme esquadra que transportara as forças de Napoleão para o Egito estava ancorada na Baía de Aboukir. O almirante Brueys, comandante da esquadra francesa, permaneceu três semanas na baía, sem tomar precauções para preparar os navios para uma ofensiva britânica, que deveria ter previsto.

Quando Nelson avistou a esquadra inimiga, resolveu atacar imediatamente, não dando tempo aos franceses para grandes preparativos. A táctica adoptada e superiormente dirigida consistiu em apertar os navios franceses contra a praia, de modo a não lhes dar grande capacidade de manobra. Agredido pelos dois bordos, o navio-almirante francês, *L'Orient*, incendiou-se, e o almirante Brueys foi ferido de morte. O almirante Ganteaume, que o substituiu, deu ordem para abandonar o navio antes que ele explodisse. De acordo com o relato de D. João de Almeida, a batalha foi um vitória estrondosa para os ingleses “...chegou a relação de Lord Nelson em que este Almirante informa da completa vitória que obteve contra a Esquadra Francesa na batalha de

Aboukir, cujo resultado foi a de ficarem todos os navios da Esquadra Francesa tomados, queimados ou metidos a pique, à excepção de dois navios de linha e duas fragatas que fugiram....o oficial inglês expedido por Lord Nelson com a notícia da vitória, encontrara no dia 22 de Agosto”...a Esquadra de Sua Majestade Fidelíssima, debaixo do comando do Marquez de Niza que ia unir-se à Ingleza. Mais disse que a Esquadra Portuguesa se achava em muito bom estado e que poderia servir muito ao Almirante Nelson”¹⁴⁰.



Batalha do Nilo, segundo gravura da época

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, of. 927 e 928 , Londres, 2 Outubro 1798

Esta vitória anulou quase completamente o poder naval francês no Mediterrâneo, deixando o exército francês sem comunicação com a França e comprometendo todo o plano de Bonaparte para o Oriente. O general encontrava-se sem meios, sem víveres, cortado do Continente e da França, sem forças navais e rodeado de inimigos.

O governo francês fora informado da presença de navios portugueses naquelas paragens, embora estes não tivessem participado na batalha. Os membros do Directório ficaram profundamente irritados. Segundo Melo e Castro, seria essa a razão para o completo desaire das negociações de D. Diogo de Noronha em Paris pois o Directório tinha a certeza que....”*Sua Majestade Fidelíssima usava de perfídia, uma vez que aceitava tratar da Paz e ao mesmo tempo tinha uma Esquadra no Mediterrâneo que tinha ordem de se juntar à inglesa*”.¹⁴¹ Devido à vitória na Batalha do Nilo, os ingleses dominavam o Mediterrâneo.

Houve repercussões imediatas no conflito no Continente. Na Rússia, o novo Czar Paulo I deu sinais de mudança de postura, aproximando-se dos ingleses, quando antes tinha sido hostil. Os Austríacos voltaram a entrar na guerra contra a França revolucionária. Em Constantinopla, o sultão rejubilou, pois não conseguia esquecer-se que Bonaparte tinha invadido uma província do Império Otomano.

Depois da batalha, Nelson partiu para Nápoles, deixando três navios de linha e três fragatas a bloquear as costas do Egipto. Quando chegou, foi recebido como um herói. Lord Hamilton, ministro da Grã-Bretanha naquela Corte, conseguiu convencer o almirante a participar numa operação executada pelo exército napolitano, sob as ordens do general austríaco Mack que invadira território romano e atacara tropas francesas... “*desalojadas de diferentes postos fronteiriços que ocupavam*”¹⁴². Um esquadrão inglês ocupou o porto de Livorno. No entanto, o sonho durou pouco. O Directório declarou guerra ao rei de Nápoles e os franceses avançaram sobre Roma, derrotando as tropas do general Mack. O rei de Nápoles, temendo ser feito prisioneiro, decidiu refugiar-se na Sicília. Segundo Melo e Castro, *teria sido devido à inacção da Corte de Viena que a Marcha do Rei de Nápoles sobre Roma não tinha tido êxito....lamentavel atitude quando existe laços de Família entre as duas Cortes*¹⁴³

A família real napolitana, a corte e “*artigos e moeda no valor de dois milhões e quatrocentos mil libras esterlinas*” foram embarcados nos navios de Nelson, perante a

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, supra, of. 934, Londres, 23 Outubro 1798

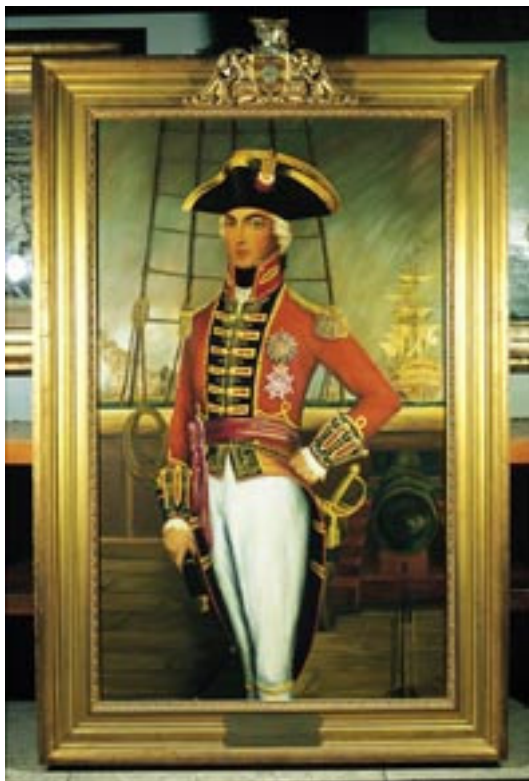
¹⁴² Idem, *ibidem*, Cx. 718, of. 952, Londres, 15 Dezembro 1798

¹⁴³ A imperatriz da Áustria era filha dos reis de Nápoles

indignação do almirante napolitano, Conde Caracciolo, que acusaria mais tarde o rei de ter pilhado vergonhosamente Nápoles com a cumplicidade de Nelson. A viagem para a Sicília decorreu em condições climáticas péssimas. As tempestades atingiram tal violência que um dos pequenos príncipes não resistiu e morreu. No entanto, quando chegaram a Palermo, a Família Real foi acolhida com grande manifestação de alegria.

Entretanto, no dia 25 de Dezembro de 1798, os franceses ocuparam Nápoles, transformada em República. Era uma compensação para a importantíssima derrota sofrida na Batalha do Nilo, segundo opinião de D. João de Almeida.

6. A Esquadra Portuguesa no Mediterrâneo



Almirante Marquês de Nisa

A esquadra portuguesa, comandada por D. Domingos Xavier de Lima, Marquês de Nisa¹⁴⁴ não tinha, como se disse, participado na Batalha do Nilo. O primeiro encontro com os navios de Nelson deu-se ao largo de Alexandria, bloqueada pelos ingleses. O Marquês foi informado de que Lord Nelson se dirigira para Nápoles. A esquadra

¹⁴⁴ O Marquês de Nisa era irmão de D. Lourenço de Lima, Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário em Londres – 1801-1803 e Embaixador em Paris – 1804-1807

portuguesa fez-se ao mar para se encontrar com Nelson. Entretanto, a população de Malta tinha-se revoltado contra os franceses¹⁴⁵. D. Domingos recebeu ordens de Nelson para proceder ao bloqueio de Malta. Aí permaneceu a esquadra portuguesa por mais de cinquenta dias. Enquanto durou o bloqueio efectuado por Nisa, apenas uma pequena embarcação conseguiu furar o mesmo e fugir. A 15 de Outubro chegaram os navios ingleses, comandados por Ball e Nelson, ficando então os ingleses responsáveis pelo bloqueio.

A frota portuguesa retirou-se para Nápoles e, a 15 de Novembro recebeu ordens para se dirigir a Livorno para, juntamente com navios ingleses, apoiar o exército napolitano na tentativa de recuperar a Itália. Como já referido, a operação não teve qualquer êxito, levando à fuga precipitada da Corte Napolitana para a Sicília, informava Melo e Castro mas, ...” *a Esquadra de S.M.F., sob comando do Marquez de Nizza chegara a tempo da evacuação sendo o Marquez encarregado de conduzir um navio de linha napolitano que não podia sair com a Esquadra inglesa com advertência que não sendo possível conduzir este navio lhe possesse fogo e queimasse semelhantemente as mais embarcações que se achassem no Porto de Nápoles e se fizesse à vela para se unir à Esquadra inglesa em Palermo*¹⁴⁶.

D. Domingos não conseguiu preparar os navios napolitanos por falta de material no arsenal, entretanto pilhado, falta de meios humanos para os manobrar e com uma população em revolta que dificultava quaisquer operações. Apesar dos esforços portugueses, tiveram de ser queimadas as embarcações napolitanas ainda no porto. Em Julho de 1799, iniciou-se a reconquista de Nápoles.¹⁴⁷

Em Londres fora anunciada evacuação do reino de Nápoles pelos franceses, e Melo e Castro transmitia com orgulho para Lisboa a forma como Nelson manifestara a importante e gloriosa acção “*das tropas de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor*¹⁴⁸ *na tomada de Capua e Gaeta, bem como a Companhia de Artilharia e os Officiais e Marinheiros desembarcados do Esquadrão Português*”.

Houve festejos em Nápoles. E também castigo para os que se tinham ligado aos “*jacobinos*”. Na verdade, prenderam e condenaram-se todos os que tinham mostrado qualquer simpatia pelas ideias republicanas. Foram condenadas à morte e executadas com rapidez várias pessoas, entre as quais o Conde Caracciolo, enforcado num dos

¹⁴⁵ AN/TT, MNE, Cx.718, of.935, Londres, 30 Outubro 1798

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, Cx.719, of.964, Londres, 5 Fevereiro 1799

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, of. 1041, 4 Setembro 1799

¹⁴⁸ A 25 de Julho de 1799, o Príncipe D. João tinha-se tornado, *de facto*, Príncipe Regente.

navios ingleses, apesar de ter pedido para ser fuzilado, o que Nelson recusou.¹⁴⁹ Esta decisão chocou muita gente, especialmente em Inglaterra, pois o conde, amigo pessoal de Nelson, acusara o rei de Nápoles de ter saqueado a cidade antes de a abandonar. No Parlamento britânico, a Oposição, pela voz de Fox, lançou um ataque feroz ao Almirante que acabava de ser nomeado comandante da Esquadra do Mediterrâneo: *“Temo que as atrocidades de que tanto ouvimos falar não sejam só praticadas pelos franceses... Nápoles foi “libertada”...através de assassínios tão ferozes e crueldades terríveis... A Inglaterra não está isenta de culpas se os rumores que correm são verdadeiros... Foi comunicado que um grupo de republicanos se rendeu a um oficial britânico que lhes deu garantias sob a sua palavra de honra. Não obstante esta garantia, essas pessoas foram assassinadas”*¹⁵⁰.



Charles James Fox

¹⁴⁹ AN/TT, MNE, of, 1034, Londres, 13 Agosto 1799

¹⁵⁰ Robert Harvey, *op. cit.*

Deve-se dizer que Melo e Castro aprovou plenamente o castigo dado aos “jacobinos”. Em carta para o Procurador da Fazenda da Casa de Bragança comenta indignado...”o infame Carraciolo foi inforcado a hum mastro da Fragata Minerva onde esteve pendente...assim devem ser tratados traidores...”¹⁵¹

O Marquês de Nisa, por ordem de Nelson, voltou em Agosto para Malta para assumir o comando das forças navais encarregues do bloqueio. Em Outubro chegaram ordens da Secretaria de Estado da Marinha Portuguesa para o regresso dos navios. Nelson recebeu igual comunicação e pediu a D. Domingos de Lima que retardasse a partida. O Marquês concordou em permanecer até à chegada da Esquadra russa¹⁵². Os franceses sitiados em Malta estavam prestes a capitular, quando Nelson fez render a esquadra portuguesa por navios ingleses. Passados poucos dias, Malta rendeu-se ao próprio Nelson.

¹⁵¹ Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei: A Retirada da Família Real para o Brasil*, Vol.I, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade

¹⁵² A Rússia, o Império Otomano, e a Inglaterra eram aliados desde o começo da Campanha do Egipto. Por isso, a esquadra russa tinha autorização da Porta para passar do Mar Negro, através dos Dardanelos, para o Mediterrâneo.



A Esquadra Portuguesa no Bloqueio à Ilha de Malta

A colaboração das esquadras inglesa e portuguesa não se passou sem que houvesse alguns “atritos” entre as duas Cortes. Depois da queda de Nápoles, a Espanha e Portugal estavam convencidos que seriam invadidos pelos franceses. Melo e Castro comunicou a Grenville que Espanha queria fazer paz com Portugal mas punha como condição preliminar a retirada da esquadra portuguesa do Mediterrâneo¹⁵³. Portugal preparava-se para ceder por várias razões: o custo elevado que representava a estadia da Esquadra no Mediterrâneo; o consequente abandono da protecção das costas portuguesas; o perigo de uma invasão terrestre através da Espanha se não se acatasse o que esta potência propunha.

A Corte de St.James não tardou em reagir. Grenville, “*agastado, recusa-se a acreditar que um país que não tinha sofrido os grandes incómodos da guerra não pudesse dispensar 350 mil cruzados, além de que este Serviço [da Esquadra] era o único com que Portugal podia contribuir para a Cauza Comum. Era neste momento decisiva a presença das Esquadras no Mediterrâneo...*”¹⁵⁴. A esquadra portuguesa permaneceu no Mediterrâneo. A 17 de Dezembro de 1799, num jantar com Grenville,

¹⁵³ AN/TT, MNE, Cx. 719, of.966, Londres, 11 Fevereiro 1799

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, of.987, Londres, 11 Abril 1799

Pitt e Spencer (o principal responsável pelo Almirantado), D João de Melo e Castro pediu, mais uma vez, que fosse ordenado a Nelson que providenciasse o regresso a Portugal da Esquadra, primeiro para reparações necessárias depois de tanto tempo e, sobretudo, porque “*assim o queria S. A. R.*”. Foi-lhe respondido por Lord Spencer ter Nelson mandado de volta a Esquadra, pois precisava de consertos “*tendo feito hum tão activo e prolongado serviço, e me repetiu elogios mui distintos tanto em obsequio do Marquez de Nisa, como do préstimo de todos os officiaes, mencionando o desvelo com que assim tanto de huma como de outra parte se procurava manter a perfeita harmonia e a melhor intelligencia...*”¹⁵⁵. Finalmente, em Fevereiro de 1800 largou o Marquês de Nisa para Lisboa.

7. Fim do Sonho Asiático Francês

Conquistado o Egipto, Napoleão continuou a campanha para Oriente. O domínio otomano devia ser combatido mais além do Sinai para dissuadir os turcos de tentar recuperar o Egipto. De facto, após a batalha do Nilo, o Império Otomano tinha declarado guerra à França, apoiado pela sua tradicional inimiga, a Rússia¹⁵⁶.



General Kleber

Lord Elgin, enviado britânico junto da Porta, mandara notícias de Constantinopla: os encontros entre as forças de Bonaparte contra os “*Beys e Mamelukos*” tinham sido extremamente cansativos, devido à excelência da Cavalaria mameluca, bem como a travessia do deserto do Sinai a caminho da Síria “*num clima o mais ardente do Mundo, sofrendo de total falta de meios de subsistência, sofrendo constantes ciladas dos Árabes que tinham vitimado vários officiais franceses. Buonaparte declarava que não havia nem farinha, nem vinho, nem licores espirituosos para aliviar esta marcha penosa*”¹⁵⁷.

Na verdade, os turcos preparavam uma ofensiva bem organizada contra o exército de Bonaparte. Djezzar Pasha, que dominava Acre, reunia forças para atacar por terra, enquanto o exército turco, conhecido por “Exército de Rodes”, seria transportado através do mar Egeu pela Esquadra Otomana, protegida por Sir



Sir Sidney Smith em Acre

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, of.1080, Londres, 17 Dezembro 1799

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, Cx.718, of. 929, Londres, 4 Outubro 1798

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, supra, of. 935, Londres, 30 Outubro 1798

Sidney Smith¹⁵⁸ que comandava um pequeno esquadrão britânico nas costas do Levante.

Em Fevereiro de 1799, com cerca de 13 mil homens, acompanhado, entre outros, pelos generais Kleber e Lannes, Napoleão pôs-se em marcha. Com excepção da resistência encontrada em El Arish, o caminho para a Palestina manteve-se aberto. O primeiro objectivo táctico de Bonaparte era a ocupação do porto de Jaffa, na Palestina, que poderia ser usado pela frota turca para um desembarque. Em Março começou o cerco à cidade. Depois do bombardeamento, foi aberta uma brecha nos muros que permitiu a entrada dos franceses. Seguiu-se um verdadeiro massacre dos sitiados, apesar destes se terem rendido. Marroquinos, turcos e mamelucos foram fuzilados e mesmo alguns decapitados¹⁵⁹. No entanto, *parecia castigo divino, pois a peste tinha-se instalado em Jaffa e fizera estragos no Exercito Francês*. Estes acontecimentos foram relatados por Sir Sidney, assim como o ataque posterior feito pelos franceses a Acre. A fortaleza de S. João de Acre fora construída pelos cruzados num promontório sobre o mar, de forma que só uma pequena parte da mesma podia ser atacada por terra, o que representava para o exército francês uma dificuldade acrescida, uma vez ter sido a esquadra republicana destruída na batalha do Nilo. Acre era defendida por um mameluco originário da Bósnia, conhecido e temido pelos outros chefes turcos: Djezzar Pasha. Napoleão esperava ter apoio dos chefes Druzos cristãos, que odiavam Djezzar.

Foram feitas várias tentativas pelos franceses para tomar Acre, todas sem sucesso. Por mar, tinham chegado reforços turcos para integrarem as forças inglesas de Smith. Bonaparte intentou fazer um assalto desesperado antes da chegada dos reforços. *“Apesar do intenso bombardeamento dos Navios Ingleses e dos Turcos sitiados, o Inimigo ganhava terreno, pelo que havia de fazer-se uma acção prompta para conservar a Praça. Desembarcou a equipagem de Smith para reforçar a guarnição turca...”*¹⁶⁰. O cerco terminou a 20 de Maio com a derrota dos franceses, que se retiraram depois de abandonar grande quantidade da sua artilharia, enterrada na areia ou deitada ao mar. Napoleão perdera a confiança dos chefes Druzos, pois estes tinham sido informados de que *“ Buonaparte se gabava, na sua Proclamação, de ter destruído*

¹⁵⁸ No começo da guerra, Sir Sidney Smith incendiara os navios franceses em Toulon durante a breve ocupação deste porto pelos ingleses. Em 1796, foi capturado pelos franceses e encerrado na prisão do Templo. Na prisão, fez amizade com um francês monárquico que planeou a fuga dos dois em 1797. Substituiu Hood no comando do Esquadrão de Alexandria, que não dependia do comando de Nelson. Em 1807, comandará o Esquadrão britânico que escoltará a Esquadra e Corte portuguesas para o Brasil.

¹⁵⁹ AN/TT, MNE, Cx. 719, of. 1046, (Londres, 16 Setembro 1799) no qual se inclui uma carta de Sir Sidney Smith ao Almirantado enviada a 16 de Junho de 1799

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*

Monumentos Cristãos. Buonaparte não poderia penetrar mais para Norte, pois aquele Povo guerreiro não o permitiria...” O insucesso da tomada de Acre levou Bonaparte a desistir da ideia de marchar até Constantinopla para derrubar o Sultão Otomano.

O exército francês voltou ao Cairo. Napoleão, logo que lhe foi possível, embarcou secretamente para França, levando consigo alguns generais, como Berthier e Murat e deixando Kleber no comando das restantes tropas deixadas no Egipto. D. João comentou os sentimentos da Inglaterra que, de resto, eram partilhados pelas demais Potências: *“A aparição em Paris de Buonaparte, Berthier e outros oficiais do Estado Maior do Exército Francez no Egipto é huma Deserção que não merece comentário, mas que mostra a extinção total das Esperanças que se havião concebido e que o Governo Francez se lisonjeava de poder retirar daquella Expedição!”*¹⁶¹

De facto, quando o Directório decidiu fazer a campanha do Egipto, tinha planos para acabar com o domínio inglês na Índia. Existia um projecto para abrir um canal¹⁶² através do Suez até ao Mar Vermelho, afim de permitir à França um acesso mais rápido à Índia para atacar os Ingleses com a ajuda do inimigo destes, o indiano Tippoo Sultan.



Tippoo

Depois de conquistado o Egipto, o exército francês atravessaria a Ásia Menor para chegar à Índia, onde, com ajuda do Sultão de Mysore, o mais corajoso e culto dos potentados indianos, o sultão Tippoo, seria dado um golpe de morte no comércio

¹⁶¹ AN/TT, MNE, Cx. 719, of.1062, Londres, 22 Outubro 1799

¹⁶² Este canal virá a ser construído por Ferdinand de Lesseps, no governo de Napoleão III. Ferdinand era filho de Mathieu de Lesseps que foi na expedição ao Egipto com Napoleão Bonaparte. Nesta expedição participaram cientistas, botânicos, arqueólogos, matemáticos que iam redescobrir e estudar as riquezas do Egipto.

britânico na Ásia. Tippoo era filho de Hyder Ali, inimigo feroz de Inglaterra e Portugal¹⁶³.

Lord Mornington exercia então o cargo de governador da Índia¹⁶⁴. Em Maio de 1799, os ingleses atacaram os Estados de Tippoo e conquistaram a capital, Seringapatan. A vitória dos britânicos e morte de Tippoo foram para Portugal, “*um alívio, por ter desaparecido hum inimigo tão poderoso quão irreconciliável.*” Nos dois ofícios do embaixador para a Corte portuguesa, é mencionado que a Grã-Bretanha assim actuou por conhecer a aliança do sultão indiano com o Directório e mais” *achara-se na correspondência um projecto de Tratado offensivo e defensivo, proposto por Tippoo ao Directório, assinado no dia 20 de Julho de 1798 e no Artigo 7 se estipula a Divisão e Repartição das Coloneas portuguezas entre Tippoo e a Republica franceza!*”.

D. João de Almeida pediu instruções imediatas para a Corte portuguesa, pois a Inglaterra iria ocupar os territórios de Tippoo e “*me parece a contextura favorável para se obter a feitoria do Porto de Mangalore e mais dois portos próximos...úteis para Defeza e Subsistência do Estado de Goa...*”.

O que se previa, aconteceu, mas não como Portugal desejava: foram divididos os Territórios Indianos “*entre o poderoso Nizam de Hiderabad, os Mahrattas e a Companhia das Índias Orientais, pelo que fica encurralado o território da Coroa portuguesa*”. Melo e Castro comentava com alguma amargura dever o gabinete britânico lembrar-se que, com a cedência da importante ilha de Bombaim em 1661, a Grã-Bretanha se estabelecera na Índia e assim “*estendeu sucessivamente a sua Dominação e Império ao auge a que presentemente se acha elevada*”¹⁶⁵

¹⁶³ Idem, *ibidem*, ofs. 1046, Londres, 16 Setembro 1799 e of.1052, Londres, 30 Setembro 1799

¹⁶⁴ Lord Mornington era irmão de Sir Arthur Wesley, futuro duque de Wellington

¹⁶⁵ AN/TT, MNE, Cx. 719, of. 1080, Londres, 17 Dezembro 1799

Capítulo III – A Guerra na Europa (1798-1801)

Entretanto, as potências aliadas tinham obtido importantes vitórias contra a França no Continente. Depois da tomada de Malta pelos franceses em Junho de 1798, a Rússia, governada por Paulo I, entrou na coligação com a Inglaterra e a Áustria. Sua Majestade Russa mostrava-se não só indignada com a conquista da Ilha mas também com o tratamento pouco delicado infringido aos Cavaleiros da Ordem de S. João. O Barão Thugut, ministro austríaco, convenceu o Imperador Francisco II a colocar as forças combinadas do exército de Itália sob o comando do legendário marechal russo Alexandre Souvarov.¹⁶⁶ O plano do marechal era derrotar os franceses em Itália e marchar em direcção a Paris para acabar de vez com a agitação revolucionária na Europa. Com rapidez e eficiência, Souvarov ocupou Milão a 27 de Abril de 1799 e logo a seguir Turim. Enquanto Napoleão se encontrava ainda na Síria, o marechal russo alcançou nova vitória sobre os generais franceses Moreau e Macdonald.¹⁶⁷ Também Joubert, que morreu em combate, foi derrotado em Agosto do mesmo ano. A “*celeridade sem exemplo*” de Souvarov foi comentada com certa malícia por Melo e Castro. Afinal, concluía, não tinha sido nada de extraordinário a campanha de 1796 de Bonaparte. Como se estava demonstrando, não era difícil conquistar a Itália.

O caminho para França parecia aberto. Uma esquadra russa, aliada dos Turcos¹⁶⁸, passou do Mar Negro pelos Dardanelos para o Mediterrâneo e, de acordo com o governo de Viena, ocupou as ilhas venezianas no Adriático que, com “*ajuda da Porta se têm erigido em pequenas Repúblicas*”¹⁶⁹. Na verdade, a sorte parecia sorrir aos Aliados. O Arquiduque Carlos, o melhor General do exército austríaco, tinha derrotado Jourdan e Massena no sul da Alemanha e na Suíça.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, Cx. 719, of. 997, Londres, 7 de Maio e of. 1014, 22 Junho 1799

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, of. 1000, Londres, 8 de Maio e of. 1020, 9 Julho 1799

¹⁶⁸ A Esquadra de Ouchakow expulsou os franceses das Ilhas Jónicas e fundou uma república, que era de facto um protectorado russo. Este é o 1º Estado grego independente constituído em território do Império Otomano, in Jean des Cars, *La saga des Romanov*, Paris, Éditions Plon, 2008

¹⁶⁹ AN/TT, MNE, Cx. 719, of. 1028, Londres, 23 Julho 1799



Arquiduque Carlos



Marechal Souvarov

Este revés impediria os dois exércitos franceses de marchar sobre Viena como estava planeado¹⁷⁰. O Duque de York, com ajuda das forças russas comandadas pelo general Korsakov, conseguiu conquistar quase toda a Holanda.

Porém, em Outubro a situação já era diferente. O gabinete inglês mostrava-se muito preocupado com a falta de consenso entre as Cortes russa e austríaca e os respectivos comandantes militares, que seria a causa *“de que a ultima parte da presente Campanha não fosse tão gloriosa e decisiva como a primeira”*. Realmente, o Conselho Militar Supremo, reunido em Viena, decidira mandar o marechal Souvarov para a Suíça que se encontrava novamente sob ameaça francesa. Este partiu *“fazendo huma marcha surpreendente e athe agora nunca praticada por haver o Marechal no Espaço de 15 dias passado quatro vezes os Alpes nos sítios os mais elevados e mais perigosos”*.

As tropas de Souvarov atravessaram os desfiladeiros dos Alpes em condições climáticas péssimas. Quando chegou à Suíça, o marechal foi informado da derrota do seu compatriota Korsakov por Massena, numa batalha que durara de 25 a 27 de Setembro. Abandonado pelos Aliados e rodeado por tropas francesas hostis, Souvarov

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*, of. 979, Londres, 26 Março 1799

conseguiu no entanto retirar o seu exército dos Alpes sem grandes perdas¹⁷¹. Entretanto, o general Ney tinha derrotado os austríacos no Reno, e Brune obrigara o Duque de York a evacuar a Holanda. Sentia-se “... *A extrema crise a que chegaram as desavenças entre as Cortes de Viena e de Sampetersburgo e os seus Generais. Assim o Imperador da Rússia tomou a resolução de retirar as suas tropas debaixo do comando do Marechal Príncipe Souvarov...*”¹⁷²

O Marechal adoeceu na viagem de regresso e acabaria por morrer pouco tempo depois de chegar à Rússia. No fim do ano, o Imperador Paulo I, numa súbita reviravolta, decidiu não só abandonar a Coligação como até se irá mostrar hostil para os seus Aliados.



Czar Paulo I

¹⁷¹ Idem, *ibidem, ibidem*, of.1056, Londres, 15 Outubro 1799

¹⁷² Idem, *ibidem, ibidem*, of. 1077, Londres, 10 Dezembro 1799

1. O “18 do Brumário”



Quando Napoleão Bonaparte regressou do Egipto, encontrou a França em crise. No Directório, enfrentavam-se duas facções, uma mais moderada, outra mais “jacobina”. Levantamentos monárquicos em Amiens, Rennes, Bordeaux e em toda a França meridional ameaçavam a República. Os cinco membros do Directório sentiam o poder fugir-lhes das mãos. Eram acusados de corrupção e de ser culpados da inflação galopante que afligia a França. Ora esta era principalmente provocada por uma instituição originada pela Revolução: o Exército Francês. Este enorme exército, sem paralelo na Europa, absorvia dinheiro como uma esponja e era a força dominante no país. A França tinha começado por entrar em guerra para defender o seu território e as novas ideias revolucionárias mas tornara-se numa potência agressiva, com interesses imperiais. Para construir um Império era necessário um exército forte. Os seus oficiais constituíam nesta altura o grupo com mais poder no país. Em tempos de descontentamento económico, há sempre a esperança que apareça uma personalidade forte para resolver os problemas com que se debate a Nação. Napoleão soube aproveitar este sentimento nacional com mestria. No dia 9 de Novembro (17 de Brumário), deu-se um golpe militar em Paris e o Directório foi derrubado, como informa Melo e Castro com detalhe: *“As Gazetas de Paris fizeram conhecida a extraordinária e inesperada*

Resolução que Buonaparte effectuou em Paris pela qual ficou abolida a Constituição do Anno 3 da pretendida Republica, extinto o poder Directorial, substituído no lugar das Authoridades até então estabelecidas hum Triunvirato, composto de três Cônsules, Buonaparte, Sieyès e Roger Ducos, sendo porém Buonaparte o que parece exercitar o Poder Supremo...ainda paira a obscuridade sobre o character desta Resolução; parece ter lugar a conjectura que ela fosse movida por Buonaparte no atrevido intento de se erigir na França em outro César ou Cromwell, já que não pode pela sua Expedição superar ou igualar a Fortuna e a Gloria de Alexandre...uma semelhante Resolução aniquila por completo a forma de governo até aqui existente e foi feita sem ter encontrado a menor opposição da parte dos habitantes da capital”¹⁷³. O último passo do golpe militar deu-se a 12 de Dezembro. Napoleão tornou-se o “primeiro entre iguais”, ao converter-se em Primeiro Cônsul “as primeiras disposições do Triunvirato que acabara de usurpar a Soberania e a Dominação havia sido a Deportação de 37 dos seus Opositores para a Guyana, entre eles o General Jourdan e o Príncipe de Hesse que recebeu o castigo que merecia pela abjuração que fez dos Princípios próprios do seu nascimento para se associar aos mais abomináveis e diabólicos Revolucionários Jacobinos!”¹⁷⁴

A conquista do poder por Napoleão Bonaparte representava o fim do processo revolucionário começado em 1789 e que tinha durado exactamente uma década. A França passara por uma breve monarquia constitucional, seguida pelo Terror jacobino, o Directório e tornara-se uma ditadura militar. O país era outra vez governado por um só homem, não um descendente hereditário dos Bourbon mas um representante da nova classe que tinha emergido das cinzas da Revolução.

Tornado 1º Cônsul, Napoleão Bonaparte passou a ter uma capacidade de actuação maior e uma estratégia única e clara para repor o domínio da França sob o Continente europeu.

O objectivo imediato era derrotar os dois exércitos austríacos, um sob o comando do General Kray na Alemanha e o outro em Itália, dirigido por Mélas. Formou-se o exército de Reserva, comandado por Berthier, que reforçaria os dois exércitos franceses principais, o exército do Reno, sob as ordens de Moureau e o exército de Itália, sob o comando de Massena. A estratégia era simples e brilhante. Consistia em lançar um

¹⁷³ Idem, *ibidem*, of. 1072, Londres, 19 Novembro 1799

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, of. 1073, Londres, 26 Novembro 1799

ataque inesperado e rápido através dos desfiladeiros dos Alpes e atacar os austríacos onde estes menos esperavam – na retaguarda.

No início, a campanha não correu tão bem aos franceses como estes esperavam. Massena ficou encurralado em Génova sem mantimentos, uma vez que “*O Estado Genovez sofre há muito tempo de fome e os Portos de Mar se encontram bloqueados pelos Ingleses*”¹⁷⁵. Mas a situação militar alterou-se em pouco tempo. Na Lombardia, os exércitos de Bonaparte ocuparam Milão, Pavia, Lodi. Imediatamente após a conquista pelos franceses, uma proclamação restaurava a Republica Cisalpina. O exército da Alemanha, sob comando de Kray, conservou-se imóvel em Ulm. Fazendo-se eco das preocupações do gabinete de Londres, Melo e Castro escrevia “...*não se compreende a inacção de Kray enquanto o seu Anthagonista estende as suas acções até Augsburg e infesta a Baviera*”...¹⁷⁶.



Batalha de Marengo, quadro de Lejeune

Finalmente, no dia 25 de Junho, chegaram a Londres notícias da vitória de Bonaparte sobre Mélas em Marengo, a 14 de Junho. Os austríacos tinham sido completamente derrotados. Marengo, que começara mal para os franceses, transformou-se numa grande vitória, se bem que com alto preço. Uma das vítimas mortais foi Dessaix, um dos melhores generais da República.¹⁷⁷. Apesar deste revés, não se

¹⁷⁵ AN/TT, MNE, Cx.720, ofs. 1119, Londres, 29 Abril 1800 e 1133, 27 Maio 1800

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, ofs. 1138 e 1139, Londres, 24 de Junho 1800

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, Carta pessoal de D. João de Melo e Castro, escrita à pressa, curta, sem data e sem numeração, 1800

propunha a Áustria a fazer uma paz separada. Grenville esperava portanto que o governo inglês e os seus aliados (neste caso, Portugal) se mantivessem unidos, uma vez que o objectivo dos franceses era destruir a união, procurando fazer pazes separadas com cada potência.

Em Dezembro, mais um general austríaco, o arquiduque João, foi derrotado pelo exército francês comandado por Moreau e Ney em Hohenlinden, na Alemanha. Com as tropas de Moreau avançando sobre Viena e com Massena efectuando uma operação de limpeza na Lombardia, a Áustria resolveu-se a fazer uma paz separada. Começaram as negociações do Tratado de Luneville, que só seria assinado no Inverno de 1802¹⁷⁸.

O Armistício austríaco coincidiu com a retirada da Rússia da guerra. Paulo I era uma figura estranha, que mudava de simpatias com muita facilidade¹⁷⁹. Entretanto Pitt tentava desesperadamente manter a Áustria na guerra através de subsídios pecuniários, pois as exigências de Paris para uma Paz Geral passavam por exigir da Grã-Bretanha um armistício marítimo que o governo inglês recusava terminantemente¹⁸⁰. A Inglaterra enfrentava uma nova ameaça: a aliança entre as duas potências mais agressivas da Europa: a França napoleónica e a Rússia de Paulo I. O Czar tinha-se irritado muitíssimo com a ocupação de Malta pelos ingleses, além de não ver com bons olhos a política britânica de fiscalizar todos os navios, não só russos mas também os pertencentes aos Estados bálticos afim de evitar o fornecimento de mantimentos e outros artigos à França. Em Dezembro de 1800, Paulo I ordenou que todos os navios ingleses que se encontrassem em portos russos fossem apreendidos e as suas tripulações presas. Depois pressionou a Suécia para assinar um “Tratado de Neutralidade Armada” a que aderiram a Dinamarca e a Prússia.

A Grã-Bretanha reagiu imediatamente. Num discurso no Parlamento em que anunciava a criação do novo Reino Unido¹⁸¹, o rei Jorge III mencionou as diferenças existentes entre a Grã-Bretanha e a Rússia referentes aos conceitos de “direito marítimo” e à detenção dos seus vassalos na Corte russa, nomeadamente a prisão de marinheiros britânicos. Acrescentou que, dependendo a existência política da monarquia britânica dos mesmos direitos marítimos, “...contemplaria como Inimigas todas as

¹⁷⁸ Pelo Tratado de Lunéville, a Áustria cedia o controle da margem esquerda do Reno. As fronteiras em disputa na Itália foram definidas. A Áustria também reconheceu as Republicas Batava, Helvética, Cisalpina e Ligúria. O Grão-Ducado da Toscana passou para a França, sendo compensado o Duque com possessões alemãs.

¹⁷⁹ AN/TT, MNE, Cx. 720, of. 1095 e 1133, Londres, 27 Maio 1800. O Imperador de todas as Russias era filho de Catarina, a Grande e tinha fama de meio louco, não só na Rússia mas também no resto da Europa

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, of. 1177, Londres, 25 Setembro 1800

¹⁸¹ Reino Unido de Inglaterra, Escócia e Irlanda

*Potencias que se unissem para lhos disputar...*¹⁸². O novo Reino Unido proclamou o embargo de todos os navios russos, suecos e dinamarqueses que se achassem nos portos britânicos ou que viessem a entrar em qualquer porto de mar pertencente ao *Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda*. A adesão da Prússia à coligação dos países do Norte piorou a situação pois, cedendo às exigências da Rússia e da França, pressionava a Inglaterra, ameaçando fechar os portos dos rios Elbe, Ems e Weser aos navios ingleses. O próprio ministro prussiano na Corte de St. James, barão Jacobi disse a D. João de Almeida que prevenira a sua Corte da iminência de um rompimento desastroso que só beneficiaria os inimigos e que lhe parecia “*uma contradição que potências que deviam preservar a integridade da Europa pareciam agora empenhados em aniquillala por questões secundárias*”¹⁸³. A atitude das potências do Norte foi considerada quase como uma declaração de guerra à Grã-Bretanha. O governo inglês propôs-se actuar rapidamente para dissolver a Coligação, antes que esta conseguisse organizar as suas forças. Em Março de 1801 uma esquadra inglesa, sob o comando de Sir Hyde Parker e Lord Nelson partiu para Copenhaga para “negociar” a retirada da Dinamarca da Coligação. Parker tentou iniciar conversações com o Príncipe de Dinamarca¹⁸⁴ mas nada conseguiu.

A 2 de Abril de 1801 teve lugar a batalha de Copenhaga. Era esta uma batalha diferente dos combates navais anteriormente disputados pelas forças navais britânicas. Não se tratava de um conflito em mar aberto entre duas esquadras mas um combate entre a esquadra inglesa e as defesas de artilharia da cidade e os seus navios que formavam uma barreira em frente da mesma. Além disso, a pouca distância da costa, existia uma enfiada de baixios que limitava o espaço de manobra dos navios ingleses. Apesar de três navios de Nelson terem encalhado, a primeira linha de defesa, que era a própria Marinha dinamarquesa, foi derrotada depois de “*um vigoroso combate auxiliado pelas Manobras de Lord Nelson que o Almirante Parker, posto que lhe não he muito affeiçãoado declara terem sido as mais hábeis e surpreendentes...*”¹⁸⁵. No entanto, a formidável barreira das fortalezas terrestres que compunham a segunda linha de defesa da cidade não seriam tão fáceis de neutralizar, pelo que Nelson entrou em negociações com o príncipe Frederico para conseguir a saída da Dinamarca da coligação. Temendo

¹⁸² AN/TT, MNE, Cx. 721, ofs. 1209, Londres, 1 Janeiro 1801 e 1218, 27 de Janeiro 1801

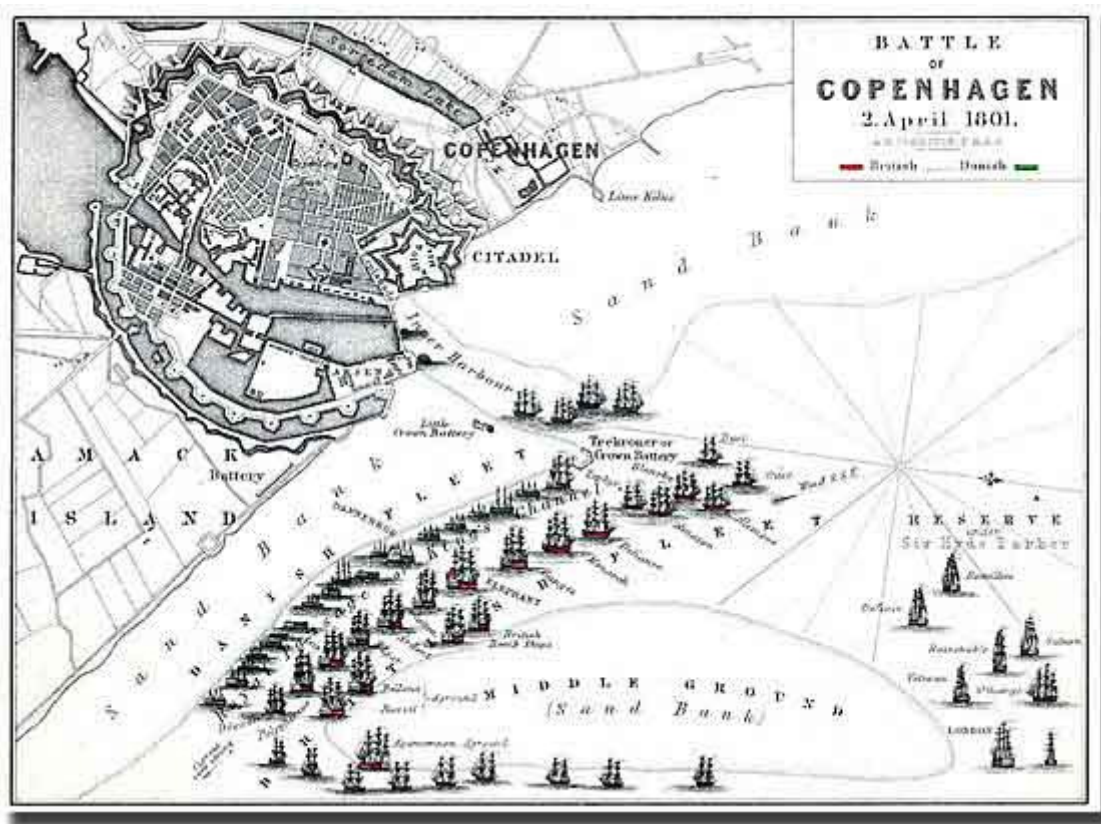
¹⁸³ Idem, *ibidem*, of. 1236, Londres, 10 Março 1801

¹⁸⁴ O Príncipe da Dinamarca era príncipe regente, uma vez que seu pai estava louco.

¹⁸⁵ AN/TT, MNE, Cx. 721, of. 1247, Londres, 15 Abril 1801

ver a sua bela cidade incendiada e sem grande ligação com a Rússia, a Dinamarca cedeu.

Entretanto, soube-se que o Czar Paulo I fora assassinado¹⁸⁶ antes da batalha de Copenhaga. O novo Imperador da Rússia, Alexandre I, alterou a sua política externa, libertando os navios mercantes ingleses e assinando um acordo com a Grã-Bretanha permitindo de novo o comércio inglês no Báltico. O Reino Unido conseguiu assim neutralizar as frotas dos países do Báltico que ameaçavam a sua superioridade naval.



¹⁸⁶ O Czar apareceu estrangulado. Correram boatos de que os serviços de espionagem ingleses estariam envolvidos no assassinato, in Robert Harvey, *op.cit.*

2. A Guerra das Laranjas

Nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Janeiro de 1801, D. João de Melo e Castro só irá assumir o novo cargo no gabinete da Lisboa em Julho, pelo que permanecerá mais uns meses em Londres.

Assistiu assim à queda do governo de Pitt em Fevereiro. A crise no Ministério inglês tinha sido provocada pela inclusão da Irlanda no Reino Unido¹⁸⁷. Três quartos dos irlandeses eram católicos, obedecendo portanto à Igreja de Roma. Com a entrada no Reino Unido, iriam os católicos irlandeses ter os mesmos privilégios que aqueles que



Hakesbury

praticavam a religião dominante, ou seja, os que seguiam a Igreja de Inglaterra. No discurso em que proclamou a união dos três reinos, Jorge III não mencionou a igualdade de estatuto de católicos e protestantes. Sua Majestade Britânica e alguns eclesiásticos da Igreja inglesa anglicana estavam convictos que uma tal declaração não era conforme ao juramento prestado pelo rei quando fora coroado. Pitt pretendia convencer o monarca ser a declaração de uma importância tal que dela

dependia a existência da Monarquia. Como o rei persistisse na sua negativa, em Fevereiro Pitt demitiu-se e com ele todo o Governo. Lord Addington sucedeu a Pitt, com Lord Hakesbury como ministro dos Negócios Estrangeiros. O novo Ministério que tomou posse em Março de 1801 não tinha a força do anterior¹⁸⁸.

Nesta altura Portugal considerava-se um país neutral, situação reconhecida internacionalmente desde 1782. Em 1793, o governo espanhol solicitara a ajuda portuguesa contra a França revolucionária e obtivera-a, devido às convenções de mútuo auxílio que Portugal tinha assinado com a Espanha e a Inglaterra.

A partir da intervenção de forças militares portuguesas na Campanha do Rossilhão, a França deixou de reconhecer o estatuto de neutralidade, afirmando que Portugal, ao combater contra a República, se tornara numa potência beligerante e por isso em guerra com a França. No entanto, parte da diplomacia portuguesa considerava, como Melo e Castro, que Portugal tinha agido apenas como potencia auxiliar. Do ponto de vista do

¹⁸⁷ Reino Unido de Inglaterra, Escócia e Irlanda.

¹⁸⁸ AN/TT, MNE, Cx.721, of.1222, Londres, 9 Fevereiro 1801- " em breve voltarão os mesmos ao poder por serem todos estes Creaturas e Sequazes dos Ministros que se demitiram"

direito internacional e das regras de diplomacia do Antigo Regime era uma posição perfeitamente legítima.

A situação do reino agravou-se devido à assinatura do tratado de Basileia de 1795 e com a reconstituição da aliança franco-espanhola¹⁸⁹ e posterior declaração de guerra da Espanha à Inglaterra, em Outubro de 1796. A aliança de Espanha com Portugal mantinha-se mas o país estava ligado à Grã-Bretanha. Encontrava-se pois Portugal, necessariamente, no meio da luta entre a Espanha e a Inglaterra. O país confrontava-se com um triplo problema: a França considerava-se inimiga, fazendo guerra de corso nos mares e só aceitava discutir a paz sob mediação espanhola, mas iria exigir o fecho dos Portos portugueses aos ingleses, como condição prévia à assinatura de qualquer tratado. Por isso, fora Portugal convertido em parte integrante dos planos de ataque franceses e espanhóis, contrariamente ao que as duas potências sustentavam.

A este problema a diplomacia portuguesa tentava dar resposta. Era-lhe essencial manter uma relação preferencial com a Inglaterra afim de manter as rotas comerciais marítimas livres de perigo. Esta situação impedia Portugal de ter uma política externa completamente independente e tornavam-no, aos olhos de França, uma potência submetida aos interesses estratégicos e comerciais de Inglaterra. Qualquer das posições, francesa e espanhola, não era aceitável para Lisboa. Não se considerava em guerra com a França e defendia renhidamente a sua posição de neutralidade, pois só participara na campanha do Rossilhão como potência auxiliar da Espanha. Se aceitasse qualquer mediação através da Espanha, seria considerada uma potência de segunda ordem, o que Portugal não queria de forma alguma. Quanto ao fecho dos portos aos navios ingleses, este acto poderia ser considerado pela Grã-Bretanha como uma quebra de aliança ou mesmo uma declaração de guerra.

Para a Inglaterra, o que estava em causa ao reprovar o tratado de 1796 entre Portugal e o Directório, negociado por António de Araújo de Azevedo, era não só defender as vantagens obtidas no Tratado de 1703 que lhe permitia ter dez navios no porto de Lisboa contra os cinco de qualquer outra nação, como também a defesa de toda a sua estratégia perante uma ameaça naval. A igualdade entre a frota britânica e a espanhola, francesa e holandesa combinadas, não podia ser aceite pelo governo britânico, muito menos por meio de um tratado assinado por uma potência que era a sua mais fiel aliada.

¹⁸⁹ Tratado de Santo Ildefonso de 18 de Agosto de 1796

Até 1801, a situação diplomática com a França nunca foi resolvida, porque o tratado de 1796 não foi ratificado a tempo pela Coroa portuguesa. Manteve-se assim uma situação de guerra não declarada, continuando Portugal sob a ameaça de uma declaração formal de guerra por parte de espanhóis e franceses, uma vez que, em Janeiro de 1801, foi assinado em Madrid um Pacto de Aliança entre Carlos IV de Espanha e a República Francesa para a invasão de Portugal, com o fim de obrigar este reino a separar-se de Inglaterra

Portugal esperara invasões do seu território em 1796 e depois em 1797 e preparara as suas forças terrestres para a guerra. Contudo, a derrota da frota espanhola em Fevereiro em frente do Cabo de S. Vicente, a chegada de tropas auxiliares britânicas a Lisboa, (sendo este envio devido ao esforço e empenho desenvolvidos pelo Ministro português em Londres), levou a Espanha a adiar a decisão de atacar o seu vizinho. Em 1798, Portugal preparou-se novamente para a guerra pensando que a frota francesa concentrada em Toulon tivesse por destino a costa portuguesa. Foi pois enorme o alívio quando a expedição de Napoleão se dirigiu para o Egipto e maior ainda depois da destruição da esquadra francesa por Nelson na batalha do Nilo. Porém, as forças navais portuguesas sob o comando do Marquês de Nisa colaboravam no Mediterrâneo com os ingleses, facto esse que Napoleão não esqueceria nunca¹⁹⁰.

Em 1799, as potências europeias unidas expulsaram os franceses da Alemanha e de Itália, fazendo-os recuar quase para as fronteiras de 1789. O governo de Lisboa teve esperança que uma solução rápida da guerra evitasse a sua participação efectiva. Portugal, assim como a Europa, enganava-se. Os exércitos franceses conseguiram deter o avanço das potências coligadas e no fim de 1799, a situação mudara completamente. Mais grave foi ter Portugal, no início do ano seguinte, desmobilizado parte significativa do seu exército. Era verdade que o país estava esgotado pela despesa do recrutamento e manutenção de uma exército em armas desde 1796. Mas este erro de análise parecia mostrar uma falta de visão do governo português e teve consequências graves para conseguir a futura participação britânica em Portugal, já que parecia ter mostrado ao gabinete inglês que o seu aliado não se esforçava para acelerar os preparativos para uma guerra previsível. D. João de Melo e Castro alertava Lisboa”...*são seguidas as notícias*

¹⁹⁰ http://www.arqnet.pt/exercito/cn_5258.html *Correspondence de Napoléon Ier*, Tome VII, Paris, Imprimerie Impériale, 1861 – Paris, 24 pluviôse, Anné IX (13 Fev. 1801) ...*quant au Portugal,....nous desirons surtout les quatre vaisseaux de guerre et la frégate qui m’ont bloqué à Alexandrie...c’est un exemple à donner aux petites puissances pour les accoutumer à respecter la France, et à ne pas se mêler qu’autant que cela est inévitable de la querelle des grandes puissances*

*chegadas a esta corte, quer de Inglezes, quer de outros, que relatam o laxismo dos preparativos portugueses para um ataque estrangeiro...que este Ministério pensa que Portugal, no que respeita a sua Defeza se acha no primeiro estado de Infância”*¹⁹¹.

A diplomacia portuguesa sabia que a única actuação que o gabinete de Lisboa podia ter era manter o interesse do Reino Unido na defesa de Portugal. Foi enviado à Grã-Bretanha, em Missão Especial, José Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Pombeiro, para, junto com Melo e Castro, fazer pressão sobre o gabinete de Londres para obter ajuda, pois”... *sendo verdade que por causa dos ingleses estamos metidos no maior empenho em que Portugal se viu e portanto não devemos ser olhados com indiferença”*¹⁹². Melo e Castro mostrava a maior ansiedade por terem os espanhóis ameaçado com a ruptura e o ataque e recomendava sempre a Lisboa que continuasse os preparativos militares possíveis e que se evitassem as viagens a Londres dos oficiais franceses emigrados ao serviço da Corte portuguesa. Teria um destes, o Marquês de la Rosière, comunicado ao gabinete inglês que a situação militar de Portugal era boa, visto serem os portugueses bons soldados, a artilharia funcionar bem, os fortes bem guarnecidos, o que fez imediatamente considerar o embaixador estarem em perigo as promessas de auxílio militar britânico¹⁹³. La Rosière teria dito ao governo inglês “...*que Portugal se achava mais depressa no caso de conquistar a Espanha do que a Espanha a Portugal*”. Melo e Castro escrevia agastado a Luís Pinto de Sousa não ter o marquês de la Rosière saído nunca de Lisboa, portanto não podia saber em que estado de defesa se encontrava o restante território português e pedia à Corte de Lisboa para chamar rapidamente o marquês onde talvez fizesse melhor serviço que em Londres. Com D. João de Almeida colaborava o Conde de Pombeiro, apesar de desconfiar do empenho britânico em auxiliar Portugal, auxílio esse merecido, pois “*por ódio d’ella [Inglaterra] he que éramos perseguidos*”.

Analisando as cartas do Conde de Pombeiro para o gabinete de Lisboa, nota-se pouca simpatia pelos ingleses. Recomendava, se possível, uma paz separada com a Republica francesa, uma vez que era a própria Inglaterra a sugerir que Portugal assim fizesse, porque “*talvez seja de aproveitar este momento que aliás dure pouco, tornando depressa com qualquer aragem de Fortuna a querem-nos seus únicos e fieis Alliados para poderem uzar dos nossos Portos exclusivamente....se S.A.R. se puder ajustar com*

¹⁹¹ AN/TT, MNE, Cx.718, of. 822, Londres, 8 Novembro 1798

¹⁹² Idem, *ibidem*, Cx.721- Carta de 16 de Janeiro de 1801. Do Conde de Pombeiro a Luís Pinto de Sousa

¹⁹³ Idem, *ibidem*, Cx. 720, of.1122, Londres, 2 Abril 1800 e 1129, 17 Maio 1800

*França, quanto menos bulha se fizer daqui, melhor será, sendo o ódio destas duas Nações o maior obstáculo à nossa Neutralidade*¹⁹⁴.

Portugal tentava neutralizar a ameaça franco-espanhola sem arranhar a aliança britânica que era a força que poderia manter a balança equilibrada. Os “afrancesados” preferiam uma aproximação com a França para evitar a perda da neutralidade, enquanto para o “partido inglês”, era fundamental a defesa do espaço atlântico português, a integridade da metrópole e do império, o que tornava incontornável a fidelidade à tradicional aliança britânica. Infelizmente Portugal não conseguiu manter a colaboração da Grã-Bretanha, devido especialmente à posição de D. João de Bragança e Ligne, Duque de Lafões¹⁹⁵, pelo que até as forças britânicas estacionadas em Lisboa desde 1797 saíram do Reino. O Marechal General não era uma pessoa fácil de lidar, como se pode ver pelos ofícios enviados de Londres quando se tratou da contratação de Waldeck¹⁹⁶, “...espera-se que não haja conflitos com o Duque Marechal General [Lafões] ... que este general [Waldeck] reconhecido pela sua competência não quereria ficar exposto ao que experimentou o General Stuart durante a sua Residência em Portugal”¹⁹⁷. De facto, Lafões considerou que a saída das tropas britânicas do país era fundamental para manter a neutralidade portuguesa, esperando afastar o espectro da guerra imediata. O Duque ascendeu à direcção do Ministério em Janeiro de 1801 e logo afastou da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o seu principal rival, Luís Pinto de Sousa. Para este ministro, como aliás para grande parte da elite governativa portuguesa, a aliança inglesa era essencial para a prosperidade económica do país, devido à necessidade do mercado britânico, da vulnerabilidade do comércio português e do abastecimento alimentar externo sem a protecção marítima britânica. Apesar do sucesso inglês em Aboukir, o século XIX iniciou-se em termos promissores para as forças francesas que derrotaram os austríacos¹⁹⁸ e obrigaram a Corte de Viena a aceitar a paz. Portugal, único aliado que restava à Inglaterra no Continente Europeu nem matéria de negociação tinha para obter a paz com a França. Melo e Castro fez notar isso

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, Cx. 721, Carta do Conde de Pombeiro a Luís Pinto de Sousa, 3 de Fevereiro de 1801

¹⁹⁵ O Duque de Lafões gozava de grande prestígio e estava ligado à Família Real. Muito culto, foi um dos fundadores da Academia de Ciências; tinha tido experiência militar na Áustria, integrando o exército austríaco em várias campanhas. Mas tinha oitenta anos! Evidentemente que devia ter unicamente o comando teórico, pelo que na prática foi contratado para chefiar o exército português o príncipe de Waldeck que morreu em 1798. O Duque era, como António de Araújo de Azevedo e o Conde de Pombeiro, uma das principais figuras dos “afrancesados”

¹⁹⁶ AN/TT, MNE, Cx.720, of. 1118, Londres, 21 Abril 1800

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁸ As forças austríacas foram derrotadas nas duas batalhas – Marengo e Hohenlinden

mesmo ao ministério britânico que pela primeira vez se mostrou aflito com a situação portuguesa, pois lhe parecia “*provável, quando não indubitável que se ajustava em Madrid uma invasão conjunta de Portugal, uma vez que agora não precisava Buonaparte de tantas tropas na Europa Central....se a França propusesse uma paz separada, que Portugal a aceitasse, desde que as condições não fossem humilhantes para a Monarquia...*” ao que D. João de Almeida respondeu “...*então se Buonaparte vitorioso impôs as suas condições com arrogância ao Império, irá agora propor umas condições dignas a Portugal?*”¹⁹⁹

De facto, o que o 1º Cônsul desejava era que a Espanha invadisse Portugal. Luciano Bonaparte foi mesmo enviado à corte de Madrid em Novembro de 1800 para pressionar o rei Carlos IV de Bourbon nesse sentido, pois seria o único meio de o monarca conseguir territórios equivalentes aos perdidos pela Espanha para a Grã-Bretanha como Malta, Minorca, e a ilha de Trinidad. Napoleão julgava também que a Inglaterra seria sensível à sorte do seu aliado e entraria mais depressa em negociações de paz.²⁰⁰

A guerra acabou por chegar por via de um ultimato conjunto francês e espanhol, entregue a 6 de Fevereiro de 1801 que propunha a Portugal condições inaceitáveis, intimidando o governo português a abandonar a aliança britânica e a fechar os portos aos navios ingleses, abrindo-os aos navios franceses e espanhóis. A França exigia ainda uma elevada indemnização em dinheiro e a Espanha a entrega de províncias portuguesas como garantia da devolução pela Inglaterra das ilhas espanholas conquistadas. O ultimato foi recusado e a guerra (denominada Guerra das Laranjas) declarada a 27 de Fevereiro de 1801.

Começou então uma corrida febril para pôr o exército português em estado de combater. O governo de Lisboa sabia estar acantonado em Bayonne um exército francês e que a invasão de Portugal iria ser feita pela Galiza e pela Estremadura espanhola, pondo assim em perigo as províncias do Minho e Trás-os-Montes e a do Alentejo²⁰¹. Foi por isso dividido o exército em dois corpos. Um, sob o comando do marquês de La Rosière, defenderia o Minho e Trás-os-Montes, enquanto o outro, comandado por Forbes, teria a seu cargo as fronteiras da Beira e do Alentejo. Como depois da declaração de guerra, o ataque a Portugal tardasse, (só aconteceu em finais de Maio), o

¹⁹⁹ AN/TT, MNE, Cx.721, of. 1214, Londres, 12 Janeiro 1801. Melo e Castro refere-se ao Império Romano-Germânico, governado pelos Habsburgo.

²⁰⁰ http://www.aeqnet.pt/exercito/cn_5120 *Correspondence de Napoléon Ier*, Tome VI, Paris, Imprimerie Impériale, 1860

²⁰¹ I.A.N/TT, MNE, *Correspondência para as Legações Estrangeiras – Despachos*, Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho para D. João de Almeida de Melo e Castro de 26 de Fevereiro de 1801

Duque de Lafões considerou não estar a Espanha interessada na guerra. O próprio Melo e Castro escreveu “...*parece que as actuaes demonstrações da Corte de Madrid não sejam mais que expressões de terror pânico e de escandaloza submissão em que se encontra a Corte espanhola perante Buonaparte*”²⁰².

Nada de mais enganoso, desta vez. Como se pode ler pela correspondência de Napoleão (13 de Maio 1801), o 1º Cônsul estava mais que decidido a obrigar a Espanha a começar as hostilidades. Bonaparte não esquecia que as forças marítimas portuguesas tinham ajudado os ingleses na guerra contra a França e a Espanha, pelo que exigia a ocupação das províncias da Beira e de Trás-os-Montes por forças conjuntas espanholas e francesas até à paz geral para servirem de moeda de troca para as conquistas feitas pelos ingleses das possessões das aliadas (França e Espanha)²⁰³.

A Espanha, por sua vez, pretendia obter o máximo de concessões francesas e esperava conseguir uma paz directa com o novo governo inglês, chefiado por Lord Addington. Quando teve certeza da ajuda francesa e depois de recusadas as suas aberturas à Grã-Bretanha, a Espanha atacou Portugal a 20 de Maio de 1801. O exército espanhol, comandado por Manuel Godoy, príncipe da Paz, invadiu o Alto Alentejo a partir de Badajoz. Foi ocupada, sem resistência, a praça-forte de Olivença²⁰⁴, Juromenha, Arronches e Portalegre. Campo Maior resistiu, bem como Elvas. No entanto, em dezoito dias, o exército espanhol tornou-se senhor do Alto Alentejo. As forças francesas, comandadas por Leclerc, cunhado de Napoleão, não chegaram a intervir, devido ao rápido desfecho do conflito.

Luís Pinto de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra²⁰⁵, deslocou-se pessoalmente a Badajoz para iniciar as negociações de paz com os seus homólogos, Godoy e Luciano Bonaparte, este último embaixador de França em Madrid e irmão de Napoleão. A Paz de Badajoz foi assinada na cidade do mesmo nome a 6 de Junho de 1801 com a Espanha e, por mediação desta, com a França. O Tratado, ou Paz, punha fim à chamada Guerra das Laranjas, embora tivesse sido assinado por Portugal “sob o som do canhão”, já que o país se achava ameaçado pela invasão das tropas francesas estacionadas na fronteira, em Ciudad Rodrigo. Por este tratado, Portugal comprometia-

²⁰² AN/TT MNE, Cx. 720, of. 1117, Londres, 15 Abril 1800

²⁰³ http://www.arqnet.pt/exercito/cn_5591.html, *Correspondence de Napoléon Ier*, Tome VII, Paris, Imprimerie Impériale, 1861

²⁰⁴ Olivença e o seu termo eram “uma ponta de lança” em território espanhol, na margem esquerda do Guadiana, pelo que naturalmente constituíam uma prioridade para os espanhóis.

²⁰⁵ <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1799.html>, 7-3-2008, D. João de Almeida de Melo e Castro já havia sido nomeado para o cargo, mas só assumirá a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a 23 de Julho de 1801.

se a fechar os seus portos aos navios britânicos e abri-los aos franceses e seus aliados, devendo a Espanha restituir as praças tomadas, excepto Olivença. Portugal teria que pagar a França uma indemnização avultada, aceitar as fronteiras da Guiana até ao rio Arwani no Brasil e autorizar a importação de lanifícios franceses no regime da nação mais favorecida.

O tratado foi ratificado a 14 de Junho pelo Príncipe Regente e a 21 por Sua Majestade Católica mas foi rejeitado pela França. Bonaparte censurou com toda a violência o seu irmão e Godoy por terem agido por iniciativa própria²⁰⁶. Foi negociado um novo tratado em Paris e assinado a 29 de Setembro 1801. Cipriano Ribeiro Freire (tinha sido embaixador em França e diplomata de grande experiência), representou Portugal. A indemnização pedida por França foi avultadíssima mas Napoleão abandonou a ideia de ocupação das províncias do território nacional. Neste ponto Manuel Godoy mostrou-se favorável a Portugal, porque não lhe interessava nada que as tropas francesas atravessassem Espanha. Por essa razão tinha negociado tão rapidamente a paz de Badajoz, já que pela assinatura de paz as tropas francesas seriam retiradas da Península. Embora tardiamente, o ministro espanhol começava a aperceber-se dos perigos da aproximação com a França.

A Campanha foi desastrosa para as armas portuguesas. Por incrível que possa parecer, a principal preocupação do Marechal Duque de Lafões fora preservar o exército, evitando “*acções gerais e decisivas adoptando os sistema de guerra que lhe parecer mais próprio para retardar os progresso do inimigo, sem procurar a ruína deste por acções que possam também completar a nossa*”²⁰⁷, como escreveu a Forbes e la Rosière. A retirada foi feita sem qualquer organização. Não provocou portanto espanto que o Duque de Lafões fosse dispensado do comando do exército, sendo este entregue ao conde de Goltz. Além de perder a cargo de Comandante supremo do Exército, a posição política do Duque, baseada na possibilidade de se conseguir manter a neutralidade, posição que manteve teimosamente até à invasão espanhola em Maio de 1801, entrou em rápido declínio.

²⁰⁶ http://www.arqnet.pt/exercito/cn_5630.html. ,*Correspondence de Napoléon Ier*, Tome VII, Paris, Imprimerie Impériale, 1861- 15-11-2008. “...que j'ai lu le billet du général prince de la Paix; il est si ridicule qu'il ne mérite pas une réponse sérieuse; mais que, si ce prince, acheté par l'Angleterre, entraînait le Roi et la Reine dans des mesures contraires à l'honneur et aux intérêts de la République, la dernière heure de la monarchie espagnole aurait sonné- carta de 10 de Julho de 1801 a Talleyrand

²⁰⁷ <http://www.arqnet.pt/exercito/rossilhao.html> Portugal e as Guerras da Revolução (1793-1801) – 16-11-2008



Luciano Bonaparte



Duque de Lafões



Cipriano Ribeiro Freire



Manuel Godoy, Príncipe da Paz

PARTE III – ACÇÃO POLÍTICA DE D. JOÃO DE MELO E CASTRO

Capítulo I – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1801 – 1803).

Em Março de 1801, as forças britânicas, comandadas pelo general Abercrombie, deslocaram-se de Gibraltar desembarcando no Egipto, na Baía de Aboukir (8 de Maio de 1801). A campanha contra o exército francês que tinha permanecido no Egipto depois da partida de Napoleão²⁰⁸ foi difícil, tendo os franceses deposto as armas no dia 30 de Agosto, seis longos e tórridos meses depois do começo da mesma²⁰⁹.

A Europa estava exausta. Ao fim de dez anos de guerra, até os dois mais acérrimos inimigos, a Republica francesa e o Reino Unido, queriam a paz²¹⁰. Desde Outubro de 1801 que tinham começado as negociações, só concluídas a 27 de Março de 1802 pelo Tratado de Amiens, negociado pelo governo de Lord Addington, pois Pitt tinha-se demitido na sequência da crise irlandesa, como mencionado acima.

Segundo Harvey, este foi um dos mais vergonhosos tratados alguma vez assinados pela Grã-Bretanha. Segundo os termos do mesmo, o Reino Unido entregaria quase tudo o que conquistara no Mediterrâneo, incluindo Elba, Minorca, e o ponto estratégico mais importante, Malta, que teria de ser evacuada em três meses e ocupada por tropas napolitanas sob a vigilância das maiores potências. Dos territórios conquistados durante a guerra, só Ceilão e Trindade permaneceriam em mãos inglesas. A Republica francesa conservaria todas as suas conquistas continentais, excepto Nápoles e os Estados Papais. O Piemonte, Elba e Ligúria tornaram-se estados satélites da França. A Holanda já tinha sido anexada e não havia muitas dúvidas que igual sorte esperava a Suíça.

Lord Grenville comentou sarcasticamente ter sido o Tratado feito para a Inglaterra entregar tudo o que tinha conquistado e a França conservar tudo o que adquirira. Concluía dizendo que Amiens era a paz que todos os britânicos desejavam mas da qual nenhum se orgulhava²¹¹.

²⁰⁸ As forças francesas estavam sob o comando do general Menou, uma vez que o general Kléber, que ficara com o exército a seu cargo, tinha morrido.

²⁰⁹ AN/TTMNE, Cx. 721, of.5, Londres, 10 de Junho 1801 – D. Lourenço de Lima a Luís Pinto de Sousa

²¹⁰ Segundo Robert Harvey, *op. cit.*, supra, ambas potências estavam conscientes que se tratava unicamente de uma trégua.

²¹¹ Robert Harvey, *op. cit.*

Em Setembro de 1800, quando começaram os rumores de um armistício para negociação de uma paz geral, D. João de Almeida pediu ao governo britânico que Portugal fosse incluído nessas negociações “*como mais antigo e fiel Aliado*”²¹². No entanto, no Tratado de Amiens, estabeleceu-se: “*os territórios e possessões de Sua Majestade Fidelíssima na Europa conservarão a sua integridade, tal como estavam antes da guerra....toda a margem setentrional do rio Arawari desde a foz até à sua nascente e os territórios a norte desta linha pertencerão à República francesa. A margem meridional do dito rio e todas as terras que estejam a sul do dito limite, pertencerão a sua Majestade Fidelíssima...A navegação do Rio Arawari em todo o seu curso será comum às duas Nações...Não obstante, as disposições feitas entre as Cortes de Madrid e Lisboa para rectificar as suas fronteiras na Europa serão executadas segundo o estipulado no Tratado de Madrid.* (artigo VII)”²¹³.

A paz foi precária, pois durou somente um ano. Mais doze anos de guerra irão devastar a Europa. Portugal desfrutará de um período de relativa calma, desde o fim da Guerra das Laranjas até à crise de 1807, crise essa que irá trazer ao país uma mudança de grande envergadura, ou seja, a transferência para o Brasil da Corte e da elite portuguesa, acompanhada de uma grande parte da riqueza nacional.

Visto em retrospectiva a partir do Tratado de Amiens, Portugal, à beira da grande guerra que consumia a Europa, era permanentemente forçado a recorrer a um jogo diplomático bem orquestrado para manter a França à distância e, ao mesmo tempo, conservar boas relações com o seu aliado tradicional, a Grã-Bretanha.

D. João de Melo e Castro partiu para Portsmouth a 11 de Junho de 1801. Embarcou na fragata *Anson* que o governo britânico tinha posto à sua disposição para o regresso a Portugal, onde viria desempenhar as suas novas funções como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra²¹⁴, que assumiria a 23 de Julho do mesmo ano. A sua experiência como embaixador em Londres dava-lhe uma visão lúcida do conflito europeu, acompanhado passo a passo. A sua opinião pessoal, como se viu na Parte II, transparece na sua correspondência diplomática.

Tendo em conta o afastamento do Duque de Lafões, considerado responsável pela desastrosa campanha de 1801 e uma das principais figuras do “partido francês”, parecia

²¹²AN/TT, MNE, Cx. 720, of. 1167- Londres, 9 Setembro 1800

²¹³http://ingenierosdelrev.com/guerras/1796_ingles/1802_amiens.htm, *Tratado de Amiens*(27 de marzo de 1802) – 11-01-2009

²¹⁴No seu lugar, como embaixador junto à Corte de St. James, foi nomeado D. Lourenço de Lima, irmão do Marquês de Niza. D. Lourenço notificou a Corte de Lisboa da partida de D. João de Almeida.

ter saído reforçado o “partido inglês”. No Ministério do Reino, estava Luís Pinto de Sousa Coutinho, no dos Negócios Estrangeiros, D. João de Melo e Castro, na Fazenda e Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O governo de Portugal encontrava-se pois nas mãos de estadistas que defendiam acerrimamente a aliança inglesa. A conjuntura internacional também ajudava, uma vez que, devido ao Tratado de Amiens, as relações comerciais com a Inglaterra podiam continuar normalmente, sem o constante peso das ameaças francesas.

Depois da obtenção da paz com França, Portugal passou a ser representado em Paris por D. José Maria de Sousa (Morgado de Mateus) e, em 1802, chegou à Corte Portuguesa o general Jean Lannes como Ministro plenipotenciário de França. Lannes não tardou a entrar em choque com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. João de



Melo e Castro e com o Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, figura odiada pela França Revolucionária. Desde pelo menos 1792 que o governo português começara a pôr cobro à entrada e circulação de notícias sobre a Revolução e a sua atenção também incidia sobre pessoas consideradas suspeitas. Através de Pina Manique, a acção



Morgado de Mateus

D. Rodrigo de Sousa Coutinho repressiva às “funestas” doutrinas francesas iniciou-se.

Sem qualquer preparação para a diplomacia, apesar de bom militar e dedicado a Napoleão, Lannes seria odiado pela Corte e população portuguesas. A sua estadia manifestou-se por actos de contrabando, roubo de objectos de valor e em conflitos pessoais, além da constante intromissão nos actos do governo português²¹⁵. A 10 de Agosto de 1802, pediu os passaportes e partiu inopinadamente para Paris.

Na correspondência trocada por D. João de Almeida e os ministros portugueses na Corte de St.James²¹⁶ e em Paris, são referidos os atritos provocados por Lannes em Lisboa. D. José Maria de Sousa manifestou a sua estupefacção ao enviado português em

²¹⁵ AN/TT, MNE, *Documentos da Secretaria de Estado. Offícios relativos às questões havidas entre o General Lannes, ministro francês em Lisboa e o governo português*, cx.952

²¹⁶ <http://www.min-estrangeros.pt/mne/histdiplomtica/sino26.html>, consulta de 07-03-2008. A 13 de Maio de 1802 tinha sido nomeado Ministro português na Corte da Grã-Bretanha D. Domingos de Sousa Coutinho (futuro conde de Funchal), irmão de D. Rodrigo, (futuro conde de Linhares), e primo do Ministro português em França, o já citado Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa.

Londres, quando recebeu de Lisboa um despacho de D. João de Almeida²¹⁷ “...com a extravagante resolução do General de deixar essa Corte, sem audiência de despedida ao Príncipe Regente, retirando consigo todos os homens addictos à Legação... Lannes mandou a S.A.R. uma nota que não foi respondida. S.A.R pediu ao general Lannes que dirigisse a correspondência para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros como era usual em todas as Potências...Lannes não deu importancia, antes insistiu nos seus pedidos repetidos para a destituição do Intendente da Polícia²¹⁸, ou então, ele, Lannes pediria os seus passaportes para se retirar, que a residência em Lisboa não lhe era agradável e que tinha licença do 1º Cônsul para se retirar....S.A.R. deu ordem ao seu Secretario de Estado, Mr. d’ Almeida para ouvir as questões ...mas o General insistiu no pedido de passaportes, apesar de Mr.d’ Almeida lhe dizer como estava desgostosa S.A.R e que poderiam ser feridos os sentimentos entre os dois países. Mas Lannes exigiu os passaportes e partiu sem se despedir.”



Este caso novo em Diplomacia provocou a indignação entre os diplomatas do Antigo Regime. O Morgado de Mateus achava mesmo que se devia”...fazelo punir severamente por uma culpa inaudita em Diplomacia e dar assim huma satisfação à nossa Corte justamente offendida...em outros tempos toda a Corte se apressaria a dar esta satisfação para fazer conhecer ao mundo civilizado que desaprovava altamente huma conduta tão irracional do seu Ministro²¹⁹. Infelizmente, pior estava para vir.

Escreve D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador em Londres, a D. João de Almeida... o 1º cônsul não sabe como sair deste embaraço, nomeadamente a má escolha que fez [Lannes] e procura atribuir as culpas a um Ministro da Corte Portuguesa. O motivo de queixa foi encontrado na Nota Circular que V.Exa. escreveu ao Corpo Diplomático e ainda que este passo tenha sido praticado, offendeo-se delle e huma circunstancia o irritou mais, que foi vela impressa nos Papeis Ingleses²²⁰.

²¹⁷ AN/TT, MNE; Cx. 579, of.86, Paris, 13 de Julho de 1802 – D. José Maria de Sousa a D. Domingos de Sousa Coutinho

²¹⁸ Pina Manique, detestado pelos franceses que o acusavam de perseguição aos cidadãos de origem francesa, sobretudo comerciantes. Deve dizer-se que o Intendente da Polícia tinha igual ódio aos franceses e desconfiava sobretudo das suas ideias “revolucionárias”

²¹⁹ Idem, *ibidem*, *ibidem*, supra f.93, Paris, 5 de Setembro 1802

²²⁰ AN/TT, MNE, cx.723, of. 131, Londres, 8 Fevereiro 1803 – D. Domingos de Sousa Coutinho a D. João de Almeida de Melo e Castro

Napoleão enviou a Lisboa o cônsul Hermann para colher informações e quando as recebeu, convocou D. José Maria de Sousa, e, “*pálido de cólera*”, afirmou ter sido Lannes provocado na Corte de Lisboa, o que, aliás, testemunhavam os Ministros Estrangeiros Residentes na mesma Corte. Se D. João de Almeida não fosse demitido dentro de um mês, romperia com Portugal. O Morgado de Mateus aconselhava o ministro português a afastar-se temporariamente, uma vez que Lannes iria voltar para o antigo posto em Lisboa. No entanto, convinha mostrar ponderação pois Bonaparte tinha “*gritado encolerizado que esta conducta com a França, esta obstinação, mostra-me que o espírito do Antigo Ministro Britânico prevalece ainda em Portugal, que Mr.d’ Almeida he amigo dos Windhams e Grenvilles – quem sabe enfim se não se pretende renovar a guerra e rompela pelo Portugal. Tenho tido essa ideia e estou disposto para tudo, para romper e marchar...*”²²¹



Depois do seu regresso a Portugal no princípio de 1803, Lannes começou a agir com igual desenvoltura com os ministros portugueses e mesmo com o Príncipe **Diogo Inácio de Pina Manique** Regente, praticando os maiores excessos, desde pedir enormes quantidades de dinheiro, sem o que, ameaçava, exigiria o bloqueio dos portos portugueses aos navios ingleses. Em Maio de 1803, Lannes obteve a demissão de Pina Manique, o Intendente de Polícia que lutava contra todos aqueles suspeitos de “jacobinismo”²²²

As flutuações constantes do período que se seguiu foram assinaladas pelo Morgado de Mateus nas suas cartas particulares a Melo e Castro²²³ “*He doloroso ver que ahi se levantaram as funestas bandeiras do Partido Inglês e Partido Francês quando só devemos conhecer a de Vassallos fieis de Portugal. He doloroso ouvir que há no Ministério desuniões, o que impede hum sistema e uniformidade de governo...*” e a seu primo D. Domingos “*não sei se julgarás como eu ser preferível o mal de ahi voltar Lannes ao da demissão de hum Ministro de Estado, mas eu assim julgo*”. Numa carta violenta dirigida pessoalmente ao Príncipe Regente, Napoleão ameaçou «...tant que M.

²²¹ AN/TT, MNE, Cx.579, of 155 (secreto), Paris, 14 Jan. 1803

²²² <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1799.html>. Em Julho de 1803, tinham-se verificado os “Motins de Campo de Ourique”, em que se enfrentaram a Guarda Real da Polícia e um regimento comandado por Gomes Freire, que todos sabiam ter ideias “jacobinas” e pertencer à maçonaria. Pensa-se que o General Lannes teve influência nestes motins. - 07-03-2008

²²³ AN/TT, MNE, Cx.579, Paris – cartas particulares sem numeração nem data. São claras as alusões aos “partidos” que dividem a Corte de Lisboa.

de Almeida, tout devoué à l'Angleterre, será en place, je ne puis m'empêcher de faire sentir à Votre Altesse Royale qu'il m'est impossible de considérer le Portugal comme puissance neutre ou amie, s'il n'est pas gouverné par Votre Altesse Royale et non par des ministres tout à fais anglais...»²²⁴.

As movimentações do General Lannes frutificaram na queda de D. João de Almeida (23 de Agosto de 1803). Foram afastados todos aqueles considerados como simpatizantes do “partido inglês” e que insistiam na continuação dos pactos internacionais com o Reino Unido. Num ofício *secretíssimo* dirigido a D. João de Almeida, D. José Maria de Sousa comentava indignado, referindo-se ainda à estadia de Lannes”...isto aconteceu porque Malevollos o circundaram e excitaram, dando-lhe ideia de tudo conseguir pela violência. Nunca se devia ter permitido que este Ministro tivesse obtido audiência com S.A.R. depois do rompimento com V.Exa...Não quero accusar ninguém, mas affirmo que não foi obra de franceses mas de indignos portugueses que deram conselhos pérfidos a esse Ministro...nunca se viu um Ministro estrangeiro em plena revolta contra o Soberano e Ministério junto do qual foi acreditado ser frequentado e festejado por portugueses. A primeira ideia de lançar fora o Intendente, a que se seguiu a de pedir a demissão de V.Exa. não teve origem aqui [Paris], mas nas cabeças daquelles Nacionais que ambicionão os lugares, e os comprarão à custa da própria honra!”²²⁵.

A situação internacional reflectiu-se, uma vez mais, na política ziguezagueante seguida pela Corte portuguesa. Com o afastamento da “corrente inglesa” dos centros de poder, iria ser nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros António de Araújo de Azevedo, uma das mais notáveis figuras do “partido francês”.

De facto, na correspondência trocada entre D. João de Melo e Castro e os Ministros acreditados junto da Corte Inglesa e da República Francesa, notava-se bem o receio de que Portugal não conseguisse escapar à guerra prestes a reacender-se. O Morgado de Mateus escrevia a 14 de Março de 1803 não estarem a correr bem as negociações entre os governos francês e inglês. Nos últimos tempos ...o tom era tão altivo e [os] termos tais que pressagiavam rompimento. Mas o 1º cônsul queria a paz a fim de ser hábil a fazer as mudanças no interior [da França] que projectava e sobre que trabalhava, afim de segurar melhor as suas novas possessões nas Colónias e além disso, a

²²⁴http://www.arqnet.pt/exercito/cn_6979.html - Correspondence de Napoleon Ier, Tome VII, Paris, Imprimerie Impériale, 1861, p.556, consultado em 07-03-2008

²²⁵AN/TT, MNE, cx.579, of.171, Paris, 31 Janeiro 1803

consideração que o poder da França, qualquer grande que seja, não poderia offender directamente a Inglaterra. Continuava relatando o embaixador que, estando todo o corpo diplomático reunido no círculo de Mme. Bonaparte...assisti a uma scena nova neste género. O 1º cônsul, pallido de cólera e convulso, aproximou-se do embaixador de Inglaterra, Lord Whitword, e disse-lhe – Forma-se uma tempestade em Londres. A vossa Corte quer a guerra; provoca-me...dos males da guerra serão responsáveis os que a provocam. Lord Withword respondeu em voz tranquila que o seu governo não queria fazer guerra, apenas tomar precauções. E assim como Inglaterra não tem poder para intimidar França, o mesmo acontece com a França²²⁶. Este último comentário fez o 1º Cônsul gritar “que ou os Ingleses restituíam Malta ou haverá guerra”.

D. João de Almeida tinha prevenido o Morgado que a posse de Malta, bem como a ocupação de Elba e outras ilhas era o alvo dos Franceses para passar outra vez ao Egipto e avançar para a Índia. Ora a Inglaterra também já se apercebera disso e não queria ceder. A 5 de Maio, D. José Maria de Sousa mandou para D. João de Almeida as condições do Ultimatum inglês recebido em Paris²²⁷

“Que o 1º Cônsul retirasse as tropas francesas das Repúblicas Italiana, Batava e Suíça e as deixasse em perfeita independência; que restituísse ao rei da Sardenha e Piemonte os seus territórios ou uma correspondente indemnização, que renunciasse à ilha de Elba e Lampedusa, que permitisse que o Governo inglês conservasse Malta até que aquela ilha estivesse em estado de Defesa²²⁸. Talleyrand, Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, respondeu ao ultimato inglês... a Inglaterra não cumprira o Tratado de Amiens; além disso, não podia esta potência pedir independência de Repúblicas cuja existência ainda não reconhecera e, quanto a Lampedusa, que a exigisse ao rei de Nápoles a quem a ilha pertencia. No entanto, a França consentiria que Malta fosse guardada por tempo limitado por uma das três Potências preponderantes (Rússia, Prússia e Império Austríaco) até se fazer novo ajuste quanto ao seu futuro. A França faria sair as tropas da Holanda e Suíça logo que a Inglaterra evacuasse Malta e não antes como a Inglaterra pretendia”.

Em Maio, deu-se a ruptura entre as duas Potências. O Ministro inglês partiu de Paris, depois de receber os passaportes. De França, chegaram recomendações a D. João de Almeida para deixar Lannes “esbracejar” sem que se mostrasse receio pois, ...se

²²⁶ AN/TT, MNE, cx. 579, of. 204, Paris, 14 Março 1803 e Robert Harvey, *op. cit.* pag. 379

²²⁷ Idem, *ibidem*, of. 233, Paris, 5 de Maio 1803

²²⁸ O Morgado de Mateus tinha a certeza que esta condição era um pretexto para conservar Malta por muitos anos, assim com a ilha de Lampedusa que os britânicos também reclamavam.

*houver um desvio a este sistema ou attenderem as suas bravatas, considero tudo perdido...*²²⁹

Depois da declaração de guerra feita pelos ingleses a 16 de Maio de 1803, Napoleão tomou uma medida que indignou a Europa²³⁰ Deu ordens para que todos os ingleses em França, dos 18 aos 60 anos, fossem considerados prisioneiros de guerra como represália pelos franceses aprisionados nos navios tomados pelos britânicos. Entre os ingleses detidos, encontrava-se Lord Elgin que “ *se recolhia da Embaixada de Constantinopla e que atravessou o Território Francês com passaportes de França em Itália, violando-se assim nelle o Direito das Gentes*”.

Do sucesso inglês dependeria a segurança e equilíbrio de poder na Europa, pois a Inglaterra seria a única potência capaz de impedir o domínio universal da França. Segundo D. José Maria, as duas potências beligerantes, uma grande em terra, outra no mar não podiam atacar-se directamente e fazer-se por enquanto grande dano, mas temia pelas pequenas, sob alçada de França ou neutras...*os Franceses julgam os Ingleses fracos [em terra]. O que acharão de Portugal que em 1801 não tinha um official e não soube defender-se da Hespanha! É por isso necessário subsídios para tropas e bons officiais. Por esse motivo digo a V.Exa. que já escrevi ao primo Domingos...*²³¹



D. Domingos de Sousa Coutinho

Em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho tentava desesperadamente alcançar ajuda militar dos ingleses, pois também ele calculava não poder a neutralidade de Portugal ser conservada muito tempo, apesar de o Gabinete inglês afirmar que a mesma seria reconhecida. Num *ofício secretíssimo* a D. João de Almeida, enviado a 30 de Junho, reconheceu ter perdido a calma numa entrevista com Sullivan, substituto de Hakesbury²³² perante a notícia recebida do secretário de estado português de ter feito Lannes ameaças em Lisboa de encerramento dos portos portugueses e invasão do Reino, ao que teria ripostado Sullivan “ *Quem vos impede de acabar de huma vez com todos estes receios de invasão e de hir fundar no Brasil hum Império mais vasto que a França?*”²³³ *Quem nos impede? Repliquei eu, a*

²²⁹ AN/TT, MNE, Cx. 579, of. 238, Paris, 12 Maio 1803

²³⁰ Idem, *ibidem*, of. 246, Paris, 30 Maio 1803

²³¹ Idem, *ibidem*, of. 247, Paris, 30 Maio 1803

²³² AN/TT, MNE, cx. 723, of. 47, Londres, 30 Junho 1803

²³³ Esta ideia não era uma novidade: já tinha aparecido nos séc. XVII e XVIII. No séc. XIX, por ocasião da “Guerra das Laranjas”, num parecer datado de 14 de Abril de 1801, o Morgado de Mateus recomendava que o Príncipe Regente se retirasse para o Brasil “*donde ameaçaria toda as Colónias*

pouca vontade que temos de fazer a Espanha e a França hum tão bello regalo como he Portugal. Eu apenas não posso considerar a ideia de ver os meus Naturaes servir a Espanha ou a França...e se V.Sra. visse 30 ou 40 mil Portugueses aggregados aos exércitos francezes aos quais por certo não faltariam armas, veria V.Sra. o que fariam onde quer que fossem. Bem para Inglaterra certamente não, e a memória do abandono presente e em 1800 não contribuiria pouco para os animar contra ella... Os Brasileiros valerão outro tanto- disse Sullivan- Não sei, respondi eu - estimo-os muito mas por ora não creio que valhão mais que os Portugueses. Entretanto eu vejo – seja dito sem offensa pessoal a V.Sra. – que a Grã-Bretanha depois de espremido o succo deseja deitar fora a casca. Pois engana-se que eu lhe provarei que valem mais que quando tínhamos minas abundantes de ouro!

Perante a veemência de D. Domingos, Sullivan desculpou-se mas recordou-lhe não haver Ministro inglês que não se lembrasse da situação de Portugal em 1797 e 1800: os Regimentos não tinham nem a quarta parte dos efectivos mencionados; os preparativos militares não existiam senão no papel, as Praças estavam desmanteladas e quando o General Stuart, enviado pela Grã-Bretanha para se ocupar de melhorar a situação chegou a Lisboa, encontrara sempre a oposição do Duque de Lafões. Havia pois o receio que a situação se voltasse a repetir.

O embaixador português reconheceu ter havido realmente desmazelo e incúria, sendo ainda lamentável o estado do exército e dos arsenais portugueses e que não se podia encobrir a perda e delapidação de parte das precedentes remessas enviadas do Reino Unido para Portugal. No entanto, D. João de Almeida, como Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, empenhava-se em melhorar o estado do exército, porque estava consciente, tal como S.A.R. e o Secretário de Estado da Fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do caos em que o duque de Lafões deixara as topas portuguesas.

Num *ofício secretíssimo*, D. Domingos comenta a situação com D. João de Almeida²³⁴, recomendando que vigiasse bem o que se passava no exército, acrescentando que “*se no Gabinete português não houvesse divisões entre Irmãos, não ousaria a França propor a demissão dos fieis, nem a Inglaterra desconfiar de todos. Sullivan acrescenta que sem a confiança que D. Domingos lhe merece, assim como seu*

Espanholas, a Espanha mesmo e fundaria o maior império de Mundo”, in Ângelo Pereira, D. João VI Príncipe e Rei - A Retirada da Família Real para o Brasil, vol.I, op.,cit.

²³⁴ Idem, *ibidem*, supra, of.48, Londres, 3 Junho 1803

Irmão [D. Rodrigo]²³⁵ e D. João de Almeida, ele não se atreveria a convencer o Ministério inglês”. O embaixador conseguiu finalmente o envio de oficiais, cavalos, armas e munições mas não antes que oficiais ingleses fossem verificar o que realmente se passava no Exército Português. Estes chegaram a Lisboa a tempo de assistir ao afastamento de D. João de Almeida da secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (23 de Agosto de 1803). Algum tempo depois, D. Rodrigo de Sousa Coutinho apresentava a sua demissão. O partido “inglês” retirava-se de cena, provocando uma mudança completa na política do gabinete de Lisboa.

²³⁵ D. Rodrigo de Sousa Coutinho era Secretário de estado da Fazenda e Inspector da Impressão régia. Mandara imprimir três livros com as propostas de «Organização Provisional do Exército», Instrução Provisional para o Comando das Divisões do Exército» e «Regulamento para as Ordenanças do Reino»

Capítulo II – O “Partido” Francês no Governo

O novo governo era composto por elementos do chamado “partido francês”, começando pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, António de Araújo de Azevedo (futuro Conde da Barca). Este partido preferia uma aliança com a França e maior aproximação com este país, com prejuízo evidente da tradicional aliança luso-britânica. Desde a “Guerra das Laranjas” que os partidos inglês e francês tinham radicalizado as suas posições. Como vimos nos ofícios do Morgado de Mateus e de D. Domingos de Souza Coutinho, era constante a luta de bastidores entre as duas facções. Se durante a trégua de Amiens o partido inglês teve maior influência junto do Regente, alguns acontecimentos desagradaram profundamente ao Príncipe e serviram de “armas” ao partido francês: a Inglaterra tinha preferido usar as suas tropas noutros cenários de guerra como, por exemplo, o Egipto, em vez de auxiliar militarmente o seu velho aliado na campanha de 1801; também a falta de cumprimento das promessas britânicas de preservação da integridade territorial de Portugal e colónias nas negociações de paz que conduziram ao Tratado de Amiens não tinha sido esquecida. Para o “partido francês”, a recusa da Grã-Bretanha em colaborar na defesa de Portugal punha em causa os pressupostos de base da aliança entre os dois países.

António de Araújo tinha uma visão muito nítida da excelente e diferente organização do exército francês, bem como da solidez das novas formas de organização social. Ao mesmo tempo, existia nele um profundo terror de que os franceses atacassem o território nacional e o pervertissem com as suas ideias revolucionárias. Mas alegava que, de qualquer forma, a Inglaterra não iria nunca defender as fronteiras terrestres do território português e que aproveitaria, vendo Portugal invadido, para atacar as colónias abandonadas, com convulsões próprias ou provocadas pelo estado da Metrópole. Por isso era vital manter neutralidade absoluta com a França. No entanto, a última resolução do governo português, dirigido por Araújo, antes do embarque para o Brasil, foi a favor da aproximação com a Grã-Bretanha. Porquê?

Porque a análise fria de António Araújo, apesar das suas simpatias francófilas, o levaram a ver que as consequências de uma incompatibilidade com a Inglaterra, consideradas a médio e longo prazo, seriam muito mais prejudiciais ao País e ao seu Império colonial que uma eventual e temporária invasão militar de Portugal continental. Se analisarmos a atitude política portuguesa para com a Inglaterra e França a partir de 1807, transparece já a resolução final, que seria a preferência pela aliança inglesa. Aliás, o projecto da ida da Corte para o Brasil tomará corpo cada vez com mais intensidade.

As sucessivas contemporizações em aderir ao Bloqueio Continental nada mais serão do que medidas para ganhar tempo. A reviravolta que o Secretário de Estado imprimiu à política portuguesa em Novembro de 1807, declarando a adesão completa ao bloqueio francês, foi aproveitada para ultimar os preparativos da partida da Família Real. Lord St. Vincent tinha a seguinte impressão sobre António de Araújo de Azevedo “*não era nem francês, nem inglês, mas um verdadeiro português afeito aos interesses da sua Pátria*”. A acção do governo e dos diplomatas portugueses deste período foram movidas por factores e linhas de força que os obrigaram a esquecer as tendências políticas para proteger da melhor maneira o Reino.²³⁶

A 12 de Maio de 1803 dera-se a ruptura da paz de Amiens. A Grã-Bretanha e a França estavam de novo em guerra. Em Junho, o Príncipe Regente declarou a Neutralidade de Portugal, enquanto a França, através de Lannes, impunha a Portugal o pagamento de uma gravosa indemnização, ao mesmo tempo que exigia a entrada de mercadorias francesas no país. Esta política de “neutralidade” comprada continuou mas custava caro a Portugal, apesar de o país viver numa época áurea do seu comércio marítimo²³⁷.

O período do general Lannes no cargo de Ministro plenipotenciário em Lisboa terminou em 1804. Foi chamado a Paris pelo 1º Cônsul que, a 2 de Dezembro de 1804 se coroara a si próprio Imperador, e iria nomear Lannes como um dos marechais do Império.

1. Trafalgar

Com o recomeçar do conflito, Napoleão Bonaparte decidiu atacar directamente a Grã-Bretanha, ou seja, invadir a Ilha e conquistar Londres, na certeza que os Ingleses não tinham forças terrestres para se oporem aos seus exércitos. Desde 1802 que estava a ser preparada em França uma espantosa máquina de guerra, equipada e treinada com técnicas revolucionárias que iria arrasar os exércitos europeus tradicionais: A *Grande Armée*. O nome era adequado, pois o exército tinha um enorme número de efectivos: cerca de 350.000. homens. Napoleão decidira criar este novo exército para fazer convergir e evitar atritos que se tinham começado a verificar entre o antigo exército do Reno comandado por Moreau e os seus próprios companheiros das campanhas de Itália

²³⁶ Pedro Manuel Sarmiento de Vasconcelos e Castro, *O Bloqueio Continental: estudo de história diplomática*, Tese de licenciatura em História apresentada à FLUL, 1968

²³⁷ Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*, 2ª edição revista, Lisboa, Gradiva, 1990

e do Egito. O comando dos corpos do Exército foi entregue a oficiais veteranos das suas anteriores campanhas, os novos Marechais do Império, mas era o Imperador, com um pequeno grupo de oficiais seleccionados, que dava ordens aos comandantes, permitindo assim uma flexibilidade e rapidez nas manobras do exército que iriam proporcionar-lhe magníficas vitórias militares.

No entanto, era necessário dispor de meios para transportar estas tropas de elite para invadir a Inglaterra. Foi construída uma imensa flotilha de embarcações²³⁸ que pareciam gigantescas plataformas de desembarque. Para que o plano de transporte



Czar Alexandre I

resultasse, os franceses precisavam de um dia bonançoso no Canal e de proteger estas valiosas embarcações transportadoras de tropas das esquadras britânicas que patrulhavam as águas do Canal da Mancha. Era necessário, portanto, afastá-las de qualquer forma daquelas paragens.

A ameaça de invasão eminente galvanizou a população britânica. A prisão ordenada pelo Imperador dos franceses de todos os cidadãos ingleses em França indignou mesmo os mais calmos. Houve um clamor geral para que fosse chamado de novo Pitt²³⁹ para o governo, pois o gabinete chefiado por Lord Addington era considerado muito fraco.

Pitt tentou reacender a guerra no Continente para criar uma manobra de diversão que evitasse o eminente ataque às costas inglesas. Conseguiu uma aliança com o novo Czar da Rússia, Alexandre I. A Áustria queria paz, mas a coroação de Napoleão como Imperador indignou a Casa reinante dos Habsburgo. Quando Bonaparte se proclamou Rei de Itália, os Austríacos declararam quebrado o Tratado de Lúneville. Em Agosto de 1805, formou-se a 3ª coligação, graças aos esforços diplomáticos de Pitt. Além da Inglaterra, faziam parte dela a Rússia, a Áustria, a Suécia e Nápoles. A Prússia mantinha-se indecisa e a Espanha já tinha declarado guerra à Grã-Bretanha em Dezembro de 1804.

Para invadir o Reino Unido, como referido, o Imperador preparou uma flotilha de duas mil embarcações para transportar um grande exército²⁴⁰ através do canal da

²³⁸ O Morgado de Mateus chamou-lhes “bateaux plats”

²³⁹ AN/TT, *MNE*, cx. 723, of. 19, de 20 de Abril de 1803 – D. Domingos escreve a D. João de Almeida *que é muita a vontade do regresso de Pitt à Administração, sobretudo entre os Negociantes e Capitalistas...*

²⁴⁰ Este exército era conhecido por “Exército de Inglaterra” e estava em Bolonha, aguardando transporte para invadir a Grã-Bretanha

Mancha, num ponto em que a largura do canal era apenas de 30 milhas marítimas. No entanto, os franceses precisavam de dominar esse espaço durante o tempo necessário para concretizar a invasão, o que era difícil, devido à presença constante dos navios de reconhecimento ingleses em frente dos portos. As imensas plataformas flutuantes transportadoras de tropas teriam que ser protegidas. Tornava-se necessário juntar o maior número possível de navios de guerra franceses para que essas tropas chegassem a salvo às costas britânicas. Conduzir navios do Mediterrâneo para norte seria visível na passagem em Gibraltar, o que levantaria imediatamente suspeitas. Napoleão concebeu um plano para iludir os ingleses: uma imensa esquadra de navios franceses e espanhóis sairia do Mediterrâneo para as Antilhas. Seria certamente perseguida pelos ingleses. Regressaria porém rapidamente, com vento a favor, e reunir-se-ia às esquadras de Brest e Rochefort que entretanto avançariam para a Mancha. Nessa altura seria efectuada a invasão da Grã-Bretanha.

A armada de trinta navios²⁴¹, comandada pelo almirante Villeneuve partiu em direcção às Antilhas, iludindo a vigilância de Nelson, nomeado comandante da esquadra do Mediterrâneo no recomeço das hostilidades. Quando soube que o destino da esquadra inimiga eram as Índias Ocidentais, Nelson perseguiu-a de facto até às Antilhas mas não encontrou nada e regressou à zona de Cádiz. Villeneuve dirigiu-se ao seu destino como estava previsto. Perto do Cabo Finisterra teve de se defrontar com uma esquadra inglesa, comandada pelo Almirante Calder. Na verdade, não passou de uma escaramuça. Mas esse facto e ausência da frota de Brest que devia vir ao seu encontro levaram-no a pensar que a invasão teria sido adiada, o que o fez regressar a Cádiz²⁴². Villeneuve entrou em Cádiz no final de Agosto de 1805 e, desta vez, Nelson tinha controlado bem os seus movimentos, movendo-lhe um bloqueio largo que não impedia a saída mas que permitia aos ingleses tomar rapidamente uma formação de batalha, caso isso acontecesse.

Os espanhóis aconselhavam a permanência da esquadra no porto até ao fim do Inverno, mas Villeneuve, pressionado especialmente pelo Imperador, saiu de Cádiz a 19 de Outubro em direcção ao estreito. Ao largo do cabo de Trafalgar, a esquadra franco-espanhola de 33 navios foi imediatamente avistada pelas fragatas inglesas que deram o alarme. Os 27 navios ingleses perseguiram o inimigo até à madrugada de 21 de

²⁴¹ Juntara-se a esquadra de Toulon e Cádiz, in Robert Harvey, *op. cit.*

²⁴² Sabe-se hoje que Napoleão tinha abandonado a ideia da invasão, resolvendo concentrar esforços para atacar a Rússia e a Áustria no Continente. Mas não há referência alguma de que essa informação tivesse chegado alguma vez a Villeneuve, in Robert Harvey, *op. cit.*

Outubro, quando Villeneuve deu ordem para virar em roda e regressar a norte. Na verdade, esta manobra, que ainda hoje é alvo de grande controvérsia, fez com que a frota franco-espanhola se desorganizasse, o que favoreceu a esquadra inglesa no seu ataque. Os navios de Nelson tinham sido divididos em dois corpos, um comandado pelo Almirante Collingwood no *Royal Sovereign*, e outro por Nelson, no *Victory*.



Almirante Villeneuve



Almirante Collingwood

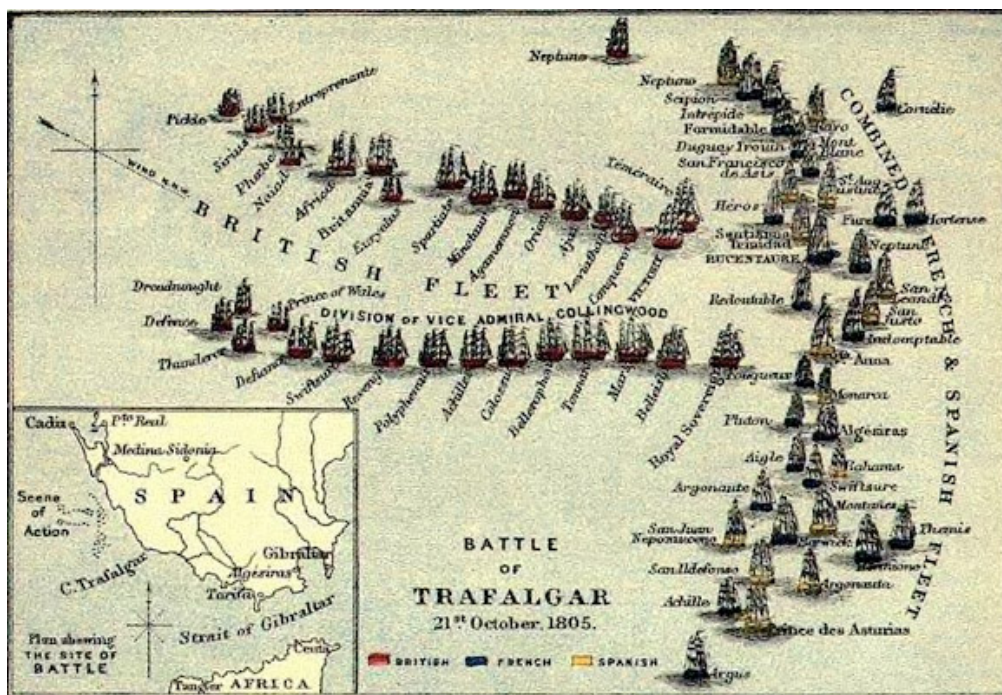
Collingwood foi o primeiro a entrar em acção, acometendo a retaguarda da esquadra inimiga, enquanto os navios liderados pelo *Victory* atacaram o centro da formação, resultando em pleno o plano de a dividir e desorganizar. A batalha durou cerca de quatro horas e saldou-se com um enorme sucesso inglês, com 17 navios inimigos apresados, que viriam a ser perdidos na tempestade que se seguiu à batalha. Em Inglaterra foi sentida grande alegria pela vitória de Trafalgar e ao mesmo tempo uma enorme comoção pela notícia de ter Nelson perdido a vida na batalha.



Almirante Horatio Nelson

No entanto, não foi por causa desta vitória naval que Napoleão desistiu de invadir a Inglaterra mas sim pela campanha retomada no Continente, onde, ainda nesse ano, o Imperador obteria duas vitórias decisivas sobre o exército austríaco, a segunda das quais em Austerlitz, conservando assim o domínio incontestado na Europa continental. Porém, a derrota naval francesa de Trafalgar tornou inviável a invasão da Inglaterra. Trafalgar provou a superioridade naval inglesa, incontestada a partir de então. Esta vantagem mostrava-se no maior poder de fogo dos seus navios e no alto nível de profissionalismo das suas tripulações.

A Inglaterra podia considerar-se sem dúvida como a Senhora dos Mares



2. As vitórias da Grande Armée

Napoleão Bonaparte, conduzindo a *Grande Armée*, preparava-se para magníficas vitórias no Continente que o iriam consagrar como um dos maiores génios militares de todos os tempos. Em menos de dois meses, numa demonstração de disciplina e mobilidade, Napoleão conduziu um imenso exército de 350.000 homens, muitos deles desde os portos do Canal da Mancha, onde tinham estado concentrados para atacar a Grã-Bretanha, de uma ponta à outra da Europa.

As forças coligadas formavam um gigantesco arco que cobria toda a Europa central. A norte, um exército russo comandado por Benigsen tentava proteger Hanover e a Holanda. No centro, o general austríaco Mack esperava reforços russos vindos de leste, comandados por Kutusov. A sul, duas forças comandadas pelos dois irmãos do Imperador Francisco II, os arquidukes João e Carlos, reforçavam a Itália do norte.

Claro que o adversário mais poderoso da França era a Áustria, governada pelos Habsburgo, herdeiros do Sacro Império Romano, senhores de territórios na Europa de

Leste, Itália e Balcãs. Não era um Império decadente como a Espanha ou o Império Otomano mas uma estrutura bem organizada, possuidora do segundo exército da Europa, com uma cavalaria tão boa como a francesa e uma artilharia formidável. O problema deste exército é que não tinha bons comandantes²⁴³ e não aderira às táticas bélicas modernas.

A 20 de Novembro de 1805, um dia antes da batalha de Trafalgar, o Imperador dos franceses, numa manobra de alucinante rapidez para evitar a reunião de austríacos e russos, cercou o exército de Mack em Ulm, perto de Würtemberg na fronteira com a Baviera. Encurralado por Napoleão e com a retirada cortada para Viena, Mack rendeu-se. Esta rendição foi uma vitória completa para o Imperador, conseguida sem grande derramamento de sangue. Em Itália, o exército comandado pelo competente arquiduque Carlos era ameaçado pelas forças de Massena. Napoleão avançou a toda a pressa para Viena que ocupou sem resistência. Mais a leste, aproximava-se o exército russo, comandado por Kutusov. Bonaparte dispunha de tropas altamente motivadas mas em menor número. O verdadeiro perigo para o Imperador era a possibilidade da Prússia se decidir na guerra contra a França, o que quase duplicaria os efectivos dos exércitos coligados. Napoleão sabia que tinha de agir rapidamente antes que tal acontecesse. Lançou então mão a um estratagema. Os exércitos francês e austro-russo encontravam-se perto da pequena vila de Austerlitz. Bonaparte mandou emissários propondo um armistício aos russos e austríacos. Enquanto fingia considerar as propostas dos coligados, Napoleão mandara ordens a Bernadotte e a Davout para o virem reforçar. Os dois exércitos fizeram a viagem de Viena a Austerlitz (sessenta milhas) em 70 horas.

A 2 de Dezembro de 1805 deu-se a batalha de Austerlitz, uma obra prima de precisão, comando e controlo – as ordens do Imperador foram executadas rapidamente e sem erros, os generais actuaram com a coordenação e independência necessárias, parecendo estar a executar uma impecável manobra militar, e não uma verdadeira batalha. Nunca o génio militar de Napoleão foi tão evidente.

Na Batalha dos Três Imperadores, o maior combate que até então tivera lugar na Europa, dois deles foram completamente derrotados.

²⁴³ Exceptuando o arquiduque Carlos, que era um excelente militar e estratega



Napoleão na Batalha de Austerlitz

Nos finais de Dezembro de 1805, foi assinado pela França e pela Áustria o Tratado de Pressburgo pelo qual a Áustria reconheceu o território francês definido pelos Tratados de Campo Formio (1797) e Lunéville (1801). Cedeu também territórios alemães, como a Baviera, Württemberg e Baden. Veneza foi entregue ao Reino de Itália.

No entanto, a maior humilhação para a Áustria estava para vir. A 12 de Julho de 1806, 16 estados alemães deixaram o Sacro Império Romano-Germânico e assinaram o *Rheinbundakt* – o tratado da *Confederação do Reno*, cujo protector era Napoleão.

A 6 de Agosto, perante um ultimato deste, Francisco II declarou extinto o Sacro Império, embora mantivesse o título de Imperador.



Imperador Francisco II

No ano de 1806, o Império napoleónico estendia-se por quase toda a Europa. A França dominava os Países Baixos, quase toda a Itália, a maior parte da Alemanha. No sul, a Espanha era sua aliada, enquanto Portugal mantinha a custo a sua neutralidade. A leste, a Áustria fora despojada de importante parte dos seus territórios mas, se bem que momentaneamente neutralizada, não estava ainda submetida. A poderosa Rússia do Czar Alexandre I tinha saído chamuscada da sua primeira aventura no oeste europeu.

A Prússia, receando perder o Hanover, declarou guerra à França. Contava com o suporte da Rússia, que se tinha comprometido a ajudar. O exército prussiano não se encontrava nas melhores condições: era comandado pelo General Brunswick, de 70 anos.²⁴⁴ Napoleão empreendeu mais uma vez uma campanha relâmpago para evitar a chegada dos reforços russos. Em Outubro de 1806 foram travadas duas batalhas que selaram a derrota da Prússia: Jena e Auerstädt.

O Imperador ocupou Berlim e em Novembro de 1806 publicou o famoso *Decreto de Berlim* que proibia todo o comércio e comunicação com a Inglaterra. Foi o reconhecimento formal do bloqueio já existente, ou seja, a imposição do “Sistema Continental”. Na realidade, tratava-se de uma declaração de guerra económica não só à Inglaterra mas a toda a Europa, uma vez que todas as potências iriam ser afectadas por esta medida.

Os exércitos franceses continuaram a investida para o leste europeu. Depois de vencer a Prússia, Napoleão convenceu-se que devia evitar a todo o custo a intromissão da Rússia na política europeia. Estava certo que a Rússia era um dos inimigos mais poderosos, a potência que ameaçava o seu domínio na Europa continental. E não se enganava porque a Rússia, contrariamente à Áustria e Prússia, ambas derrotadas, era uma potência agressiva tão ambiciosa como a França.

Os dois exércitos defrontaram-se em Eylau, na Polónia, em Fevereiro de 1807. Russos e franceses sofreram espantosas baixas, que quase deixaram os exércitos destruídos. A batalha foi inconclusiva. Em Junho, Napoleão retomou a ofensiva. Na batalha de Friedland, já em território russo, o exército do Czar, apesar de feroz resistência, foi derrotado. Alexandre I decidiu então negociar.

O encontro entre os Imperadores deu-se numa jangada no meio do rio Niemen, perto da vila de Tilsit. A jangada foi considerada terreno neutro, porque Alexandre I recusava-se a pisar território dominado pelos franceses e Napoleão negava-se a entrar na

²⁴⁴ Brunswick fora vencido pelas forças da República francesa na batalha de Valmy em 1792.

Rússia. O Tratado, assinado em Julho estipulava que a Prússia perdia metade do seu território, ou seja, voltava às suas fronteiras de 1772. O território da Prússia derrotada seria incorporado na Confederação do Reno²⁴⁵. Além de ter que pagar uma indemnização elevadíssima, foi também forçada a aderir ao Bloqueio Continental.

A Rússia concordou em abandonar a sua aliança com a Grã-Bretanha e aderir ao Bloqueio Continental. Alexandre I teria também liberdade para ocupar a Finlândia, então sob o domínio da Suécia. Os dois imperadores ainda partilharam entre si a Polónia. Foi adicionada uma cláusula secreta em que Napoleão e Alexandre concordavam em” *intimidar as três Cortes de Copenhaga, Estocolmo e Lisboa a fechar os seus portos aos ingleses e declarar guerra à Grã-Bretanha*”²⁴⁶.



Tratado de Tilsit 1807, pintura de Adolphe Roehn

3. O Bloqueio Continental

Em 1805, na batalha de Trafalgar, a esquadra franco-espanhola comandada pelo almirante francês Villeneuve foi destruída pela esquadra inglesa de Nelson. Terminou

²⁴⁵ A Confederação do Reno era uma criação de Napoleão e estava sob o domínio da França

²⁴⁶ Robert Harvey, *op. cit.*

assim o projecto do Imperador dos Franceses de invadir a Grã-Bretanha por mar. Este acontecimento solidificou o poder marítimo que a Inglaterra já possuía, enquanto a França se voltou de novo para o continente onde tinha vencido todas as batalhas e onde esperava derrotar a Grã-Bretanha.

O princípio de que o mar poderia vencer a terra praticado pela Inglaterra contra a França, com o bloqueio de grande número de portos franceses e aliados deste país, foi posto em execução por Napoleão em Novembro de 1806 mas em sentido inverso: a terra poderia vencer o poder marítimo inglês se fossem fechados à Inglaterra todos os portos da costa europeia, do Báltico ao Adriático.

Pelo Bloqueio Continental, Napoleão procurava asfixiar a economia inglesa. A Revolução Industrial em curso na Grã-Bretanha necessitava de mercados numerosos para exportar os produtos que a sua indústria nascente transformava. O bloqueio francês, se por um lado não vinha impedir a aquisição de matérias-primas que a Inglaterra tinha no seu próprio território ou lhe eram fornecidas pelo seu comércio no Atlântico e no Báltico, iria no entanto dificultar o escoamento dos produtos acabados. A estrutura económica inglesa não poderia resistir, o que daria origem a uma reacção social e política de tais dimensões que obrigaria o Reino Unido a uma paz rápida e incondicional²⁴⁷

As exigências do Bloqueio Continental não puderam ser mantidos por muito tempo, quer pelos países aliados quer pela própria França. No Império francês, o estado do comércio e sobretudo da agricultura era caótico, devido à sobre – produção de cereais e vinho que não podiam ser exportados para Inglaterra ou para qualquer outro ponto do Continente o que, fazendo baixar os preços, arruinava o produtor. Em 1809, a França, para salvar a sua agricultura, viu-se obrigada a vender os seus vinhos à Inglaterra, e em 1810 a Rússia declarou abertos os seus portos ao comércio neutro e sujeitou os produtos franceses aos direitos alfandegários. Mas enquanto durou, o Bloqueio provocou enormes estragos nas economias europeias.

O plano político de Napoleão era de submeter pelas armas todas as Nações da Europa, para constituir um “Grande Império” europeu, dominado pela política, pela economia e pela cultura francesas. Para realizar este plano, eram considerados essenciais dois pontos: O Bloqueio Continental e o Sistema Continental.

²⁴⁷ Jorge Borges de Macedo, *op.cit.*

Pelo primeiro, Napoleão pretendia arruinar a Inglaterra, acabar com sua preponderância económica e, conseqüentemente, o seu poderio naval. Com o segundo, reuniria debaixo da supremacia do Império francês todos os países da Europa ocidental e central.

A partir da Declaração de Berlim de 1806, estes dois pontos encontram-se interligados na política externa francesa que se alongará até à Península Ibérica e portanto também a Portugal.

A posição de Portugal neste período conturbado da história da Europa napoleónica era muito melindrosa. Apesar do país ser uma potência de importância marginal na guerra que alastrava pelo Continente, não deixou contudo de assumir importância à medida que os acontecimentos relacionados com o conflito evoluíam. O recomeço das hostilidades entre a França e a Inglaterra depois da Paz de Amiens, encontrou Portugal desesperadamente agarrado a um sistema de neutralidade que tinha por fim preservar o país da guerra, para a qual não se sentia militarmente preparado. Além disso, esperava extrair vantagens comerciais de uma situação política que interessava a ambas as partes.

Pelo lado da França, eram importantes os portos portugueses que permitiam acesso aos produtos necessários à indústria francesa, nomeadamente a de tecidos, que depois eram exportados para o exterior. Também interessava à França a exorbitante contribuição financeira que Portugal estava pagando e o entrave que as colónias portuguesas representavam para a expansão colonial britânica. Esta conjuntura levou o governo francês a aceitar a neutralidade portuguesa.

Por parte da Inglaterra, o sistema de neutralidade portuguesa permitia que continuassem a existir os interesses comerciais dos seus súbditos, enquanto que no campo militar e político evitava a ameaça de uma aliança de Portugal com o Império Francês. A Inglaterra temia sobretudo que um entendimento com a França viesse a dar a esta potência a esquadra portuguesa, considerada ainda importante a nível mundial, tanto pela qualidade dos seus navios como pela boa preparação dos seus oficiais, ambos habituados a longas viagens intercontinentais. A neutralidade era, portanto, uma situação que convinha tanto a Portugal como às duas potências, sempre recordada pela Corte portuguesa aos governos inglês e francês.

Enquanto a neutralidade portuguesa interessou, ou pelo menos, não prejudicou a França, esta aceitou-a até Agosto de 1807. De facto, até então, Napoleão não tinha feito qualquer aviso importante a Portugal para pôr em prática o Bloqueio Continental, declarado há mais de seis meses. No Decreto de Berlim apenas se estipulava que as

medidas do Bloqueio, expressas em três pontos: recusa de todas e quaisquer mercadorias inglesas; prisão dos comerciantes ingleses; sequestro das suas pessoas e bens, fossem participadas à Espanha, à Holanda e a dois reinos da Itália. Napoleão considerava então as costas do Mar do Norte e do Mediterrâneo fundamentais para os seus planos. E conseguiu que a Holanda aceitasse a adesão em Dezembro de 1806 e a Espanha em Fevereiro de 1807.

Uma vez que o Tratado de Tilsit de 1807 lhe dava o controle das costas da Rússia e da Prússia, o Imperador dos franceses decidiu-se então a aplicar o Bloqueio em toda a sua extensão. Encarava ser este o único meio de obrigar a Inglaterra à paz, pois acreditava que, privada a Grã-Bretanha de acesso a todos os portos do Continente, se veria obrigada a assinar a paz incondicional. Ou seja, era uma tentativa de vencer economicamente, através do sistema continental, uma potência com enorme poder naval.

Para que o Bloqueio Continental fosse perfeito faltava ser efectivo também nos portos de Portugal. É pois a partir dessa altura que Portugal se torna alvo da política externa francesa. Passado o prazo concedido pelo Imperador para o país aderir ao Bloqueio e declarar guerra à Inglaterra, a conquista de Portugal torna-se numa das principais preocupações de Napoleão. A Napoleão convinha que o reino português aderisse na qualidade de potência aliada. Uma das razões era que a armada francesa, muito depauperada pela derrota de Trafalgar, poderia ser aumentada pela marinha de guerra e pela frota mercante portuguesas. Outra era a excelente situação dos portos portugueses que, mesmo que viessem a sofrer um bloqueio inglês, ofereciam pontos de entrada aos produtos ultramarinos. No plano político, achava vantajoso conservar em Portugal a Família Real Portuguesa, como dinastia “fantoche” sujeita aos jogos políticos do Imperador dos franceses. Se a Corte portuguesa partisse para o Brasil, salvaguardava-se a legitimidade e a legalidade que a mesma continuaria a deter no Rio de Janeiro, como representante da soberania e independência de Portugal.

O governo português, entretanto, procurava livrar-se de uma situação aflitiva. Fez saber a Paris que alinharia no Bloqueio, condescendendo com a vontade do Imperador *“em tudo o que não se opusesse aos princípios de consciência do Príncipe Regente”*. Estes princípios eram justamente aqueles que de nenhuma forma os ingleses queriam aprovados, ou seja, a prisão e o confisco de bens dos súbditos britânicos residentes em Portugal.

A atitude de adesão, se bem que incompleta, foi suficiente para aguentar as negociações entre Portugal e a França, e adiar uma resposta definitiva que a corte portuguesa se esforçou por fazer crer que seria favorável à França. Os dois meses em que se prolongaram estas negociações foram aproveitados para sondar a política inglesa a esse respeito.

Este jogo diplomático tão bem conseguido foi desenvolvido especialmente por D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador em Londres e D. Lourenço de Lima que exercia o mesmo cargo em Paris.

À Grã-Bretanha convinha conservar Portugal como seu aliado ou neutro. Nesta última condição, Portugal continuava a apresentar interesse comercial para os britânicos, ao mesmo tempo que não daria à França acréscimo de meios para continuar a guerra. Além disso, os portos portugueses constituíam um dos poucos meios de infiltração que a Grã-Bretanha possuía no Continente e que mais tarde mostraram o seu valor nas campanhas da Guerra Peninsular²⁴⁸.

Tanto a França como a Inglaterra queriam dominar os poucos portos neutrais ainda existentes na Europa, assim como aprisionar as respectivas frotas. Eram estes os portos da Suécia, Dinamarca e Portugal. A França neutralizou prontamente a Suécia, a Inglaterra bombardeou Copenhaga e capturou a sua frota²⁴⁹. Restava Portugal, com o seu porto de Lisboa, porto esse estratégico para a navegação e comércio do Atlântico. A frota portuguesa estacionada no Tejo seria um contributo importante para o esforço naval francês, juntamente com os navios russos.²⁵⁰ A esquadra portuguesa era a maior concentração de navios que a França poderia vir a ter no Atlântico na luta contra a Grã-Bretanha. Uma das ordens repetidas a Junot quando Napoleão decidiu invadir Portugal foi precisamente essa: apoderar-se da Esquadra Portuguesa.

²⁴⁸ As tropas inglesas, comandadas por Wellington, desembarcaram na Figueira da Foz no início da Guerra Peninsular.

²⁴⁹ O esquadrão do Almirante Gambier bombardeou Copenhaga, destruindo a cidade. Para grande parte da opinião pública europeia, incluindo a inglesa, este acto foi considerado como sendo de pura pirataria contra um país neutro, in Robert Harvey, *op. cit.*

²⁵⁰ Napoleão tinha vencido a Rússia, que passou a ser sua aliada.

Capítulo III – A Crise de 1807 e a Viagem para o Brasil

1. A Crise de 1807

Como referido, após a retumbante vitória sobre a Prússia (1806) e do decreto de Berlim do mesmo ano que instituíu o Bloqueio Continental, em 1807 Napoleão venceu a Rússia e assinou o Tratado de Tilsit. Só a Inglaterra resistia. Era um assunto que obcecava o Imperador pois queria a todo o custo a execução do bloqueio. Escrevia pois ao rei Carlos IV de Espanha: *Il faut, avant tout, arracher le Portugal a l'Alliance Anglaise*»²⁵¹. Efectivamente, só faltava encerrar os portos portugueses ao comércio inglês para erguer uma muralha sem brecha na costa da Europa contra a Inglaterra. A 29 de Julho foi chamado o embaixador português em Paris, D. Lourenço de Lima, e deram-lhe a conhecer as medidas que o Imperador exigia do governo português. Estas foram transmitidas para Lisboa.



²⁵¹ Enéas Martins Filho, *O Conselho de Estado Português e a Transmigração da Família Real em 1807*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça – Arquivo Nacional, 1968

D. João, Príncipe Regente

A 19 de Agosto de 1807 convocou-se o *Conselho de Estado* para uma reunião urgente. Nas decisões finais de 1807, como se pode verificar pelos *Assentos ou Actas do Conselho*, apenas participaram 8 Conselheiros dos 18 que tinham sido nomeados em 1796 (é certo que uns tinham morrido, outros estavam em missão no exterior, outros tinham sido afastados). Através dos votos e pareceres do Conselho de Estado proferidos entre 1797 e 1807, é fácil perceber a divisão de opinião entre duas correntes políticas, uma de tendência francófila, pendendo para o “sistema continental”, outra de tendência anglófila. Porém, tanto para uma como para a outra, à frente de qualquer consideração estava a manutenção da integridade de Portugal e do seu Império.

Esses Conselheiros eram:

D. José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, Marquês de Angeja

Henrique José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal

D. José Luís de Vasconcelos e Sousa, Marquês de Belas e Conde de Pombeiro, Regedor das Justiças do Reino

João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de Anadia, Secretário de Estado para os Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos

D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho

D. João de Almeida de Melo e Castro

António de Araújo de Azevedo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra e respondendo interinamente pela pasta do Reino.

D. Fernando José de Portugal, Presidente do conselho Ultramarino e penúltimo Vice-Rei do Brasil.

Do longo parecer escrito por D. João de Almeida, datado de 21 de Agosto, sabe-se que nessa reunião foi debatida a intimidação francesa, cujos pontos essenciais eram os seguintes:²⁵²

- Encerrar os portos portugueses à Grã-Bretanha
- Declaração de guerra à Grã-Bretanha

²⁵² Eneas Martins Filho, *op. cit.*

- Reunião da esquadra portuguesa às esquadras franco – espanholas
- Expulsão do Ministro Inglês
- Detenção de todos os súbditos ingleses residentes em Portugal e seus Domínios.
- Confisco de bens dos ingleses

O Conselho acordou que deveria a Grã-Bretanha ser informada e instruções enviadas ao “...*Ministro junto a S. Majestade Britânica...para o habilitar a tratar da importante comissão de que V.A.R. foi servido incumbi-lo...*”²⁵³. Estas eram, provavelmente, as instruções para iniciar as negociações que resultaram na Convenção, assinada a 22 de Outubro, entre Portugal e a Grã-Bretanha. Melo e Castro sugeriu que, afim de aplacar Bonaparte, e com a concordância da Grã-Bretanha, os portos deveriam ser fechados. Ele lembrou ao Príncipe Regente que este ardil já havia sido usado, embora com altos custos para a nação:

“*Em tempos menos perigosos, ainda que mui difíceis, prestou-se a Corte de Londres a convir em que V.A.R. fechasse os portos à Marinha britânica naval assim como mercante e ajustasse a sua paz com a França...Incumbiu-me V.A.R. desta escabrosa comissão no ano de 1801, último da minha residência em Londres.... Mas serão bastantes, Augustíssimo Senhor, os terríveis golpes que vamos dar ao nosso comércio pela clausura dos portos, a escassez de géneros de primeira necessidade que vamos experimentar, o retardo da correspondência com nossas colónias....este e outros danos que por brevidade e por serem óbvios deixo de enumerar, para saciar a ambição e a animosidade da França?*»”²⁵⁴.

Em princípio, o Conselho (30 de Setembro) acordou que Portugal deveria fechar os portos à Grã-Bretanha e ingressar no Bloqueio Continental mas não aceitou o confisco de bens ou o aprisionamento dos súbditos britânicos. António de Araújo opinou que não se devia dar divulgação ao texto integral da resposta. No seu entender; bastava que se mencionasse o encerramento dos portos para não irritar o Imperador. D. João de Almeida discordou da decisão. Via no encerramento dos portos uma medida contra a Inglaterra que por certo reagiria se não fosse prevenida. Lembrou o bombardeamento de Copenhaga e a captura da esquadra dinamarquesa. O mesmo poderia acontecer no Tejo. E havia outra situação que se lhe afigurava muito perigosa: A perda do Império colonial e sobretudo do Brasil, pois a Inglaterra, necessitando de novos mercados para substituir os que estavam sendo fechados, apoiaria qualquer movimento de rebelião na colónia

²⁵³ Idem, *ibidem*

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.26 e AN/TT, MNE, cx.721, of. 1262, Londres, 19 Maio 1801

para a proclamação da sua independência. Só via uma solução: apressar o mais possível a partida da Família Real para o Brasil.

Encurralado entre as duas maiores potências militares da época, o Príncipe Regente tinha pela frente duas alternativas difíceis e perigosas. Se aderisse ao bloqueio exigido pelos franceses, os ingleses não só bombardeariam Lisboa como tinham feito em Copenhaga, mas também sequestrariam a esquadra portuguesa. Além disso, ocupariam provavelmente as colónias ultramarinas portuguesas das quais o país dependia para sobreviver. Com o apoio dos ingleses, o Brasil, a maior e a mais rica dessas colónias, declararia certamente a sua independência, seguindo não só o exemplo dos Estados Unidos como o das colónias espanholas. Se rejeitasse as exigências do Imperador, veria Portugal ser invadido pelos franceses, perdendo os Bragança a Coroa, tal como tinha acontecido a várias famílias reinantes na Europa. A única solução seria a partida da Família Real e da Corte para o Brasil, estabelecendo aí a capital do Reino até que a tempestade passasse. “ *Era este um alvitre amadurecido, porquanto invariavelmente lembrado em todos os momentos difíceis*”²⁵⁵. Continua Oliveira Lima “ *de outra forma não se explica que tivesse havido tempo, numa terra clássica de imprevidência e morosidade, para depois do anúncio da entrada das tropas francesas no território nacional, embarcar...uma corte inteira, com suas alfaias, baixelas, quadros, livros e jóias*”²⁵⁶.

Dentro do Conselho continuava acesa a guerra entre anglófilos e francófilos. Numa série de reuniões muito tensas, o Conselho tentava decidir a melhor maneira de sair do terrível impasse. Ultimava-se um plano extraordinário, enquanto os negociadores²⁵⁷ tentavam entreter os franceses. Uma solução, que seria viagem para o Brasil, a maior colónia de Portugal. A princípio, o Conselho queria mandar só o herdeiro do trono, o infante D. Pedro, mas em breve o plano evoluiu para algo muito mais ambicioso.

Decidiu-se que a frota iria transportar não só a Família Real, mas a Corte e o Governo, os seus funcionários e o aparelho de estado – em resumo, toda a elite portuguesa – para a cidade do Rio de Janeiro. Uma vez aí, a Corte e o Governo reconstituir-se-iam e continuariam a exercer as suas funções. Os Ingleses pressionavam a favor desta opção e ofereciam escoltar os navios portugueses, tanto de guerra como

²⁵⁵ Manuel Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2006

²⁵⁶ Idem, *ibidem*

²⁵⁷ Os negociadores eram D. Domingos de Sousa Coutinho e o então chefe de governo, António de Araújo de Azevedo que, no entanto, era conhecido pelas suas simpatias pela França.

mercantes através do Oceano em troca de privilégios comerciais e de um estatuto de preferência no Brasil.

A situação de Portugal tornava-se cada vez mais crítica. A 15 de Outubro de 1807, em Fontainebleau, numa audiência ao Corpo Diplomático, Napoleão disse a D. Lourenço de Lima: «*Si le Portugal ne fait pas ce que je veux, la Maison de Bragance ne regnera plus dans deux mois*»²⁵⁸.

Perante tais declarações e para protelar uma invasão que já se calculava inevitável, foi aprovada uma minuta em reunião do Conselho de Estado (19 de Outubro) que ordenava o encerramento imediato dos portos. Enquanto isto ocorria em Lisboa, em Londres era assinada a convenção secreta pela qual Sua Majestade Britânica se comprometia a enviar uma esquadra para proteger o embarque da Família Real, bem como a sua escolta até ao Brasil. Portugal obrigava-se a transferir para o Brasil toda a sua frota militar e mercante²⁵⁹.

Aceleraram-se os acontecimentos. A 29 de Outubro de 1807, foi assinado em Fontainebleau um Tratado que Jorge Borges de Macedo considerou ter sido o maior insulto que a nação portuguesa sofreu desde o início da sua existência. “*Tratava-se de dividir Portugal Continental em três regiões e a entrega de cada uma delas a destinos políticos diferentes, passando assim por cima de um passado de sete séculos, vivido e construído em comum*”.²⁶⁰

Entretanto, as tropas francesas atingiram Salamanca. Chegaram ao Cabo da Roca navios ingleses comandados por Sir Sidney Smith, prontos a bloquearem o porto de Lisboa, no caso de Portugal ceder a França. O embaixador inglês em Portugal, Lord Stangford, a quem fora exigida a partida, deixou Lisboa e embarcou num dos navios ingleses da esquadra de bloqueio. Apenas um Conselheiro de Estado, D. João de Melo e Castro, discordou da exigência da partida de Strangford «*pois considero esta medida uma hostilidade praticada contra a Grã-Bretanha....devemos ao menos conciliar a potência que possa auxiliar o egresso de S.A.R. para o Brasil e não constituir-nos em estado de guerra com três potências*»²⁶¹

O tempo tinha-se esgotado. Com Junot a quatro dias de Lisboa e o bloqueio inglês em acção, eram recebidas na capital provas incontornáveis das intenções de Napoleão.

²⁵⁸ Louis Madelin. *Histoire du Consulat et de L'Empire*, Vol. VII «L’Affaire d’Espagne», Paris, 1958, veja-se Enéas Martins Filho, *op.cit.*

²⁵⁹ A convenção foi negociada por D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador em Londres

²⁶⁰ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, 2ª edição, Lisboa, Tribuna da História, 2006

²⁶¹ Enéas Martins Filho, *op.cit.*

A 23 de Novembro chegou a Lisboa uma cópia do *Moniteur*, enviada de Inglaterra. Nela lia-se a notícia que o Príncipe seguramente esperava, mas que se recusara a acreditar: o anúncio da decisão de Napoleão de pôr termo à dinastia de Bragança e usurpar o trono português. Chegara pois o momento da grande decisão que ficou registada na histórica reunião do Conselho de Estado de 24 de Novembro de 1807.²⁶²

«Convocando-se o Conselho de Estado, na Real Presença de S.A.R. e por ordem do mesmo Senhor, ordenou S.A.R. que se comunicasse aos Conselheiros abaixo assinados as notícias vindas do interior do Reino que certificavam a entrada efectiva das tropas francesas nesta Monarchia, havendo chegado a Abrantes.

Ordenou o mesmo Senhor que se comunicasse igualmente aos Conselheiros de Estado a nota que Lord Stangford dirigiu ao Conselheiro e Secretário de Estado António de Araújo, ... em que se propunha fazer proposições que deveriam decidir absolutamente e em última instância das relações que deviam existir entre as duas Monarchias, vindo ao mesmo tempo um ofício de Sir Sidney Smith, Comandante da Esquadra inglesa que bloqueia o Porto desta Capital, ... em que anuncia o tratamento hostil que praticaria se as disposições de Portugal não fossem amigáveis, ameaçando com o estrito bloqueio, requisição dos navios de guerra portugueses e dos mercantes que navegam para o Brasil.

Esgotados os meios de negociações e não havendo esperança alguma discreta que por tais expedientes se removesse o perigo iminente que ameaça a existência da Monarchia, Soberania e Independência de S.A.R., achando-se nela tropas francesas, se não devia perder um só instante em acelerar o embarque de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor e de toda a Real Família para o Brasil...

Que resolvendo-se S.A.R. a passar para o Brasil deverá estabelecer-se um Conselho de Regência na forma que se tem praticado em ocorrências tais e nas ocasiões em que este Reino se tem achado sem legítimo Soberano, devendo esta Regência, com os poderes régios que lhe foram delegados por S.A.R., ser composta das pessoas principais e de altas graduações militares que S.A.R. houver por bem de eleger...

Longe de ser uma política hesitante, parece mais ter sido uma manobra política pensada a que se desenrolou em Lisboa naqueles três meses de 1807.

A 23 de Setembro o Conselho de Estado tomou conhecimento oficial do texto do *Ultimatum* francês. A 27 de Setembro foi ordenado ao embaixador de Portugal em

²⁶² Idem, *ibidem*

Inglaterra para negociar, em Londres, a Convenção de garantia da integridade das possessões portuguesas do Ultramar e protecção eventual da Família Real. Note-se que, naquela época, os correios mais velozes, entre Paris e Lisboa levavam 10 a 12 dias para fazer o percurso por via terrestre. Por mar, a comunicação entre Lisboa e Londres podia ser feita em sete dias. Toda esta política de avanços e recuos, de aceitação parcial e finalmente total das exigências francesas visava um único objectivo: Permitir a execução do plano elaborado em Londres.

A 20 de Novembro, a vanguarda de Junot atravessou a fronteira portuguesa. A 22, o esquadrão de Smith cruzava ao largo do Cabo da Roca. A 24, quando Napoleão já nada poderia fazer, deu-se a histórica reunião do Conselho de Estado e a sua proclamação.



Embarque do Príncipe Regente para o Brasil

2. A Viagem

Começou a operação de embarque para o Brasil²⁶³. Tendo em conta que tudo foi preparado em grande segredo e em poucas semanas, que se tratou de uma operação de envergadura sem precedentes, não se pode deixar de concluir que correu muito melhor do que se poderia prever. Uma das maiores esquadras portuguesas de sempre atravessou o Atlântico na pior altura do ano. Apesar da deficiente preparação dos navios, do mau tempo e do facto dos navios irem sobrelotados, houve perdas mínimas. Patrick

²⁶³ Kenneth Light, *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*, Lisboa, Tribuna da História, 2007

Wilken²⁶⁴ considerou que era a primeira vez que uma Família Real Europeia se deslocava ao Continente Americano. Na verdade, foi muito mais que isso: foi a transferência em massa da Corte e dos principais órgãos de governo de um importante Estado Europeu para o outro lado do Atlântico, acompanhados pela totalidade da sua Armada em condições de navegar, de grande parte da sua elite social e militar. As consequências dessa transferência irão ser imensas.

Ao retirar-se para a América, o Príncipe Regente, sem perder mais do que possuía na Europa, escapava às humilhações dos Bourbon espanhóis que tinham sido depostos à força, mantendo-se assim na plenitude dos seus direitos, pretensões e esperanças. *Ele era como uma ameaça viva e constante à manutenção da integridade do sistema napoleónico*²⁶⁵. Além disso, uma vez no Brasil, D. João dispunha probabilidades para “arredondar” o seu território ultramarino à custa da França e da Espanha inimigas. “*Por isso é muito justo considerar a trasladação da corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção covarde*”²⁶⁶

A esquadra que saiu da capital a 29 de Novembro de 1807 representava tudo o que a Armada tinha capaz de navegar e transportava a elite da sociedade, as suas principais instituições, bem como um parte substancial da sua riqueza. É impossível uma avaliação rigorosa do número de passageiros embarcados mas é certo que os navios iam todos sobrelotados, até porque não esperavam qualquer combate. Além disso, um poderoso esquadrão da *Royal Navy* escoltava a Armada portuguesa²⁶⁷. O que se sabe é que, nos dias seguintes à partida da esquadra, umas largas centenas de portugueses fugiram em pequenas embarcações e foram buscar refúgio na esquadra britânica, que navegava ao largo de Cascais, de onde seguiram para Inglaterra e, posteriormente, para o Brasil. O que é importante realçar nos passageiros da esquadra não é tanto o seu número, mas a sua qualidade. Com a Corte seguia grande parte da nobreza titular, da alta hierarquia militar, do alto clero, diplomatas, altos funcionários, os melhores técnicos, empresários e comerciantes. Era o que de melhor havia na sociedade portuguesa de então e, salvo raras exceções, representava o sector dirigente a todos os níveis.

No início do século XIX, as viagens marítimas eram uma aventura arriscada. Exigiam uma preparação cuidadosa. De Lisboa ao Rio de Janeiro levava-se dois meses e

²⁶⁴ Patrick Wilken, *O Império à Deriva – A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808 – 1821*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2005

²⁶⁵ Oliveira Lima, *op. cit.*

²⁶⁶ Idem, *ibidem*

²⁶⁷ Calcula-se um número de doze a quinze mil pessoas, transportadas em 18 navios portugueses e escoltados por 16 da esquadra de Sua Majestade Britânica, in Patrick Wilken, *op.cit.*

meio, ao sabor das tempestades, calmarias e ataques de surpresa dos corsários que infestavam o Atlântico. As doenças, os naufrágios e a pirataria eram riscos que os passageiros tinham de enfrentar. Os perigos eram tantos que a Marinha britânica, então a mais experiente, organizada e bem equipada força naval do mundo, considerava aceitável a média de uma morte por cada trinta tripulantes nas viagens transcontinentais²⁶⁸

Embora o plano de partida para o Brasil já estivesse preparado, até uma semana antes do embarque ainda havia na Corte alguma esperança de se chegar a acordo com Napoleão e assim evitar a invasão do território nacional. Tudo ruiu quando foi recebida a cópia do *Moniteur*. No dia 24 de Novembro, o Visconde de Rio Seco foi chamado ao Palácio Real e incumbido pelo próprio Príncipe Regente de organizar o embarque. A partida estava marcada para 27, o que deixava ao visconde de Rio Seco três dias para ultimar os preparativos.

Para garantir o futuro da monarquia, considerou-se prudente evitar que todos os herdeiros da Coroa embarcassem no mesmo navio. A travessia do Atlântico era uma viagem longa e perigosa. Na pressa da partida, contudo, esse cuidado foi ignorado. Os infantes D. Pedro e D. Miguel, o Príncipe Regente e a Rainha D. Maria embarcaram na nau *Príncipe Real*. Foi uma decisão arriscada. Um eventual naufrágio desse navio levaria para o fundo do Oceano três gerações da dinastia de Bragança.

Durante dois dias, uma tempestade com chuva intensa impediu os navios de sair a barra do Tejo. Crescia o medo das tropas francesas que já tinham entrado em Portugal. Depois de soprar forte do mar para o continente durante dois dias, o vento mudou de direcção, na manhã de 29 de Novembro. A chuva parou e o sol apareceu. Às 7 horas da manhã foi dada ordem de partida. Por volta das 3 horas da tarde, a esquadra deixava a barra do rio Tejo para entrar no Oceano Atlântico. Os navios portugueses ainda se vislumbravam no horizonte quando as tropas francesas começaram a entrar em Lisboa.

Consultando os diários de bordo dos navios britânicos, Kenneth Light²⁶⁹, concluiu que houve uma certa desconfiança entre portugueses e ingleses nos primeiros momentos a seguir à partida de Lisboa. Todos os comandantes ingleses, sem excepção, registaram nos seus diários que, ao avistar as embarcações portuguesas a sair do porto de Lisboa, entre as oito e as nove horas da manhã do dia 29 de Novembro, ordenaram aos seus

²⁶⁸ Patrick Wilken, *op.cit.*

²⁶⁹ Kenneth Light, *Com os pés no mar*, Entrevista à *Revista de História*, Biblioteca Nacional, edição nr.14, Rio de Janeiro, Novembro de 2006

navios que se preparassem, formando uma linha de combate. Julgavam que os portugueses se tivessem rendido às exigências de Napoleão, e que estivessem a romper à força o bloqueio naval britânico. Esta incerteza durou pouco. Numa atitude francamente amistosa, a nau *Príncipe Real*, onde viajava o Príncipe Regente, aproximou-se da nau capitania do esquadrão inglês, *HMS Hibernia*.

“Até há pouco, Portugal e Inglaterra estavam em guerra e Sir Sidney não queria correr qualquer risco. Somente após um diálogo amistoso houve troca de salvas”²⁷⁰.

No começo da noite do mesmo dia (29 de Novembro), ambas esquadras singravam em direcção noroeste. A nau capitania inglesa contou um total de 56 navios. A esquadra portuguesa incluía oito navios de linha (*Conde D. Henrique, Martim de Freitas, D. João de Castro, Afonso de Albuquerque, Príncipe Real, Medusa, Rainha de Portugal e Príncipe do Brasil*), quatro fragatas (*Golfinho, Minerva, Urânia e Thétis*), três brigues (*Lebre, Vingança e Voador*) e uma escuna (*Curiosa*), ou seja, 23 navios de guerra e trinta e um navios mercantes, cujos nomes não são mencionados. O esquadrão britânico compunha-se dos navios de linha de SM *Bedford, Conqueror, Elizabeth, Foudroyant, Hibernia, London, Marlborough, Monarch e Plantagenet*, as fragatas *Amazon e Solebay*.²⁷¹

Segundo Wilken, não se saberá nunca o número certo de pessoas que seguiram na frota portuguesa, mas parece ser que cerca de 10.000 pessoas embarcaram. A maior parte nunca tinha viajado por mar até então e não imaginava os desconfortos que iria encontrar nesta travessia de um continente para outro. Em 1807, a esquadra portuguesa levou quase dois meses para atravessar o Oceano Atlântico. Os relatos sobre a viagem são incompletos e confusos²⁷² mas sabe-se que foi com certeza uma viagem atribulada. As naus e as fragatas estavam apinhadas de gente. Muitos passageiros dormiam ao relento, no tombadilho.

Nos primeiros dias de viagem, enquanto ainda estavam no hemisfério norte, ondas fortes despejavam água gelada sobre os conveses sobrelotados. Os navios rangiam sob o impacto das ondas e das rajadas de vento, espalhando o pânico entre os passageiros não habituados às viagens marítimas, e que sofriam, além do medo, náuseas horríveis. Depois, já na altura da linha do Equador, o frio do Inverno europeu transformou-se num calor insuportável, agravado pela ausência de ventos numa região conhecida pelas

²⁷⁰ Idem, *ibidem*

²⁷¹ Kenneth Light, *op.cit.*

²⁷² As melhores informações são as contidas nos livros de quarto dos oficiais britânicos. Mesmo assim, esses relatos dizem respeito a eventos relacionados com navios britânicos, in Kenneth Light, *op.cit.*

calmarias do Atlântico. O excesso de passageiros e a falta de higiene fizeram aumentar a reprodução de parasitas que costumavam atacar os navios naquelas paragens. Na *Afonso de Albuquerque*, onde viajava a princesa D. Carlota Joaquina, houve uma infestação de piolhos que obrigou as mulheres a raparem os cabelos.²⁷³

No fim da tarde do primeiro dia de viagem, a esquadra permaneceu ancorada perto do litoral português para uma última inspecção antes de iniciar a travessia do Atlântico. Sir Sidney Smith e Lord Strangford reuniram-se com o Príncipe Regente a bordo da nau capitania da esquadra portuguesa para discutir os últimos pormenores da viagem. Quatro navios de linha britânicos – os *HMS Marlborough*, *Bedford*, *London* e *Monarch* – escoltariam a frota portuguesa; os restantes, depois de a acompanharem metade do caminho até à Madeira, regressariam a Lisboa e reintegrariam o bloqueio a cargo de Sir Sidney. O plano previa ainda que, no caso de qualquer imprevisto durante a travessia, todos os navios se deveriam dirigir a Cabo Verde, onde a esquadra se reuniria de novo para seguir junta para o Rio de Janeiro. A única excepção a esse plano foi a nau *Medusa* que, levando a bordo os ministros António de Araújo, José Egydio e Thomaz António de Vila Nova Portugal, foi despachada imediatamente para o Brasil. O Príncipe Regente, sabedor que o tamanho da esquadra atrasaria a viagem, resolveu enviar a *Medusa* para anunciar a próxima chegada da Família Real.²⁷⁴

Quando terminou a reunião, os passageiros e tripulantes dos navios foram surpreendidos por uma brusca alteração do vento. Este, que até então empurrara os navios para o oceano, impelia agora as embarcações em sentido contrário. À noite tinha força de tempestade. O pior é que empurrava os navios de volta à costa portuguesa, já ocupada pelos franceses. Os comandantes decidiram aproveitar a força da ventania e alterar o rumo, navegando em direcção às costas do Canadá. Isso manteria os navios no mar alto, evitando que fossem de novo arrastados para a costa. Só no quarto dia puderam, finalmente, corrigir o rumo para sudoeste, em direcção ao Brasil²⁷⁵.

A 5 de Dezembro, aproximadamente a meio caminho entre Lisboa e a Madeira, o esquadrão britânico dividiu-se em dois. Uma parte, sob o comando de Sir Sidney Smith, voltou para o bloqueio a Lisboa, ocupada pelos franceses. A outra, composta pelos navios *Marlborough*, *London*, *Bedford* e *Monarch*, sob o comando do capitão Graham Moore, continuou a escoltar a esquadra portuguesa para o Brasil. Três dias mais tarde,

²⁷³ Idem, *ibidem*

²⁷⁴ Idem, *ibidem*

²⁷⁵ Kenneth Light, *Com os pés no mar*, op. cit.

ao aproximar-se a frota do arquipélago da Madeira, viu-se envolta num denso nevoeiro. “Estava tão carregado que não conseguíamos ver além da distância equivalente a três vezes o comprimento do navio”, escreveu o capitão James Walker a bordo do *HMS Bedford*²⁷⁶. Quando anoiteceu, uma violenta tempestade com ventos fortíssimos começou a castigar novamente os navios. O maior perigo eram, no entanto, as “Oito Pedras”, um conjunto de rochedos situado a norte de Porto Santo. Estes rochedos, parcialmente submersos, constituíam uma armadilha fatal para os navios. Para não correr riscos, os comandantes da esquadra decidiram parar e esperar que o tempo melhorasse. No dia seguinte, ao amanhecer, uma parte dos navios tinha desaparecido: a força do vento dispersara a esquadra. A tempestade continuou ainda dois dias. Na madrugada do dia 10, a vela do mastro principal da *Bedford* partiu-se. Nos navios portugueses, os estragos foram ainda maiores. O mastro principal da *Medusa* partiu-se e caiu. Em seguida, o terceiro mastro também desabou, deixando a nau quase à deriva no mar agitado.

Os dias que se seguiram à tempestade foram de confusão e incerteza. Dispersa pelos ventos, a esquadra seguiu rumos diferentes. A 12 de Dezembro, a *Príncipe Real* e a *Afonso de Albuquerque*, as fragatas *Urânia* e *Minerva*, formaram um pequeno esquadrão e prosseguiram juntos. No dia 15 de Dezembro, o navio britânico *Bedford*, comandado pelo capitão James Walker, encontrou-se com estes navios portugueses. Pela Convenção de 22 de Outubro, os navios ingleses deviam servir de escolta à frota portuguesa. Neste momento, a responsabilidade de proteger estes navios, onde se encontrava quase toda a Família Real, cabia à *Bedford*. Esta responsabilidade foi assumida por James Walker, segundo relato feito por este mais tarde ao Almirantado inglês;

“Dei toda a atenção possível à Família Real conforme exigiam o meu dever e a minha inclinação, e Sua Alteza Real teve a generosa consideração de expressar a sua satisfação em relação à minha conduta”.²⁷⁷

Enquanto este pequeno esquadrão tomou a direcção noroeste, a restante frota manteve o rumo sudoeste, em direcção ao ponto de encontro combinado, no arquipélago de Cabo Verde, escoltada pelos restantes navios britânicos. Bastante danificada, a *Medusa* chegou ao Recife a 13 de Janeiro, de onde, depois de ser reparada, seguiu para a Baía. O navio *D. João de Castro*, de todos o mais castigado pelo

²⁷⁶ Kenneth Light, *A Transferência....op. cit.*

²⁷⁷ Kenneth Light, *op.cit.*

Atlântico, perdeu-se da restante frota, conseguindo, apesar de ter ficado sem o mastro principal, e de já não ter nem água nem provisões, chegar a Paraíba.²⁷⁸

A 21 de Dezembro, com o mar calmo, o Príncipe Regente mandou chamar o capitão da *Bedford* e participou-lhe o seu desejo de seguir imediatamente para a Baía, em vez de ir encontrar-se com a restante frota em Cabo Verde para seguirem todos juntos para o Rio de Janeiro. James Walker regista no seu diário de bordo:

“Às cinco horas fui chamado à fala e informado que o Príncipe Regente tinha enviado uma fragata a Porto Praia, para anunciar que sua Alteza Real tinha seguido adiante e ordenar a todos os navios para prosseguirem até ao Rio de Janeiro e que o mesmo esperava que o capitão Walker permanecesse com ele”

Não houve mais contacto entre as duas frotas. Até recentemente, acreditou-se que uma se tinha distanciado da outra até se perderem de vista completamente. Os registos dos diários de bordo britânicos revelam, no entanto, que, sem saber, os dois comboios seguiram rumos paralelos e bastante próximos entre si até à altura da costa do Brasil. No dia 1 de Janeiro de 1808, o capitão da *Bedford* que protegia os navios que se dirigiam à Baía, registou no diário de bordo ter visto três embarcações à distância, mas preferiu não se aproximar para não perder contacto com os navios que protegia. À noite, ordenou à tripulação que instalasse uma luz no topo do mastro. Nessa mesma noite, o comandante da *Marlborough*, Graham Moore, que acompanhava o comboio que seguia para o Rio de Janeiro, assinalou no seu diário de bordo ter visto uma luz no horizonte. Ao aproximarem-se da linha do Equador, os navios da esquadra que se dirigia para a Baía entraram numa zona de calmarias. Por falta de vento, as naus que transportavam D. João e D. Carlota Joaquina levaram dez dias a percorrer uma curta distância de trinta léguas²⁷⁹. Calcule-se o tormento de centenas de passageiros que se apinhavam no convés dos navios: dez dias de calor sufocante, sem qualquer brisa para lhes aliviar o sofrimento. Como referido, foi nesta zona que a *Afonso de Albuquerque*, em que viajava D. Carlota Joaquina, foi infestado por uma praga de piolhos.

A 22 de Janeiro de 1808, após 54 dias de mar, o Príncipe Regente chegou a S. Salvador da Baía, escoltado pela *Bedford*. Agora que tinham chegado em segurança, a preocupação do capitão da *Bedford* era saber notícias dos outros navios da esquadra,

²⁷⁸ A bordo ia a única vítima conhecida da travessia, D. Miguel Caetano Álvares de Melo, duque de Cadaval. Já tinha saído doente de Lisboa e não resistiu à dificuldade da viagem

²⁷⁹ Encontramos tabelas da posição das naus numa tabela da obra de Light, pag.185 a 189

especialmente os navios de linha que transportavam os outros membros da Família Real, os ministros e os membros da Corte.

Conforme o plano delineado no início da viagem, o comodoro Graham Moore, com o resto da esquadra, tinha singrado rumo a Cabo Verde. O *HM London* reuniu-se-lhes. Quando Moore descobriu que os navios, transportando os principais membros da Família Real não se encontravam na frota, ficou aflito. Ele tinha recebido ordens especiais para os escoltar até ao Rio de Janeiro. Só sossegou quando, a 24 de Dezembro de 1807, a fragata portuguesa *Minerva* chegou à ilha de Santiago, onde estava fundeada a frota. O visconde de Anadia, Ministro da Marinha, que ia embarcado nela, informou Graham Moore da alteração dos planos do Príncipe Regente, que decidira ir directamente para a Baía. Apesar de bastante aliviado em saber que os navios que transportavam a Família Real estavam em segurança, escoltados pela *Bedford*, Moore comentou no seu diário:

*“A notícia aborreceu-me muito mas não me surpreendeu....o almirante (português) agiu de forma singular, marcando comigo um encontro no caso de uma separação e depois não vindo ao encontro. O capitão da Bedford terá de se explicar depois, pois partiu acompanhando o Almirante sem as minhas ordens”*²⁸⁰.

A viagem prosseguiu portanto em direcção ao Rio de Janeiro. Os navios chegaram a 17 de Janeiro. Moore escreveu para o Almirantado em Londres:

“ A 17 de Janeiro, exactamente três semanas de viagem a partir de Porto Praia, o esquadrão chegou ao Rio de Janeiro; todos com boa saúde, embora os navios de linha de batalha portugueses estivessem sobrelotados de homens, mulheres, crianças, cada um tendo a bordo cerca de 110 pessoas de todos os tipos”.

Soube-se também que os navios transportando a Família Real de S.Salvador ainda não tinham sido avistados. No dia 26 de Fevereiro de 1808, às 10 horas da manhã, o esquadrão, composto pelas naus de linha *Príncipe Real*, *Afonso de Albuquerque*, *Medusa* e *Bedford*, pela fragata *Urânia*,²⁸¹ pelo brigue *Três Corações*, pelo *Activo* e pelo navio mercante *Imperador Adriano*, saiu de S. Salvador da Baía. Na manhã de 7 de Março, chegaram ao Rio de Janeiro.

²⁸⁰ Kenneth Light, *A transferência da Capital e da Corte....,op.cit.*

²⁸¹ Os únicos diários de bordo portugueses encontrados foram os da fragata *Urânia*

A *Bedford* registou:

“Arribando ao Rio de Janeiro, observei navios disparando salvas.... Encontrei fundeados os navios HMS Marlborough, London, Monarch, e a fragata Solebay, com parte do esquadrão português....”

A viagem tinha terminado. Embora severamente castigados pelo mar e pelas sucessivas tempestades invernais que causaram estragos consideráveis, todas as embarcações chegaram ao seu destino, o que mostrava a qualidade dos oficiais e guarnições, assim como a excelente construção dos navios, além da experiência adquirida por séculos de navegação regular através dos Oceanos.

Capítulo IV – A Corte Portuguesa no Brasil

1. A Abertura dos Portos

A 22 de Janeiro de 1808, após 54 dias no mar, o Príncipe D. João aportou a S. Salvador da Baía. A restante esquadra tinha chegado ao Rio de Janeiro uma semana antes, no dia 17 de Janeiro.

Com a chegada do Regente à Baía de Todos-os-Santos, “*começava o último acto do Brasil colónia e o primeiro do Brasil independente*”.²⁸² Apesar de todo o alívio que sentia por se ver longe de Lisboa, D. João sabia que os problemas de que fugira o tinham seguido através do Atlântico. Nenhum navio saía de Salvador desde a tomada de Lisboa pelos franceses. O porto encontrava-se cheio de barcos à espera de deixar o Brasil, transportando mercadorias para a Europa. Os armazéns abarrotavam de produtos vindos do interior, muitos dos quais se estavam a estragar. Com base nos acordos coloniais, os navios mercantes brasileiros eram rigorosamente controlados pela Coroa Portuguesa. Todo o comércio tinha de ser encaminhado para Portugal, de onde, depois do pagamento de direitos, a maioria dos artigos era reexportada para outros países, nomeadamente a Inglaterra. Com a França a controlar Lisboa, todo este sistema ficou paralisado no Império Português. “*Com um decreto histórico, o Príncipe Regente eliminou o mais pesado fardo colonial do Brasil*”²⁸³: abriu os portos a “todas as nações amigas”. Foi uma decisão inevitável e estava de qualquer modo estipulada na convenção secreta que tinha sido assinada com a Inglaterra em Outubro. É claro que esta deliberação iria ter a oposição dos comerciantes e agentes de navegação portugueses, forçados a abrir mão de um privilégio que datava do nascimento da colónia – o monopólio sobre todas as mercadorias que deixavam o Brasil. Além disso, estavam conscientes do seguinte: a abertura a “todas as nações amigas” significava nesse momento a Inglaterra, a única potência marítima que não era dominada por Napoleão.

No entanto, a escala do Príncipe D. João em Salvador, em 1808, é um episódio mal explicado na história da mudança da Família Real para o Brasil. O plano original seria de que toda a esquadra navegaria em direcção a sudoeste, em direcção ao Rio de Janeiro.

²⁸² Oliveira Lima, *op.cit.*

²⁸³ Manuel Pinto de Aguiar, *A Abertura dos Portos: Cairu e os Ingleses*. Salvador, Livraria progresso, 1960 (Anexo 2 – CARTA RÉGIA – de 28 de Janeiro de 1908)
(Abre os portos do Brasil ao comercio directo estrangeiro com excepção dos géneros estancados)

Porque decidiu o Príncipe Regente fazer uma escala imprevista em Salvador, quando seria mais fácil e prudente manter o plano original e navegar directamente para o Rio de Janeiro? Até há pouco tempo, a hipótese mais aceite pelos historiadores dava a tempestade dos dias 8 a 10 de Dezembro, perto do arquipélago da Madeira como razão da dispersão da Armada. No meio da tormenta, os navios ter-se-iam perdido uns dos outros. Uma parte do comboio, incluindo as naus em que viajavam a Rainha, o Príncipe Regente, os Infantes D. Pedro e D. Miguel, D. Carlota Joaquina e as Infantas teria seguido na direcção noroeste enquanto a restante frota continuou na rota original, primeiro rumo a Cabo Verde e depois ao Rio de Janeiro. Ao descobrir que estava perto do litoral baiano, D. João teria ordenado que os navios atracassem em S. Salvador. De acordo com esta explicação, o Príncipe Regente teria aportado à Baía quase por acaso.²⁸⁴

Kenneth Light²⁸⁵, que consultou os arquivos da marinha britânica, onde estão guardados os diários de bordo de todos e cada um dos navios e outra documentação que os comandantes mandaram para a sede do Almirantado em Londres no fim da viagem, chegou a conclusões surpreendentes: em primeiro lugar, a hipótese de parte da frota ter chegado a S. Salvador porque ficou à deriva não faz qualquer sentido. Em segundo lugar, D. João foi à Baía deliberadamente e não por qualquer acidente meteorológico.

Com base nesta documentação, Light afirma que há duzentos anos atrás, as rotas do Atlântico Sul já eram bem conhecidas por portugueses e ingleses. Não estavam perdidos, portanto. Seria fácil corrigir o rumo depois da tempestade e seguir para o ponto combinado antes da partida. A decisão de parar em Salvador foi tomada na terceira semana da viagem e comunicada aos outros navios. Se a escala baiana não foi accidental, então que razões teriam feito o Príncipe Regente decidir-se por uma escala na Baía?

Sob o ponto de vista estratégico e político, esta ida a Salvador teve enorme importância. Em primeiro lugar, porque a unidade política e administrativa da colónia era muito precária. O Príncipe precisava de um Brasil unido em torno da Coroa portuguesa. S. Salvador, primeira capital da colónia, já não possuía esse estatuto há

²⁸⁴ Seria esta a opinião de Alexandre José de Melo Moraes, *História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807*, Rio de Janeiro, Livraria da Casa Imperial de E. Dupond, 1878, in Oliveira Lima, *op.cit.*

²⁸⁵ Kenneth Light, *op cit.*

quase meio século²⁸⁶, mas era ainda um centro importante de comércio e decisões da colônia. De resto, os seus moradores ressentiam-se profundamente da mudança da capital para o Rio de Janeiro. Havia descontentamento e, dez anos antes, até uma tentativa de separação. Uma visita a S. Salvador era, portanto, uma forma inteligente de assegurar a fidelidade dos baianos e das províncias do norte e do nordeste num momento difícil. E foi em S. Salvador que D. João anunciou a mais importante de todas as medidas que tomaria nos treze anos em que permaneceu no Brasil: A abertura dos portos.

A 28 de Janeiro de 1808, D. João foi ao Senado da Câmara assinar a Carta Régia dirigida ao 6º Conde da Ponte, Governador da então Capitania da Baía, que ficou conhecida como Carta Régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas. A partir dessa data, estava autorizado “*que sejam admissíveis nas Alfandegas do Brasil todos e quaesquer géneros, fazendas e mercadorias transportados em navios estrangeiros das Potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa... a excepção do Pau Brasil ou outros notoriamente estancados.....ficando em suspenso e sem vigor todas as leis, cartas regias, ou outras ordens que até aqui prohibiam neste Estado do Brazil o recíproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros....*”²⁸⁷

A respeito da abertura dos portos, há duas correntes que defendem teses diferentes para a sua origem. A primeira atribui ao funcionário baiano José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, a influência marcante na “*decretação daquilo que seria o primeiro acto da emancipação económica e consequentemente política do Brasil*”²⁸⁸. Discípulo de Adam Smith (o pai da doutrina liberal moderna e autor de *A Riqueza das Nações*), Silva Lisboa teria apresentado um estudo a D. João sobre a conveniência de abrir o comércio do Brasil como forma de estimular o desenvolvimento económico da colônia. A segunda corrente afirma que a decisão teria sido um gesto de simpatia de D. João para com os brasileiros, libertando-os finalmente do monopólio português e do isolamento comercial. A abertura dos portos foi, sem qualquer dúvida, benéfica para o Brasil e coincidia com as opiniões liberais do visconde de Cairu. No entanto, a verdade é que era

²⁸⁶ O Rio de Janeiro passou a ter o assento como capital no vice-reinado do conde da Cunha, nomeado por decreto de 11 de Maio de 1763, veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol.VI

²⁸⁷ José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratado, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências, desde 1640 até ao Presente*, 8 vols., Lisboa, 1856 – 1858 e Manuel Pinto de Aguiar, *ob.cit.*, Anexo nº2 – Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 – Abre os portos do Brasil ao comercio direto estrangeiro com exceção dos géneros estancados

²⁸⁸ Idem, *ibidem*

uma medida inevitável. Com Portugal e o porto de Lisboa ocupado pelos franceses, o comércio do Reino estava paralisado. Abrir os portos era portanto uma decisão óbvia. E, mais importante do que tudo isto, a abertura do comércio internacional na colónia era um dívida que o Príncipe Regente tinha contraído com a Inglaterra: o preço exigido pela protecção contra Napoleão, negociada em Londres em 1807 pelo embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo.

O acesso ao comércio mundial significava realmente que, em relação à Europa, os portos estavam abertos apenas ao comércio com a Inglaterra enquanto durasse a guerra no Continente. Na véspera da partida, em Lisboa, o ministro britânico, Lord Strangford tivera uma reunião com o ministro António de Araújo, na qual o avisou que o Almirante Sir Sidney Smith só levantaria o bloqueio naval mediante as seguintes condições: “*a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reservada para a Inglaterra, marcando desde logo uma tarifa insignificante. E até que um dos portos do Brasil (o de Santa Catarina) fosse entregue à Inglaterra*”. Araújo teria reagido com irritação, mas facto é que todas as exigências seriam atendidas depois da chegada ao Brasil²⁸⁹.

E porquê Santa Catarina? Segundo Pinto de Aguiar²⁹⁰, o porto de Santa Catarina era então a chave do comércio de contrabando dos ingleses no Rio da Prata a tal ponto que Araújo, numa carta datada do princípio de Novembro de 1808, dirigida ao secretário do Regente, pediu que se mandasse fortificar o porto “*porque os ingleses podem ter cobiça daquela chave do Brasil e quererem apoderar-se dela*”. Evidentemente que as condições mercantis da colónia mudaram por completo. Antes, no regime de monopólio da metrópole, os negociantes portugueses fixavam como queriam o preço dos géneros ultramarinos e pagavam-nos com artigos europeus pelo preço que eles próprios, únicos intermediários, igualmente determinavam. No Brasil, a terra produzia aquilo que a população precisava para se alimentar. No entanto, era necessário importar a mão-de-obra e as manufacturas de luxo. A primeira era negros escravos de África e as segundas oriundas do reino. Quanto ao que se produzia na colónia, seguia para a metrópole em navios portugueses mas eram navios estrangeiros, geralmente ingleses, que levavam os produtos ao seu destino. Quanto às manufacturas que as colónias compravam e usavam, longe de serem produtos do reino, vinham do estrangeiro, do norte da Europa para Lisboa, de onde eram reexportados. O lucro que Portugal tirava das colónias estava pois todo nos direitos cobrados pela metrópole sobre as exportações para as colónias e das

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, supra

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, op.cit.

importações destas colónias, muito mais do que de qualquer lucro industrial ou marítimo²⁹¹. Com a abertura dos portos em 1808, as taxas de 48% recebidas nas alfândegas passaram a 24% e, a partir do Tratado de 1810, 15% para os Ingleses, mais favorecidos que os portugueses, os quais pagaram até 1818 16% sobre as suas importações no Brasil²⁹².

Com a abertura dos portos e mesmo antes da conclusão do Tratado de 1810, uma infinidade de produtos britânicos que tinham estado impedidos de entrar na Europa devido ao bloqueio napoleónico inundou os mercados do Brasil. Os comerciantes ingleses invadiram sobretudo o Rio de Janeiro, comprando todos os armazéns da cidade, alugando lojas no centro, cujas rendas subiram de tal forma que em breve se tornaram incomportáveis para os comerciantes brasileiros. Reinava o caos nas alfândegas, não havia braços suficientes para descarregar os navios e o espaço livre nos armazéns em breve se esgotou. As mercadorias começaram a acumular-se, expostas ao sol e às tempestades de chuva tropical, de modo que se deterioravam quando não eram roubadas.

Em breve o mercado ficou saturado de bens ingleses. Chegava tudo e mais alguma coisa da Europa, incluindo artigos totalmente desadequados à cultura e clima brasileiros, como patins de gelo, botijas de água quente, roupa de lã. Esta situação foi testemunhada por estrangeiros, como por exemplo o inglês John Mawe²⁹³ que fala de outras “esquisitas mercadorias”, como sobretudo, pesados cobertores de lã, etc. Estes produtos que nada tinham a ver com o clima e as necessidades locais acabavam por ser adaptados a usos nunca imaginados. O memo Mawe conta que os cobertores de lã foram utilizados para substituir o couro de boi na lavagem do cascalho nas minas de ouro e bacias de cobre transformadas em escumadeiras nos engenhos de açúcar. Mesmo os patins do gelo foram modificados para servir como facas e outros objectos metálicos.

²⁹¹ Oliveira Lima, *op.cit.*

²⁹² Pinto de Aguiar, *op., cit.* - Anexo 2 – Carta Régia - 28 de Janeiro de 1808 p.109

²⁹³ John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, S. Paulo, Edusp, 1978



A Chegada da Família Real de Portugal ao Brasil, tela de Geoff Hunt

2. O Primeiro Governo do Rio de Janeiro

A 26 de Fevereiro de 1808, o Príncipe Regente embarcou para o Rio de Janeiro que, além de ser a capital da colónia, era mais distante e tinha um porto melhor protegido, sendo a cidade muito menos vulnerável a um eventual ataque francês. O esquadrão que transportava D. João e a Família Real portuguesa entrou na baía de Guanabara no dia 7 de Março de 1808. Se bem que mais pequeno que S. Salvador da Baía, o Rio de Janeiro era ainda assim um porto colonial de consideráveis dimensões para os padrões da época. No entanto, havia que atacar o problema de reformar o Rio de Janeiro e transformá-lo numa cidade que servisse para a Realeza. Durante o primeiro Inverno sul-americano dos exilados, a máquina governamental trabalhou a ritmo acelerado, a Imprensa Real – a primeira autorizada no Brasil – fez sair leis em grande quantidade, revogou restrições coloniais e emitiu decretos. O que surgiu foi algo de novo e de certa forma extraordinário: Uma burocracia europeia de grande escala, com todo o aparato de uma monarquia absoluta instalara-se nos trópicos. A partir de 1808, a Corte portuguesa governaria o seu Império ainda vasto a partir de uma das suas colónias.

Para tal, foi necessário um governo organizado que fosse responsável pelas medidas urgentes a tomar. D. João não perdeu tempo. Três dias depois de chegar ao Rio nomeou o seu novo gabinete. O primeiro ministério do Brasil ficou assim constituído:

- *Negócios Estrangeiros e Guerra*: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares
- *Negócios do Reino*: D. Fernando José de Portugal, futuro marquês de Aguiar
- *Negócios da Marinha e Ultramar*: D. João Rodrigues de Sá e Menezes, visconde de Anadia²⁹⁴

António de Araújo de Azevedo “caíra em desgraça” devido à invasão francesa do Reino. Foi considerado responsável pela política seguida em Portugal imediatamente antes da entrada dos franceses. Regressava em força o partido inglês, cuja figura mais importante era, sem dúvida, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Este era um homem trabalhador e astuto. Toda a sua família detinha posições políticas influentes²⁹⁵ – com destaque, pela importância vital nos anos que se seguiram, para o irmão D. Domingos, embaixador português em Inglaterra. D. Rodrigo empregou as suas consideráveis energias para resolver a enorme quantidade de problemas administrativos que a transferência para o Brasil acarretara. Assim, os primeiros meses viram D. João estabelecer por ordem real uma série de órgãos, supremo tribunal, tribunal de relação, conselho militar, câmara do comércio, indústria e navegação²⁹⁶.

Nos governos do Antigo Regime, a acção pessoal dos monarcas dificilmente se separava da dos seus ministros e secretários de Estado. D. João não escapava a essa regra, mas tinha forte intervenção pessoal na condução dos assuntos do governo. Ao assumir-se como príncipe governante, D. João manteve os ministros já experimentados; só pontualmente os substituiu. Dos quatro existentes em 1792, só será substituído Martinho de Melo e Castro por ter falecido em 1795. O marquês de Ponte de Lima e Luís Pinto de Sousa Coutinho abandonaram funções em 1800 e 1804, respectivamente, e o primeiro também por falecimento. Só doze anos depois de tomar o poder é que o Regente governou com ministros de sua própria escolha. Esta tendência para a estabilidade era característica do Príncipe. Nos ministérios de D. João houve ministros

²⁹⁴ O Visconde de Anadia já tinha o mesmo posto no gabinete de Lisboa quando a Corte partiu para o Brasil.

²⁹⁵ Além de D. Domingos, outro irmão, o Principal Sousa, irá integrar o Conselho de Governadores do Reino em 1810. O futuro duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein foi embaixador de Portugal em Cádis, veja-se Valentim Alexandre, *op. cit.*

²⁹⁶ Wilken, *op. cit.* Considera que muitos deles eram réplicas das instituições portuguesas, com “do Brasil” escrito à frente

que ele estimou mais que outros. Porém, nunca teve à frente dos negócios do Estado um primeiro-ministro como Pombal, desfrutando da sua confiança cega. D. João era profundamente desconfiado por natureza, jamais concedendo valimento pleno a uma só pessoa.

O Regente passava parte do seu dia com os seus ministros para acabar envolvido em posições impossíveis, destinado a presidir a quase dez anos de reviravoltas diplomáticas antes das tropas francesas atravessarem as fronteiras portuguesas. Apesar de profundamente indeciso, conduziu Portugal na crise política de 1807-1808, um dos períodos mais complexos na história nacional e imperial portuguesa, sobrevivendo como monarca enquanto vários soberanos europeus eram destronados e humilhados por Napoleão. As crises sucessivas em Portugal levaram D. João a reduzir os ministérios, concentrando pastas e deixando na mão dos secretários de Estado o acesso à sua pessoa. Após a saída de D. João de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1804 e 1806, respectivamente, em 1807 o governo tinha apenas três secretários de Estado: António de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, que acumulava o Reino com Negócios Estrangeiros e Guerra, o visconde de Anadia, encarregue da Marinha e Luís de Vasconcelos e Sousa, titular da Fazenda. Esta prática de concentração de ministros por D. João irá continuar a acentuar-se no Brasil.

Instalada a Corte no Rio de Janeiro, forma-se, como mencionado, o primeiro Ministério do Brasil. Sendo a aliança inglesa crucial neste período, o conde de Linhares²⁹⁷ ganhou ascendência no mesmo, para o que contribuiu a influência do irmão D. Domingos, embaixador em Londres e o bom relacionamento de ambos com Percy Clinton Smithe, Lord Strangford, embaixador de Inglaterra junto da Corte no Brasil desde 1808.



Lord Strangford
(miniatura)

²⁹⁷ Por decreto de 17 de Dezembro de 1808, todos os ministros em funções, bem como os ex-ministros, foram agraciados pelo Príncipe Regente com títulos de nobreza. D. Rodrigo tornou-se Conde de Linhares, D. João de Melo e Castro, Conde das Galveias, D. Fernando José de Portugal, Conde de Aguiar. O visconde de Anadia foi feito Conde, in Andrée Mansuy – Diniz Silva, *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares*, Vol.II, *L'Homme d'État*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006

No Brasil, recomeçou a luta entre os fidalgos portugueses que acompanharam o Príncipe, pois todos eles queriam ocupar postos influentes na nova administração. A nomeação de D. Rodrigo como Ministro dos Negócios Estrangeiros desagradou profundamente a D. João de Melo e Castro que tinha ocupado o posto em Portugal antes de ser demitido por imposição de Lannes, tendo-se nessa altura a política externa do Reino desviado para uma maior abertura a França, como referido.

Quando foi nomeado no Rio, D. Rodrigo escreveu um bilhete a D. João de Almeida para o informar da sua nomeação “*que elle esperava tivesse recahido em V.Exa., e para a vista reserva explicarse mais sobre este objecto; e como V.Exa. regeio esta Secretaria com tão grande distinção e actividade...*”²⁹⁸ O despeito de Melo e Castro foi maior do que esperava D. Rodrigo e a partir de então as relações entre os dois homens esfriaram a tal ponto que se tornaram quase hostilidade.

O mais curioso é que entre os ingleses com postos influentes no Rio de Janeiro também existia uma antipatia profunda, ou seja, entre Lord Strangford e Sir Sidney Smith, recentemente chegado do bloqueio de Lisboa para ocupar o posto de Almirante da Armada Real britânica no Brasil. O Almirante desprezava o Embaixador pelos seus exagerados relatos do papel que teria desempenhado na evacuação da Corte de Lisboa²⁹⁹.

3. A Política Imperial do Brasil – As “Intrigas Platinas”

O *Manifesto* do Príncipe Regente, publicado a 1 de Maio de 1808, “*constitui o primeiro acto de direito internacional público do governo real, relativo à situação portuguesa, em relação à invasão napoleónica da Península, desde que instalado no Brasil*”³⁰⁰

A nova política externa portuguesa assumia a total ruptura com França. No *Manifesto*³⁰¹ faz-se o inventário de todas as diligências feitas por Portugal para conservar a neutralidade. No entanto, considerando que a França não cumprira este princípio, pois tinha invadido militarmente Portugal “*rompe toda a comunicação com a França, autoriza os vassallos do Príncipe a fazer guerra por terra e por mar aos*

²⁹⁸ Idem, *ibidem*

²⁹⁹ Wilken, *op. cit.*

³⁰⁰ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força*, supra

³⁰¹ Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei*, Vol. I, *A Retirada da Família Real para o Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953

vassalos do Imperador dos franceses”. São assim declarados nulos os Tratados entre Portugal e o governo francês, nomeadamente os de Badajoz e Madrid de 1801 e a Neutralidade de 1804. É negado ao governo francês o poder de promover a substituição do Governo de Regência por quaisquer outras autoridades, declarando que o governo do Príncipe Regente no Brasil se assumia como poder soberano. Portugal apenas cessaria as hostilidades com o acordo da Grã-Bretanha e não concordaria em caso algum na “*cessão do Reino de Portugal, que forma a mais antiga parte da herança e dos direitos de S.A.R. e da sua augusta Família*”³⁰².

Esta orientação foi debatida em Conselho de Estado. Note-se que a discussão do *Manifesto* não foi pacífica. O documento, preparado por D. Rodrigo, mereceu reparos a todos os Conselheiros de Estado (com excepção do Marquês de Pombal). Nenhum deles queria uma política que não preservasse a possibilidade de um diálogo futuro com França.” *Não convém irritar a França*” escreveu o Marquês de Aguiar no seu parecer. Mais veemente foi D. João de Melo e Castro. Seria necessária moderação e convinha que o documento se abstivesse “*quanto possível da mais leve parcialidade, que traga consigo a ideia de uma futura predilecção política a favor de qualquer das Potências principais beligerantes, segundo o axioma inegável em Política, que a utilidade e o interesse do Estado deve única e exclusivamente dirigir o seu sistema político*”³⁰³

Entende-se por este parecer do Conde de Galveias haver, mesmo no seio do partido inglês, clivagens, ou seja, uma posição mais moderada e outra defensora acérrima da aliança inglesa, personificadas por D. João de Melo e Castro e por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, respectivamente. Pelos pareceres dos Conselheiros percebe-se que D. Rodrigo estava em minoria mas foi a sua perspectiva que prevaleceu, demonstrando assim a ascendência que começava a ter na Corte do Rio de Janeiro. Pessoalmente, só D. João de Melo e Castro, o outro membro importante do partido inglês, muito conhecido em Londres onde fora embaixador, poderia inquietar o Conde de Linhares, por também poder ser aceitável pelo gabinete inglês mas os ingleses sabiam que em Sousa Coutinho e no seu irmão, embaixador em Londres, tinham dois aliados muito fortes.

Do projecto inicial só foi retirada uma referência à acção de Lannes, que se acusava de ter obrigado o Príncipe Regente a demitir dois dos seus ministros, ou seja, o próprio D. Rodrigo e D. João de Melo e Castro. Os demais Conselheiros, especialmente o conde

³⁰² Ângelo Pereira, *op. cit.*, vol.III

³⁰³ Parecer de D. João de Almeida, in Ângelo Pereira, *op. cit.*, Vol, III.

de Galveias,³⁰⁴ objectaram que tal referência se tornava desprimorosa para o Príncipe D. João.

Como resposta à invasão francesa do Reino, Caiena e a Guiana francesa foram ocupadas em 1808 por uma expedição enviada do Pará. O governador Vítor Hugo capitulou e a colónia manteve-se em mãos do governo português até 1817. No entanto, a ocupação das colónias francesas não era um projecto de ocupação definitiva mas sim ter um trunfo numa futura negociação de paz, ou seja, para fixar as fronteiras do Brasil no rio Vicente Pinzon, objectivo da diplomacia portuguesa desde o Tratado de Utrecht³⁰⁵.



A Família de Carlos IV, pintada por Goya

³⁰⁴ Ângelo Pereira, *op. cit.*, *Reflexões Relativas ao Esboço do Manifesto*, pag. 31 - 34

³⁰⁵ Oliveira Lima, *op. cit.*

Tudo o que se viu até agora dos efeitos da transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro se circunscreve ao triângulo Brasil, Grã-Bretanha e Metrópole. O quadro ficaria incompleto se não tivéssemos em conta o papel que a Espanha e as suas colónias americanas desempenharam na política externa portuguesa a partir de 1808.

Quando a família real embarcou para o Brasil, Portugal encontrava-se em vias de ser ocupado por tropas francesas e também espanholas, que colaboraram na invasão. Porém, sob o pretexto de fornecer auxílio a Junot, o Imperador dos franceses deslocou contingentes militares para a Península, ocupando territórios que não constituíam rota para Portugal, começando a tomar posição em cidades estratégicas por toda a Espanha. O povo enfurecido cercou o palácio real em Madrid, protestando contra o regime traidor que entregara a Espanha à França. O rei Carlos IV demitiu o seu ministro todo-poderoso, Manuel Godoy, considerado colaborador dos franceses e abdicou a favor do filho, Fernando (irmão de D. Carlota Joaquina). No entanto, Fernando não foi reconhecido pelos franceses, sendo convocado com o rei, seu pai, a Bayonne, para negociar a sua posição com Napoleão. Uma vez em solo francês, foram ambos forçados a abdicar a favor de José Bonaparte, irmão de Napoleão.



Fernando VII, pintado por Goya



José Bonaparte

A usurpação do trono espanhol por Napoleão levou à revolta em Espanha. A 2 de Maio de 1808, explodia em Madrid o levantamento contra os franceses, logo seguido na Andaluzia, nas Astúrias, na Galiza. O impacto da guerra iminente chegaria muito além da Península Ibérica. Agora que a intervenção francesa aniquilara a monarquia espanhola, as colónias na América foram deixadas ao abandono.

Em Espanha tinham começado a aparecer em todo o território assembleias regionais, as *juntas*, para preencher o vazio deixado pela ausência do Rei. Coligaram-se estas num governo provisório, a *Suprema Junta* sediada em Sevilha que coordenava a resistência aos franceses. Os vice-reis das colónias americanas, cuja legitimidade derivava da Coroa, enfrentavam agora um dilema. Deviam fidelidade à Suprema Junta? Ou deveriam, como a Metrópole, criar as suas próprias juntas, jurando fidelidade directamente ao rei prisioneiro? Convém também lembrar a existência de franjas bonapartistas que queriam alinhar com José, irmão de Bonaparte, agora no trono de Espanha. À medida que a crise se agravava na Metrópole, os laços coloniais iam-se tornando cada vez mais tensos.

A Corte portuguesa no Rio tinha vantagens estratégicas em relação às colónias sul americanas da Espanha. No sul do Brasil, ao projecto de alargar os limites territoriais até ao Rio da Prata, considerado fronteira natural pelos portugueses, acrescentava-se agora a vontade de submeter à autoridade portuguesa parte das colónias espanholas da América. A conquista de um disputado território conhecido como Banda Oriental (actual Uruguai) dominaria a política imperial do Rio de Janeiro.³⁰⁶ A importância da Banda Oriental tinha crescido nos séculos XVI e XVII, à medida que carregamentos de prata começaram a ser enviados das minas do Alto Peru (Bolívia), pelo Rio da Prata até ao Atlântico. Para os espanhóis, era uma zona tampão que protegia as suas lucrativas actividades portuárias em Buenos Aires. Os portugueses alegavam que o Rio da Prata constituía uma fronteira natural do Brasil. O que estava sempre presente, porém, era a importância do acesso que a margem do norte do Rio da Prata dava ao florescente contrabando nos mercados da América espanhola.

De acordo com Oliveira Lima, a vinda da família real portuguesa para as Américas provocara em Buenos Aires “*a mais profunda sensação*”, sendo manifestos os receios de anexação pelo Brasil³⁰⁷ O vice-rei Linniers já tinha feito face a uma tentativa de

³⁰⁶ Oliveira Lima, *op. cit.*

³⁰⁷ Carta escrita a 31 de Março de 1808 pelo vice-rei Linniers citado em Oliveira Lima

ocupação da cidade pelos britânicos no ano anterior. Os seus receios em relação à Corte do Rio de Janeiro eram fundados. Pelo parecer de D. Fernando José de Portugal em relação ao *Manifesto* de 31 de Maio de 1808, citado em Ângelo Pereira, sabe-se que estava nesse momento em curso “*uma negociação e tentativa secreta... a ver se consegue sujeitarem-se os habitantes nas margens do Rio da Prata ao Domínio de S.A.R.*”.³⁰⁸

De facto, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviara uma carta ao vice-reinado de Buenos Aires em que era aconselhado o mesmo a colocar-se sob a protecção da Corte do Rio de Janeiro, uma vez que a aniquilação da monarquia em Espanha tinha provocado o abandono das suas colónias. Em contrapartida, o governo do Rio comprometia-se a respeitar os privilégios, não aumentar os impostos existentes, e convencer o governo inglês a desistir de qualquer ataque à zona mencionada, desde que o vice-reinado estabelecesse na zona um regime de comércio livre. A alternativa seria o conflito armado, porque, nessa situação “*Sua Alteza Real se veria obrigado a obrar, de concerto com o poderoso aliado, com os fortes meios que a Providência depositou em suas mãos*”³⁰⁹. O facto de estar em curso uma acção destas na América espanhola seria a razão porque no *Manifesto* se não abrangesse a Espanha na declaração de guerra que se fazia à França, sendo que as razões de queixa contra os dois países eram idênticas.

Foi negativa a resposta de Buenos Aires. “*Consciente do subtexto predatório, Buenos Aires recusou todo o apoio militar do Brasil, e, ao que parece, se pensou na altura em retaliar de imediato, invadindo o Rio Grande do Sul*”³¹⁰ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, porém, não desistia. Disponha-se a empregar a força, invadindo os territórios situados nas duas margens do Rio da Prata, dando como pretexto frustrar um eventual ataque francês na região – como comunicava ao seu governo Lord Strangford a 25 de Julho - acção essa que não incomodava então o representante britânico, uma vez que apenas recomendara ao Almirante Sir Sidney Smith, comandante da frota britânica no Rio, que conservasse em mãos britânicas ou Buenos Aires ou Montevideu.

No entanto, o plano militar foi depressa abandonado. As notícias da usurpação por Bonaparte da Coroa espanhola e da revolta popular que isso provocara e, sobretudo, o eventual acordo entre as *juntas* espanholas e o governo britânico, fez mudar radicalmente a posição da Corte de St. James.

³⁰⁸ Ângelo Pereira, *op. cit.*

³⁰⁹ Carta citada em Oliveira Lima, *op., cit.*

³¹⁰ Oliveira Lima, *op., cit.*

Em Junho de 1808 chegaram a Londres delegados das Astúrias para pedir dinheiro e armas. Seguiram-se-lhes oficiais de toda a Espanha, que solicitavam auxílio mas, temendo acções de maior alcance por parte dos britânicos, recusavam uma intervenção directa da Grã-Bretanha.



Duque de Wellington, pintado por Goya

Em Julho, Sir Artur Wellesley, futuro duque de Wellington, partiu da Grã-Bretanha a bordo de um esquadrão com tropas e equipamentos. De 1 a 5 de Agosto de 1808, desembarcaram os ingleses na foz do rio Mondego em Portugal. Ou seja, Portugal, que já era aliado da Inglaterra, tornava-se, pela força das circunstâncias, em “aliado” da Espanha numa guerra contra o inimigo comum: a França. Começava a Guerra Peninsular.

Uma vez que o ataque militar às colónias espanholas da América do Sul estava fora de questão, pois a Inglaterra não o permitiria, foi usada uma nova táctica; seguiu-se o plano de procurar estender a influência brasileira na região a coberto de um alegado

direito da princesa D. Carlota Joaquina a governar os territórios espanhóis como representante dos Bourbon, prisioneiros em França.

D. Carlota Joaquina apoiava os planos grandiosos para se tornar soberana de um Estado na América, já que seu pai e seu irmão³¹¹ tinham sido forçados a abdicar do trono espanhol a favor do Imperador dos franceses.

A Princesa achava-se com direitos dinásticos à Coroa espanhola e, por conseguinte, às colónias americana da mesma. A questão da proposta regência de D. Carlota dividiu a Corte portuguesa e não só. A tensão aumentava também entre Lord Strangford e Sir Sidney Smith, o embaixador e o Almirante de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro, respectivamente. Strangford escreveu a D. Domingos, embaixador em Londres, e irmão de D. Rodrigo “... vosso irmão e eu somos os melhores amigos que é possível... o Príncipe é constantemente atormentado pela Princesa e pelo seu Almirante...”³¹² e mais adiante... *Sir Sidney Smith está absolutamente convencido de que pode levar a bela Helena [D. Carlota] e impô-la como rainha provisória em Buenos Aires...* D. Carlota era sustentada por Sir Sidney Smith e por parte da Corte. O próprio Príncipe Regente começou por apoiar a candidatura da esposa como governante das colónias espanholas da América do Sul. Primeiro, porque no interior destas, devido ao vazio de poder provocado pela abdicação dos soberanos espanhóis na Metrópole, eram cada vez mais activas as ideias separatistas republicanas que o Príncipe temia que contaminassem o Brasil. Depois, porque lhe parecia quase um milagre realizar na América a União Ibérica sob a égide de Portugal.



A Princesa D. Carlota Joaquina

³¹¹ Carlos IV e Fernando VII de Bourbon

³¹² Carta de 29 Outubro de 1808, in Ângelo Pereira, Vol. III, *op. cit.*

Com efeito, era uma solução com um certo grau de legitimidade dinástica ao mesmo tempo que poderia satisfazer um separatismo incipiente. Escreve Oliveira Lima: *...se naquela ocasião tivesse D. Carlota Joaquina conseguido ir ao Rio da Prata, houvera sido aclamada com delírio, senão pelos espanhóis ao menos pelos nacionais, bastando o clero para a apregoar pelas praças e ruas como legítima sucessora do irmão capturado, e nela se encarnando as incipientes aspirações separatistas*³¹³. Mas a Inglaterra não tinha os mesmos planos. Não lhe convinha um império único hispano-português. Senhora dos mares como se tinha tornado, queria mercados variados e abertos. Para a Grã-Bretanha, a instabilidade na América latina era desejável e, sobretudo, a fragmentação desta em vários Estados frágeis. Strangford fez tudo o que podia para fazer abortar os planos de D. Carlota.

Na primavera de 1810 chegou da Europa a notícia que quase toda a Espanha estava ocupada pelos franceses. O vice-rei de Buenos Aires foi deposto e formou-se uma *Junta* que, apesar de reconhecer a soberania de Fernando VII, representava um passo no sentido da independência. O governo rebelde em breve seguiu uma orientação “jacobina” e invadiu duas províncias do vice-reino, o Uruguai e o Paraguai, que se tinham mantido fiéis ao governo de Espanha. Ou seja, forças rebeldes atacavam autoridades leais à Espanha anti-napoleónica, aliada de Portugal: era um excelente pretexto para D. Rodrigo fazer ressuscitar a ideia de uma intervenção militar luso-brasileira. Além disso, de Montevideu chegaram pedidos de auxílio. Sousa Coutinho respondeu imediatamente, impondo como condição a ida de D. Carlota para Montevideu. O marquês de Casa Irujo, enviado da Junta Central de Espanha, aceitou a proposta desde que a Princesa restituísse o território em causa a seu irmão, o rei Fernando VII, quando este regressasse ao trono espanhol. No entanto, este acordo não teve seguimento. A Inglaterra não tinha qualquer interesse nesta proposta e a Princesa negou-se a assinar a renúncia a favor de seu irmão exigida por Casa Irujo. Strangford conseguiu que a Corte de St. James mandasse regressar Sir Sidney Smith à Grã-Bretanha, retirando assim apoio a D. Carlota. As reclamações britânicas paralisavam de facto a acção do Rio de Janeiro na zona platina e contribuíram para inutilizar os projectos, mais vastos ainda, de prestar auxílio às forças leais do Chile e do Peru³¹⁴.

O pedido de ajuda militar acabou por surgir da parte do defensor de Montevideu, Elio, em Maio de 1811, mas em circunstâncias muito difíceis, com aquela praça sitiada

³¹³ Oliveira Lima, *op. cit.*

³¹⁴ Oliveira Lima, *op. cit.*

pelas forças de Buenos Aires e todo o Uruguai dominadas pelas guerrilhas do rebelde Artigas. Em Junho seguiram do Rio de Janeiro ordens para que as tropas estacionadas no Rio Grande do Sul entrassem no território do Uruguai, com o objectivo de salvar “*com os golpes mais decisivos a praça de Montevideu e pacificar a margem esquerda do Prata*”³¹⁵. A intervenção militar das forças luso-brasileiras foi vista com apreensão tanto por Montevideu como por Buenos Aires, que receavam que a Banda Oriental fosse anexada pelo Brasil. O resultado foi levar as duas cidades platinas a negociar rapidamente um armistício, assinado em Montevideu a 20 de Outubro de 1811.

Para o governo do Rio de Janeiro, este acordo tinha a vantagem de enfraquecer Buenos Aires, evitando o restabelecimento do seu domínio sobre a margem esquerda do Prata. No entanto, era uma derrota para os planos grandiosos da política externa do gabinete do Rio, as “intrigas platinas”, como lhes chamou Oliveira Lima. Não era, porém, uma derrota definitiva: na situação instável que se vivia naquela zona, ficava uma porta aberta a novas tentativas da Corte do Rio de Janeiro no sentido de reforçar a sua influência na Banda Oriental e eventualmente de a anexar.

4. Os Tratados de 1810

O segundo acto mais importante (depois da abertura dos portos) e de mais graves consequências no reinado americano do futuro rei D. João VI foram os tratados de 1810, quase arrancados ao Príncipe Regente, depois de dois anos de laboriosas conversações e esforços do representante britânico, Lord Strangford. Strangford tinha chegado ao Rio em Julho de 1808. A verdadeira razão que levava ao Brasil o diplomata britânico fora negociar um tratado de comércio elaborado por Canning, secretário dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra. O tratado tinha como objectivo transferir para o Brasil os privilégios gozados pela Grã-Bretanha em Portugal.

Em 1810, o documento estava a ser concluído. Strangford contava com um poderoso aliado, Sousa Coutinho, mas ambos enfrentavam uma oposição fortíssima na Corte do Rio. Como em Lisboa, esta encontrava-se dividida por intrigas e rancores entre os novos ministros e os antigos, divisão essa que também se verificava entre os ingleses residentes no Rio de Janeiro. O Almirante Sir Sidney Smith, o cônsul James Gambier e outros residentes exigiam a partida para Londres de Strangford e a substituição de D. Rodrigo por D. João de Melo e Castro, Conde das Galveias. O próprio Regente

³¹⁵ Idem, *ibidem*

vacilava, pois a estes opositores do Tratado também se juntara o Núncio Apostólico, Mgr. Caleppi, chegado recentemente ao Rio³¹⁶.

Strangford temia não conseguir realizar a sua missão e escrevia a D. Domingos cartas confidenciais....*o único homem de valor que o Príncipe conserva junto dele [D. Rodrigo] vai ser afastado de forma desastrosa... se não forem feitos esforços para anular os desejos dos seus inimigos. Entre eles, o mais feroz é Sir Sidney Smith, que quer fazer expulsar Vosso Irmão e chamar para o Ministério o miserável Almeida que, muito orgulhoso da influência que pensa ter junto de Mr. Canning, e apoiado pelo Núncio, usando a máscara da sua estima pela Inglaterra, faz progressos todos os dias junto de S.A....V. Irmão está isolado nesta Corte... O Príncipe estima-o mas os que rodeiam S.A.R. detestam-no...*³¹⁷.

D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador em Londres, apresentou o primeiro projecto que serviria de base ao tratado de 1810. Esse esboço destinava-se a reger as relações mercantis anglo-portuguesas apenas enquanto durasse o conflito europeu. Estando a Europa em guerra e sujeita ao bloqueio continental imposto por Napoleão, os produtos brasileiros encontravam grande dificuldade em ser escoados. Seria um acordo provisório com a Grã-Bretanha, única potência que, além de aliada de Portugal, era das poucas a poder impedir a asfixia da economia brasileira. No entanto, o tratado ratificado em 1810 iria transformar-se num acordo de carácter permanente devido às pressões inglesas. Valentim Alexandre aponta como causa para o êxito dessas pressões: *«a perda da influência da burguesia mercantil e industrial metropolitana no aparelho de Estado luso-brasileiro, numa altura em que Portugal se achava assolado pela guerra e ameaçado de ocupação; e a posição específica do negociador português, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cujo poder político estava dependente da conservação de laços entre a Corte do Rio e o governo de Londres»*³¹⁸

A convenção de 22 de Outubro de 1807 estipulava que, em troca da garantia de não reconhecer Sua Majestade Britânica como Rei de Portugal nenhum Príncipe não pertencente à Casa de Bragança, se iria negociar um tratado de auxílio e comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha. O círculo que rodeava o Príncipe sabia. Esta perspectiva era já evidente antes mesmo do começo das negociações como se pode ver neste texto do

³¹⁶ Mgr.Caleppi não podia aceitar a tolerância religiosa em relação aos britânicos que D. Rodrigo propunha na redacção do Tratado, in André Mansuy – Diniz Silva, *op. cit.*

³¹⁷ Idem, *ibidem*, Carta de 5 de Dezembro de 1809 de Strangford a D. Domingos de Sousa Coutinho

³¹⁸ Valentim Alexandre, *op. cit.*

Marquês de Belas, datado de Abril de 1808³¹⁹ “*Não se perca tempo; faça-se com Inglaterra um Tratado de Comércio ou com outro qualquer pretexto e seja o artigo principal: que a Inglaterra não há-de fazer a Paz sem o Príncipe de Portugal ser restituído ao seu Trono de Europa...senão se aproveita a ocasião, se se deixa repartir o Reino de Portugal, perdida a bola de mão, desmaiam os Ingleses e vêem desgraçadamente que não podem avançar nas Negociações de Paz juntos com Portugal, e fazem-la sem Portugal e tudo se volta às avessas*”.

As negociações prosseguiram mas quando o projecto foi apresentado para discussão, começaram as críticas, sendo as mais violentas do Conde de Galveias. Segundo D. João de Almeida, os dois primeiros artigos do futuro tratado de Aliança e Amizade não especificavam a quantidade nem qualidade de socorros que a Grã-Bretanha devia prestar a Portugal em caso de guerra. O artigo 6º dispunha que Sua Majestade Britânica podia mandar cortar madeira para construção de navios de guerra ingleses nas matas do Brasil (com excepção das matas reais, reservadas à marinha portuguesa), privilégio excessivo e vago segundo Galveias, uma vez que não se precisava quais as quantidades de madeira autorizadas. O artigo 9º, relativo à Inquisição, foi também fortemente contestado: quando se garantia que nunca existiria Inquisição no Brasil, fazia-se uma discriminação dentro do Império, pois havia Inquisição em Portugal e, se Galveias concordava que ela devia ser extinta por “*acto expontâneo*”, recusava que a medida aparecesse exigida em tratado, o que “*inculca uma compulsão produzida por uma Influência estranha e por pessoas de diferente comunhão*”³²⁰. Como as resistências aos acordos não cessavam, Strangford escrevia inquieto a D. Domingos: “*...o tratado avança e mesmo bastante bem: só o diabo da Inquisição me dá trabalho...* Segundo o embaixador inglês, o Núncio e Melo e Castro (que desejava a queda de Linhares para o substituir no ministério), fariam crer ao “*bom do Príncipe Regente que ele iria direito ao Inferno se se deixasse corromper por um plenipotenciário herético*”³²¹.

No entanto, em Fevereiro, Strangford comunicava triunfalmente a D. Domingos “*ganhámos tudo, incluindo a Inquisição! A luta foi grande, tive até necessidade de falar alto*”³²². Pela mesma carta transmite ser o Conde de Galveias contrário ao tratado,

³¹⁹ Parecer do Marquês de Belas, de 18 de Abril de 1808, in Ângelo Pereira *op. cit.*, Vol.III, pag.28

³²⁰ AN/TT, MNE, *Tratados de Inglaterra*, parecer do Conde das Galveias, 1 de Fevereiro de 1810

³²¹ Ângelo Pereira, *op. cit.* supra, carta de Stangford a D. Domingos, 16 de Janeiro de 1810. Por esta carta também é informada a Corte de St. James que o Conde de Galveias substituiu o falecido Conde de Anadia na pasta da Marinha e Ultramar

³²² Idem, *ibidem*.

pois mostrara o seu desagrado escrevendo uma “*Declaration d’Animosité*”³²³. O embaixador inglês, além de temer a influência de D. João de Almeida junto do Príncipe Regente, detestava-o e considerava-o como um dos seus principais inimigos na Corte do Rio de Janeiro.

Finalmente, foram produzidos dois tratados, um de Aliança e Amizade (11 artigos e 2 artigos secretos) e outro de Comércio de 34 artigos e um preâmbulo, assinados pelo Conde de Linhares e Lord Strangford a 19 de Fevereiro de 1810, ratificados pelo Príncipe regente a 26 do mesmo mês e por Sua Majestade Britânica a 18 de Junho³²⁴. Os tratados eram largamente benéficos para a Grã-Bretanha, se bem que no preâmbulo se referisse ser seu objectivo “*adoptar um sistema liberal de comércio, fundado sobre as bases da reciprocidade e mútua conveniência que pudesse procurar as mais sólidas vantagens de ambas partes...*”³²⁵.

Logo no artigo 4º do tratado de aliança e amizade, Portugal obrigava-se a indemnizar os súbditos ingleses de uma pilhagem que não fora cometida por portugueses, mas sim ordenada por Junot quando entrara em Lisboa em 1807 e mandara confiscar os bens de todos os ingleses. Os britânicos restabeleciam o direito de que gozavam em Portugal desde 1654, ou seja, terem representação legal própria. Um juiz inglês, que só poderia ser substituído apelando para as autoridades britânicas, presidiria no Rio ao julgamento de litígios envolvendo súbditos britânicos, muito embora os portugueses em Inglaterra estivessem sujeitos ao foro comum (artigo 10º do tratado de comércio)³²⁶. Os navios da armada inglesa tinham acesso sem restrições às águas brasileiras e deveriam ser aprovisionados pela Coroa portuguesa se fossem usados em sua defesa. A madeira das florestas brasileiras poderia ser usada para a construção de navios ingleses.

Como referido, o tratado falava, obviamente, em reciprocidade, e um dos campos em que essa reciprocidade e igualdade de tratamento se aplicariam seria aos navios dos dois países que frequentavam os portos um do outro. Todavia, definido o que se considerava ser navio português e inglês, concluía-se que a reciprocidade era apenas

³²³ AN/TT, MNE, Cx. 53, maço 2 (cota ficheiro metálico). Parecer muito crítico de Galveias, 1 de Fevereiro de 1810, veja-se Valentim Alexandre, *op. cit.*

³²⁴ José Ferreira Borges de Castro (Coord.), *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos, celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856

³²⁵ Manuel Pinto de Aguiar, *op.cit.* - Anexo 13

³²⁶ Devido à “*conhecida Equidade da Jurisprudência Britannica, e pela Singular Excellencia da Sua Constituição, fórmula insólita de reconhecer o mau funcionamento da justiça e das instituições portuguesas em geral*”, in Pinto de Aguiar, *op. cit.*

uma fachada: navios portugueses eram considerados somente os construídos em Portugal (um navio construído na Índia, por exemplo, não se considerava navio português), enquanto navio inglês era todo aquele que fosse construído em quaisquer domínios ingleses, inclusivamente os navios apresados (por exemplo, capturados aos franceses)³²⁷

Os Ingleses tinham autorização de comerciar e de deter propriedades sem restrições. Estavam isentos de serem averiguados pela Inquisição e livres de exercerem o culto que pretendessem – o que era um privilégio extraordinário numa cultura devotamente católica. Aliás, o artigo 9º do tratado de aliança dispunha que a Inquisição nunca seria introduzida no Brasil, onde até então não fora criada. Além disso, em 1810, já esta instituição estava praticamente extinta, mesmo em Portugal, onde não tardaria a desaparecer como uma das primeiras medidas da revolução liberal de 1820.

Oliveira Lima³²⁸ constatou: *ao lado de tanta desigualdade, há disposições que chegavam a ser cómicas como, por exemplo, as citadas no artigo 21º que davam à Coroa portuguesa o privilégio de impor direitos proibitivos sobre o café, o açúcar e outros produtos coloniais que fossem importados dos domínios britânicos, considerando impossível que o açúcar, o café, e outros géneros das colónias britânicas pudessem vir a fazer concorrência no Brasil aos produtos locais*. Valentim Alexandre³²⁹ critica esta opinião: esquece-se Oliveira Lima que, entre os domínios da Coroa portuguesa estava a Metrópole, cujo mercado vinha assim a ficar reservado aos artigos brasileiros. Prejudicado seria portanto Portugal. No tratado de comércio estipularam-se as tarifas alfandegárias pagas pelos ingleses (15%)³³⁰ que fazia com que fossem ligeiramente inferiores às dos próprios brasileiros e portugueses, adicionando a estes privilégios o direito a um porto franco, que seria Santa Catarina. Ou seja, no seu todo, o tratado de comércio de 1810 trazia uma mudança radical à estrutura da economia do Império luso-brasileiro.

A Corte tinha, no entanto, resistido numa área crucial abrangida pelo tratado: a questão do comércio de escravos. O *Odioso Comercio* era considerado como escandaloso por todos os que não tinham qualquer interesse financeiro directo nessa actividade. Por uma série de razões – morais, económicas e estratégicas – a Inglaterra forçava agora a interdição do tráfico. Em 1807, o Parlamento britânico aprovou o

³²⁷ Oliveira Lima, *op. cit.*

³²⁸ Idem, *ibidem*

³²⁹ Valentim Alexandre, *op. cit.*

³³⁰ O que Oliveira Lima considerou “*escandaloso*”

Abolition Act e a Grã-Bretanha pretendeu impor às restantes potências coloniais a interdição do tráfico. Ora os portos portugueses de escravos estendiam-se pela costa africana abaixo; as plantações brasileiras eram totalmente dependentes dos milhares de escravos que atravessavam anualmente o Atlântico a bordo dos navios negreiros. Qualquer que fosse a opinião pessoal do Regente, ele sabia que a elite brasileira da qual a sua Corte dependia estava profundamente implicada no tráfico e opor-se-ia a qualquer medida para o reduzir. Depois de muito debate, concordou o Príncipe em restringir o comércio negreiro aos territórios da Coroa portuguesa, acabando com as exportações para a América espanhola. E prometeu uma diminuição gradual no tráfego sem especificar qualquer prazo. Esta promessa vaga dará início a uma questão que se irá prolongar por quase todo o século XIX com muito peso nas relações externas do futuro Reino Unido de Portugal e do Brasil.

O Tratado foi o culminar de uma longa história de contratos entre Portugal e a Inglaterra. Com a deslocação da Corte e do Governo para o Rio de Janeiro, a velha aliança foi transplantada para o Brasil, já que o centro do Império português mudara da Europa para a América do Sul. Devido ao auxílio militar que tinha dado a Portugal, a Inglaterra tinha à sua mercê não só a Metrópole, mas todo o Império.

Nunca porém ficou tão marcada esta relação de dependência como no Tratado de 1810, sobre o qual escreveu Palmela³³¹ ter sido “*na forma e na substância o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu entre duas nações independentes*”.



**D. Pedro de Sousa e
Holstein, Conde de
Palmela**

³³¹ Maria Amália Vaz de Carvalho, *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*, Lisboa, 1903. D. Pedro de Sousa e Holstein foi 1º conde (1812), 1º marquês (1823) e 1º duque de Palmela (1823)

5. O Conde das Galveias no Centro da Tensão crescente entre Portugal e Inglaterra

Dir-se-ia que o tratado não esquecera pormenor algum vantajoso ao comércio inglês. Mesmo assim, pretendeu o governo britânico, nos anos imediatos e através da sua legação no Rio, obter a abolição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criação de Pombal. Esbarrou no entanto com a posição absolutamente contrária do governo português. Lord Stangford bem argumentou com o tratado de 1810, segundo o qual nenhum monopólio ou privilégio devia evitar o tráfico futuro entre os dois países acordantes. O governo do Rio dizia que, justamente, no tratado, se tratava do futuro, não tendo a disposição aplicação ao presente, sobretudo aos contratos já existentes ao tempo da celebração do mesmo. Além disso, faziam-se referências no acordo a franquias comerciais e não a causas agrícolas. Foram estes os argumentos usados pelo Conde das Galveias, que substituíra o falecido Conde de Linhares³³².

Os anos de 1813-1814 foram marcados por tensões entre os dois governos, com origem, precisamente, nos tratados de 1810. Através da imprensa, a opinião pública podia expressar-se. Começaram a chover protestos, cada vez mais violentos, dos comerciantes portugueses em Londres, na praça lisboeta e mesmo dos próprios negociantes ingleses. *O Investigador Português em Inglaterra*, jornal subsidiado pela embaixada portuguesa em Londres, fez uma longa crítica às principais cláusulas do acordo, chegando a afirmar que “*causava à Nação Portuguesa um prejuízo maior do que teria provocado a invasão de um exército inimigo*”³³³

Era uma pressão clara sobre a Corte portuguesa e uma pressão consentida, porque, sendo o jornal subsidiado pela embaixada portuguesa, esta poderia silenciar os comentários mais incómodos. A verdade é que o governo do Rio de Janeiro, com D. João de Melo e Castro nos Negócios Estrangeiros, estava plenamente de acordo com as críticas feitas à Grã-Bretanha. Em resposta a um comunicado de D. Domingos de Sousa Coutinho, dizendo que não havia “*em Inglaterra um só artigo do tratado executado como devia ser a favor dos portugueses*”, Galveias ordenou-lhe que fizesse “*todas aquelas representações que convém para que se efectuem as estipulações do tratado*

³³² Esta nota foi enviada por Galveias a Strangford a 29 de Dezembro de 1813. Galveias já estava doente e faleceu pouco tempo depois, a 25 de Janeiro de 1814, in Oliveira Lima, *op. cit.*

³³³ Valentim Alexandre, *op. cit.*

que se acham por observar”³³⁴ e não fica por aqui. Num despacho de 14 de Janeiro de 1813, lamenta-se “...por extremo desagradáveis negociações que com tantas e tão inesperadas variações se prosseguem e têm prosseguido....para ajustar as intermináveis alterações que se tem suscitado sobre a inteligência e disposições do complicado tratado de comércio que tantos trabalhos nos tem causado, e quiçá possa ocasionar outros ainda maiores e de gravíssimas consequências”. De facto, o Conde das Galveias acusava a Grã-Bretanha de “querer praticar a nosso respeito a mesma coacção e constrangimento que se tem visto praticar por Buonaparte relativamente aquelas nações a quem tem roubado a soberania e independência...”³³⁵. Foi esta ideia que levou D. João de Almeida a resistir às pressões britânicas para a abolição da Companhia do Alto Douro.

No entanto, a questão que mais iria afectar as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha seria o tráfico de escravos e as tentativas inglesas para terminar com ele. O artigo 10º do Tratado de Aliança e Amizade estabelecia que o governo português se propunha a colaborar com o de Sua Majestade Britânica na abolição gradual do tráfico de escravos e limitava a participação luso-brasileira nesse comércio aos pontos da costa de África pertencentes à Coroa portuguesa.

Note-se que, em relação ao artigo 10º do tratado não se levantaram muitas objecções por ocasião da discussão dos projectos dos tratados. As informações sobre a situação europeia chegavam com vários meses de atraso à Corte luso-brasileira. Ignorava-se a importância que a causa abolicionista ganhara na política britânica.



Medalhão abolicionista

Talvez por isso, só um parecer, do desembargador Luís José de Melo, mostrava objecções frontais: não tinha a Inglaterra de imiscuir-se no tráfico de escravos feito por outras nações soberanas, em territórios não ingleses. Mais acentuava a necessidade de um comércio que era imprescindível para a cultura de terras no Brasil e para venda nas colónias espanholas.³³⁶

³³⁴ Despacho de Galveias datado de 6 de Outubro de 1813

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999

A abolição “gradual” estipulada no tratado tranquilizava os interesses luso-brasileiros, uma vez que consideravam poder continuar o tráfico por tempo indefinido. Enganavam-se porém. Logo nos meses seguintes à assinatura e publicação do tratado de 1810, começaram os apresamentos de navios negreiros portugueses por navios ingleses. Aliás, desde 1805 capturavam os ingleses navios negreiros sob o pretexto de ser em tempo de guerra legítima a intercepção de navios mercantes de potências inimigas. Para os abolicionistas, a guerra oferecia uma ocasião única a ser aproveitada. No entanto, era questionável se tal atitude podia ser tomada em relação a países aliados ou neutros. Porém, desde a promulgação do *Abolition Act*, em 1808, a Inglaterra iniciou um ataque sistemático ao tráfico negreiro. Em geral, os navios capturados eram conduzidos à Serra Leoa, onde um tribunal do Almirantado britânico julgava a legitimidade do apresamento.³³⁷

Princiaram os protestos da Coroa Portuguesa que negava capacidade aos tribunais britânicos de aplicar tal lei a embarcações estrangeiras em águas internacionais. Os britânicos obedeciam à voz do movimento abolicionista que ganhava cada vez mais força em Inglaterra.³³⁸ Foi exercida uma enorme pressão sobre a Espanha e Portugal, países que exerciam ainda o tráfico negreiro, pois desde 1807 também os Estados Unidos o tinham abolido.³³⁹ No entanto, a posição portuguesa era bem mais complicada que a espanhola. Enquanto nas colónias espanholas, especialmente Cuba, a repressão britânica afectava apenas o maior ou menor volume de mão-de-obra, pois a importação de escravos estava na mão de navios de marinha mercante estrangeira, para Portugal, melhor dito, para o Brasil, a mesma repressão era catastrófica. Além da escassez de mão-de-obra, provocaria ainda a ruína de um sector muito importante da economia brasileira, pois o tráfico negreiro era um ramo de comércio altamente lucrativo e praticado havia muito tempo. Por último, o apresamento de navios luso-brasileiros funcionava como factor de pressão do governo de Londres sobre o do Rio para conseguir diminuir o tráfico nos domínios portugueses.

O tratado de 1810 restringia o tráfico aos domínios portugueses e, num artigo secreto, Portugal fora mesmo obrigado a prometer a proibição do *Odioso Comercio* em Cacheu e Bissau e mais se acrescentava que, em determinadas condições, os dois

³³⁷ Idem, *ibidem*

³³⁸ Oliveira Lima, *op.cit.* Este movimento era agora apoiado pelos plantadores das Antilhas britânicas que, privados desde 1807 pela lei inglesa de mão-de-obra africana, temiam a concorrência dos produtos coloniais de Cuba e do Brasil.

³³⁹ O tráfico foi abolido nos Estados Unidos por uma lei de 2 de Março de 1807, in João Pedro Marques, *op.cit.*

estabelecimentos seriam cedidos à Grã-Bretanha por um período de cinquenta anos. No entanto, se o tratado só permitia o comércio nos territórios pertencentes à Coroa portuguesa, não conferia aos cruzadores britânicos quaisquer direitos de intervenção. O texto era vago e ambíguo, o que levava a interpretações abusivas de parte a parte. Em 1811/1812, foram apresados vários navios portugueses nos portos da Costa da Mina, nas Antilhas e no alto mar. Evidentemente que só os aprisionados nas Antilhas estariam a infringir o estipulado no artigo 10º do tratado de Aliança mas, no final de 1812, tinham sido apresados 24 navios negreiros portugueses³⁴⁰

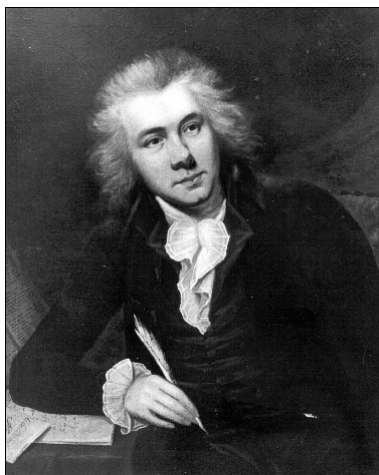
Imediatamente se levantou um coro de protestos dos interesses escravocratas no Brasil, nomeadamente dos comerciantes da Baía, sobre os efeitos da repressão inglesa na Costa da Mina. “ *Esta Mina, Senhor, levou na sua exploração a fortuna de muitos particulares e de muitas famílias, paralisou o comércio do Brasil sobre a Costa de África e tirou à circulação geral o importantíssimo cabedal de dois milhões de cruzados, com outras gravíssimas consequências de gravíssimo prejuízo para o Estado e o Brasil, quais são a diminuição da Marinha Mercantil, o principio da destruição da lavoura do tabaco, a decadência de toda a lavoura Brasileira pela falta de braços tão fortes como os dos negros em comparação dos indígenas...*”³⁴¹.

O governo da Corte do Rio tentava aplacar a irritação crescente no Brasil com promessas de indemnização da Inglaterra pelos navios apresados e, sobretudo, garantindo o abastecimento de escravos ao Brasil, o que, de certa forma, foi conseguido, pois em 1813 o Foreign Office instruiu o Almirantado britânico para deixar de incomodar os navios negreiros portugueses que actuassem ao abrigo das cláusulas do Tratado. Em relação às indemnizações aos negreiros afectados pelo apresamento, já o governo britânico tardava em reconhecer a razão portuguesa.

³⁴⁰ João Pedro Marques, *op. cit.*

³⁴¹ João Pedro Marques, *op.cit.*.

Note-se que a posição da Corte no Rio e do seu embaixador em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho (Conde do Funchal), não coincidia, devido às diferentes percepções sobre a relevância da corrente abolicionista inglesa. O embaixador alertava o governo para a importância da corrente “*filantropista*” bem como “*o partido dos Metodistas, fortíssimo neste país*”. A importância destes era grande e Wilberforce, que o Conde do Funchal considerava “*o patriarca desta sorte de fanáticos*” teria mesmo sido chamado para examinar os artigos do tratado de 1810 referentes ao tráfico negreiro. Aconselhava, portanto, que se tomassem medidas para abolir gradualmente o tráfico



como prometido no tratado pois ainda “*nenhuma lei, nenhum regulamento apareceu tendente a diminuir esta importação de negros...*”. Vivendo há muito em Londres, Funchal apercebia-se da força do abolicionismo e do alheamento, voluntário ou não, do Rio de Janeiro sobre um problema que poderia “*dar que fazer a Sua Alteza Real*”.³⁴²

William Wilberforce

A questão azedava-se. Em Dezembro de 1813, o gabinete inglês avançou com uma interpretação extravagante do artigo 10º do tratado de aliança de 1810, Segundo o mesmo governo, o dito artigo teria como objectivo garantir a Portugal, na zona da Costa da Mina, apenas o comércio de géneros e não de mão-de-obra negra. A reacção da Corte do Rio foi violenta. A 7 de Janeiro de 1814, o Conde de Galveias enviou um despacho ao embaixador em Londres, fazendo notar que o governo britânico, “*fugindo de terminar a questão das presas que vão continuando a fazer-se, particularmente sobre os navios da praça da Bahia*”³⁴³, singularmente aplicados ao Comércio da Costa da Mina, varia todos os dias sobre este interessante ponto, e já se lembra afinal de pretender a suspensão igualmente deste comercio..., querendo dar interpretações cerebrinas à letra clara e expressa do artigo do Tratado, onde nada se fala de comercio de géneros, mas sim de escravatura, como é claro do seu preâmbulo e como é conforme

³⁴² Idem, *ibidem*

³⁴³ Na Baía, grupos de comerciantes furiosos quiseram mesmo destruir pertences de cidadãos inglese ali residentes, in Oliveira Lima, *op. cit.*

à maneira como sempre se fez o comercio da Costa da Mina, donde jamais se exportaram géneros alguns”³⁴⁴.

A Corte do Rio de Janeiro resistia portanto a tomar medidas contra o tráfico de escravos e mostrava-se intratável na questão dos apresamentos. Numa sociedade dominada pelos interesses escravagistas, como era a brasileira, seria um suicídio político proceder de modo diferente. O próprio D. João VI, decerto bem ciente dos perigos que ameaçariam o seu trono se cedesse aos ingleses nesta matéria, não concordava com o abolicionismo, defendendo “*com calor todas as razões e motivos que o prendiam a tal comércio, o qual representava e considerava sempre como indispensável à prosperidade das suas colónias e mormente deste vasto continente*”³⁴⁵ No entanto, nos despachos e notas oficiais nunca se defende o tráfico. Apresenta-se como o sendo um mal necessário. Vejam-se as razões invocadas por Galveias em resposta a Strangford³⁴⁶ “*Quanto ao comércio de escravatura já S.A.R. tem por várias vezes manifestado à Grã Bretanha os desejos eficazes que o animam a procurar a sua gradual extinção. Não se pode porém duvidar que o atrasamento em que se acha a cultura do Brasil e a indispensável necessidade que seus habitantes têm de braços auxiliares torna a importação de Africanos uma medida de primeira importância, que se carece tratar com a maior circumspecção, porque afecta, por assim dizer, os interesses vitais destes vários domínios.*

Uma outra questão veio reforçar a resistência generalizada dos luso-brasileiros à campanha abolicionista: a reacção às tentativas de aumentar a tutela da Grã-Bretanha sobre a Coroa portuguesa, sobretudo a ideia partilhada e discutida no Parlamento britânico por vários abolicionistas, como Wilberforce e Lord Grenville³⁴⁷, que o auxílio prestado pela Grã-Bretanha a Portugal nas guerras napoleónicas dava aquele governo o direito de exercer a sua autoridade sobre o do Rio de Janeiro. A defesa da independência do império luso-brasileiro no plano internacional aparece na documentação oficial pela mão de Galveias que protesta “*não ser admissível...a quebra manifesta da manutenção do exercício de soberania de Sua Alteza Real*”³⁴⁸. A imprensa manifestou-se com comentários muito críticos aos argumentos dos políticos ingleses, especialmente de

³⁴⁴ Despacho do Conde de Galveias, 7 de Janeiro de 1814, in Valentim Alexandre, *op. cit.*

³⁴⁵ Ofício do Cônsul Maler ao Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, in Oliveira Lima, *op. cit.*

³⁴⁶ Nota do Conde das Galveias a Lord Strangford, 5 de Fevereiro de 1813, in Valentim Alexandre, *op. cit.*

³⁴⁷ Wilberforce era a cabeça do movimento abolicionista inglês. Grenville tinha feito um discurso violento na Câmara dos Lordes

³⁴⁸ Despacho do Conde das Galveias, 7 Janeiro 1814, citado supra

Lord Grenville³⁴⁹. Hipólito José da Costa, director do *Correio Brasiliense* em Londres, escreveu *...quando Vossa Senhoria fala de forçar a Corte do Brasil a adoptar esta medida, estamos persuadidos que ataca os direitos e independência das Nações...Nenhuma Nação tem o direito de obrigar outra a mudar as leis, ainda que lhe proponha reformas úteis*” Mais adiante, referindo-se a Lord Grenville que afirmava dever Portugal a própria existência ao auxílio militar da Grã-Bretanha...*não há serviço ou auxílio que valha o sacrifício da independência nacional*”. Por último refere o tratado de 1810 como base de toda esta questão...*mas porque os Ministros de Portugal assim obram, é que Estrangeiros falam no tom de Lord Grenville. Se os Ministros do Brasil que assinaram aquele Tratado tivessem em vista a glória do seu Soberano e o Carácter da sua Nação, em vez de seus interesses particulares, teriam antes visto cair a última telha de suas casas e enterrar-se debaixo de suas ruínas do que consentir em tal abandono da independência nacional, selada publicamente com o timbre de um Tratado*”³⁵⁰

Eram estas as naturais consequências da posição conquistada pelos ingleses, constituindo além disso o tratado de 1810 um obstáculo a estabelecerem-se quaisquer laços comerciais da corte luso-brasileira com outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos, uma nação também americana, nova, numerosa, com crescente poderio económico, que se situava no mesmo continente, não estando portanto envolvida nas guerras com que se debatia a Europa.

A resistência às exigências britânicas que se verificou em relação à Companhia dos Vinhos e ao tráfico de escravos deveu-se, sem dúvida, à sua importância económica. No entanto, nota-se que a política externa da Corte do Rio de Janeiro se modificou depois da morte do conde de Linhares. O conde de Galveias, que o substituiu nos Negócios Estrangeiros, mostrou-se muito menos flexível às pressões britânicas. Recorde-se que Galveias tinha sido, com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, uma das mais destacadas personagens do “partido inglês” no Reino. Por essa razão fora demitido em 1803 devido às exigências de Napoleão. No entanto, opusera-se aos tratados com a Grã-Bretanha em

³⁴⁹ Recorde-se que Grenville tinha sido Secretário dos Negócios Estrangeiros da Corte britânica na altura em que o conde das Galveias estivera como Ministro de Portugal junto da mesma Corte

³⁵⁰ Valentim Alexandre, *op.cit*

1809 - 1810, sendo por isso considerado por Strangford como um dos seus principais inimigos³⁵¹.

Quando ocupou de novo funções como Ministro dos Negócios Estrangeiros, voltou a tentar adoptar a orientação que a Corte portuguesa tinha seguido desde o fim do século XVIII, ou seja, sem romper nunca com a aliança inglesa, procurava manter tanto quanto possível a autonomia portuguesa. Não queria, como o Conde de Linhares, ceder em quase tudo para manter uma relação sem atritos com Londres. Encontrava-se porém limitado pelos Tratados de 1810 e também porque, enquanto durassem as guerras napoleónicas, não existiam, no contexto internacional, forças que servissem de contrapeso à influência britânica. Pode-se dizer que a política externa exercida pelo Conde das Galveias foi de resistência aos abusos britânicos não tendo contudo condições para grandes manobras diplomáticas.

6. Uma Hegemonia Marítima sobre o Continente

D. João de Almeida de Melo e Castro morreu em Janeiro de 1814. O bibliotecário Joaquim dos Santos Marrocos, numa carta enviada a seu pai para Lisboa a 25 de Janeiro de 1814, escreve “*Pela Gazeta inclusa ficará Vossa Mercê ciente da morte do Conde das Galveias, que tem feito nesta Corte a maior impressão... Sua Alteza Real tem tido grande sentimento, porque ele era mui destro nos Negócios Estrangeiros, e quanto à Inglaterra era uma jóia: no dia da sua morte e no seguinte fizeram os Ingleses patente a sua satisfação e alegria com banquetes assim na terra como no mar; e Stangford, que tremia dele, logo nessa noite apareceu no Teatro com a sua farda de gala, e foi de dia duas vezes ao Paço, mas levou uma apupada....*”

Oliveira Lima comenta a notícia enviada por Marrocos “*O temor de Strangford e as bacanais dos ingleses indicam que Marrocos estava nesse dia em maré de exageração*”, o que não é de espantar, porque as cartas do bibliotecário são uma crónica, quase sempre exagerada e maldizente, da vida quotidiana no Rio de Janeiro³⁵²

A situação na Europa mudou nesse ano. Napoleão tinha sido derrotado e aproximava-se o fim da guerra. As perspectivas de paz faziam nascer esperanças de encontrar na Europa novos pontos de apoio afim de alargar a acção externa de Portugal,

³⁵¹ Vide cartas de Strangford para D. Domingos de Sousa Coutinho, supra

³⁵² Joaquim Luís dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1823*), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008

limitada desde 1808 a laços bilaterais com a Inglaterra. No entanto, Portugal e a restante Europa tinham de reconhecer que a vencedora da longa guerra fora a Inglaterra.

A Grã-Bretanha adquirira o controlo quase absoluto do comércio mundial, com todas as rotas principais dominadas por si e com a abertura dos impérios português e espanhol da América ao seu comércio. Tinha-se desenvolvido extraordinariamente graças às novas técnicas de produção desenvolvidas pela Revolução Industrial dos finais do século XVIII. Multiplicavam-se fortunas graças a invenções revolucionárias, como, por exemplo, a locomotiva a vapor. Nesse ambiente criativo e dinâmico, as ideias circulavam livremente, em contraste com o ardor patriótico, porém autoritário, da França napoleónica, onde os livros e a cultura tinham estado sujeitos aos caprichos do Imperador. No início do século XIX, havia cerca de 200 jornais em circulação em Londres, muitos deles ali publicados para fugir à censura dos seus países de origem como, por exemplo, o brasileiro *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. Como resultado da Revolução Industrial, combinada com a expansão comercial, a Inglaterra enriqueceu extraordinariamente. Este volume monumental de comércio era protegido pelos 880 navios de guerra que a *Royal Navy* mantinha espalhados pelo mundo. Era a mais poderosa e eficiente força naval da época. A Inglaterra podia considerar-se sem dúvida como a Senhora dos Mares. O século XIX que então se iniciava iria assistir a um novo sistema mundial de hegemonia britânica.

Quando as guerras napoleónicas estavam a chegar ao fim, a Europa preparou-se para projectar uma ordem internacional baseada no equilíbrio de poder. O equilíbrio funciona melhor se for suportado por um acordo baseado em valores comuns. O equilíbrio de poder inibe a *capacidade* de derrubar a ordem internacional; o acordo sobre valores comuns inibe o *desejo* de derrubar a ordem internacional. Baseadas neste princípio, as potências vencedoras das guerras napoleónicas reuniram-se em Viena num Congresso (1814-1815) para planearem o mundo da pós-guerra.

Também a política externa do Rio de Janeiro mudara. Depois da morte de Galveias, em Janeiro de 1814, o Marquês de Aguiar ficara com a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Fora, porém, chamado de novo ao governo, António de Araújo de Azevedo, o derrotado de 1807. No governo, Araújo de Azevedo detinha a pasta da Marinha e das Colónias mas, na prática, era Araújo de Azevedo (Conde da Barca)³⁵³

³⁵³Recorde-se que por decreto do Príncipe Regente de 17 de Dezembro de 1808, todos os novos ministros e ex-ministros receberam títulos de nobreza que não tinham e os que tinham, receberam títulos superiores: D. Rodrigo de Sousa Coutinho tornou-se conde de Linhares, D. Fernando José de Portugal, conde de

quem dirigia a política externa. Assim o entendeu logo o enviado britânico na Corte do Rio, Strangford, que tentou por todos os meios evitar a sua nomeação, pois sabia que Araújo de Azevedo, conhecido por pertencer ao partido francófilo, não tinha qualquer simpatia pelos ingleses.

A corte do Rio de Janeiro iria fazer oposição clara à aliança britânica. Uma das primeiras consequências foi o afastamento do conde do Funchal do número de plenipotenciários portugueses enviados para participar no Congresso de Viena. Num ofício de 26 de Março de 1814 ao Regente, escreve Araújo de Azevedo que, com tal embaixador em Londres seria *“impossível terminar negócio algum favoravelmente à Coroa de Portugal, para os negócios do Congresso ele seria tão prejudicial como tem sido para todos os outros”*.

Para o Congresso partiram António Saldanha da Gama (antigo governador de Angola e do Maranhão) que ia na missão como perito em matéria de tráfico de escravos, Joaquim Lobo da Silveira, ministro na Suécia e o Conde de Palmela, chefe da missão.

Com a transferência da Corte para o Brasil era previsível que a política externa portuguesa se alterasse. O Império passou a ser governado a partir da sua colónia mais importante, o Brasil. Também é sabido que a viagem para o Brasil foi realizada com o apoio inglês porque, de outra forma, não teria sido possível fazê-la. O auxílio britânico exigiu compensações que foram a abertura dos portos ao comércio com o exterior, o que representava o fim do monopólio da Coroa portuguesa. O regime mercantil adoptado a partir de então foi o livre-câmbio, consagrado nos acordos anglo – portugueses de 1810, de carácter desigual, uma vez que favoreciam grandemente a Inglaterra.

Convém não esquecer, no entanto, o contexto internacional: a Europa encontrava-se em guerra e ainda sujeita ao bloqueio continental, pelo que os produtos brasileiros tinham grandes dificuldades de escoamento. Firmar um acordo com a Inglaterra era assim um recurso de emergência para impedir a asfixia da economia brasileira. Num primeiro momento, o projecto, apresentado pelo embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho a seu irmão D. Rodrigo, ministro dos Negócios Estrangeiros na Corte do Rio, seria para reger as condições mercantis entre os dois países enquanto durasse o conflito europeu. É certo que este acordo atingiu carácter

Aguiar, D. João de Melo e Castro, Conde das Galveias. O visconde de Anadia foi feito conde. A única excepção foi António de Araújo. O Príncipe mostrava assim o seu descontentamento pela política orientada por Araújo durante a crise de 1807. No entanto, a excepção foi temporária, pois quando Araújo regressou ao governo, depois da morte do conde das Galveias, foi feito conde da Barca, veja-se André Mansuy-Diniz Silva, *op.cit.*

permanente devido às pressões inglesas. Verificamos, no entanto, que quase de imediato os tratados sofreram enorme contestação por vários sectores da sociedade portuguesa, o que contribuiu largamente para as tensões entre o império luso-brasileiro e a Inglaterra de 1812-1814.

A questão principal das querelas foi, sem dúvida, o comércio de escravos. Como referimos, o artigo 10º do Tratado de Amizade e Aliança de 1810 era vago e ambíguo. Podemos até considerar que foi redigido de forma a satisfazer todos: a Inglaterra, a quem era prometida uma colaboração futura da Corte portuguesa na abolição do tráfico; a Corte do Rio, porque continuaria a fazer o mesmo sem grande preocupação. E porquê esta ambiguidade? D. Rodrigo sabia certamente, por seu irmão D. Domingos, que o movimento abolicionista já era muito forte em Inglaterra. Teria esta ambiguidade sido pensada propositadamente, tanto por um como pelo outro, para contentar Inglaterra e, ao mesmo tempo, proteger a economia brasileira que dependia do uso de mão-de-obra escrava?

Certo é que a questão não levantou quaisquer problemas entre os conselheiros portugueses quando foi negociado o Tratado. O que prova, parece-me, o total desinteresse da sociedade portuguesa por uma ideologia considerada, erradamente, como uma “moda” seguida por alguns excêntricos. Só se entendeu a força abolicionista quando a Grã-Bretanha começou a apresar os navios negreiros.

Devido não só, mas também, à questão do tráfico, verificou-se uma ruptura na estratégia diplomática levada a cabo no decurso do Congresso de Viena. Com efeito, as instruções do Rio para os plenipotenciários tinham como objectivo principal a defesa do tráfico de escravos, essencial para a economia escravocrata brasileira. Palmela percebeu imediatamente que a questão, tão importante para o Brasil, não tinha peso imediato global no equilíbrio europeu, a finalidade fundamental do Congresso. Pelo contrário, era uma questão que regionalizava a posição de Portugal. O que Palmela pretendia era a anulação dos tratados de 1810, que lesavam fortemente o Portugal europeu, mesmo que fosse à custa de concessões a fazer em relação ao comércio negreiro.

Na verdade, D. João VI, durante a sua estadia no Brasil, foi o primeiro rei brasileiro como, de forma transparente, se vê nas instruções transmitidas aos seus enviados em Viena. A Corte do Rio de Janeiro tinha a maior dificuldade em aceitar medidas contra o *Odioso Comércio*, considerado imprescindível para a prosperidade brasileira. A Europa era, no Brasil, secundária.

O governo luso-brasileiro não entendeu que a nova potência hegemónica era, sem dúvida, a Grã-Bretanha, a única que tinha interesses em todos os continentes e que os podia transferir através dos mares. O mar adquire, pela primeira vez, um papel decisivo. Fora através do mar que a Grã-Bretanha reforçara a sua posição europeia. A Inglaterra política, naval, industrial e até agrícola, mercado consumidor e exportador, tornou-se a única potência em condições de trazer para a Europa recursos políticos, militares e económicos de outras áreas, assim como de transportar para lá muitos costumes europeus.

No que se referia à abolição do tráfico de escravos, se economicamente a Inglaterra era beneficiada pois a extinção do *odioso comercio* retirava interesse à costa de África e assegurava o domínio da rota da Índia, fundamental para ela, não se podia ignorar que a luta pela abolição do tráfico negreiro tinha um significado ideológico e moral da maior importância no Reino Unido.

Surgira uma situação nova: uma hegemonia marítima sobre o continente europeu. A potência que exercia essa hegemonia era a Grã-Bretanha que sempre tinha ajudado Portugal nos seus esforços para enfrentar a pressão continental. Palmela apercebeu-se disso quando escreveu a Aguiar que, da forma como se apresentavam os “negócios” no Congresso, se via na necessidade de tratar directamente e só com os ingleses das reclamações que Portugal levava ao mesmo. A Corte do Rio não conseguiu ver a nova situação política, bem como a inevitável marcha para a abolição da escravatura. Esta cegueira, voluntária ou não, trará consequências imensas para o Império português.

A Revolução francesa e as posteriores guerras napoleónicas alteraram completamente o mapa da Europa e não só. Se no velho Continente surgiu a Europa das nações, formaram-se novos Estados na América do Sul. No fundo, será o que irá acontecer com o Brasil.

CONCLUSÃO

Os três estadistas que orientaram a política externa do Império português na Corte luso-brasileira eram muito diferentes.

O conde de Linhares, o homem de acção, partidário das ideias livre-cambistas de Adam Smith, acreditava que o futuro do Brasil primeiro, e de Portugal depois, dependia totalmente da aliança com a Inglaterra.

O conde de Galveias era conservador, fiel servidor da monarquia absoluta. Não eram para ele”... *os perniciosos princípios de liberdade e de insurreção que excitam uma revolução como na França...que eram o horrível plano concebido para transtornar todos os Governos de Europa...afim de que não existisse um só que gozasse da prosperidade e vantagens que só podem emanar da devida obediência á legítima autoridade...para evitar os desastres e irreparáveis calamidades da anarquia.*” (Londres, 24 de Dezembro de 1792). Por isso, era defensor da aliança com a tradicional aliada: a Grã-Bretanha. Toda a posterior correspondência diplomática de Galveias mostra o alinhamento com as posturas mais tradicionais, talvez mesmo reaccionárias. Merecem o seu aplauso os castigos severos dos amotinados da Marinha britânica e a morte na forca dos “*jacobinos*” de Nápoles ordenada por Nelson. No entanto, enquanto secretário de estado dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro, foi a sua actuação a mais cordata e sensata. Pelos tratados de 1810, o Conde de Linhares entregara aos ingleses, de pés e mãos atados, o comércio do Império. O Conde das Galveias tentou resistir às exigências britânicas em relação à Companhia dos Vinhos e ao tráfico de escravos. Galveias tinha sido uma das figuras do “partido inglês”, o que lhe valera a demissão em 1803. Opusera-se, contudo, aos tratados de 1810. A sua política mostra um regresso à linha tradicional, quando, sem nunca romper com a aliança inglesa, procurava preservar a autonomia de Portugal. No entanto, os tratados de 1810 espartilhavam essa autonomia.

O Conde da Barca, por sua vez, arriscou uma política irrealista e completamente desfasada da realidade europeia do pós-guerra. Araújo de Azevedo não gostava da Grã-Bretanha, inclinou-se sempre para a França. No entanto, a nova França já não era a mesma que quase alcançara o domínio sobre a Europa. Barca continuava a acreditar no princípio que sempre dirigira a sua política externa, ou seja, o relativo equilíbrio entre a Grã-Bretanha e a França (ligada à Espanha) que tinha permitido a Portugal jogar com a possibilidade de aproximação a estes dois países para ganhar espaço de manobra no

interior da aliança inglesa. Agora pressupunha-se que esta função de contrapeso seria feita pela Rússia, sem qualquer fundamento, aliás. O Império russo era exclusivamente continental, não tendo qualquer influência no espaço atlântico, fundamental para o Império luso-brasileiro.

Outro erro era considerar que o mesmo Império teria então uma importância internacional maior do que em 1808, pois alinhara com as potências vencedoras das guerras napoleônicas. Este equívoco vinha já da guerra Peninsular. O que Portugal via como um levantamento nacional, com ajuda inglesa, contra o invasor francês, a Inglaterra considerava como sendo as forças portuguesas um mero apoio da sua intervenção militar na península. Teoricamente, Portugal até tinha razão. No entanto, internacionalmente prevalecia a tese de ser Portugal um país sob tutela da Grã-Bretanha.

A diferença de perspectiva notou-se na conferência de 9 de Janeiro de 1815 entre Palmela e Talleyrand, enviados português e francês ao Congresso de Viena. Como Palmela alegasse que a Grã-Bretanha não podia negociar em nome de Portugal e lembrasse que “ *um Soberano cujo exército se achava em aquele tempo triunfante no coração de França tinha o direito a ser admitido como parte contratante nas negociações de paz*”. O ministro francês respondeu “ *quem comandava esse exército? Quem o pagava? Quem governava Portugal não eram os Generais e Ministros ingleses? Que dúvida podia haver de que um aliado no qual vós tínheis tanta confiança não se achasse por vós a estipular as condições de paz?*

A estratégia a seguir pelos representantes portugueses no mesmo Congresso em relação ao tráfico negreiro, encontra-se delineada nas instruções do Marquês de Aguiar (ou seja, do Conde da Barca) para o Conde de Palmela.

“ *Entre os diferentes motivos de mortificação do Príncipe Regente Meu Senhor he um dos mais pungentes a perda que tem soffrido os Negociantes seus Vassallos principalmente da Bahia pela illegal, com todo o sentido injusta, captura dos Navios que se empregão no Commercio da Escravatura....fragatas inglesas apressão todas as embarcações que encontrão no referido trafico sem attenção alguma no que solenemente se estipulava no Tratado de Aliança e Amizade de 18 de Fevereiro de 1810 a esse respeito ... pelas petições dos Negociantes da Bahia publicadas em jornaes de Europa poderá Vexa. ver.... A falta de braços para a Agricultura seria a ruína deste estado do Brasil...visto que tomam os inglezes embarcações que sahem e se dirigem a Portos dos Domínios portugueses na Costa de África, permittidos pelo artigo X do mencionado Tratado de Alliança...Este modo de obrar da Inglaterra he tão*

estranho em politica com he immoral, não obstante o falso verniz da Filantropia. Em politica ninguém pode deixar de admirar que entre duas Nações amigas e alliadas uma delas entretanto se determine a fazer hostilidade à outra para a um tempo a sua Navegação, Commercio e Agricultura, e muito mais havendo entre elas um Tratado que se opõe a tão injusto procedimento” ... e continua com um argumento muito usado pelos adeptos do tráfico negreiro: que os ingleses tinham no seus territórios práticas que dele se aproximavam, se bem que com negros formalmente livres... quanto á filantropia he certo que chamam soldados aos Pretos que continuam a aprezar para levar para as Antilhas, onde sofrem iguais tratos...depois de todo este Rebolço, promulgou o Parlamento o Bill de Abolição da Escravatura e hum Partido, que na Inglaterra se denomina Filantrópico declarou achar Bárbaras todas as Nações que ainda continuam o resgate dos Pretos.

A tática seguida pelo Rio de Janeiro era a extinção num futuro indistinto do tráfico pois que *“ao piedoso Coração de Sua Alteza Real repugna muito vivamente o Commercio da Escravatura”,* lembrando no entanto a recente legislação promulgada para melhorar as condições de transporte dos escravos...*”em zonas onde exerce plenamente a sua soberania. Mas a Gram Bretanha não atende a couza alguma para de repente abolir a Escravatura”* (ofício do Marquês de Aguiar para o Conde de Palmela, 16 de Junho de 1814).

É assim evidente que o governo do Rio estava completamente desfasado das realidades políticas e ideológicas da Europa da época. Primeiro, não entendia que a potência dominante em 1814, sobretudo nos mares, era a Inglaterra. A bem ou a mal, iria impor a sua política abolicionista aos países que ainda praticavam o tráfico negreiro, nomeadamente a França, Espanha e Portugal. As instruções do Rio contavam com a solidariedade destes três países e com o apoio da Rússia para fazer frente à Grã-Bretanha. Nas instruções emanadas da Corte do Rio, a Grã-Bretanha aparece, nesta questão de interesse vital para a economia luso-brasileira, quase como uma inimiga a ser combatida no Congresso com a ajuda de outra grande Potência, que seria a Rússia. No Rio, não se entendia que a corrente abolicionista britânica de então pretendia pôr fim ao *Odioso Comércio*, ou seja, ao tráfico negreiro e não ainda à escravatura. Depois, que o tráfico negreiro português nada tinha a ver com a servidão russa. Houve mesmo uma bizarra comparação entre a servidão russa e a escravidão dos negros e total confusão desta com tráfico negreiro, questão principal do pensamento abolicionista *“ é notório que Sua Majestade o Imperador da Rússia tem os mais vivos desejos de abolir a*

escravidão nos seus Estados, mas viu os inconvenientes de o fazer de repente e dispôs todos os meios para o executar numa lenta progressão...

Depressa se apercebeu Palmela que ditar instruções do Rio para um Congresso a realizar em Viena – com mais de quatro meses de intervalo entre o momento que se emitiam na América e eram conhecidas na Europa, numa época em que as circunstâncias se alteravam rapidamente no Velho Continente – equivalia a atirar tiros às cegas sem ter qualquer certeza de acertar no alvo. Fazer frente aos britânicos não beneficiava em nada o governo luso-brasileiro.

A aliança britânica “moderada”, pretendida por Galveias, foi seguida por Palmela no Congresso de Viena (1814-1815). Entendeu D. Pedro de Sousa e Holsstein ser o equilíbrio europeu a finalidade fundamental do Congresso. As questões que Portugal levava a Viena eram a restituição de Olivença e o tráfico negreiro, questão essa que não tinha muita simpatia das “potências maiores”.

A delegação portuguesa decidiu então adoptar uma política negocial oposta à que lhe tinha sido indicada pela Corte do Rio, ou seja, viu que não tinha qualquer alternativa que não fosse escolher a Inglaterra como interlocutor preferencial. Palmela resolveu, como ele próprio dizia *“tratar directamente e só com os ingleses”*, porque *“No que a este objecto toca, [tráfico negreiro] hão-de ouvir brevemente os clamores suscitados no Congresso e apoiados pelo Imperador Alexandre, a quem não custa dar nesta ocasião provas de filantropia, e por todos os outros soberanos da Europa que aproveitam gostosos uma ocasião tão fácil de condescender com os desejos da Inglaterra. A legação portuguesa compreendeu que, em matéria de negociações sobre o tráfico de escravos, Portugal ficaria rapidamente isolado. Foram portanto negociadas com os ingleses algumas cedências e também o preço a exigir por essas concessões.*

O acordo com a Inglaterra deu origem a dois documentos: a Convenção de 21 de Janeiro de 1815 e o Tratado de 22 de Janeiro de 1815. Pela Convenção, o governo inglês comprometia-se a pagar 300 000 libras esterlinas de indemnização para terminar as disputas sobre o apresamento de navios negreiros efectuados pela marinha inglesa até 31 de Maio de 1815 – em artigo secreto estipulava-se a entrega, pela Inglaterra, dos navios apresados após 1 de Junho de 1814. Pelo Tratado, Portugal prometia abolir o tráfico a norte do Equador, estipulando-se ainda que, daí em diante, o comércio de escravos a sul do mesmo não fosse feito para outro fim que não o de suprir de escravos as possessões transatlânticas da Coroa portuguesa, ficando interdita a utilização da bandeira portuguesa para fornecer escravos às colónias de outros Estados. Por outro

lado, a Corte portuguesa obrigava-se a fixar por um tratado separado [com a Grã-Bretanha] o período em que o comércio de escravos houvesse de cessar completamente e que fosse proibido em todos os domínios de Portugal.

Em contrapartida, a Inglaterra obrigava-se a desistir da cobrança de todos os pagamentos que ainda não estavam feitos para completa solução do empréstimo de 600.000 libras esterlinas contraído em Londres por conta de Portugal em 1809 e concordava em que se declarasse nulo e de nenhum efeito o Tratado de Aliança de 19 de Fevereiro de 1810.

Palmela consolava-se com o mal menor, pois, pela abolição inevitável ao norte da linha do Equador, ganhava-se o livre comércio em escravos ao sul da mesma. É certo que Palmela sabia que existia a obrigação para a Corte portuguesa de extinguir esse tráfico, mas sem prazo definido, pelo que concluía “*podendo Sua Alteza Real contar sob alternativa, ou a abolição do Tratado de Comércio de 1810, ou da não fixação do referido prazo*”.

O conde de Palmela seguiu a política tradicional portuguesa, tão querida pelo conde de Galveias. Conseguiu a revogação de um dos tratados de 1810, com a esperança de, no futuro, poder vir a ser renegociado ou mesmo revogado o tratado de comércio. Portanto, parece que a linha seguida por Palmela no Congresso já fora pensada pelo conde das Galveias, mas não conseguida devido aos entraves mencionados.

No entanto, não será esta a orientação seguida pela Corte do Rio de Janeiro. O governo do Rio irá seguir uma política especificamente americana. Serão recusadas as aberturas britânicas para reformar o tratado de comércio em troca de concessões sobre o tráfico de escravos. Política essa que beneficiou o Brasil, mas não a Metrópole. Não admira portanto que, em Portugal, o discurso imperial desse lugar a outro, nacionalista, anti-britânico e anti-brasileiro que o conde das Galveias teria com certeza querido evitar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1 ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO [A.N./TT]

Arquivo da Casa dos Condes de Galveias, maço 2, Martinho de Mello e Castro, maços 5, 6,7, 9, João de Almeida de Mello e Castro, 5º Conde de Galveias.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]

Legação de Portugal em Londres, Cx.711 a 721, ofícios de D. João de Almeida de Melo e Castro (enviado) para Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1792 a 1801.

Cx. 722 e 723, ofícios de D. Domingos de Sousa Coutinho para D. João de Almeida de Melo e Castro

Legação de Portugal em França, Cx.574 a 578, ofícios de Vicente de Sousa Coutinho (enviado), de António dos Santos Branco (secretário) e de António Araújo de Azevedo (enviado extraordinário) para Luís Pinto de Sousa Coutinho.

Cx 579, Ofícios de D. José Maria de Sousa para D. João de Almeida de Melo e Castro

Correspondência para as Legações Estrangeiras, Despachos

Documentos da Secretaria de Estado, Cx 952. Ofícios relativos às questões havidas entre o General Lannes, Ministro francês em Lisboa e o Governo Português

Congresso de Viena, Livro 47, 1814 – 1820

Inquisição de Lisboa, Habilitações do Santo Ofício, Manuel, Maço 46, Doc.1031, fl.3

Ministério do Reino, Decretos, (1745-1800)

Registo Geral de Mercês [RGM], liv.11, flo. 620

1.1 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

Decretos do Rio de Janeiro, Livro de Registo de Decretos expedidos pela Corte no Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1808 – 1812), cod. 966 (rolos 263-264)

Correspondência dos Governadores do Reino para a Corte no Rio de Janeiro, Livro de Registo de Correspondência dos Governadores do Reino para a Corte do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1808 – 1812), cod.577 (rolo 78)

2. FONTES IMPRESSAS

ATAÍDE, Tristão da Cunha de, *Portugal, Lisboa e a corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V: Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1º conde de Povolide*, introdução de António Vasconcellos de Saldanha e Carmen M. Radulet, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1990

CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos celebrados entre a Corte de Portugal e as mais Potências, desde 1640 até ao Presente*, 8 vols., Lisboa, 1856-1858.

CASTRO, José Ferreira Borges de, e BIKER, Júlio Firmino Júdice, *Suplemento à Collecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos celebrados entre a Corte de Portugal e as mais Potências, desde 1640*, 22 vols., Lisboa, 1872-1879

CASTRO, Júlio de Melo e, *História Panegyrica da vida de Diniz de Mello de Castro, primeyro conde das Galveas, do conselho de estado & guerra dos sereníssimos reis dom Pedro II & dom João ., escrita por Júlio de Castro, seu sobrinho*, Lisboa Occidental, J. Manescal, 1721

FARIA, Manuel Severim de, *Famílias Nobres de Portugal*, 2 volumes, 1649

MARROCOS, Joaquim Luis dos Santos, *Cartas do Rio de Janeiro – 1811-1821*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008

SAMPAYO, António de Vilas Boas e, *Nobiliarchia Portuguesa, Tratado da Nobreza Hereditária e Política*, (1ª ed., 1676), 3ªed., Lisboa, 1725.

3. FONTES ICONOGRÁFICAS

www.exercito.gov.br D. João de Almeida de Melo e Castro, 5º Conde das Galveias, Rio de Janeiro, Fundação da Biblioteca Nacional (FBN), Divisão Iconográfica

www.pt.wikipedia.org D. Dinis de Melo e Castro (1624 – 1709), gravura

www.pt/PT/historia/Pages/ArtigoHistoriaEMA.aspx. Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1770-1796)

<http://www.notasverbais.blogspot.com> D. João de Almeida de Melo e Castro

<http://www.en.academic.ru/pictures/enwiki/80/Pitt> William Pitt, the Younger, quadro atribuído a Thomas Gainsborough (1727- 1788)

www.en.wikipedia.org/wiki William Grenville, 1 st. Baron Grenville

www.nnbd.com/people General Charles François Dumoriez

www.virtualarc.com/satic/images/officers/kelerman *General François Étienne Kelermann*,

www.arqnet.pt *D. Maria I e D. Pedro III*, Lisboa, Museu Nacional dos Coches, quadro de autor anónimo, representando a Rainha D. Maria I e o Rei consorte, D. Pedro III, seu tio paterno,

<http://purl.pt> *Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), gravura de Domingos Sequeira (1768-1837) *Napoleão cruzando os Alpes*, obra de Jacques-Louis David (1800),

www.finalsports.com.br. *Napoleão cruzando os Alpes*, obra de Jacques-Louis David (1800),

www.geneall. *António de Araújo de Azevedo, 1º conde da Barca*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga. Quadro atribuído a Troni.

<http://www.sculptor-ianqb.com/hms-victory> *HMS Victory*, navio de linha

<http://www.globalsecurity.org/militar/syster> *Fragata*

www.sailingwarship.com/thebattleofthefirstofjune *The Glorious First of June (1794)*, by Philippe-Jacques Louthembourg, 1795

www.1st-art-gallery.com/Allan-Ramsey/Portrait *Portrait of Georges III in his Coronation Robes* by Allan Ramsey

www.stvincent.ac.uk/.../1797/battle *Battle of Cape St. Vincent*, adapted from “The Royal Navy”, vol. IV

www.wikipedia.org/wiki/John_Jervis *Almirante John Jervis, Earl St. Vincent*

<http://www.lordhowevalley.com/images/lord> *Almirante Lord Howe*, Londres, Guildhall Art Gallery

www.scottish-places.info. *Admiral Lord Duncan*, by Henry Raeburn, Gazette for Scotland, 2010

www.napoleonbonaparte.wordpress.com *Marechal Jean-Baptiste Bernadotte* (1763-1844)

<http://images.wikilingue.com> *Batalha das Pirâmides*, tela de Joseph Watteau (1798-1799)

<http://www.emersonkent.com/images/battle> *Batalha do Nilo*, gravura da época, Londres, British National Archive

<http://www.embportmalta.com> *Almirante Marquês de Nisa*,

www.fineartprintsondemand.com *Charles James Fox*

www.blogueoc.blogspot.com *A esquadra do Marquês de Nisa no Bloqueio à Ilha de Malta*, Lisboa, Museu da Marinha, quadro de Alberto Cutileiro

www.weakly.ahran.org.eg *General Kleber*

www.adkinshistory.com *Sir Sidney Smith no Cerco de Acre*,

<http://www.topnews.in/karnataka-government-restore-symbolic-royal-respect-tipu>
Sultão Tippoo

www.associatepublisher.com *Victorious Achduke Charles during the Battle of Aspern-Esseling*

<http://www.geocities.com> *General Souvarov*

<http://romanovblogs.sapo.pt> *Czar Paulo I*

<http://www.historianet.com.br> *O"18 de Brumario"*, quadro de Francois Bouchot

[http://wikipedia.org/wiki/Batalha de Marengo](http://wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Marengo) *A Batalha de Marengo*, pintado por Louis François Lejeune,

www.heritage-history.com *Batalha de Copenhaga*

www.napoleon-series.org *Lord Hawkesbury*

www.geneall *Cipriano Ribeiro Freire*

www.geneall *Duque de Lafões*

www.ininif.org *Luciano Bonaparte*, pintura de François Xavier Faure,

www.encyclopedia.elgrancapitan.org *Manuel Godoy, Príncipe da Paz*,

www.geneall.net *D. José Maria de Sousa, Morgado de Mateus*

www.geneall.net *D. Rodrigo de Sousa Coutinho*

www.napoleon-series.org *Marechal Jean Lannes*

www.arqnet.pt *Diogo Inácio de Pina Manique*

www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br *D. Domingos António de Sousa Coutinho*

www.napoleonicsociety.com *Czar Alexandre I*

<http://libertaddigital.com> *Almirante Villeneuve*

<http://www.hnscollingwoodofficerassociation.co.uk> *Almirante Collingwood*

www.1st-art-gallery.com *Almirante Nelson*, by Sir William Beechey

<http://pt.wikipedia.org> *A Batalha de Trafalgar*, gravura da época

www.batalhasnapoleonicas.blogspot.com *Napoleão em Austerlitz*, quadro de H.Vernet

<http://historiaon-line.vilabol.uol.com> *Imperador Francisco II*

<http://amazemdacultura.files.wordpress.com> *Tratado de Tilsit*, pintura de Adolphe Roehn

www.arqnet.pt *D. João, Príncipe Regente*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, quadro de Domingos Sequeira, 1802

www.museudoscoches *Embarque para o Brasil*, gravura de Bartolozzi

www.revistadasaguas.pgr.mpf.gov.br *A chegada da Família Real ao Brasil*, pintura de Geoffrey Hunt

www.dusinfernus.files.wordpress.com *A Família de Carlos IV*, Madrid, Museu do Prado, tela pintada por Francisco de Goya y Lucientes, 1800

www.royaltyguide.nl *Fernando VII*, Madrid, Museu do Prado, pintado por Francisco de Goya y Lucientes

www.madridhistoric.com *José Bonaparte*

www.biografiasyvidas.com *O Duque de Wellington*, Londres, National Gallery, quadro pintado por Goya, 1828-1814

<http://commons.wikimedia.org> *D. Carlota Joaquina de Bourbon, segurando retrato do marido, D. João VI*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, (autor desconhecido),

www.geneall.net *D. Pedro de Sousa e Holstein, conde de Palmela*

www.awersomestores.com/images/user *Medalhão da autoria de Joshua Wedgwood*

<http://www.childrenswebmagazine.com> *William Wilberforce*

II. BIBLIOGRAFIA

1. OBRAS GERAIS

MEDINA, João (Dir.) *História de Portugal*, Vols. VI, VII e VIII, Alfragide, Ediclube, 1993

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *O Império Luso-Brasileiro 1750 – 1822*, coordenação, in *Nova História da Expansão Portuguesa, Vol. III*, direcção de A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, X Vols., Lisboa, Editorial Presença, 1987 - 2004

RAMOS, Rui, (cordenador) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: A restauração e a Monarquia absoluta (1640-1750)*, Volume V, 2ª edição (revista), Lisboa, Editorial Verbo, 1982

O Despotismo Iluminado (1750 – 1807), Volume VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982

A Instalação do Liberalismo (1807 – 1832), Volume VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1984
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil – Antes de sua Separação e Independência de Portugal*, Vol.V São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956

1.2 GENEALOGIAS

AFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Rui Dique Travassos, MACHADO, José de Sousa, *Livro de Oiro da Nobreza: Apostilas à Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, Lisboa, 3 Tomos, Braga, Tipografia da « Pax», 1932-1934
GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 Vols., Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992.
MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 Vols., 6 Tomos, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944- 1948
SOUZA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 12 Tomos e 1 Tomo de Índices, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-55 [1ª Ed., Lisboa Occidental, Off. Joseph António da Sylva, 1735 – 1748].
ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, (Dir.), *Nobreza de Portugal e Brasil*, Lisboa; Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1960 – 1989

1.3 INSTRUMENTOS DE TRABALHO

MONTEIRO, Nuno (coord), CUNHA, Mafalda Soares da, CARDIM, Pedro, COSTA, Fernando Dores da, SUBTIL, José Manuel, FELISMINO, David, *OPTIMA PARS, Elites Portuguesas do Antigo Regime*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005
FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, *Os Documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990
- *Os Arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990

1.4 REFERÊNCIAS COMPUTORIZADAS

http://www.arqnet.pt/exercito/cn_6256.html, *Correspondence de Napoleon Ier*, Tome VI, VII, VIII, IX, X, XII e XVI, Paris, Imprimerie Impériale, 1860 – 1864, 17-03-2008
<http://www.arqnet.pt/exercito/rossilhao.html>, *Portugal e as Guerras da Revolução, de 1793 a 1801: Do Rossilhão ao Alentejo*, 16-11-2008
<http://www.nelsonsnavy.co.uk/battle-of-traffic.html>, *Battle of Trafalgar*, 12-07-2008

http://www.marinha.pt/revista/ra_nov2004/pag_17.html, SILVA, Jorge Manuel
 Moreira, *O Ilustre Almirante Marquês de Nisa*, Revista da Armada, nr.380, 19-02-2009
http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2005/pag18html. Matos, J. Semedo de, *No Bicentenário da Batalha de Trafalgar- Nelson e Napoleão: a Luta pelo Domínio do Mar*. Revista da Armada, nr. 391, 2005, 17-02-2008
http://www.marinha.pt/revista/ra_dez2005/pag17html. PEREIRA, Rodrigues, *No Bicentenário da Batalha de Trafalgar - A cooperação Naval Luso-Britânica nas guerras Napoleónicas (1793-1807)*, Revista da Armada,nr. 392, 2005, 19-07-2008
http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2007/pag_10.html, RODRIGUES, José António, *Os navios da Armada Real Portuguesa em 1807*, Revista da Armada, nr. 413, 2007 – 13-07-2008
<http://wordpress.com/tag/guerra-da-restauração>, Jorge P. de Freitas, *O capitão de Cavalos André Mendes Lobo – breve retrato de um fiel servidor da Casa de Bragança*. 27-04- 2010

2. OBRAS ESPECÍFICAS

AGUIAR, Manuel Pinto de, *A Abertura dos Portos: Cairu e os ingleses*, Salvador, Livraria Progresso, 1960
 ÁLVAREZ, Fernando Bouza, *Portugal no tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações: 1580 – 1668*, Lisboa, Cosmos, 2000
 ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime*, Porto, Edições Afrontamento – Biblioteca das Ciências do Homem – 1993
 BAPTISTA, António Henriques Cabaça, *O ressurgimento da Marinha Portuguesa no último quartel do século XVIII*, Tese de Licenciatura apresentada à FLUL, 1957
 BOXER, Charles Ralph, *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society, 1675-1750*, Manchester, Carcanet, 1995
 - *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, Manchester, Carcanet, 1991
 BRANDÃO, Fernando Manuel de O., *As Relações Diplomáticas entre Portugal e Espanha: 1813 – 1823*, Tese de Licenciatura apresentada à FLUL, 1968 [policopiada – 94 (469) “18”]
 CALMON, Pedro, *O Rei do Brasil, Vida de D. João VI*, S.Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943

- CASTELLO BRANCO, Teresa Maria Schedel de, *Vida do Marquês de Sande (Soldado e Diplomata da Restauração – 1620 1667)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1971
- CASTRO, Pedro Manuel Sarmiento de Vasconcelos e, *O Bloqueio Continental: estudo de história diplomática*, Tese de Licenciatura apresentada à FLUL, 1968 [policopiado-94 (469)”18”, TL-H-288]
- COUTO, Jorge, VIANA, Francisco, COELHO FILHO, Luíz Walter, *Abertura dos Portos – 200 Anos*, Salvador, 2008
- DES CARS, Jean, *La Saga des Romanov*, Paris, Éditions Plon, 2008
- ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987
- FARIA, Ana Maria Homem Leal de, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um Diplomata Moderno (1618 – 1680)*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005
- *Arquitectos da Paz: A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008
- HARVEY, Robert, *The War of Wars – The Epic Struggle between Britain and France: 1789 – 1815*, London, Constable & Robinson Ltd, 2006
- FERGUSON, Niall, *Empire: How Britain made the Modern World*, London, Penguin Books, 2004
- FONSECA, Isabel Maria Serra Soares da, *Relações entre Portugal e a França: 1789-1799: estudo de história diplomática*. Lisboa, 1968. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969
- FREITAS, Maria Gabriela Gouveia de, *Portugal e a Intervenção da Inglaterra no continente europeu: 1789 – 1796: estudo de história diplomática*. Lisboa, 1968. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1994
- LIGHT, Kenneth, *A Transferência e Corte para o Brasil 1807/08*, Lisboa, Tribuna da História, Lda., 2007
- *Com os Pés no Mar*, Entrevista à *Revista de História*, Biblioteca Nacional, edição nº 14, Rio de Janeiro, Novembro 2006
- LIMA, Manuel de Oliveira, *D. João VI no Brasil*, 4ªed., Rio de Janeiro, Topbooks, 2006
- LUCCOK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1942

- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*, 2.^a edição revista e ilustrada, Lisboa, Tribuna da História, 2006
- *Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*, 2.^a edição revista, Lisboa, Gradiva Publicações, Lda., 1990
- MANSUY, Andrée - SILVA, Diniz, *Portrait d'un Homme d'État: D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares – L'Homme d'État*, Vol.II, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006
- MARQUES, João Pedro, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 2.^a edição, Editorial Verbo, 1992
- MARTINS FILHO, Enéas, *O Conselho de Estado Português e a Transmigração da Família Real em 1807*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1968
- MAWE, John, *Viagens ao Interior do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, S.Paulo, Edusp, 1981
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Património da Aristocracia em Portugal: 1750 – 1832*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998
- PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa, *Diplomacia, Política e Economia na Transição do Século XVIII para o Século XIX: O pensamento e a Acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, 1987
- PEREIRA, Ângelo, *D. João VI, Príncipe e Rei*, Vol. I. *A Retirada da Família Real para o Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- *D. João VI, Príncipe e Rei*, Vol. III. *A Independência do Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1956
- PEREIRA, Isaías da Rocha, “O Regimento dos Familiares do Santo Ofício” in *Documentos para a História da Inquisição em Portugal*”, Arquivo Histórico Dominicano Português, Porto, 1984.
- PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa, *Diplomacia, Política e Economia na Transição do Século XVIII para o Século XIX: O pensamento e a Acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, 1987

SANTO, Gabriel Espírito, *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração (1640-1668)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terramoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002

TORRES, José Veiga, *Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como Instância Legitimadora da Promoção Social da Burguesia Mercantil*, Coimbra, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº40, Coimbra, 1994

WILKEN, Patrick, *Império à Deriva – A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808 – 1821*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 2005